

DEZEMBRO DE 2013

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-economico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Os planos de pensões e protecção social em Angola	1
1.2 Angola considerado desigual na distribuição de rendimentos	2
1.3 Apontadas soluções para distribuição da riqueza	3
2. MICROFINANÇAS	4
2.1 Programa Angola Investe com boa bolsa de créditos	4
2.2 Crédito malparado leva banco à falência	4
2.3 Dinheiro do micro-crédito está quase todo perdido"	5
2.4 Há cada vez mais calotes na banca	6
2.5 Mulheres de Viana mais empreendedoras	8
2.6 O mercado de crédito e o mal parado	9
2.7 Empresário não acredita	10
2.8 Insatisfação face aos serviços bancários	10
2.9 Kixikila: jogar para poupar	11
2.10 Financiamentos abrangem poucas empresas	12
2.11 A literacia financeira	12
2.12 Beneficiários fogem ao reembolso	13
2.13 BPC termina o ano com saldo negativo	14
2.14 BUE retoma financiamento de projetos no Cunene	14
2.15 Crédito à economia cresceu 6,78%	15
2.16 Plano de abastecimento de água de Luanda “derrapa “ este ano	15
3. MERCADO INFORMAL	16
3.1 Saurimo ganha novo mercado municipal	16
3.2 Inaugurado novo mercado	16
3.3 Novo método para acabar com a venda em locais impróprios	16
3.4 Cidadinos apelam à intervenção da Polícia Económico	18
3.5 Vendedores invadem espaços reservados aos peões	19
3.6 Instituto municipaliza os seus serviços	19
3.7 Procura sobe nos mercados a cinco dias das festas natalina	20
3.8 Bairro da Camuxiba tem novo mercado	21
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	23
4.1 Proposta do OGE para votação final	23
4.2 O que se pode esperar do OGE para 2014	24
4.3 Deputados procedem hoje à votação final do Orçamento Geral do Estado 2014	25
4.4 Lopo de Nascimento critica programa de reforma tributária	26
4.5 Ministro já pensa na execução do OGE para 2013	27
4.6 Conta Geral do Estado aprovada com voto contrário da oposição	29
4.7 Maioria aprova, oposição acusa insuficiências	31
4.8 Maioria qualificada aprova OGE para próximo ano	32
4.9 OGE 2014 passa com votos contra da oposição.	33
4.10 OGE aprovada com o não da oposição	34
4.11 OGE passa pelo crivo NA	36

4.12	Parlamento aprova primeira Conta Geral do Estado da democracia angolana	38
4.13	"Proteccionismo à produção nacional deve ter equilíbrio	39
4.14	Conta Geral do Estado é puro «Lusca e fusca»	40
4.15	Enxaquecas no exame inicial	41
4.16	OGE prepara o País para a guerra	42
4.17	Orçamento Geral do Estado 2014 passa com votos do MPLA e FNLA	43
4.18	O que os deputados querem mudar no Orçamento	44
4.19	Taxa de crescimento do PIB prevista para 2013 não será atingida	46
4.20	Orçamento mais social	47
4.21	Números do OGE 2014 e suas perspectivas	48
4.22	Orçamento Geral do Estado pronto para execução	49

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 50

5.1	Demoras na entrega de ai no Nuambo preocupa utentes	50
5.2	Associações querem alterar projecto	50
5.3	Autarquias exigem recursos humanos	52
5.4	CM. Branqueamento de capitais com os dias contados	52
5.5	Estamos mal na gestão administrativa local	53
5.6	Executivo está a preparar eleições autárquicas	54
5.7	Grupos técnicos nos municípios	54
5.8	Oposição pode formar coligação para enfrentar autarquias	54

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 56

6.1	Inquilinos ameaçam levar Sonip à barra do tribunal	56
6.2	Morador revoltado	56
6.3	Grupo Prado Valladares aplica 9,7 mil milhões Kz em Talatona	57
6.4	Huambo. Habitação avança no Lossambo	57
6.5	Velhos bairros de Luanda ficam com nova imagem	58
6.6	O Plano Director de Luanda	58
6.7	Plano Director de Luanda garante qualidade de vida	59
6.8	Plano Director de Luanda aberto a sugestões	59
6.9	Funcionários públicos com casas evolutivas	60
6.10	Construtora Kora-Angola disponibiliza 15 mil casas	61
6.11	Distribuídas mais habitações nas centralidades	62
6.12	Grupos técnicos nos municípios	62
6.13	Luanda e os planos "diretores"	63
6.14	Obras da nova centralidade decorrem a ritmo acelerado	64
6.15	Médicos recebem novas residências	64
6.16	Cidades do país são requalificadas	65
6.17	Baixou o preço de casas de renda elevada	65
6.18	O pagamento anual da taxa de circulação	66
6.19	Faltam estudos de impacto ambiental	67
6.20	Casas concluídas no primeiro semestre	67

7. TERRA 69

7.1	Morrer a procura de pedras preciosas	69
7.2	Ocupação ilegal de reservas do Estado	71
7.3	Combate a construções anárquicas	72
7.4	O grito dos camponeses da Caop	72
7.5	Administração municipal retirou os ocupantes ilegais	73
7.6	Cidadãos reclamam posse de terreno	73
7.7	Terrenos devolutos na Huíla são confiscados pelo governo	73

7.8	Reservas fundiárias estão livres de minas	74
-----	---	----

8. SERVIÇOS BÁSICOS 75

8.1	Empreendedor á moda do Kilamba	75
8.2	Nova rede melhora distribuição de água	75
8.3	População de Cambamba já consome água potável	77
8.4	Casos de cólera causam mortes	78
8.5	Saneamento básico abordado em seminário	78
8.6	Cólera volta a mata	79
8.7	Em ano eleitoral, consumidor pagara mais pela energia	80
8.8	Novo modelo de limpeza pública	81
8.9	Redes de distribuição de água estão em obras	81
8.10	Diário da cidade dos leilões de escravos	82
8.11	Energia eléctrica e água potável continuam a ser prioridade do Executivo	84
8.12	Nem o Huambo escapou à cólera	86
8.13	Talvez acaba a imundície	86
8.14	Venda de água imprópria perto do fim	87
8.15	Aumentam os casos de cólera no Huambo	88
8.16	Maquela do Zombo com mais água potável	88
8.17	Quilengues com mais água potável	89
8.18	Cacimbas dos bairros são desinfectadas	90
8.19	Ruas da Terra Nova ficam intransitáveis quando chove	90
8.20	Dívidas à EPAL ascendem 100milhões de dólares	91
8.21	EPAL com desempenho positivo em 2013	91
8.22	Huíla combate a propagação da Cólera	92
8.23	Lixo. O mundo dos resíduos sólidos nos Mulenvos	93
8.24	Trabalhadores da EPAL cruzam os braços a partir de segunda-feira	95
8.25	Comunidades sensibilizadas sobre a doença	95
8.26	Construídos chafarizes no bairro de Capalanga	96
8.27	Plano de abastecimento de água de Luanda “derrapa “ este ano	96
8.28	Executivo acaba com o garimpo da água	97
8.29	Abastecimento de água	97
8.30	Abastecimento de energia e água supera expectativas	99

9. GÉNERO E VIOLENCIA 101

9.1	Moradores de bairros da cidade capital mostram-se preocupados com a elevada onda de delinquência nos últimos dias.	101
9.2	Comunidades debatem sobre Segurança Pública	101
9.3	Casos de violência doméstica estão a diminuir na província	102
9.4	A falta de mecanismos de controlo sacia	102
9.5	Moradores fartos com da criminalidade	103
9.6	Ações de prevenção e combate à criminalidade foram positivas	105
9.7	O excesso de ousadia dos bandidos	105
9.8	Polícia. Criadas novas esquadram na periferia	106
9.9	Criminalidade diminuiu este ano em todo país	107
9.10	Marginais burlam vários cidadãos	109
9.11	Crimes brutais, motins e agressões	109
9.12	A prioridade no combate aos crimes violentos	110

10. AMBIENTE 112

10.1	Huambo com elevado nível de despovoamento florestal	112
10.2	Seca e programas improvisados maltrataram os angolanos	112

10.3	Corte ilegal de madeira atinge níveis alarmantes	114
10.4	Vítimas da chuva recebem apoios	114
10.5	'Gastaram dinheiro à toa'	115
10.6	Palmeiras de 7 mil dólares secam por falta de manutenção	116
10.7	Huambo está a formar engenheiros florestais	117
10.8	Seca afecta famílias em Porto Amboim	118
10.9	Ruas da Terra Nova ficam intransitáveis quando chove	118
10.10	Derrames de petróleos merecem mais atenção	119
10.11	Chuvas fortes na província deixam famílias ao relento	119
10.12	Faltam estudos de impacto ambiental	120
10.13	O drama do Cunene	120
10.14	Criada Associação da Indústria de Rochas	121
10.15	Devastação das florestas é preocupante	121

II. IMIGRAÇÃO

123

11.1	Fluxos migratórios	123
11.2	Quem trava esta invasão ilegal	123
11.3	Angolanos refugiados no Botswana com prazo expirado	124
11.4	Polícia aperta cerco à imigração ilegal	124
11.5	Polícia no encalço dos que auxiliam a imigração ilegal	126
11.6	Polícia recambia imigrantes ilegais	127
11.7	Detido grupo de auxílio à imigração ilegal	128

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Os planos de pensões e protecção social em Angola

Jornal Expansão
06 De Dezembro de 2013

Teve lugar recentemente uma importante conferência, em Luanda, sobre a temática dos 'Planos de Pensões e Protecção Social em Angola', uma iniciativa conjunta da Mercer e do Ministério das Finanças, mais concretamente do Instituto de Formação de Finanças Públicas de Angola (INFORFIP).

Embora em Angola ainda haja muito trabalho a fazer nestes domínios, eles têm uma importância capital na vida das pessoas e é tempo de se olhar para os planos de protecção social e de pensões que existem, saber se são os necessários e adequados para as necessidades das populações e até que ponto as gerações que trabalham podem descontar para o tempo em que já não trabalharem, ou se têm possibilidades de ajudar as que já não o podem, ou nunca o puderam fazer.

Segundo dados oficiais, em 2009 havia, de acordo com o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), cerca de 760 trabalhadores assegurados. A população empregada, segundo a Organização Geral do Trabalho (Olf), era de cerca de 7.667, o que dava uma escassa percentagem da ordem dos 10%.

Ou seja, 90% da população activa não contribuía ainda para a Segurança Social.

Contudo, as perspectivas são muito positivas, porque a base em que assenta o sistema de Segurança Social é favorável; principalmente no que concerne ao crescimento da economia, do emprego, ao combate à pobreza e à economia informal, e ao facto de haver uma população activa jovem, um forte crescimento populacional, uma classe média emergente, cada vez mais preparada e uma melhoria generalizada das condições de vida dos angolanos.

Este cenário já é raro noutros países, sobretudo em economias mais maduras, onde a pirâmide etária está invertida.

Angola tem uma estrutura demográfica onde predomina a população jovem e uma idade média da

população activa muito baixa, na ordem dos 17 anos, quando a média mundial é da ordem dos 30.

Ainda há um grande caminho a percorrer, e quanto mais cedo se tomarem medidas, melhor, sendo importante ter em conta alguns indicadores de alerta.

O peso das contribuições da Segurança Social na receita pública, no período de 2006 a 2013, desceu de 3,8% para 1,6% do total.

Este problema ainda pode ser mais grave, devido ao aumento tendencial e desejável da esperança de vida, que poderá aumentar o gap entre a população activa e passiva.

Tudo isto tem de ser devidamente acautelado, para que as pessoas tenham condições de vida e reformas dignas e sem sobressaltos. .

É possível programar agora o desenvolvimento sustentado dos sistemas nacionais de Segurança Social e dos Planos de Pensões, públicos e privados, nomeadamente dos Fundos de Pensões, com uma base contributiva bastante boa.

Este cenário é, felizmente, o contrário do registado noutros países, em que o número de não activos por activo é tendencialmente crescente, devido ao envelhecimento da população, à baixa taxa de natalidade e ao aumento da esperança de vida média, tudo recentemente agravado pela crise económica internacional, que tem sido difícil ultrapassar e que provoca um desemprego crescente.

Contudo, Angola tem ainda um longo caminho a percorrer, para não citar todos aqueles que ainda integram o mercado informal e outras categorias, que nem sequer estão abrangidos por nenhum sistema de Segurança Social e que o próximo Censo, previsto para 2014, poderá vir ajudar a esclarecer.

Noutros países, temos assistido, infelizmente, à insuficiência crescente dos sistemas instalados, que não estão a dar resposta adequada, nomeadamente no que respeita aos sistemas de protecção na velhice, invalidez e sobrevivência. Há que não cometer os mesmos erros.

Há que criar Fundos de Pensões privados, que complementem os apoios públicos e que, acreditamos, terão um crescimento exponencial, como aconteceu noutros países.

Os Fundos de Pensões são um património exclusivamente afecto à realização de um ou mais planos de pensões.

De acordo com um plano bem definido, garantem o recebimento de uma pensão, com base num ou mais programas, em que se definem as condições que irão dar direito a vários tipos de pensões, que podem ser de reforma, invalidez ou sobrevivência.

Os Fundos de Pensões podem, de acordo com o Decreto n.º 25/98, de 07/08, que aprova o respectivo Regulamento, ser abertos ou fechados e são geridos por uma Sociedade Gestora de Fundos, normalmente de uma forma muito conservadora.

Com efeito, trata-se de investimentos a médio e longo prazo, em que há que garantir essencialmente a segurança, em detrimento do risco que poderão ter aplicações eventualmente mais rentáveis.

Haverá que acautelar que, no momento em que as poupanças acumuladas têm de ser transformadas em liquidez - o momento da verdade, as pessoas não sintam goradas as suas legítimas expectativas.

Isto já aconteceu, por múltiplas razões, sobretudo em economias mais maduras, em que este problema tem tendência para se agravar, temendo-se mesmo a falência dos sistemas de Segurança Social e de Previdência.

É preciso precaver tudo isso no desenvolvimento djl Protecção Social em Angola, pública e privada, quer a nível de benefícios, quer de sustentabilidade financeira, por forma a fomentar, nomeadamente, uma cultura de poupança, ainda pouco arreigada, e uma melhor repartição e redistribuição de rendimentos.

1.2 Angola considerado desigual na distribuição de rendimentos

Semanário Agora

13 De Dezembro de 2013

Estas informações foram avançadas pelo economista Alves da Rocha, na palestra sobre "Os problemas da distribuição de rendimentos em Angola", nesta quarta-feira, no V fórum de economia e finanças promovido pela Associação Angolana de Bancos (ABANC).

Fazendo um comparativo, como os dados de 2012, o académico acredita que, embora o país tenha em vista investimentos, até 2017, no valor de 55 mil milhões de dólares, a realidade social reflecte um desnível em termos da renda per capita.

O Estado tem uma função supletiva a desempenhar no sentido de promover e garantir uma repartição

mais equilibrada do rendimento nacional, de modo a preservar a estabilidade social e política.

"A melhor forma de distribuir a riqueza é sem dúvidas a criação de empregos, mas é fundamental que as remunerações reflectam o custo de vida das famílias e assim estaremos em condições de avaliar o alcance do salário médio", disse, questionando, por outro lado, se a economia angolana continuará a crescer a uma taxa de 17% ao ano.

Numa perspectiva mais optimista, o vice-governador do Banco Nacional de Angola (BNA), André Lopes, que abriu o fórum, disse que a taxa de inflação que atingiu mínimos históricos ao longo do ano, ao situar-se em Outubro último em 8,4%, reflecte a estabilidade cambial e financeira do país, assegurando que a contínua redução da taxa de inflação enquadra-se nos objectivos da política macroeconómica do Executivo.

No seu entender, uma melhor distribuição de rendimento passa por um maior acesso das famílias ao sistema bancário, assim como medidas dirigidas aos pobres e desfavorecidos em particular às populações rurais.

Quanto ao crescimento, garantiu que o crédito em 2013 foi de 6% até 31 de Outubro último, tendo o crédito concedido em moeda nacional crescido em 14%, ao passo que em moeda estrangeira contraiu 5%.

"Para a consolidação desta confiança será importante a estabilidade cambial. O nosso kwanza tem variado dentro de uma banda que consideramos não pôr em risco a estabilidade macroeconómica", realçou o gestor, revelando que de Janeiro a Novembro deste ano, a moeda nacional havia depreciado 1,63% no mercado primário e 1,62% no secundário, enquanto no mercado informal assiste-se a uma apreciação da moeda nacional de 2,3% no mesmo período.

Amílcar Silvos, presidente da ABANC, realçou que os efeitos da globalização impõem que se adoptem padrões de funcionamento no sector bancário, internacionalmente aceites. A banca, segundo disse, continuará a constituir um sector instrumental para impulsionar o desenvolvimento da actividade económica do país. Pede, por isso, o reforço dos programas organizativos e funcionais dos associados, sem esquecer a colaboração institucional na actividade bancária.

Paixão Júnior, PCA do Banco de Poupança e Crédito (BPC), admitiu que a instituição viveu, este ano, o pior dos últimos cinco anos.

"Foi difícil, é a única palavra. Nós recebemos no quadro da validação das dívidas, de algumas empresas de direito do Estado, com) BPC e de créditos com o Estado, um valor de 100 milhões de dólares e estamos a espera de mais 200 milhões totalizando, até final do ano 300 milhões", afirmou.

Quanto ao crédito mal parado, disse que este pode subir mais 5% do que estava estabelecido. Não posso afirmar que seja totalmente mal parado, mas sim, a carteira de crédito de mora mais de 10 a 15% do mesmo é recuperável".

1.3 Apontadas soluções para distribuição da riqueza

Jornal de Angola

13 De Dezembro de 2013

O economista Alves da Rocha considerou em Luanda que um dos factores essenciais para melhorar a repartição do rendimento nacional é o salário.

Alves da Rocha fez esta afirmação durante uma palestra sobre "Os problemas da distribuição do rendimento em Angola". Explicou que as evidências empíricas mostram que não basta apenas gerar emprego para melhorar a repartição do rendimento nacional.

"Se não se mexer no salário, a probabilidade de se alterar, de formare-1 levante, a repartição do rendimento nacional é reduzida", afirmou.

"Criar emprego sim, mas emprego com bom salário. Se for um emprego na base de um salário reduzido, ainda que a participação do factor trabalho na repartição funcional aumente, naturalmente que não estamos a melhorar a repartição do rendimento, nem a incrementar as condições de vida da população", reforçou.

Alves da Rocha considerou que a distribuição do rendimento é um processo económico normal, com mecanismos e procedimentos próprios que garantem a remuneração dos factores de produção envolvidos nos processos anuais de criação do Produto Interno Bruto (PIB). O economista referiu que, na maior parte dos casos, as regras de mercado não são suficientes, nem eficientes "para garantir uma relativa igualdade no acesso às fontes de rendimento, falando-se em falhas de mercado na remuneração dos factores de produção". Por isso, disse, o Estado tem uma função supletiva a desempenhar no sentido de promover e garantir uma repartição mais equilibrada do rendimento nacional, de modo a preservar a estabilidade social e política. Os instrumentos

accionados nestas circunstâncias, afirmou, passam pela progressividade dos impostos cobrados pelo Estado às pessoas singulares e também pelas transferências para as famílias a diferentes títulos.

Estes são alguns mecanismos de compensação contemplados pela teoria económica e algumas práticas encontradas nos países de elevado índice de desenvolvimento humano, sublinhou.

Estas sociedades, explicou, são das mais igualitárias do mundo, apresentando Coeficiente de Gini (distribuição da renda) em torno de 0,25 por cento e são as sociedades politicamente mais estáveis e economicamente mais saudáveis.

Referiu que este princípio não se encontra na maior parte dos países em desenvolvimento, emergentes e não emergentes e em especial nos produtores de petróleo.

O Estado nestes países não tem sido eficiente na aplicação dos adequados instrumentos macroeconómicos e políticas correctores dos mecanismos de repartição do rendimento nacional, apresentando, estas sociedades, índices elevados de desigualdades.

"De acordo com determinadas visões, os Estados petrolíferos têm promovido e facilitado uma acumulação de riqueza, concentrada numa pequena elite, um fenómeno tipicamente das economias fortemente dependentes do petróleo".

2. MICROFINANÇAS

2.1 Programa Angola Investe com boa bolsa de créditos

Jornal de Angola
11 De Dezembro de 2013

O Angola Investe transformou-se no maior programa nacional de fomento de crédito, com mais de 30 mil milhões de kwanzas em financiamentos aprovados e com abrangência nacional, ao financiar projecto em 16 das 18 províncias do país.

A informação foi dada durante o balanço realizado na sexta-feira pelo Ministério da Economia com os bancos comerciais envolvidos no programa, que começou a funcionar há um ano. Os participantes no encontro concluíram que o programa representa um contributo significativo para a diversificação da economia e a criação de emprego em todo o país. Durante a reunião, os presidentes dos bancos comerciais sublinharam a importância do programa em disponibilizar crédito ao sector produtivo da economia durante 20 13.

Foi também identificada a qualidade e real viabilidade dos projectos recebidos como principal desafio à concessão de crédito e realçado o compromisso conjunto do Ministério da Economia e dos bancos em continuar a trabalhar para formar um tecido empresarial cada vez mais robusto. O acto contou com a participação do ministro da Economia, Abraão Gourgel, e do secretário de Estado do Tesouro, em representação do Ministro das Finanças, assim como dos presidentes dos conselhos de administração dos principais bancos comerciais. As perspectivas para 2014 foram consideradas boas, porquanto os ministérios da Economia e das Finanças reiteraram o empenho do Executivo na continuação do programa e os bancos aderentes declararam ter por objectivo a dinamização da concessão de financiamentos a um ritmo cada vez mais acelerado, mas mantendo o grau de exigência suficiente para tornar cada vez mais elevada a taxa de sucesso dos projectos e mais baixos os níveis de crédito malparado.

O Angola Investe, um programa criado pelo Executivo angolano, é uma iniciativa que visa o fomento da actividade produtiva e empresarial através do apoio às micro, pequenas e médias empresas.

2.2 Crédito malparado leva banco à falência

Jornal de Angola
13 De Dezembro de 2013

A CAIXA DE CRÉDITO de Agro-Pecuária e Pescas (CAP), criada na década de 90, foi, sem margem para qualquer dúvida, uma instituição bancária vítima da bancarrota na sequência de numerosas operações de crédito contraído por alegadas altas figuras, cujo reembolso não foi consumado.

A antiga CAP foi lançada para apoiar a expansão da capacidade produtiva dos sectores agrícola e piscatório e desse modo proporcionar o aumento da oferta de produtos essenciais, cuja rede foi substancialmente alargada em 1996 com a transferência, pelo Banco Nacional de Angola (BNA), da sua extensa rede comercial para aquela instituição.

Em 1999, foi decidida a extinção e liquidação da CAP e em Maio do mesmo ano, o BNA aplicou um conjunto de medidas para estabilizar o mercado monetário e cambial e aumentar a competitividade entre os bancos.

Uma fonte do sector financeiro contactada pelo NJ disse entretanto que, o mesmo destino teria o banco público, BPC, caso enveredasse pela concessão de elevadas quantias monetárias a título de crédito, de forma desordenada.

Ainda assim, este banco só não faliu devido, por um lado à sucessiva injeção pelo banco Central, BNA, de capital e, por outro, porque é dos poucos que mantém a exclusividade sobre os proventos originários do pagamento de salários da função pública.

Por via de excessivos créditos concedidos, o BPC suspendeu este ano a concessão aos clientes.

Outrossim, a fonte que vimos citando acrescentou que, outra instituição bancária pública que corria o mesmo risco é o Banco de Comércio e Indústria, cuja gestão teria sido rotulada como "danosa", o que levou o Executivo a afastar o seu antigo presidente, Generoso de Almeida.

Numa recente declaração ao NJ, o economista Carlos Rosado de Carvalho por ocasião da celebração, este ano do aniversário do Dia da tomada da Banca em Angola, afirmou não fazer sentido que o Estado continue a manter o BCI e que, segundo ele, a opção seria a privatização do mesmo, uma hipótese que foi amplamente divulgada pelos diferentes órgãos de comunicação social.

"Sou defensor da iniciativa privada. O Estado deve manter um banco comercial nomeadamente, o BPC, mas não há necessidade de existirem dois bancos comerciais, pelo que corroboraria no sentido de privatizar o BCI", disse Carlos Rosado.

"Naturalmente tinha que se limpar tudo aquilo que o BCI tem e sou defensor dos bancos públicos, mas não de bagunça. Isto quer dizer que acredito que o BPC precisa de uma limpeza. Oíço falar de créditos arrepiantes. Há inclusivamente o caso de um indivíduo ter pedido dinheiro emprestado ao BPC que nunca pagou. Não sei qual foi o critério de concessão, não diria técnico, mas de bom senso", concluiu.

2.3 Dinheiro do micro-crédito está quase todo perdido"

Novo Jornal

13 De Dezembro de 2013

VÁRIOS SÃO os financiamentos disponibilizados quer pelo sector público ou privado para a implementação de uma classe empresarial forte ou para a redução da pobreza no país, que consome milhares de dólares sem que os mesmos atinjam objectivo pretendido.

A verdade é que a facilidade com que alguns destes financiamentos são postos à disposição dos beneficiários não é a mesma quando se trata da reposição, provocando em muitos casos o endividamento de muitas famílias, falta de dinheiro para voltar a emprestar e desconfiança da banca.

O micro-crédito é um exemplo disso. Do grande impulso de 2005, com uma linha de crédito de 10 milhões de dólares atribuído pelo Estado e gerida pelos bancos, de Poupança e Crédito e SOL, destinada a financiar professores, enfermeiros e pequenos produtores agrícolas das zonas rurais do país, hoje pouco se sabe da sua eficácia. Mas, se olhar para a actual situação no interior do país, poucas dúvidas deve haver sobre o seu insucesso.

"Este dinheiro está quase todo perdido. Porque foi dado sem grandes garantias. As famílias endividaram-se. Alguns até tentaram fazer qualquer coisa, mas fracassaram.

E como não têm forma de pagar, não pagam. Sabe que no interior do país é muito difícil recuperar o crédito, até porque muitos pequenos produtores foram afectados com estiagens, chuvas..., disse um técnico do Ministério das Finanças.

Os 10 milhões de dólares são só um dos muitos financiamentos com base em acordos estabelecidos que ficam aquém do pretendido, aumentado a dívida aos bancos, que neste caso terá caído nos cofres do Estado.

Nos últimos anos o Ministério da Juventude e Desporto ganhou protagonismo em matéria de financiamentos. Com o programa Angola Jovem financiando pelo BPC tinha um objectivo primordial: A mobilização dos jovens, visava a sua participação activa na reconstrução do País.

O programa destinava-se aos jovens dos 15 aos 30 anos de idade, em especial à jovem mulher, estudantes, desmobilizados do serviço militar, jovens da rua (ambulantes, carregadores de mercadorias, lavadores de carros, trabalhadores de sexo), portadores de deficiência e os jovens do meio rural. Hoje quase que já não existe.

Com valor inicial de 2 milhões de dólares (chegou aos 5,4 milhões), o programa foi aplicado de forma gradual e progressiva às diversas localidades do país, mas registou maior visibilidade em Luanda. Eram lavadores de carros equipados na zona kinaxixi, engraxadores com malas novas (estes ainda existem a conta gotas), vendedores de refrigerantes a brilhar... Enfim, um rol de jovens com sentido, empreendedores. Mas infelizmente o tempo veio mostrar que o sucesso foi de curto prazo.

Tais parcerias têm gerado resultados distintos em termos de retorno do capital. Segundo os responsáveis do BPC, o crédito jovem é o que menos tem respondido ao desafio lançado com uma taxa de incumprimento de 64%.

"A experiência do crédito jovem não foi muito agradável. Trabalhamos com jovens que não tinham experiência de gestão. A formação incidiu mais na criação do negócio do que na sua administração no terreno", disse Isabel Miguel, directora do microcrédito do Banco de Poupança e Crédito, a revista Exame.

Exemplos destes não faltam a nossa economia, onde pontificam alguns aliciantes para o recurso ao crédito, tendo o salário como a única garantia.

"Recorri ao crédito salário porque tive uma situação na família e precisava já de dinheiro. Realmente resolveu a situação na altura. Mas há três anos que tento acertar e não consigo", explicou João Manuel funcionário público.

Aquilo que parecia fácil tornou--se um calvário. "Hoje ainda vivo do crédito salário porque não consigo acertar. Talvez este ano com o décimo

terceiro consiga por fim a esta dívida", esclarece, esperançoso, o nosso interlocutor.

2.4 Há cada vez mais calotes na banca

Novo Jornal

13 De Dezembro de 2013

DE ACORDO com a consultora, o número de instituições ou pessoas singulares que beneficiaram de empréstimos bancários e não os restituíram cresceu consideravelmente.

No espaço de um ano, o aumento dos "kilaperos" passou para mais de 80%. Ou seja, de 2011 a 2012, o crédito mal parado aumentou 83,5%, fazendo crescer para 6,76% o peso do crédito vencido, no total do crédito concedido de 4,60%, em 2011.

Apesar de o estudo não avançar que isso representa em dinheiro, dificuldade também sentido pelo Novo Jornal, devido ao difícil acesso junto dos bancos, o não retorno do dinheiro emprestado tem sido utilizado como justificação para a manutenção das actuais condições de empréstimo.

Dos bancos contactados, apenas Banco Angolano de Investimento (BAI), respondeu positivamente e aceitou a abordar os efeitos do crédito mal parado na estratégia da instituição.

Ainda assim, se olharmos para alguns relatórios e contas de 2012 de alguns bancos disponíveis 'online' ficamos a saber que BFA disponibilizou um total de 1.427- milhões de dólares. Deste valor, 4,8% ficou pendurado. Todavia, registou-se uma redução comparativamente a 2011, o que, segundo o banco, está relacionado com a melhoria da gestão de risco que conduziu ao incremento sustentado do volume de crédito recuperado e já registado como perda efectiva (write-off), tendo atingido os 32 milhões de USD, nos últimos três anos.

Já o Bif concedeu em 2012 crédito no valor de 2.544 milhões de dólares. Deste montante o vencido ascendeu aos 40 milhões, urna variação entre o crédito vencido e concedido de 1,59%. O sector da construção recebeu a maior fatia de crédito disponibilizado pelo banco, com 21,2%.

O BAI disponibilizou 3.018 milhões de dólares em financiamentos no passado, ficando com um rácio de incumprimento de 7,24%. De acordo com informação disponibilizada pelo BAI, durante o primeiro semestre de 2013, a carteira de crédito do banco decresceu - 1,7% face a Dezembro de 12, devido às reduzidas oportunidades para a concessão

de crédito de qualidade, ao aumento do crédito vencido e do crédito abatido ao activo.

O crédito às empresas representa quase 85% dos financiamentos concedidos, de acordo com a instituição.

O banco assume que o "agravamento da qualidade da carteira é especialmente incidente sobre o crédito concedido no período de maior expansão da economia, a sectores de actividade específicos, tendo-se verificado uma alteração substancial dos pressupostos que conduziram à aprovação desse crédito."

É o caso do sector imobiliário que viu a sua procura reduzida e de outros que de uma forma geral, foram afectados pelos atrasos nos pagamentos por parte do Estado.

"As empresas tiveram assim dificuldade em assegurar os seus compromissos de amortização do crédito, implicando o agravamento dos juros, não só devido à extensão do prazo do financiamento, mas também a juros de mora e, conseqüentemente, provocando maiores dificuldades ainda na sua amortização", avança o BAI.

Perante este quadro, o Banco Angolano de Investimento teve de reestruturar os créditos, aumentando o prazo de pagamento, de forma a adequar o plano de pagamento aos fluxos de liquidez de tesouraria mais consentâneos com os novos pressupostos económicos e, em simultâneo, começar a reconhecer perdas.

A estratégia do BAI para minimizar os efeitos do crédito malparado passou também por um maior controlo dos sectores de maior risco, sem esquecer o reforço da sua área de recuperação de crédito.

O banco acredita que "o agravamento dos níveis de risco e o aumento do crédito vencido e conseqüente aumento das provisões, causará uma previsível erosão nos resultados da actividade no BAI em 2013, apesar de o banco manter elevados níveis de liquidez, representando o crédito 25% dos depósitos.

Nos bancos públicos a situação não é muito diferente. Embora aqui o crédito malogrado tenha outras causas.

"É verdade que o banco continua a ter dificuldades em recuperar o dinheiro emprestado. Sabe que muitos dos beneficiários são funcionários públicos e apesar de não terem os salários em atraso muitos deles depois de receberem o crédito mudam de banco o que dificulta a recuperação do mesmo", disse a fonte do Novo Jornal.

Mas não são os funcionários públicos os principais devedores do BPC, fazendo fé nas informações do nosso interlocutor.

"Os grandes beneficiários não são os trabalhadores. São pessoas que vêm recomendadas e recebem créditos avultados. Como têm conhecimentos não se sentem obrigados a pagar o crédito. Muitos gastam o dinheiro em coisas que nada têm haver com a finalidade para qual foi cedido o dinheiro", avança.

No entanto, o valor do crédito mal parado no BPC continua nos "segredos dos deuses".

Mesmo não avançado os montantes em causa a fonte assume que a situação criou dificuldades de liquidez no banco e obrigou o Presidente da República a criar no início do ano uma comissão multi-sectorial para avaliar o real estado financeiro do BPC que foi aconselhado a não fazer novas operações.

Operações de crédito que vão retomar nos próximos tempos já que o presidente do conselho de administração do Banco de Poupança e Crédito anunciou recentemente que a sua instituição iria reabrir a crédito este mês, altura em que se espera a injeção de mais recursos.

Paixão Júnior disse a imprensa, quando da apresentação do novo director regional sul, que os créditos retomam em Novembro e espera que sejam importantes para influenciar, positivamente os indicadores traçados pelo banco no começo do ano.

"Continuamos animados e retomamos as operações de crédito, embora de forma limitada, não só porque precisamos dos recursos que temos, mas porque estamos a respeitar as recomendações da comissão multi-sectorial", disse o patrão do BPC que reconheceu que as coisas não vão bem no seu banco.

"Estamos mal, temos de admitir, porque a nossa perspectiva, em termos de plano de negócios, era superior à realidade actual. Estamos aquém do preconizado no começo do ano", disse Paixão Júnior.

Parado informal

A moda da não devolução do crédito também chegou ao mercado informal. Das diferentes formas de emprestar dinheiro que a sociedade vai criando para contornar às dificuldades para se conseguir um crédito junto da banca, as "kinquilas" assumem protagonismo.

Apesar da actividade principal de cambista, passaram também a credoras de muitos angolanos, que na impossibilidade de pagarem o empréstimo contraído,

vão vendo a sua dívida crescer com taxas que em alguns casos chegam a 100% do total recebido.

"Muitas pessoas quando precisam vêm a correr e depois para pagar têm sempre desculpas", disse Joana que tem a banca montada próximo das instalações do Ministério do Urbanismo e Habitação.

Aqui, o conhecimento da pessoa muitas das vezes serve de garantia. E a forma de empréstimo é negociada com base na urgência e montante do financiamento.

"A pessoa tem de pagar o que recebeu, mais o acréscimo, até o prazo escolhido de uma única vez. Se não acontecer a dívida dobra. Por exemplo se recebeu 500 dólares tem que pagar 750 de uma vez, se não pagar, no mês seguinte paga 1500 dólares. Aqui não se paga todos os meses como nos bancos", explicou a "kinquila" Joana.

Manuela Alberto, que já troca dinheiro há quase duas décadas, vem em auxílio da companheira de banca.

"Muitas pessoas pedem-nos dinheiro, mas só emprestamos às pessoas conhecidas", avançou. Questionada sobre o sistema de cobrança, esclareceu que são poucos os que não pagam.

"Quase todos pagam. Uns mais rápidos que outros. Mas também temos aquelas situações que vamos cobrar na casa do cliente. Às vezes levamos as coisas de casa", explicou.

A "kixikila" é outra forma de empréstimo utilizada. Por norma funciona entre um determinado grupo de amigos ou colegas de trabalho. É determinado um valor contributivo que é dado a um determinado elemento do grupo de forma rotativa.

Aqui, também os incumprimentos são uma realidade. Nelsa Neto viveu essa experiência. "Contribui sempre e quando chegou a minha vez o meu colega alegou que tinha óbito e não podia dar a parte dele naquele mês. Tive de esperar", afirmou.

INCUMPRIDORES

Muitas são as justificações apresentadas por quem não paga o crédito, quer no sistema formal, quer no informal. Se por um lado há aqueles que tentam renegociar com os credores novas formas de pagamento, outros há que não se preocupam por já não terem nada em condições de ser confiscado pelos financiadores.

É o caso de Pedro, que prefere não identificar o segundo nome. Recebeu há dois anos 80 mil dólares

para a instalação de uma fábrica de gelo, mas só foi capaz de levantar algumas paredes.

"Quando recebi o dinheiro tinha tudo tratado. Até já tinha quem me iria fornecer as máquinas. Infelizmente era o meu primeiro negócio e as coisas correram mal. O dinheiro acabou. Fiquei com a dívida e o nome sujo", disse Pedro, lamentando não poder resolver a sua vida como esperava.

"Se soubesse que seria assim não me teria metido nisso. Até porque só arranjei um problema e não sei como pagar', adiantou...

O tempo de pagamento do crédito e a taxa de juro também engrossam as justificações dos "caloteros",

"Precisava do dinheiro. Por isso recorri à banca na esperança de que as coisas iriam melhorar. Mas os três anos e os juros eram muito altos e o investimento que fiz não conseguiu cobrir. Ainda paguei algumas prestações, o resto está a espera que a situação melhor", disse, sob anonimato, um empresário da nossa praça.

Entre os funcionários públicos também há os incumpridores. Nem mesmo o facto de terem contas-salário domiciliadas nos bancos credores os livra desta situação.

2.5 Mulheres de Viana mais empreendedoras

Jornal Expansão
13 De Dezembro de 2013

Dotar 202 mulheres das ferramentas de gestão para erguerem ou expandirem o seu negócio foi o projecto a que a empresa Maersk Oil Angola se propôs concretizar ao longo do último ano, em Viana. A inauguração de uma escola e de dois chafarizes é o próximo passo na política de responsabilidade social da companhia petrolífera

Entre as 202 mulheres que receberam formação em empreendedorismo, 33 já aderiram ao micro-crédito promovido no âmbito do programa Nanessa Nela, promovido pela Maersk Oil Angola, em colaboração com parceiros locais, Sonangol e Odebrecht. Os empréstimos totalizam já mais de 1,6 milhões Kz. Uma cerimónia, na semana passada, o último grupo de formandas do bairro Kapalanga recebeu os seus certificados, que marcam o acesso às ferramentas de gestão para apoio à instalação das suas microempresas.

"Este é um processo de mudança de vida, que pretende ter impacto em milhares de pessoas no

município de Viana, e vamos conseguir fazê-lo em conjunto com a comunidade", prometeu Victoria Quaglia, directora de Responsabilidade Social Corporativa da petrolífera".

Cláudia dos Santos, uma das beneficiadas pela iniciativa, contou que a formação "mudou a vida de muitas mulheres na Kalapanka". A micro empresária apreendeu novas formas de poupança e aumentou o lucro por produto de 100 Kz para 380Kz.

Higiene e saneamento básico foram outras áreas de acção em que recebeu competências, inserindo-se já numa equipa de sensibilização de outras mulheres. Nesta, já fez 618 visitas domiciliares, onde recolheu informações reveladoras da necessidade de maior investimento na área. Outro ponto relevante foi o processo de registo de crianças sem cédulas de nascimento, e que já credenciou 520 mães.

Diversificar economia

No País desde 2005, a Maersk Oil criou em 2011 a Acção para Angola, carteira de investimentos sociais de onde saiu o Nanessa Leio. Além do empreendedorismo, visa a promoção do acesso à saúde e educação básica, diversificação económica e capacitação técnica nas áreas marítima e petrolífera

"Queremos ajudar Angola a alcançar o objectivo de diversificação económica, para criar mais empregos e oportunidades de negócio para os angolanos", diz Quaglia.

A responsável da empresa dinamarquesa avança que Viana "é uma das áreas para desenvolvimento e expansão nos próximos anos", sublinhando que as necessidades do município estão em consonância com as três áreas de intervenção da empresa e do programa de desenvolvimento do Governo".

O Nanessa Nela, criado por Maersk Oil Angola, Sonangol e Odebrecht, parceiras no Bloco 16, conta com a colaboração da Administração de Viana, Organização de Desenvolvimento da Área e da organização Visão Mundial, e centra-se no desenvolvimento da educação, da saúde e do comércio no município.

"Nos próximos anos, pretende-mos manter as mesmas áreas de intervenção, mas com um foco mais forte no acesso à água potável", diz Victoria Quaglia. A inauguração de uma escola e de dois chafarizes é o próximo passo neste programa.

2.6 O mercado de crédito e o mal parado

Novo Jornal

13 De Dezembro de 2013

O MERCADO DE CRÉDITO corresponde às operações de empréstimos (de curto, médio e longo prazo) para os agentes (famílias e empresas) realizadas pelas instituições financeiras.

Uma característica marcante do nosso mercado de crédito é o elevado "spread" bancário, isto é, a diferença entre a taxa de juro dos empréstimos e a taxa de juros de captação de recursos dos bancos. As razões apontadas pelos bancos são, dentre outras, altos níveis de endividamento, dificuldades jurídicas relativas à cobrança de garantias oferecidas pelos tomadores de empréstimos e impostos elevados. Analistas ainda acrescentam outros factores, como a insipiência do mercado de capitais que poderia oferecer opções de financiamento directo às empresas, o alto nível de concentração bancária na praça de Luanda e os elevados custos administrativos.

Porém, na economia angolana, crédito malparado que saltou de 5,5% para 11% do crédito total, já representa riscos elevados, visto que as empresas que estão nesta situação deparam-se com situações de sobre endividamento, não conseguindo cumprir com todos os encargos financeiros, além de internamente não possuírem contabilidade estruturada. Comparativamente, Moçambique tem uma taxa de 2,6%, Brasil com 5,1 %, Portugal com 3,94%. Mas este indicador tende a aumentar nas economias por causa da crise mundial que ainda apresenta focos desestruturantes e também da crise da zona Euro.

Classificar o sistema financeiro nacional como "baseado em crédito bancário" significa que prevalece o financiamento intermediado como fonte de recursos externo das empresas e não, de emissão de títulos e acções. Para as empresas angolanas, o facto de os bancos não serem seus accionistas, não se traduz em vantagem competitiva comparativamente a outras que possuem capitais estrangeiros pois vivem de linhas de créditos bonificadas (do Brasil, Portugal, Israel, China, Alemanha, etc.) concentradas em bancos de sua nacionalidade.

Ora, a prevalência da taxa de juro real negativa (diferença entre taxa de juro nominal e taxa de inflação que está acima da média da SADC de 7%) eleva ainda mais a fuga de crédito por recursos livres, optando as empresas e microempresas em crédito por recursos direccionados para sectores da agricultura e indústrias aprovadas pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e por programas de investimento

assumidos pelo Estado, como Angola Invest e PROAPEN.

Para empurrar o desenvolvimento industrial e à medida que a estrutura económica se modifica, dando lugar à diversificação da produção e expansão da renda económica, urge criar agências de fomento, cooperativas de crédito, sociedades de crédito e investimento - especializadas na concessão de crédito ao consumidor de bens duráveis, que captam recursos por meio de colocação de letras de câmbio.

Por outro lado, as sociedades de crédito imobiliário que actuam no crédito habitação captam recursos de depósito de poupança, emitem letras e cédulas hipotecárias para financiar a construção de habitações, compra de casa própria e financiamento de capital de giro para empresas imobiliárias.

Por fim, os bancos regionais de desenvolvimento para administrar fundos de financiamento regionais que devem ser a principal fonte de recurso para privilegiar os mini-produtores.

Tradicionalmente, os bancos emprestam pouco, só cerca de 5% dos seus activos são direccionados para operações de empréstimos ao sector privado, sendo a maior parte no curto prazo. Em países desenvolvidos e do sudeste asiático, essa percentagem pode chegar aos 70%. Outro dado revela que as operações de crédito ainda são reduzidas em Angola: o saldo do empréstimo em relação ao PIB tem oscilado entre 10 a 15%, enquanto em muitos países incluindo os BRICS, essa relação supera os 100%.

Até recentemente, os bancos obtinham lucros elevados com a inflação e com operações cambiais em divisas, pois os recursos captados e não remunerados continuavam a ser aplicados em títulos do banco central (TBC) e da dívida pública (TDP) que rendem juros. Consequentemente, a descida da inflação na ordem de 8,97% não tem modificado o comportamento dos bancos, culminando no baixo nível de empréstimos bancários, já que os bancos compõem as suas carteiras de activo com títulos públicos que oferecem alta rentabilidade. Outro factor constrangedor é a inexistência de correcção monetária para remover os obstáculos impostos pela inflação ao desenvolvimento do mercado de activos financeiros não-monetário.

Para R.W. Goldsmith, deve existir evidente paralelismo entre o desenvolvimento económico e o crescimento do crédito na economia, pois à medida que aumenta a riqueza tende também agigantar-se a estrutura da intermediação financeira. Uma estrutura de intermediação financeira, como o mercado do crédito, que se mostre insuficiente para atender às

exigências do crescimento tende a ampliar-se até compatibilizar-se com as necessidades do organismo económico (Golsmith, 1969).

A economia está num dilema: entre financiar, elevando a capacidade de produção e de satisfação das necessidades; e não financiar para evitar os riscos de crédito duvidosos.

2.7 Empresário não acredita

Jornal Acapital
14 De Dezembro de 2013

Homens de negócios não encontram explicação para o facto de algumas modalidades de crédito continuarem a ser uma raridade no mercado angolano, onde estudos atribuí em constante crescimento ao sector bancário, com novas instituições desse segmento a surgirem umas atrás de outras.

A mais recente instituição é o Standard Chartered Bank Angola, cuja entrada elevou para 24 o número de bancos a operarem no mercado.

«É já um sinal de confiança no mercado angolano», sublinha o empresário luso, Nuno Fernandes, que se encontra pela primeira vez em Angola, para contactos e parcerias de negócios.

Nuno Fernandes diz, entretanto, não entender que num mercado em que a banca continua a exhibir-se com taxas de crescimento animadoras, o empresariado local se queixa, volta e meia, de escassez de crédito, quando p o normal, segundo ele, «seria assistirmos a uma maior oferta de produtos bancários», uma vez ser esta uma das O consequências do aumento da concorrência bancária.

Ao contrário da constatação desse homem de negócio, a consultora e KPMG dá conta, no seu estudo, de ter e havido em 2012 um crescimento daquilo que foi a totalidade do crédito concedido, registando um aumento de cerca de 25%, relativamente ao ano anterior.

Tal crescimento não é isolado, a olhar para as conclusões do estudo, que associam o incremento a uma alegada ousadia dos bancos que, em 2012, permitiu elevar de 54% para cerca de 63% o rácio de transformação.

Um pouco em função de uma tendência positiva verificada ao nível da variável depósitos, onde estudo dá particular destaque ao facto dos depósitos a prazo terem registado um aumento na ordem de 48% face as poupanças à ordem.

Decorrente do processo de desdolarização da economia, em 2012, o mercado assistiu a uma diminuição na percentagem de depósitos expressos em moeda estrangeira, caindo para 45% contra o verificado em 2011.

Mas o crescimento do número de bancos mereceu, em tempos, uma análise do responsável do Departamento de Auditoria de serviços Financeiros da KPMG.

Segundo Victor Ribeirinho, com universo de bancos disponíveis o mercado começa a chegar ao ponto de saturação. "Não acredito que haja espaço para mais licenças", sublinhou, admitindo que no futuro se pode assistir a processo de fusão entre bancos e aquisições de alguns a favor dos chamados gigantes do mercado bancário.

2.8 Insatisfação face aos serviços bancários

Jornal Acapital
14 De Dezembro de 2013

Augusto Panzo pondera seriamente em romper a relação que o liga ao Banco de Poupança e Crédito por via de uma conta que serve de "abrigo" para algumas das suas economias.

O funcionário ao serviço de uma das e n s sararem no mercado angolano diz ter razões de sobra para pensarem tal possibilidade.

É que, segundo ele, os serviços prestados pela dependência bancária onde tem domiciliado a sua conta começa, aos olhos de Panzo, a deixar muito a desejar.

Segundo Panzo, a justificação recebida junto da funcionária de caixa foi de que o banco não tinha dinheiro no momento.

Ele pretendia retirar do seu próprio dinheiro aí depositado qualquer coisa como 100 mil kwanzas. Mas desse valor nem sequer um tostão lhe foi cedido. Isso mesmo afirmou o funcionário, que encara isso como uma situação que começa a ser motivo de preocupação para si, dado que é a segunda vez em intervalo de um dia que recebe tal resposta.

Por essa razão, Augusto Panzo não ter outra saída para caso "vou mudar para outro banco".

É que, segundo ele, não é normal que um banco à dimensão do BPC não tenha nem sequer 50 mil kwanzas para atender a um cliente que possui aí as suas poupanças. "Algo não está bem", desconfiou,

suspeitando mesmo que essa falta de liquidez pode ser indício de que a instituição estará a passar por uma situação de insolvência.

Entre os bancos a operarem no mercado, o BPC não é único cujos clientes não escondem a sua insatisfação face a esta questão em particular.

A designação como o BFA também são atribuídas tal conotação, a julgar por queixas de clientes como o professor João Paulo, que, há dias, teve que contentar-se com 500 dólares, enquanto a sua pretensão era de levantar 3 mil da sua conta aberta naquela instituição bancária.

Ele diz não entender a verdadeira razão que levou o banco a coarctar-lhe o direito de levantar o seu próprio dinheiro, irritando o facto de nunca ter encontrado entraves sempre que ocorre a tal banco para efeito de depósitos.

Ultrapassados que estão alguns factores que forçaram a adopção de medidas restritivas, era suposto que os bancos se apresentassem mais abertos, até mesmo na hora da concessão de crédito, incrementando o financiamento a favor de projectos de iniciativa privada.

Instituições como o Banco BIC, por exemplo, dizem não haver, da sua parte, quaisquer inconvenientes nesse sentido e gaba-se mesmo de ser dos bancos que mais crédito coloca à disposição da economia, desafiando a concorrência no sentido de trilhar o mesmo caminho, embora o seu presidente tenha, em tempos, revelado existirem bancos no mercado com problemas de liquidez.

Na verdade, informações chegadas ao conhecimento deste jornal indicam para a existência de uma série de bancos a braços com dificuldades de satisfazer as necessidades dos clientes, sobretudo, na hora de pagar um cheque acima dos mil dólares, para não falar dos momentos em que são confrontados com uma solicitação de crédito.

Numa das conferências sobre a banca, Fernando Teles terá também sublinhando tal facto, dizendo que «há em Angola bancos que devolvem cheques com artifícios de que a assinatura não confere», o que, segundo o presidente do BIC, belisca a credibilidade dos operadores bancários. «Não pode haver este tipo de artifício», pontualizou.

Embora afirmasse ser um facto a existência de casos de bancos com problemas de liquidez, o banqueiro não apontou nomes. Mas o Presidente da Comissão Executiva do BAI Micro Finanças disse que desta lista não consta nome da instituição sob sua gestão.

«O BMF não tem escassez de liquidez para desembolsar crédito», tal como assegurou Ari de Carvalho, que clarifica ter havido, da parte do banco, alguma prudência na avaliação, cuja demora chega a ser confundido como artifício para justificar uma alegada falta de dinheiro para crédito.

Seja como for, Augusto Panzo, bem como João Paulo dizem-se desapontados com os serviços prestados pelos respectivos bancos, mais ainda por terem sido privados de levantar dinheiro das próprias contas, ocorrendo numa altura em que apertam as necessidades decorrentes da quadra festiva.

O mais recente estudo sobre o comportamento da banca angolana, da responsabilidade da KPMG constata uma tendência decrescente na rentabilidade dos capitais próprios do sistema bancário, a qual se situou em 14% contra 23 verificados em 2011.

Uma situação que, segundo um consultor económico, pode em parte explicar as limitações evidenciadas por alguns bancos na hora em que lhes são solicitado o pagamento de cheques.

Tal acontece num momento em que Banco Nacional de Angola já tem flexibilizado a sua política, com a redução, em tempos, do coeficiente de reservas que bancos comerciais têm obrigação de manter à guarda do Banco Central, o que significa mais recursos para serem transformados em crédito.

2.9 Kixikila: jogar para poupar

Semanário Angolense

14 De Dezembro de 2013

A população, sobretudo a de baixa renda, não utiliza os bancos para fazer poupança e recorre a outra prática popular de poupar o seu dinheiro: a kixikila.

A kixikila é tida pelos praticantes como um «jogo». Mas, a na realidade é uma «poupança colectiva», em que o benefício é rotativo seguindo uma sequência que no final beneficia a todos. As partes envolvidas determinam o valor com que deve «jogar». O número de pessoas «jogadoras» é ilimitado. Quem estabelece as regras são os próprios participantes.

Por exemplo, no caso de serem cinco pessoas a «jogar», entrando cada qual com um montante de 10 mil kwanzas, uma pessoa estará encarregado de recolher de todos o valor estipulado. Este recolhe dor será o beneficiário da vez, do total de 50 mil kwanzas.

Cada roda de kixikila determinado o período em que o «jogo» deve acontecer. É comum esse processo acontecer semanalmente, entre os trabalhadores

informais. Assim, toda a semana existe um «sortudo» para levar o total da kixikila.

Nos mercados informais esta prática é constante. As pessoas se sentem seguras com esta maneira de poupar o seu dinheiro.

De acordo com histórias contadas por diversas pessoas que praticam a kixikila, região dos congolezes é indicada como responsável pela entrada desse «jogo» em Angola.

António Joaquim, antigo vendedor do extinto mercado do Roque Santeiro, faz uso desse recurso há mais de cinco anos. É um dos que confirmam que «jogo» partiu dos Congolenses. «Ajudava bastante na realização dos projectos, então decidi entrar e experimentar», disse.

Tia Filipa é vendedora do mercado Congolense e alinha na mesma opinião de que foram os vulgos «Langas», assim chamados os angolanos retomados do Congo, que trouxeram esta prática ao país, começando pelas praças. «São mesmo estes estrangeiros que trouxeram isto cá; e, sinceramente, fizeram muito bem porque nos ajuda bastante».

Papa Boni, congolês de nacionalidade, em Angola há mais de sete anos, diz que os luandenses não faziam a kixikila. E confirma que a prática é uma forma sempre foi uma forma de se ganharem dinheiro imediato.

Nem tudo na kixikila é um mar de rosas. Alguns interlocutores aconselham ser necessário jogar com pessoas de inteira confiança para evitar roubos. Emanuel Cabinda conta que já provou na pele o roubo do seu dinheiro por jogar a kixikila com pessoas que não são da sua inteira confiança.

Para ele é realmente preciso ter muita atenção e se saber exactamente «a quem estamos a confiar o nosso dinheiro». Emanuem conta que deixou de receber o bolo de 180 mil kwanzas, e perdeu a compra do terreno naquela que achava ser a oportunidade ideal. «A segunda pessoa a receber fugiu deixando os companheiros no prejuízo», disse.

Do mercado informal para as empresas

A kixikila foi crescendo até sair das praças para as empresas. Esse modelo de «poupança» sempre foi ignorado pelas pessoas de renda média e alta. Mas o sucesso que acontece com muita gente, fez com que o «jogo» chamasse a atenção dos outros extractos.

Joana Manuel, secretária, disse que antes via nisso apenas desvantagens, mas com tempo foi conhecendo e decidiu convidar os colegas a

participarem. «Foi por intermédio de uma amiga que conheci as regras desse jogo; gostei bastante e entrei no esquema, até ao momento tive muitas alegrias porque consegui comprar muita coisa e melhorei a minha vida», sublinhou.

Para o funcionário público Jorge Mateus, o sistema está ajudar muita gente por ser muito difícil guardar dinheiro em casa. Aconselha as outras pessoas que não fazem uso da kixikila, a tentarem.

Não obstante a existência de diversas instituições bancárias, onde as contas poupanças podem crescer, o certo é que a Kixikila está a crescer e ganhar espaço no mercado.

2.10 Financiamentos abrangem poucas empresas

Jornal de Angola

17 De Dezembro de 2013

Os serviços do Balcão Único do Empreendedor (BUE) no Huambo receberam, até à data, 13.878 processos para criação de empresas a título individual e para financiamento, informou o delegado provincial da Justiça e dos Direitos Humanos, Ernesto Estêvão Pedro.

O valor global do financiamento concedido atinge os 1,86 mil milhões de kwanzas e o número de empresas legalmente constituídas pelo BUE chega a 5.862. Destas, foram licenciadas e financiadas apenas 1.680, enquanto as 4.629 esperam que os seus pedidos sejam satisfeitos em 20 14.

A província dispõe de balcões BUE nos municípios do Huambo, Caála, Longonjo, Ucuma, Chinjenje, Bailundo, Chicala Choholonga e Cachiungo. Por inaugurar estão alguns empreendimentos dos municípios do Mungo e Londuimbali e da comuna do Cuima (Caála).

O BUE é um serviço público que procura simplificar o processo de constituição e licenciamento de empresas, e a regularização da actividade de empreendedores.

2.11 A literacia financeira

Jornal Economia e Finanças

20 De Dezembro de 2013

Não se pode falar num sistema financeiro robusto, saudável e competitivo, perante um baixo nível de literacia financeira, na medida em que os agentes

económicos, vulgo correntistas serem de facto a razão da existência dos bancos.

A literacia financeira traduz-se no grau de educação financeira de uma sociedade, pois é a capacidade de leitura, análise, gestão e de comunicação dos cidadãos sobre os diversos cenários financeiros que se colocam diariamente.

Neste contexto, a educação financeira contribui para uma tomada de decisão não baseada em equívocos, intuições e em factos incoerentes às necessidades e exigências da vida real.

Importa dizer que não se deve associar a educação financeira como sendo a habilidade de ganhar dinheiro ou a capacidade de evitar gastar. Não adianta saber ganhar muito dinheiro e gastar todo ele ou evitar o máximo gastar e /ou não saber como empregá-lo a seu favor. Pessoas ricas, sem gestão financeira, podem perder tudo devido às más escolhas (investir em actividades inadaptáveis à contextualidade, priorizar a aquisição de elementos e/ou bens desejados em detrimento dos necessários, e a opção menos cautelosa do banco com que trabalhar, os seus produtos e serviços). Assim como pessoas pobres podem, por meio de boa gestão financeira, construir um caminho sólido rumo a uma vida mais confortável e feliz, com menores preocupações relacionadas ao assunto dinheiro.

O programa de educação financeira desenhado pelo BNA, com início no dia 9 de Julho de 2011 em Luanda, contempla dois tipos de produtos: "o depósito bankita" e a "poupança bankita a crescer". Este tem sido, sem sombra de dúvida, um instrumento motivador da elevação da taxa de Literacia financeira. Entretanto, até ao mês de Maio do corrente ano, contabilizavam-se cerca de 200 mil "contas bankita" e cinco mil "bankita a crescer". Estima-se que, em Angola, 50 por cento da população adulta tem conta bancária, servindo-se de uma rede de 1.395 balcões, presentes nos mais variados municípios do país. O sistema financeiro conta com cerca de 3,4 milhões de cartões de débito válidos da rede multicaixa, 2.048 caixas automáticas e 17.563 terminais de pagamentos automáticos. Os dados estatísticos, embora tenham sofrido nos últimos anos variações benéficas de modo a alegrar o sistema financeiro, há ainda um caminho longo por percorrer, pois os meios têm sido lançados, apesar de menos céleres em alguns círculos do país.

Em Angola, várias razões têm contribuído para a exclusão financeira, algumas delas, conseqüentes de situações alheias à vontade dos cidadãos. Dentre os motivos mais sonantes, destacam-se os seguintes: a localização distanciada dos bancos em relação às populações (em algumas paragens do país, sobretudo

no interior); as quedas e a lentidão que se tem verificado nos sistemas bancários de comunicação; a não adequação dos produtos e serviços financeiros às necessidades das populações, principalmente das mais carenciadas; a burocracia no trato das questões financeiras e a morosidade (as filas e o demasiado tempo de espera) em muitos estabelecimentos bancários; a falta de documentação para a abertura de contas; os desconhecimentos sobre a utilidade, o funcionamento e a importância do sistema bancário; os baixos ou efémeros rendimentos para a abertura e manutenção de contas e o grau elevado de actividades informais existente no país.

Deve-se dar procedimento ao programa de bancarização desenhado pelo BNA e tornar mais exaustiva a sua divulgação. É fundamental a criação de um portal na internet e de espaços publicitários na imprensa, rádio e televisão; a realização de conferências e seminários nas aldeias, nas escolas, universidades e nas igrejas.

Só com uma actuação mais abrangente e acutilante se poderá, de forma célere, tornar famoso o grau de literacia financeira.

2.12 Beneficiários fogem ao reembolso

Jornal de Angola
23 De Dezembro de 2013

O valor máximo do financiamento do Crédito Jovem é reduzido a partir do próximo ano de 679 mil para 375 mil kwanzas, informou o coordenador do Balcão Único do Empreendedor (BUE) do município do Cuanhama.

Paulo Simões, que falava no fim de um curso para empreendedores realizado na semana passada em Ondjiva, disse que a redução do valor foi decidida porque mais de 90 por cento dos que receberam financiamento o ano passado não estão a reembolsar os bancos de acordo com as prestações acordadas.

Depois de um ano, os beneficiários devem pagar as prestações. "O Estado teve que adoptar outra forma de financiamento que permita não esbanjar, porque o mesmo dinheiro tem que retomar e beneficiar outras pessoas", concluiu.

O responsável anunciou que o Balcão Único retoma os financiamentos em Janeiro, depois de um interregno devido a um problema no sistema informático.

Neste momento estão 3.700 processos a aguardar financiamento, 253 dos quais já deram entrada nos

bancos associados ao programa. Disse também que, desde o seu início, no ano passado, já foram financiados 221 candidatos.

Aprender a investir

Um grupo de 113 jovens concluiu sexta-feira em Ondjiva um curso de formação em gestão de pequenos negócios promovido pelo BUE do Cuanhama, para se habilitarem ao programa Crédito Jovem.

Os micros empreendedores, como são designados, obtiveram, durante uma semana, conhecimentos teóricos sobre como gerir um pequeno negócio, as formas de enfrentar o mercado, gestão de stocks, estatística, organização da contabilidade, assim como o dinamismo que se deve imprimir na actividade económica. Para Helena da Purificação, uma empreendedora que investiu numa cantina, os conhecimentos obtidos vão facilitar em grande medida a gestão do seu negócio, onde sempre teve dificuldades para organizar a contabilidade.

David da Silva, outro participante, tenciona investir numa carpintaria. Com a capacitação, pretende estar inteiramente dedicado ao negócio, já que ganhou as ferramentas básicas. "A formação veio num bom momento, porque assim que tivermos o crédito estamos preparados para investir sem correr os riscos de falência", afirmou. Paulo Simões disse que, depois da experiência do ano passado, na qual se notou insuficiência de conhecimentos, foi decidido capacitar os micros empreendedores no âmbito de um convénio com o Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional.

2.13 BPC termina o ano com saldo negativo

Jornal de Angola
27 De Dezembro de 2013

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) teve um exercício financeiro negativo em 2013, fruto dos Indicadores da carteira de crédito mal parado de particulares, que constituem 95 por cento do número de clientes da Instituição.

A informação foi avançada na terça-feira, pelo presidente do Conselho de Administração do BPC, Paixão Júnior, durante a inauguração de mais um balcão do banco no Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional.

Paixão Júnior informou que foram realizados poucos negócios e muitas empresas privadas ainda não

pagaram os seus créditos, condicionando o crescimento dos indicadores de rendimento.

"O nível de pagamento foi muito inferior ao que estava previsto em relação a 2012. Porém, já recebemos a garantia que as empresas vão liquidar as suas dívidas no primeiro semestre", referiu.

A abertura da unidade bancária no Comando Provincial da Polícia Nacional pretende descongestionar ou diminuir a pressão existente na agência localizada nas proximidades do mercado dos Congolezes e garantir maior rapidez e qualidade nos serviços prestados aos clientes. "Reconhecemos que são muitos os efectivos da Polícia. Por isso, estabelecemos unidades bancárias em instituições e ainda vamos continuar a abrir balcões junto das comunidades", disse o responsável.

Paixão Júnior lembrou que a abertura do posto bancário foi concretizada pela persistência da direcção do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, através de várias cartas enviadas à instituição.

A abertura deste posto eleva para 30 o número de balcões em Luanda, que totaliza 335 agências unidades a nível nacional. Em 2014, num espaço de dois meses, o banco vai aumentar para 370 o número de balcões a nível nacional. Paixão Júnior lembrou que o banco tem como função social a satisfação dos funcionários públicos e, por isso, pretende inaugurar mais balcões nas comunidades, com o objectivo de apoiar o Executivo na luta pela redução da pobreza. Este mês, foram inauguradas três agências, sendo uma no distrito urbano do Sambizanga e duas no município de Belas, em Luanda.

2.14 BUE retoma financiamento de projetos no Cunene

Jornal Agora
27 De Dezembro de 2013

De acordo com o coordenador do BUE no Kwanhama, Paulo Simões, o impasse na concessão do crédito já está ultrapassado e a partir de Janeiro do próximo ano começam a ser financiados os projetos.

O programa do BUE serve de "mola impulsadora" para o fortalecimento dos micro empreendedores, dando Garantia de continuidade e fortalecimento financeiro aos pequenos empreendedores através da concessão de microcrédito. Informou que desde a abertura em

Agosto de 2012, o BUE no Kwanhama financiou 221 empreendedores ligados a atividade comercial e

prestação de serviço. "O pequeno empreendimento tem um grande significado para a economia informal e contribui nos esforços para estimular a economia", frisou. O Balcão Único do Empreendedor é um novo serviço público cuja finalidade é simplificar o processo de constituição, licenciamento de empresas e regularização de empreendedores que se encontram no mercado informal e de actos conexos.

2.15 Crédito à economia cresceu 6,78%

Jornal Expressão
27 De Dezembro 2013

O Comité da Política Monetária (CPM) do Banco Nacional de Angola (BNA) anunciou terça-feira, em comunicado, que, no mês de Novembro, o crédito à economia atingiu um stock de 2.845 mil milhões Kz, o que representou um crescimento de 6,78% desde o início do ano. Segundo o BNA, no último mês transacionou-se, no mercado cambial um total de 2.709 milhões USD, "dos quais 1.350 milhões USD no mercado primário e restante no mercado secundário".

Ainda relativamente à evolução da economia monetária e financeira, o BNA referiu que "o mercado cambial manteve a sua estabilidade", tendo a taxa de câmbio média de referência do kwanza em relação ao dólar no final de Novembro se situado em 97,39 Kz. Relativamente à inflação, o BNA constatou a taxa de inflação mais baixa desde que há registo, ao baixar a fasquia dos 8%, conforme o Expansão noticiou na semana passada O CPM decidiu manter a taxa básica de juro em 9,25% ao ano, a taxa de juro de facilidade permanente de cedência de liquidez em 10,25% ao ano e a taxa de juro de facilidade permanente de absorção de liquidez em 0,75% ao ano.

2.16 Plano de abastecimento de água de Luanda "derrapa" este ano

Jornal Expressão
27 De Dezembro de 2013

A implementação do plano de estabilização do abastecimento de água de Luanda, que vai implicar um investimento de 6,8 milhões Kz (cerca de 70 milhões USD), atrasou-se este ano, revelou o presidente do conselho de administração (PCA) da EPAL. O atraso no projeto que se prolonga pelos próximos quatro anos -deveu-se, disse Leonídio de Ceita, a dificuldades na compra de equipamento para uma estação elevatória.

"Infelizmente, só agora estão a ser adquiridas as bombas para a estação elevatória", explicou o gestor, que falava numa cerimónia de confraternização com colaboradores da empresa pública. O plano integra a construção e a reestruturação das estações de abastecimentos de água do Quionga e do Bitá. A primeira deverá ter uma produção de 580 mil metros cúbicos (m³) de água por dia, enquanto a segunda terá capacidade para produzir 6 metros cúbicos por segundo, abastecendo toda a parte sul da capital.

O projeto contempla a entrada em funcionamento em Janeiro de 2014 de uma estação no Kikuxi, que conta com uma capacidade de produção de 300litros/segundo. Mais reservas no Cazenga e na Maianga Segundo o gestor, os municípios do Cazenga e da Maianga contarão com um aumento na capacidade de distribuição e reservas. Na Maianga, por exemplo, as reservas passarão dos actuais 25 mil m³ para 45 mil m³.

Leonídio de Ceita lamentou, entretanto, o elevado número de clientes que não pagam a água que consomem. O resultado é a existência de uma dívida na ordem dos 9,7 mil milhões Kz (100 milhões USD). "Ainda há muita gente em Luanda que não paga e, infelizmente, em alguns bairros tivemos de suspender o abastecimento", disse o PCA da empresa.

A EPAL produz atualmente 150 mil m³ de água por dia, mas, segundo Ceita, está preparada para produzir cerca de 300 mil m³.

Presentemente, a empresa conta com 200 mil ligações domiciliárias, das quais cerca de 110 mil não estão a 'jorrar' água, porque, segundo o gestor, têm existido dificuldades de abastecimento no terreno, nomeadamente ao nível da passagem de condutas. Em 2014, a EPAL prevê realizar 400 mil ligações.

"Temos as tomadas feitas e estão instalados os contadores nas residências, mas falta fazer passar as condutas devido a constrangimentos", como a existência de estabelecimentos, nomeadamente "pequenas cantinas", em percursos. Em Agosto, a EPAL teve uma receita de 390,3 milhões Kz (4 milhões USD) e prevê manter o montante no próximo ano.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Saurimo ganha novo mercado municipal

Semanário Economia e Finanças
06 De Dezembro de 2013

Um novo mercado municipal, com capacidade para albergar 400 vendedores, foi inaugurado recentemente, no município de Saurimo, província da Lunda-Sul, pela governadora provincial, Cândida Narciso.

A construção do empreendimento enquadra-se no programa do governo local, que visa melhorar as condições de comercialização das vendedoras, evitar a venda ambulante e acabar com a comercialização de produtos na via pública.

Construído num período de oito meses, o novo mercado custou 72 milhões de kwanzas. O mercado possui uma área de 50 hectares, que vão permitir aos vendedores desenvolver as suas actividades sem constrangimentos.

Benefício

Na ocasião, a governadora Cândida Maria Guilherme Narciso, aconselhou aos beneficiários a conservar e proteger o bem público posto à disposição da população, bem como realçou os esforços que estão a ser feitos para se melhorar cada vez mais as condições e qualidade de vida dos municípios.

3.2 Inaugurado novo mercado

Jornal de Angola
07 De Dezembro de 2013

Um novo mercado com capacidade para 400 lugares e em melhores condições para a venda de produtos diversos foi inaugurado pela governadora Cândida Narciso, no bairro Txikumina, arredores de Saurimo, província da Lunda-Sul.

Construídos em oito meses pela empreiteira Azelenga Construções, na sequência da edificação de mercados urbanizados a nível da província da Lunda-Sul, o espaço de venda visa conferir dignidade às vendedoras informais e a manter a salvaguarda da saúde dos consumidores. A população do bairro Txizaínga também dispõe de uma nova cozinha comunitária.

Na escola do segundo ciclo, José Manuel Salukombo, no bairro Txikumina, a governadora da província Cândida Narciso procedeu ao lançamento do projecto E-Net, numa parceria entre o Ministério da Educação, Unitel e Huawei. Nesta primeira fase foram instalados oito computadores.

"Com a paz alcançada há onze anos, hoje é possível levar até ao último angolano condições que lhe permitam viver razoavelmente", disse a governadora, acrescentando ser necessário preservar os bens públicos, para que se possa dar continuidade dos trabalhos e tornar Angola um país desejado por todos.

3.3 Novo método para acabar com a venda em locais impróprios

Semanário Angolense
07 De Dezembro de 2013

A cidade de Luanda tornou-se num verdadeiro campo de batalha entre fiscais e comerciantes, tudo porque o governo provincial criou novos mecanismos para acabar com a venda de produtos em locais impróprios.

Os fiscais voltaram a circular por Luanda e estão a usar da força para poderem intimidar os vendedores. Correm atrás deles para receber os seus produtos que levam para os seus postos de trabalho.

Alegando ordens recebidas, chegam ao ponto de espancar alguns cidadãos, principalmente oriundos da província de Benguela e os de nacionalidade congoleza.

O «Semanário Angolense» constatou a cena de um jovem que foi espancado pelos fiscais dentro do carro que serve para carregar os produtos que recebem dos vendedores.

O jovem clamava por socorro enquanto era esbofeteado mesmo com a viatura em movimento. Este caso aconteceu na zona do Marçal.

Algumas vezes a população reage com comportamentos indevidos para demonstrar o seu descontentamento quanto a situação que estão a viver.

a vendedor Jorge Chipalo, teme que as coisas possam tornar-se piores com esta atitude do governo em usar da força para conseguir os seus objectivos.

«Espero que as coisas não tomem outros caminhos porque os fiscais estão a tratar-nos muito mal. As

«pessoas estão a ficar frustradas e tendem em pagar pela mesma moeda», alertou.

Na zona da Cuca a luta tem sido constante. Muitos produtos são levados pelos fiscais que deixam os donos sem possibilidades de lutar pelo pão de cada dia.

Enquanto diversas pessoas estavam assustadas naquela zona do município do Cazenga, Maria Lamba lamentava o facto de ter sido presa, depois de perder os produtos que comercializava.

«Isso não se faz a ninguém, apenas estou aqui a lutar pela minha sobrevivência e para dar algum sustento aos meus filhos. Agora sem negócio não sei como as crianças vão comer», lamentou.

A par de Maria [arriba, outros tantos também reclamam diariamente a perda dos seus produtos e alguns alegam que o que está a acontecer não passa de roubo.

As lamentações por parte dos lesados são demasiadas, o que pode provocar rapidamente um espírito de revolta e fazer com que os populares percam o medo e passem a enfrentar os seus «inimigos», tal como eles os tratam.

De acordo com o estudante universitário, Márcio dos Santos, os fiscais têm abusado das ordens que receberam e têm tratado a população de uma maneira exagerada, o que certamente irá causar mais problemas no país.

Márcio dos Santos apelou ao governo para que tenha soluções mais eficientes porque o uso da força só traz frustração e causa maior desorganização.

Penalização para vendedor e comprador

Desta feita, as pessoas que compram os produtos serão penalizadas, uma vez que já se fez muitas acções para que os vendedores deixassem as zonas proibidas.

a presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), José Tavares Ferreira, apelou sábado (30), pela colaboração da população, a fim de que as coisas corram com normalidade.

José Tavares frisou que o comércio ilegal pode terminar caso seja desencorajada a compra de produtos nas zonas proibidas.

«Está em estudo a possibilidade de se criar diplomas para penalizar os vendedores ilegais e os compradores, mas de momento vamos fazer uma

campanha de desencorajamento da venda ilegal», explicou.

Alguns compradores de produtos nas ruas são de opinião que a venda ambulante tem facilitado bastante, principalmente quando se pretende fazer uma compra rápida.

«Eu sou a favor de que os vendedores se mantenham, mas desde que o governo utilize políticas de os organizar melhor, porque têm facilitado muita gente», afirmou Joaquim Apolinário.

Para António Xavier, é um absurdo que os compradores sejam prejudicados pela falta de competência do Executivo da província. O nosso interlocutor disse que não concorda com esta medida que se pretende implementar, porque é difícil passar por uma coisa que a pessoa precisa no momento e não comprar.

«Acredito que esta medida só será implementada, porque já tentaram diversos métodos que não deram certo, o que pressupõe fracasso neste trabalho», alegou.

Contrariamente aos nossos interlocutores, algumas pessoas pensam que para manter a cidade limpa é necessário tirar os comerciantes das zonas proibidas de venda. «Acho que o governo está a tomar uma boa medida porque se estes vendedores que fazem das ruas um centro comercial, não terem clientes, acabarão por desistir»

O professor -de Sociologia, Manuel Adriano, disse que a medida é boa até certo ponto, porque tem dúvida acerca da duração e o cumprimento desta medida em todas as zonas da cidade.

Manuel Adriano falou também que os' comerciantes não se vão deixar bater tão fácil e sempre vão procurar um local para continuar com as suas práticas.

«O que se deve fazer é encontrar um local para meter as pessoas ou criar outras políticas, porque desta maneira será muito difícil de se encontrar eficácia total, haverá sempre confrontos com a população», aconselhou.

O problema do grande número de pessoas que comercializam nas ruas da cidade capital é uma questão que já dura há muito tempo mas que não tem conhecido qualquer resolução. Os vendedores saem diariamente de vários pontos do país para melhorarem as suas vidas em Luanda.

Os congolezes são outro grupo que também dificulta bastante a solução deste problema. Os vendedores aumentaram em demasia na zona dos Congolenses,

São Paulo, Hoji-ya-Henda e Kikolo, entre outras, depois de ter sido encerrado o antigo mercado «Roque Santeiro».

3.4 Cidadinos apelam à intervenção da Polícia Económico

Semanário Factual

De 07 a 14 de Dezembro de 2013

Nos últimos dias, a agitação já tem se registado nas principais zonas comerciais e supermercados de Luanda. Associada a este facto, está a preocupação dos cidadãos quanto à subida progressiva dos preços dos produtos.

A aproximação da quadra festiva (25 de Dezembro a 01 de Janeiro) tem sido aproveitada pelos comerciantes como época de facturação, em que, cada um, procura, a todo custo, ter a maior margem de lucro, desrespeitando o consagrado na Lei do Comércio.

Cidadãos, com menores recursos financeiros, vêm-se, cada vez mais, incapazes de adquirirem bens essenciais para a passagem de uma quadra festiva aceitável, face aos preços dos bens de primeira necessidade e outros, que estão a subir, a cada dia que passa, tanto nos mercados formais como nos informais.

Actualmente, bens como alimentos, bebidas, roupas, calçados e brinquedos para crianças, constam entre os produtos que os preços dispararam.

Taxistas facturam a seu bel-prazer

Em Luanda, não são apenas os bens de primeira necessidade, cujos preços subiram neste período festivo, os últimos dias, é frequente a especulação do preço da corrida de táxi.

Segundo taxistas, a cobrança de duzentos Kwanzas pela corrida se deve aos constantes congestionamentos, à manutenção das viaturas e ao mau estado das vias rodoviárias.

Formalmente, o preço da corrida de táxi, ou vulgo candongueiros, está estipulado em cem Kwanzas, mas, por desacato ao ajuste feito pelo Ministério das Finanças, os taxistas especulam as tarifas a cobrar.

Os apelos contra as especulações efectuados pelos taxistas remontam à entrada em vigor da nova tarifa a cobrar por corrida.

O princípio, a Polícia Nacional levou, às barras do tribunal, vários prevaricadores que especulavam o

preço de cem para duzentos Kwanzas, bem como aqueles que encurtavam as rotas.

Num périplo realizado pelo Factual, foi possível descobrir que os taxistas nem sequer respeitam o reajuste efectuado pelo Ministério das Finanças e fazem tudo ao seu bel-prazer.

Paulo Alencar desabafou ao Factual que "não consigo acreditar como as autoridades competentes em lidar com este tipo de situação não reagem. Penso que estas compactuam com o que se está a viver quanto à especulação dos preços da corrida de táxi".

José Freitas, taxista, falou ao semanário que "as condições das vias não são das melhores e sempre partimos uma mola, furamos o pneu ou acontecem outros danos na viatura. Então, por este motivo, aumentamos o valor da corrida".

Engarrafamento está na origem do aumento da corrida de táxi

Questionado se receia ser preso por especulação, o jovem respondeu: "Já foi julgado uma vez, no tribunal de Luanda, e tive de pagar uma multa de trinta mil Kwanzas, mas o problema são os patrões que querem, sempre, receber o seu dinheiro completo, e com o engarrafamento nem sempre conseguimos. E isso faz também com que subamos os valores", esclareceu o taxista.

Numa outra conversa com o taxista Paulo Lourenço, foi possível saber quanto os taxistas podem conseguir durante o dia.

Lourenço falou que se começar a trabalhar das 05 horas em ponto até às 12 horas poderá já ter arrecadado cerca de 20 mil Kwanzas, que é o valor em que são retirados o dinheiro para o combustível, a lavagem da viatura e do patrão.

Desde o princípio do ano, a Polícia Económica tem desenvolvido um plano operativo de combate à especulação de preços. Centenas de taxistas já foram julgados e condenados, mas, até ao momento, continua a situação. Face a esse quadro, cidadãos alegam existir o desrespeito às autoridades.

Os entrevistados foram unânimes em reconhecer a actuação coerciva por parte da Polícia Económica e o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (I ADEC), quanto à especulação do preço dos produtos de primeira necessidade e das corridas de táxis.

De igual modo, com a chegada da quadra festiva, ainda se nota a insuficiência de espaços, de clima e de condições de prevenção de incêndio nas lojas

comerciais da capital, o que é preocupação dos comerciantes.

O Factual constatou que as lojas comerciais localizadas no Hoji-ya-Henda, vulgo Arreou, no município e Cazenga, são as que maior perigo representam aos clientes e familiares, com registo de sete a dez casos de asfixia em todos os finais de semana, por aglomeração de pessoas e químicos exalados de roupas importadas.

As lojas não possuem instalações eléctricas adequadas, sendo estas feitas de forma sorrateira ou à base de "puxadas", entre as paredes que se limitam uma da outra, situação deveras perigosa, dada à qualidade dos cabos que alimentarem outros anexos, transformados em armazéns.

Responsáveis de armazéns ouvidos pelo Factual reconheceram a falta de condições de comodidade das suas propriedades e justificaram que as têm encerrado às 12 horas, a fim desanuviar o interior dos estabelecimentos, evitando a asfixia de quem circula no interior.

A subida vertiginosa de preços é uma outra realidade a ter em conta, a par da insuficiência de comodidade e sanidade de centenas de armazéns espalhadas no município de Cazenga e no distrito do Sambizanga, facto que, segundo clientes, se deve à época natalícia, que se avizinha.

Entre as várias mercadorias procuradas pelos familiares e comerciantes estão as árvores de Natal, balões de cristal, calçados, bonecos e outros adornos natalícios.

3.5 Vendedores invadem espaços reservados aos peões

Jornal de Angola
17 De Dezembro de 2013

As passagens aéreas do Rocha Pinto, Congolese e de Viana são invadidas por vendedores ambulantes, que não se conformam com os locais propícios à venda e fazem mercados nos espaços reservados aos peões. Onde há grande aglomerado de pessoas logo aparece a "zunga".

Produtos que deviam ser vendidos nos mercados são comercializados nas passagens aéreas de peões. Lá vende-se de tudo: roupas, medicamentos, feijão, fuba, batata e outros bens de consumo. Muitos produtos não estão em condições, mas as pessoas compram.

Celeste Cassoma é vendedora há mais de dois anos e revelou à reportagem do Jornal de Angola que na

passagem aérea do Rocha Pinto a venda é feita com discrição por causa dos fiscais: "os vendedores têm conhecimento das irregularidades que estão a cometer mas preferem arriscar para ter que petiscar", disse.

Teresa José vende medicamentos na passagem aérea de peões no bairro Rocha Pinto: "vendo aqui porque as praças estão muito distantes da minha casa e há mas rendimento na ponte, porque passa aqui muita gente, todo o dia". A zungueira diz que "não há lugar nas praças, mesmo que nos corram, temos de voltar para aqui".

Na passagem aérea de Viana, Maria Pedro vende relógios. Tem consciência do embaraço que causa aos peões, mas afirma que "aqui é o meu local de trabalho".

Os peões, já conformados com comércio nas pontes, saem de casas exclusivamente para fazer compras nas passagens aéreas, como é o caso de Osvaldo Adilson, que assegura: "não há mal nenhum em comprar os produtos aqui o problema é a desordem que os vendedores provocam".

"Um lugar na Praça Nova custa de 15 a 30 mil kwanzas, independentemente do lugar, sem falar da cobrança de limpeza que é feita diariamente", disse Ana Afonso, que abandonou a praça "Trinta" na zona do Cacucaco para vender na passagem aérea de Viana.

3.6 Instituto municipaliza os seus serviços

Jornal de Angola
20 De Dezembro de 2013

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) estabeleceu como meta para o próximo ano a municipalização dos seus serviços, com base na formação dos quadros dos núcleos provinciais, anunciou na quarta-feira, no Sumbe, a directora-geral da Instituição.

Paulina Semedo, que visitou o Kwanza-Sul durante algumas horas, afirmou que os factos constatados ao longo de um périplo que tem estado a realizar por Angola reforçam a convicção de que essa é a decisão correcta.

Além disso, revelou ter ordenado à Direcção do Comércio e ao Núcleo Provincial do INADEC que apurem e tomem disposições para contrariar a tendência de elevação dos preços dos brinquedos à venda no Sumbe, que considerou estarem um pouco exagerados".

A directora-geral do INADEC disse que nas visitas efectuadas no Sumbe não se deparou com muitas infracções ou irregularidades, tendo-se, até, registado progressos em comparação a uma visita realizada há três meses com a ministra do Comércio, Rosa Pacavira, visto os estabelecimentos comerciais em que esteve apresentarem um nível aceitável de higiene e a arrumação dos produtos estar dentro dos padrões definidos.

Os trabalhadores com que contactou estão conscientes da necessidade de se manterem informados para poderem manipular os alimentos, garantiu. Paulina Semedo visitou as instalações do núcleo provincial do INADEC, onde considerou não estarem reunidas as condições apropriadas para trabalhar, mas tranquilizou os trabalhadores, ao afirmar que a situação vai mudar com a edificação ou aquisição de uma nova sede e a atribuição de meios de transporte aos técnicos para que possam deslocar-se aos municípios ou efectuar visitas de inspecção.

Na semana passada, em Malange, a directora-geral do INADEC reconheceu as dificuldades enfrentadas pelos técnicos do Instituto para exigir o respeito da lei pelos prestadores de serviços, como a falta de infra-estruturas adequadas, de transportes e outras condições de trabalho.

Essas dificuldades, referiu, são vividas em todas as províncias do país, razão pela qual deve ser feito um trabalho de fundo no sentido de se encontrar soluções.

"Com estas visitas pretendemos apresentar os problemas ao Ministério do Comércio e propor mudanças, para as melhorias que queremos para que o INADEC tenha resultados positivos nas suas acções", sublinhou. No Sumbe, Paulina Semedo manteve um encontro com o vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas, António Gaina, e visitou os estabelecimentos comerciais da rede Maxi e Nosso Super, farmácia privada Meditech e um estabelecimento comercial denominado Ercoshop-comercio geral import/export".

3.7 Procura sobe nos mercados a cinco dias das festas natalina

Jornal Economia e Finanças
20 De Dezembro de 2013

Sexta-feira, 20. Cinco dias nos separam do Natal, data em que se comemora simbolicamente o nascimento de Jesus Cristo. Em quase todo mundo, regista-se um frenesim característico da véspera da quadra festiva,

que começa no dia 15 de Dezembro e termina pouco depois do primeiro dia do ano seguinte.

Por cá, o sol escaldante de Luanda convida para as praias, mas indiferentes às preocupações deste, os trabalhadores só querem saber do cabaz e do 13º salário, Já os agentes económicos aproveitam a onda do consumismo, típico dessa fase, para facturar e fechar as contas em grande.

Nesse corre-corre, os ladrões anseiam obter a sua "quota-parte", investindo a sua acção criminosa nas praças, becos, paragens de táxi e na calada da noite. Por isso, nesses dias que antecedem o Natal é, amiúde, ouvir-se dos mais velhos a máxima "viver não custa, é só saber andar". Aliás, há quem diga que o Dezembro traz consigo "azares" que desaconselham as aventuras tentadoras.

Mercados cheios

Pessoas oriundas de várias partes de Luanda acorrem para os mercados informais ao redor da capital para abastecerem-se de produtos alimentares indispensáveis para uma quadra festiva digna do seu nome.

No mercado do Katinton, táxis, kupapatas (moto-táxi), "roboteiros", vulgo "trabalhadores", e transeuntes misturam-se num zigue-zague que remete a nossa imaginação para o interior de um enorme formigueiro.

Indiferentes ao cheiro nauseabundo dos produtos deteriorados no chão e ao lixo que se acumula próximo dos locais de venda de produtos alimentares, compradores e vendedores nego ceiam o valor dos produtos postos à disposição dos interessados. "Quanto é a caixa de tomate?", pergunta um cliente que recebe resposta imediata: "É 2000 kz mano, vai levar quantas? Tem desconto... ", E nesse bate-papo, comerciantes facturam milhares de kwanzas por dia movimentando um sector emergente da economia angolana, o agro-negócio.

Com a implementação do Papagro (Programa de Aquisição de Produtos Agropecuários), o antigo problema do escoamento da produção agrícola foi minimizado, se não mesmo resolvido. Segundo o Secretário de Estado do Comércio, Álvaro Paixão Júnior, que falava durante a inauguração, no Zango, da trigésima primeira loja da rede Nosso Super, o Papagro é um programa que visa contribuir para o aumento da produção e do rendimento económico dos produtores. O facto é que, agora, os resultados deste programa são visíveis. Os mercados informais, por exemplo, registam abundância de produtos

agrícolas como o tomate, facto que fez baixar o preço deste produto.

Preços estáveis

Questionada pela nossa reportagem, a vendedora ambulante conhecida por "mana Susana" afirma que, por essa altura, os produtos que registam maior procura são: o tomate, batata rena e doce, bacalhau, óleo maná, leite Nido, frutas, arroz, fuba, frescos e bebidas. Quanto aos preços, ela disse que mantiveram o seu valor, sendo que alguns produtos baixaram o preço devido à quantidade da oferta. "Por exemplo, no ano passado, o balde de tomate custava 800 kz a 1.000 kz, agora custa 500 kz. Assim tá bom!", disse contente.

Quando questionado sobre a variação de preços de outros produtos, Wade Garcia, comerciante de gás butano, afirmou que em comparação com a quadra festiva passada, os preços actuais estão melhores para o consumidor. "Basta recordar que em 2012 o gás de cozinha chegou a custar 4.5^o kz (quase 50 dólares), hoje o preço oficial é 10 vezes menos, ou seja 450 kz" referiu.

Por sua vez, a comerciante Emília Gomes, lembrou que há cerca de dois anos que o preço do leite Nido tem se mantido estável. "Sempre comprei a 2.5^o kz e até ao momento ainda não subiu", disse com uma expressão de contentamento, porque, segundo afirmou, este é um dos produtos alimentares cujo preço sobe antes da quadra festiva. A fuba, que faz parte da dieta diária, também não subiu, continua a 100 kz o quilo, sendo que nalguns casos custa um pouco menos.

Postos no mercado do 30, a nossa reportagem constatou que os preços são praticamente os mesmos. Alguns produtos registam uma ligeira variação para mais ou para menos, como é o caso do preço do bacalhau que varia entre os 1.000 kz e 1.700 Kz conforme o tamanho.

Preços reflectem baixa inflação Segundo o economista Celino Queta, a tendência de estabilidade dos preços que se verifica nos mercados reflecte o êxito da política macroeconómica levada a cabo pelo Executivo cujo impacto positivo na economia real tem permitido a redução da taxa de inflação a um dígito. "É preciso aliar as políticas macroeconómicas e o incentivo à produção interna para que, deste modo, possamos reduzir as importações e manter baixa a taxa de inflação", apelou. Importa referir que, segundo o vice-governador do ~NA, André Lopes, a taxa de inflação atingiu em Outubro último o valor mais baixo de sempre, situando-se em 8,4 por cento.

Nesta quadra festiva, o Ministério do Comércio garante que todo o aparato fiscal está montado para punir os que comprometerem os resultados até aqui conquistados, fazendo subir de forma oportunista e gananciosa os preços. "Apelamos ao respeito pelas normas e esperamos que os agentes económicos ajam com civismo comercial e respeito pelos direitos dos consumidores. Actos de naturezas ilícitas não ficarão impunes" declarou o Secretário de Estado do Comércio, Álvaro Paixão Júnior.

Com os ventos económicos a soprarem para bom porto e os preços a manterem-se estáveis ou com tendência de redução, há razões suficientemente motivadoras para desejar aos nossos leitores "Boas festas!".

3.8 Bairro da Camuxiba tem novo mercado

Jornal de Angola

28 De Dezembro de 2013

A praça junto à praia da Mabunda, no bairro da Camuxiba, foi eliminada e no seu lugar foi construído um novo mercado do peixe com todas as condições de higiene. Conceição Álvaro, mais conhecida por "velha Mabunda", teve a Iniciativa de construir o mercado com o apoio da Administração da Samba, para acabar com os amontoados de lixo na praia, resultantes da venda naquele local.

Até agora era difícil manter a praia limpa, pelo facto de não haver colaboração dos moradores e das vendedoras que fizeram uma praça" em cima do areal da praia.

O lixo era uma ameaça constante à saúde dos moradores e dos que se atreviam a frequentar a zona.

O novo mercado com 460 lugares de venda, o mercado "Mabunda" abriu as portas aos clientes no início de Dezembro. Agora o pescado da praia da Mabunda é comercializado em condições de higiene e conservação.

O mercado do peixe está aberto todos os dias, das 6h00 às 16h00 e as vendedoras pagam uma taxa diária de 100 kwanzas para a manutenção e conservação.

Joana Pedro vende no novo mercado e está satisfeita porque agora tem condições para a conservação do peixe. Quando vendia na praia o peixe ficava exposto ao sol, "o que não é bom, com o mercado, temos as melhores condições de venda".

Como Joana Pedro, Maria António deixou de vender no areal da praia e aderiu ao mercado. A vendedora disse que os lucros continuam os mesmos.

A procura do peixe é a mesma. O que mudou foi apenas o local de venda. Os clientes aparecem em maior número. Mas ainda se vê a teimosia de muitas vendedoras que insistem em comercializar o peixe junto à praia. Dão trabalho à fiscalização da Administração Municipal da Samba que corre todos os dias com os infractores. Peixeira há mais de 60 anos, Conceição Álvaro, "Velha Mabunda", nasceu na Samba, junto à praia e começou a vida como vendedora de peixe. Quanto à alcunha que carrega, foi herança da mãe, Joana Francisco, que também era peixeira. Os clientes diziam: "vamos comprar peixe na praia da dona Mabunda". E a fama continua até aos dias de hoje. Mas agora existe um mercado com excelentes condições para clientes e vendedores.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Proposta do OGE para votação final

Jornal Economia e Finanças
06 De Dezembro de 2013

A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014 segue esta sexta-feira, 6, para votação final na Assembleia Nacional, depois de ter sido apreciada e discutida na especialidade, na passada quarta-feira.

O último acto foi marcado pela votação e aprovação de dois documentos, nomeadamente, o relatório parecer conjunto da 1ª e 5ª comissões da Assembleia Nacional sobre a proposta e o projecto de resolução que aprova o Orçamento Geral do Estado.

A proposta que segue hoje para a votação final é caracterizada como um documento peculiar que, pela primeira vez, na história recente da economia angolana introduz o conceito de orçamento programa, como esclareceu o presidente da Comissão de Economia e Finanças, Manuel Nunes Júnior,

"Pela primeira vez na história económica recente de Angola, nós temos um orçamento programa, isto quer dizer que temos um plano nacional para os próximos 5 anos, 2013/2017, onde vêm os vários programas que devem ser implementados para que o programa do partido que ganhou as eleições possa ser executado, e depois deste plano de acção ter sido definido e com os seus programas estruturantes, agora temos os vários orçamentos que, em cada ano, vão dar expressão financeira a este plano nacional", frisou.

O OGE esteve ainda esta semana no centro das atenções, num encontro mantido pelas várias comissões especializadas e a equipa económica do Executivo.

A equipa económica do Executivo foi liderada, no encontro, pelo Ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa.

No final do encontro, o deputado Manuel Nunes Júnior, disse que "houve uma interacção entre as várias comissões e os membros do Executivo, em que foram trazidas várias ideias de carácter fundamental, mais de substância, para poderem

conformar o relatório parecer conjunto final", que seria então apreciado e aprovado na quarta-feira.

O grupo parlamentar do MPLA reuniu-se igualmente esta semana, em Luanda, para apreciar o relatório parecer conjunto final da conta geral do Estado e o relatório parecer conjunto sobre o OGE, para 2014.

O deputado Salomão Chirimimbi, porta-voz da reunião, explicou as razões destes tipos de encontros, que já se tornaram habituais.

"Concluimos que, apesar de a conta geral do Estado, sendo a primeira que a Assembleia Nacional vai apreciar, ela não poderia deixar de apresentar ainda algumas insuficiências, que são compreensíveis, pois há países muito mais desenvolvidos e que já levam bastante mais tempo do que Angola, em matéria de apreciação da conta geral do Estado, mas que ainda estão a aprender caminhando", explicou.

Segundo o deputado, Salomão Chirimimbi, o documento foi elaborado com base numa taxa de câmbio kwanza/dólar de 98 kwanzas.

"Ficámos a saber que o orçamento foi construído tendo em conta uma produção petrolífera de 655 milhões de barris/ano, foi construído tendo em conta um preço de referência orçamental de 90 kwanzas por um dólar dos Estados Unidos da América, foi construído com base numa taxa de câmbio kwanza/dólar de 98 kwanzas, foi construído tendo em conta um défice na base do compromisso de 4,9 por cento", esclareceu.

O Orçamento de Angola para 2014 prevê uma taxa de crescimento do PIE de 8,8 por cento no próximo ano, 2,5 pontos percentuais acima do estimado pelo Fundo Monetário Internacional num relatório do mês passado (6,3 por cento).

De acordo com o relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado 2014, a economia angolana deve acelerar depois do crescimento previsto de 5,1 por cento para este ano e passar para 8,8 por cento no próximo ano, em termos reais, estimando-se em 2015, um cenário mais optimista que o desenhado pelos economistas do FMI, que no World Economic Outlook, previam para 2014 um crescimento de 6,3 por cento, revendo em baixa de um ponto percentual a previsão anterior, datada de Abril.

O relatório revela um país com as contas saudáveis, embora dependente do sector petrolífero, com um peso significativo nas receitas do Estado e com a expectativa de superar os dois milhões de barris diários em 2015, depois de uma desaceleração para 1,78 este ano e 1,76 milhões em 2014.

"Nos últimos cinco anos, a economia angolana apresentou uma taxa de crescimento económico de 5,7 por cento, tendo o sector não-petrolífero crescendo em média, em termos reais, a uma taxa de 9 por cento e o sector petrolífero 0,6 por cento ao ano", lê-se no documento, que elege como objectivos principais o controlo da inflação, para "melhorar o nível de vida da população, propiciar um ambiente favorável a níveis elevados de actividade económica e, conseqüentemente, para um aumento do emprego", a sustentabilidade das contas públicas e a regulação do sector financeiro, com o intuito primordial de "aumentar o crédito disponível para o financiamento do desenvolvimento da economia angolana".

No referido OGE, o Executivo vai aumentar o controlo sobre os investimentos públicos, condicionando a sua execução à apresentação de mapas trimestrais e obrigando à obtenção de financiamento antes do início das obras, de acordo com o disposto na proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2014.

No relatório que acompanha o orçamento para 2014, afirma-se que a execução dos novos projectos fica sujeita a "disporem do financiamento assegurado na fonte orçamentada, terem os projectos executivos elaborados, terem os contratos assinados e homologados nos níveis correspondentes e terem elaborado os mapas de execução física e financeira".

4.2 O que se pode esperar do OGE para 2014

Semanário Factual

De 07 a 14 de Dezembro 2013

De acordo com o Ministério das Finanças, a metodologia de elaboração do OGE/2014, publicada pelo Ministério das Finanças, em Maio de 2013, resguarda que o orçamento por programa tem por objectivo estruturar as despesas em programas, assegurando o melhor equilíbrio entre custo, qualidade e prazo, e também assegurar o alinhamento dos programas com os objectivos gerais e áreas estratégicas do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Espera, assim, que haja uma melhoria no desempenho na gestão da administração pública, tendo como elemento básico a definição de responsabilidade por custos e resultados de cada programa, bem como proporcionar a afectação de recursos nos orçamentos anuais, de modo compatível com os objectivos estabelecidos no Plano Nacional

de Desenvolvimento (PND) e no Cenário Fiscal de Médio Prazo.

A orçamentação por programa estabelecido para 2014 visa melhorar os padrões de eficácia e eficiência da despesa pública, através de uma gestão física financeira baseada em resultados.

Neste sentido, metodologicamente, foram estabelecidas também novos procedimentos para suportar a elaboração do orçamento de 2014.

Orçamento por programa estabelece a governação por programas

o orçamento por programa estabelece a governação por programas a partir de dois pressupostos: cobrança de resultados e realidade problematizada. Toda a acção do Executivo está identificada nos programas conforme o PND, tendo em conta os problemas diagnosticados na sociedade.

Assim, o programa torna-se o elo que garante efectivamente a integração do planeamento e o orçamento.

Com esta metodologia, é criado um encadeamento lógico entre planeamento e orçamento, uma vez que se inicia um processo a partir do qual são consideradas as necessidades da sociedade (os problemas) e definido um conjunto de operações (programas) que serão desenvolvidas, tendo em conta os recursos disponíveis para gerar produtos específicos.

A adopção de um orçamento por programas visa, acima de tudo, reforçar a disciplina orçamental e conferir qualidade (eficiência e eficácia) à execução orçamental, dando grande foco aos resultados e, conseqüentemente, assegurar um desenrolar mais harmonioso do processo orçamental.

Para o exercício financeiro/2014, excluindo as despesas permanentes de funcionamento do Estado e as decorrentes da dívida, a repartição das despesas pelos programas articula-se em torno da política de desenvolvimento sectorial, conforme previsto no PND.

Nesta perspectiva, para o ano financeiro em causa, esta política do PND está avaliada em 2.636,17 mil milhões de Kwanzas.

Assim, na óptica sectorial, a realização da política de desenvolvimento sectorial conta com uma grande intervenção do Estado no domínio das infra-estruturas, à qual foi alocado 48 por cento do Orçamento, alocado aos programas do PND, seguido do sector social, com 21 por cento, do sector

económico, com 6 por cento e, por fim, o sector institucional, com 26 por cento.

Política de desenvolvimento sectorial conta com 141 programas.

Por outro lado, a realização da política de desenvolvimento sectorial conta com a implementação, neste exercício financeiro, de um total de 141 programas, prevendo-se a realização de 53 e 37 programas nos sectores sociais e económicos, respectivamente. A nível do sector de infra-estrutura, prevê-se a realização de 25 programas que visam melhorar a qualidade das instituições públicas.

4.3 Deputados procedem hoje à votação final do Orçamento Geral do Estado 2014

Semanário Económico

12 De Dezembro de 2013

A pós um longo período de seguidos debates e discussões em que se procedeu à votação na generalidade da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado, e tendo sido submetido nas discussões de especialidade, o documento que planifica as contas globais do Executivo para ano económico 2014, vai hoje a votação final global.

Os parlamentares do MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA irão discutir e proceder à votação final global da proposta de lei do OGE 2014 que estima receitas de sete triliões, duzentos e cinquenta e oito mil milhões, trezentos e oitenta e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e novecentos e quarenta e quatro Kwanzas, durante a terceira reunião plenária ordinária da segunda sessão legislativa da terceira legislatura.

Em declarações ao *Semanário Económico*, o presidente da bancada parlamentar da UNITA, Raul Danda e o vice-presidente da CASA-SE Manuel Fernandes já manifestaram as suas intenções de votos. As duas bancadas avançaram que irão votar contra o documento, por não se ter registado nenhuma alteração após sucessivos debates onde foram feitos a diversas recomendações.

UNITA vai votar contra diz Raul Danda

Para Raul Danda, a proposta do Orçamento Geral do Estado devia sofrer várias alterações, uma vez que foram apresentadas e sugeridas várias contribuições e recomendações durante as discussões na especialidade.

"A UNITA vai votar contra o orçamento. Quando estávamos a discutir esse documento na especialidade uma das coisas que nos foi dita é que as propostas que fomos apresentando serviriam para trabalhos futuros, o que significa que foi um exercício inútil, porque sabemos que mesmo o OGE para 2015 será feito também da mesma forma e ainda assim nos pedem propostas", lamentou.

O deputado sublinhou igualmente que o Orçamento devia ser mais equilibrado, por um lado, por outro, defende que a elaboração do documento devia começar com uma consulta junto dos parceiros sociais, a fim de se aferir da sociedade os reais problemas enfrentados, ao invés de primeiro se fazer a proposta e só posteriormente chamar os deputados para aprovação. Raul Danda reprovou os mais de 23 itens descritos no sector da Defesa com a designação de "outros projectos", defendendo que os mesmos deviam ser melhor esclarecidos aos deputados.

"Há níveis de segurança sim, mas há outros níveis de segurança relativamente aos deputados. Quando encontramos no OGE cerca de 23 itens no Ministério da Defesa com a designação "outros projectos", o que dá muitos milhões de dólares e nos dizem tratar-se de segredos militares, sinceramente não - se pode compreender isso, há coisas que podem ser segredos para os cidadãos mas não para os deputados", frisou.

O parlamentar da UNITA disse que outra razão da não aprovação do documento, por parte do seu partido, tem a ver com a divisão orçamental por função, tendo defendido que devia haver incremento nas verbas destinadas aos sectores da Saúde, Educação, Agricultura e Pescas após as discussões e contribuições apresentadas. "Todos os deputados chegaram à conclusão que o sector da Educação tinha de merecer uma verba superior, mas foi o próprio ministro da Educação que disse que não tinha capacidade para se fazer despesas que explicassem um aumento de receitas, e nós quando olhamos para o nosso país, já sem guerra, continuamos sem perceber como é que o sector da Defesa, Segurança e Ordem Pública tem uma fatia maior (16,45%) do que a Educação (6,17%) e a Saúde (4,35%) juntas, achamos que alguma coisa não está bem", disse o deputado.

Para Raul Danda se o país quer continuar a crescer e diversificar a sua economia há um sector que não se pode pôr de parte, que é a Agricultura.

"No OGE 2013 o sector da Agricultura tinha uma fatia de um 1 %, mas neste orçamento desceu para quase metade, (0,66%), de igual modo o sector das Pescas, com as potencialidades que possui, conta

apenas com 0,17%, portanto, são situações que não compreendem-se", frisou Raul Danda.

O deputado da UNIT A disse por outro lado que existe falta de vontade política no que concerne o combate das assimetrias regionais, tendo questionado o facto de o Orçamento Geral do Estado estar demasiado centralizado em Luanda.

"É uma aberração o país ter um orçamento demasiado centralizado, com 85 por cento das receitas para os órgãos centrais e apenas 15 por cento para as outras províncias, é uma aberração pensarmos, ainda hoje, que até a casa do administrador municipal ou as vias terciárias tenham de ser pensadas em Luanda", concluiu.

Por sua vez, o segundo vice-presidente da CASA-CE, Manuel Fernandes, afirmou que o seu partido irá manter a sua posição apresentada até o momento e votar contra o documento por este não corresponder às reais dificuldades do país e por "pecar" em termos de transparência. "Nós vamos manter a nossa postura e a nossa linha de voto, na medida em que este Orçamento não corresponde aos anseios da lealdade, da proliferação da economia, e ainda fere os princípios da transparência", frisou. Para o deputado da CASA-CE a elaboração do OGE 2014 assim como a Conta Geral do Estado, não observou devidamente a aplicação de vários princípios fundamentais, que devem superintender a elaboração de qualquer Orçamento Geral do Estado".

"Não se pode aceitar por exemplo, um Orçamento que atribua apenas à Agricultura 0,66 por cento e ao sector social todo 33, por cento", disse.

"O documento (OGE) não teve a necessidade de ser alterado" afirma João Pinto

Já o vice-presidente da bancada parlamentar do MPLA, João Pinto disse que a bancada que representa votará a favor na votação final global, tendo defendido que o documento não teve a necessidade de ser alterado por corresponder com o actual estágio de crescimento e desenvolvimento do país.

"Preferimos fazer um orçamento com erros do que com perfeição, porque a perfeição que a oposição procura não existe.

Temos um orçamento que vai garantir ao MPLA à execução do seu programa de forma a resolver os problemas do povo", disse. João Pinto disse que os avanços registados no país reflectem a vontade política do seu partido em continuar a satisfazer as necessidades das populações, e acredita que o OGE

de 2014 irá impulsionar ainda mais o programa Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

"Angola vai-se desenvolver paulatinamente. Quando uma criança começa a dar os primeiros passos, ela cai de vez em quando, depois de algum tempo já consegue correr, é isso que está acontecer com o nosso país", disse.

O OGE é o principal instrumento de gestão, contendo a previsão das receitas e despesas públicas. O documento contém a situação económico-financeira do país, evolução e previsão das receitas e despesas orçamentais e avaliação do financiamento do défice orçamental para o ano fiscal de 2014.

De recordar que o Orçamento Geral do Estado para 2014 tem subjacente o Plano de Desenvolvimento 2013-2017, fixa o limite de despesas para todos os entes orçamentados e prevê os recursos financeiros necessários para a cobertura destas despesas.

O documento, de acordo com ministro das Finanças Armando Manuel, reflecte os grandes objectivos nacionais fixados no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

4.4 Lopo de Nascimento critica programa de reforma tributária

Semanário Económico

12 De Dezembro de 2013

Numa altura em que o Executivo está a estudar a redução da tributação sobre as empresas (o imposto industrial),

dos actuais 35% para 30%, de forma a tornar o país mais atractivo para os investidores, o antigo primeiro-ministro de Angola e actual deputado do MPLA, Lopo de Nascimento afirmou recentemente em Luanda, que os resultados apresentados pelo Programa do Executivo para Reforma Tributária (PERT) estão longe de alcançar os objectivos preconizados pelo Executivo, no âmbito do novo regime fiscal que se pretende.

"Analisando os documentos todos ao longo deste processo, vejo que os resultados que nos foram apresentados nesse projecto não estão de acordo com os objectivos definidos pelo governo e pela direcção do partido", disse o deputado.

O parlamentar sublinhou igualmente que as adaptações dos modelos e dos processos do PERT não estão de acordo com a realidade actual do país, uma vez que ao seu ver, favorece mais as importações em detrimento da produção nacional.

"Vamos ver que um dos objectivos que o governo definiu foi a simplificação e quando lemos o documento não vemos essa simplificação dos processos, outro objectivo é a dinamização da produção interna em desfavor da importação, mas agente lê o documento e vê que, quem vem de fora tem mais facilidade em relação a alguém que está aqui nesta luta sangrenta diária," referiu.

Para Lopo do Nascimento o processo da Reforma Tributária é necessário, mas deve ser comedido de forma a não criar embaraços e situações burocráticas na vida dos produtores nacionais em particular e na produção nacional em geral.

"A reforma é necessária, nós continuamos a assistir a necessidade de pagamentos de impostos em cascata, quem produz paga imposto no principio e no final da produção e não vemos esse problema acabar, portanto, temos que analisar profundamente essa reforma", disse o deputado acrescentando que "a reforma é necessária mas não pode ser contrário aquilo que a gente quer".

O do MPLA exemplificou que um dos objectivos do governo é dinamizar o sector da Agricultura, tendo referido que para a concretização desta meta, é fundamental que a agricultura não fica limitada pelos diversos impostos previstos no documento (PERT).

"É preciso aumentar a produção nacional, é preciso fazer avançar a produção em detrimento das importações. Se quem produz passa a vida a pagar impostos, ou tem que arranjar uma forma de pagar, porque o mecanismo é tão complexo, evidentemente que os objectivos do governo não vão ser atingidos", concluiu Lopo do Nascimento.

Reagindo à Lopo Nascimento director-adjunto do Programa Executivo para a Reforma Tributária, Gilberto Luther disse apenas que as críticas são bem-vindas porque demonstram claramente o interesse dos contribuintes nas reformas em curso.

"Vimos com muitos bons olhos os pensamentos críticos, nós estamos numa sociedade democrática e temos que estar preparados para aceitarmos discutir em público, sobretudo quando esse ponto de vista tem uma grande dimensão política, disse Gilberto Luther, tendo adicionando que "isso demonstra que os contribuintes estão atentos, a sociedade está atenta e nós enquanto responsáveis do PERT devemos nos esforçar cada vez mais para oferecermos as melhores garantias aos contribuintes a fim de ganharmos mais confiança por parte deles"

Gilberto Luther reconheceu que actual pacote tributário em curso carece de actualização atendendo a actual dinâmica da economia do país.

"Estamos em reforma porque se entendeu superiormente que um estado de coisas não se poderiam manter, ou seja, o nosso sistema jurídico-tributário encontra-se em grave estado de oscilação em termos de impostos e dos sistemas que ainda vigoram entre nós, e entendemos que o estágio actual sócio-económico do país já não é compatível com as normas que actualmente ainda estão em vigor", disse.

Por outro lado, o responsável garantiu que o novo regime industrial vai trazer melhorias para os contribuintes de uma forma geral.

"Estamos convictos que se seguirmos escrupulosamente aquilo que são os ditames que lançamos todos os programas, micro-programas inerentes a essas linhas gerais, certamente que as coisas melhorarão não só para o empresariado mais também o contribuinte em geral, disse.

Angola detém a mais elevada taxa de imposto industrial em África, segundo KPMG

Segundo dados da consultora KPMG, Angola detém a mais elevada taxa de imposto sobre as empresas do continente africano, a par apenas do Sudão e da Zâmbia.

O país está assim em contra ciclo com os restantes parceiros africanos, que têm vindo a aliviar a carga fiscal sobre os empresários nos últimos anos, para atrair novos investimentos. Enquanto em Angola a taxa do imposto industrial permanece fixa em 35% desde 2006, no resto de África tem vindo a descer de uma média de 30,8% em 2006 para 28,5% este ano, adianta a KPMG.

A confirmar-se a redução do imposto industrial angolano para 30%, o país irá tornar-se mais competitivo face aos maiores rivais na região: a Nigéria tem uma taxa fiscal sobre as empresas de 30%, Moçambique 32%, Zâmbia 35% e África do Sul está nos 28%.

4.5 Ministro já pensa na execução do OGE para 2013

Jornal de Angola
12 De Dezembro de 2013

A Comissão Económica do Conselho de Ministros deu ontem 'luz verde' a uma proposta do Decreto Presidencial que define as regras anual de execução do Orçamento Geral do Estado, visando o aumento

da eficiência e eficácia do. Gastos públicos. A cessão, que decorreu no Palácio da Cidade Alta, foi orientada pelo Presidente José Eduardo dos Santo.

A saída da reunião, que aconteceu a menos 24 horas da votação final da proposta de OGE para 2014, na Assembleia Nacional, o ministro das Finanças, Armando Manuel, mostrou optimismo em relação a uma "boa execução" do OGE para 2014, o qual espera tê-lo em condições de executar na primeira semana de Janeiro.

"Esperamos que 2014 seja diferente de 2013, pois aprovamos o OGE já no próprio ano 2013, o que de certo modo impactou no seu ritmo de execução e o mesmo não há-de acontecer com o de 2014, na medida em que perspectivamos logo na primeira semana de Janeiro iniciar com a execução e retomar com a actividade ordinária dos mais distintos agentes da economia", declarou.

No que se refere a matérias do gabinete ministerial das Finanças, a Equipa Económica do Governo apreciou ainda a proposta de lei de autorização legislativa para a revisão do Código do Imposto de Consumo, do Código de Imposto de Selo e do Código de Aplicação de Capitais.

Reforma do sector eléctrico

A reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros foi também dominada por discussões em tomo da proposta de programa de transformação do sector eléctrico, no âmbito do processo de reforma que prevê o surgimento até Março do próximo ano de três grandes empresas públicas que se vão ocupar, separadamente, da produção, transporte e distribuição de energia eléctrica a nível nacional.

O processo de reforma teve início em Outubro de 2012, com um diagnóstico ao sector que estabeleceu as várias etapas e tarefas a cumprir no programa de transformação do sector eléctrico. "Esse programa de reforma assenta na necessidade de conformar quer o modelo de mercado, como modelo de regulação do sector, aquilo que é a Lei Geral de Electricidade", explicou o ministro da Energia e Águas, após a sessão da Comissão Económica.

João Baptista Borges sublinhou que "no fundo o que pretendemos é estabelecer um figurino institucional do sector eléctrico que se adequa ao objectivo traçado pelo Executivo, que é o de dispormos de uma estrutura organizacional capaz de prestar um bom serviço e capaz de assegurar a gestão dos activos que estamos a construir".

Boa gestão de activos

Segundo o ministro, o Estado angolano está a fazer avultados investimentos na construção e recuperação de grandes empreendimentos, pelo que urge garantir uma boa gestão desses activos, com estruturas empresariais fortes. João Baptista Borges explicou que com a formalização das empresas de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica até Março de 2014, termina a fase de transição.

O ministro João Baptista Borges adiantou que depois da transição, as empresas vão ter até Dezembro apoio para o seu desenvolvimento operacional. "Vão ser empossados conselhos de administração e dar início a um novo ciclo de gestão com uma nova organização institucional", frisou o ministro.

Eficiência comercial

Mas a reforma do sector eléctrico é muito mais do que plano de transformação, segundo João Baptista Borges. "Temos outras acções que vão contribuir para alterar a imagem e melhorar a capacidade do sector eléctrico em termos de gestão de activos. Uma parte é o programa de investimentos que está em curso com a construção de novas centrais e o aumento da capacidade, outra é o programa de reforma tarifária cujo objectivo é levar a auto-sustentabilidade do sector para que deixemos de depender grandemente dos subsídios do Estado", disse.

O ministro referiu-se também à necessidade de melhorar a eficiência comercial das empresas, como uma componente do conjunto de factores que vão ajudar a mudar o sector eléctrico em Angola. "Pretendemos aumentar o número de clientes, instalar contadores e fazer com que a energia fornecida retorne em termos de receitas, para que as empresas tenham a sustentabilidade. Esses factores vão ser a chave da mudança e têm que funcionar de forma articulada", defendeu.

Quota do carapau

Além deste dossier ligado ao Ministério da Energia e Águas, a reunião orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foi também dominada por discussões à volta da proposta do decreto presidencial que estabelece 90 mil toneladas como quota de importação de carapau para 2014, bem como outras medidas de gestão deste recurso.

A secretária de Estado das Pescas, Antónia Nelumba, explicou que o objectivo das medidas de gestão é atingir dentro dos próximos cinco anos os mesmos níveis de biomassa da espécie dos anos 90. "De um tempo a esta parte temos vindo a adoptar medidas de

gestão do recurso, nomeadamente a veda, e para suprir a escassez no mercado interno estabelecemos uma quota de importação", disse a secretária de Estado. Durante a sessão foi analisado um relatório da inflação, causas e consequências referente ao terceiro trimestre de 2013, tendo constatado a manutenção da tendência de redução deste indicador. Tomou contacto com uma informação sobre a actividade do sector cimenteiro, bem como a proposta de Decreto Presidencial que fixa a quota de importação de cimento para 2014.

Foi apresentado um relatório da Comissão Interministerial criada para o registo do património imobiliário do Estado, sobre o contrato de regularização e legalização imobiliária, e aprovou as recomendações que visam nos próximos cinco anos regularizar e legalizar o património imobiliário do Estado.

Foram ainda apresentados documentos da Comissão Interministerial para a implementação do Plano Nacional de Formação de Quadros, tendo tomado conhecimento do seu Relatório de Progresso e aprovado o Programa de Acção para o período 2013-2014, o modelo de Contrato-Programa e a Metodologia de Trabalho para a selecção e recrutamento de professores e investigadores.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros foi informada sobre as contribuições dos sindicatos e dos empregadores ao anteprojecto de Lei Geral do Trabalho, tendo orientado à apreciação do referido diploma pelo Conselho Nacional de Concertação Social a funde posteriormente ser submetido à Assembleia Nacional.

A Equipa Económica do Governo avaliou as propostas de Decreto Presidencial de redução dos emolumentos para a constituição das sociedades comerciais da Lei de Simplificação dos Procedimentos de Constituição de Sociedades Comerciais, que visam eliminar o requisito de capital social mínimo, dispensar a exigência de escritura pública, o requisito de legalização dos livros de escrituração mercantil e fixar uma taxa única de 10 mil kwanzas para constituição de sociedades por quotas e 40 mil kwanzas para constituição de sociedades anónimas.

A Comissão Económica apreciou o documento de estudo de viabilidade da Agência Reguladora de Produtos Alimentares e Farmacêuticos, cujo funcionamento está previsto para o próximo ano. Apreciou ainda propostas de regulamentação da Lei do Sector Empresarial Público (SEP).

4.6 Conta Geral do Estado aprovada com voto contrário da oposição

Jornal O País

13 De Dezembro de 2013

Um clima de fortes acusações e contra-acusações, entre o partido no poder e a Oposição, com alguns ressentimentos pelo meio, marcou, esta Segunda-feira, os momentos que antecederam a aprovação do relatório do Executivo sobre a Conta Geral do Estado referente ao ano de 2011.

A Oposição parlamentar, que veio a demarcar-se da sua anuição, alegou que o documento estava eivado de "insuficiências" e "inverdades" por, alegadamente, não conter informações sobre "importantes unidades orçamentais", tendo mesmo sugerido a sua devolução ao proponente.

Mas o MPLA, na voz do seu líder da bancada parlamentar, Virgílio de Fontes Pereira, não entendeu daquela forma e, pelo contrário, considerou que, com aquela a atitude, os deputados da Oposição estavam a cometer "uma heresia".

"Espanta-nos, assim, o exacerbado e irrealista grau de exigência dos partidos políticos da oposição, como se a paz em Angola já tivesse 100 anos, a democracia 200 anos, as forças colonialistas tivessem sido derrotadas antes da independência do Brasil e mais, como se ninguém tivesse passado o tempo todo pós-independência a destruir o país", declarou Fontes Pereira.

Para o chefe da bancada parlamentar do MPLA, "os propaladores dessa heresia estão completamente desalinhados com a realidade material, com o verdadeiro sentimento das populações e, até, com as avaliações das organizações internacionais e da Comunidade Internacional em geral, que não param de tecer elogios à impressionante e sustentada caminhada rumo ao desenvolvimento, promovida pelo Executivo angolano, titulado por Sua Excelência José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola".

Os desabafos de Fontes Pereira viriam a entrar na retórica da "desestabilização", alegadamente, urdida pela oposição, a quem acusou de "incapacidade de ser poder".

"Essas e outras incompreensões sobre a realidade do nosso país e da nossa democracia têm levado alguns políticos a promoverem a destabilização geral. A tentativa de diabolização das instituições democráticas de Angola e dos seus principais dirigentes não revela apenas ausência de patriotismo e

falta de sentido de Estado, mas, sobretudo, uma nata vocação de incapacidade de serem Poder", acusou.

Entretanto, a Oposição parlamentar manteve-se irreductível nos seus argumentos sobre o documento, tendo mesmo desvalorizado a apreciação sobre o mesmo feito pelo Tribunal de Contas.

O chefe da bancada parlamentar da UNITA, Raul Danda, defendeu que a Conta Geral do Estado não traz os relatórios de gestão dos serviços de Apoio ao Presidente da república, do Tribunal Supremo, dos ministérios da Defesa, do Interior, das Relações Exteriores, da Justiça e Direitos Humanos.

"Não há um relatório que contenha uma informação sobre como andam as principais empresas públicas estratégicas do país, como é o caso da SONANGO ou da ENDIAMA. Ninguém nos consegue dizer o que é feito das transferências financeiras entre Angola e outros países, sobretudo os estratégicos, como é o caso da China, para citar apenas este exemplo.

Sobre as parcerias público-privadas, a informação é completamente inexistente", observou o deputado da UNITA, na declaração política lida na ocasião. Raul Danda manifestou-se ainda indignado com a apreciação feita pelo Tribunal de Contas.

"Ficamos pasmados que depois de ter constatado tanta coisa negativa, tanta coisa mal feita, o Tribunal de Contas ainda diga aos deputados que a Conta Geral do Estado referente ao ano de 2011 está em condições de ser aprovado pela Assembleia Nacional.

Em conclusão, o deputado da UNITA considerou que o exercício contabilístico apresentado na Conta Geral do Estado "é torpe, medíocre e não reflecte, com realismo e verdade, aquilo que foi feito com os recursos do país", exigindo que o Executivo voltasse com o documento "para que faça um trabalho com alguma qualidade e verdade".

PRS felicita

Por seu turno, o deputado Benedito Daniel, chefe da bancada parlamentar do PRS, felicitou "a decisão, iniciativa e a coragem do Executivo", mas também observou que o relatório da Conta Geral do Estado deixou de fora empresas estratégicas do Estado como a Sonangol, a TAAG, as Alfândegas e as empresas Pesqueiras.

"Em que termos é que este relatório reflecte a Conta Geral do Estado se não abrange a totalidade das empresas públicas?" interrogou-se o parlamentar da Oposição.

Ele acusou o Executivo de ser "reincidente" na sonegação de informações sobre a actividade de empresas que "jogam um papel preponderante e geradoras de recursos".

Para Banedito Daniel, a "arrogância dos governantes não só serve de cortina para a corrupção como também a aduba, mina a sã convivência, sufoca a reconciliação nacional, ignora os angolanos e prejudica a imagem nacional e internacional de Angola". Sobre o Tribunal de Contas, o dirigente do PRS também entende que a instituição não devia limitar-se a fazer "tímidas" recomendações, mas ter uma "actuação diferente, se tivermos em conta que o dinheiro em causa é pertença do Estado, do soberano Povo e não do Governo. Propomos que as futuras Contas Gerais sejam apresentadas com a devida transparência para se evitar que os espertalhões que hoje nos embrulham na manta da mentira, não venham a responder por crimes económicos, por brincar com assuntos do Estado e com os recursos que têm a missão de tirar do sofrimento milhões de angolanos", declarou.

O almirante André Mendes de Carvalho, líder da bancada parlamentar da CASA-CE, disse ser o relatório, que suporta a Conta Geral do Estado "um embuste, urna palhaçada".

a sua declaração política, o deputado "Miau" afirmou ser inadmissível a forma como o MPLA pretendia aprovar a Conta Geral do Estado "desrespeitando ostensivamente as normas legais".

O deputado deplorou o facto de o parecer do Tribunal ter sido entregue em apenas dois meses "quando a lei concede nove".

André Mendes da Carvalho sublinhou que pretender aprovar a Conta Geral do Estado nos moldes em que se trabalhou "é um embuste, uma palhaçada e urna traição ao mandado concedido pelo povo para fiscalizar as contas públicas".

Ainda assim, o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, disse no final da reunião de aprovação do texto, proposto pelo Executivo, que a aprovação do mesmo marca o começo de mais um passo histórico no processo de prestação de contas.

"Estou convencido que hoje é um dia histórico. Nós já estamos a fazer história", expressou o líder parlamentar que reconheceu não ser "o exercício pretendido", mas "um aspecto positivo e que cria bases para passos seguros no futuro".

O documento foi aprovado com 135 votos a favor, 31 votos contra, da UNITA e da CASA-CE, e as abstenções do PRS e FNLA.

No mesmo dia, os parlamentares renderam, em uníssono, homenagem a Nelson Mandela e Maria Mambo Café e ainda ao jovem Manuel de Carvalho Hilberto Ganga, supostamente morto a tiro por um membro da Unidade da Segurança Presidencial (USP), a 23 de Novembro último.

4.7 Maioria aprova, oposição acusa insuficiências

Novo Jornal

13 De Dezembro de 2013

PELA PRIMEIRA VEZ na história de Angola, a Assembleia Nacional aprovou, esta segunda-feira, 9, a Conta Geral do Estado (CGE) referente ao ano financeiro de 2011, apresentada pelo ministro das Finanças, Armando Manuel.

O texto final da proposta do Executivo obteve o voto favorável da bancada do MPLA e os votos contra da UNITA e CASA-CE partidos que julgam haver "insuficiências" e "omissão" nos relatórios relativos às empresas públicas de interesse estratégico, como a Sonangol, EDEL, EPAL, Endiama, entre outras.

As bancadas parlamentares do PRS e da FNLA abstiveram-se na votação do documento, que obteve parecer favorável prévio do Tribunal de Contas, apesar de algumas recomendações.

A CGE teve "luz verde" dos deputados. Nos debates, animados maioritariamente pelos deputados do MPLA, da UNITA e da CASA-CE, foram citados vários escritos de Nelson Mandela para persuadir a aprovação ou rejeição do texto proposto.

No "ataque" da oposição há a destacar a omissão de dados referentes às empresas públicas, razão pela qual a UNITA, a CASA-CE e o PRS solicitaram maior rigor na apresentação da CGE de 2012.

TC RECOMENDA MELHORIAS De acordo com o relatório do Tribunal de Contas (TC), emitido por solicitação da Assembleia Nacional, a CGE de 2011 tinha os requisitos técnicos fundamentais para ser aprovada.

A instituição encarregue do controlo das operações financeiras do Estado refere que a emissão deste parecer técnico "constitui uma etapa fundamental no processo do controlo externo da gestão pública, pois confere ao poder legislativo elementos técnicos de

que necessita para emitir o seu julgamento acerca das contas apresentadas pelo Executivo".

Já o relatório parecer conjunto das comissões de economia e finanças e dos assuntos constitucionais e jurídicos da Assembleia Nacional reconhece que a CGE de 2011 tem algumas lacunas próprias um documento novo no país, porém insuficientes para inviabilizar a aprovação.

O documento salienta que o facto de o Executivo ter remetido o texto pela primeira vez ao parlamento, mesmo sem conter todos os elementos necessários e previstos para a sua elaboração, representa um indicador importante do esforço das autoridades na melhoria dos procedimentos de gestão e controlo financeiro.

Ainda assim, recomenda a melhoria na elaboração das próximas Contas Gerais do Estado, tendo em conta as sugestões saídas das comissões de trabalho especializado do Tribunal de Contas.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO

Ao apresentar o documento, o ministro das Finanças, Armando Manuel, referiu que a CGE referente a 2011 apresenta uma evolução do património, na ordem de 8.955 por cento.

O governante explicou que a mesma teve como marco os registos activos e passivos patrimoniais, à data de 2004, tendo destacado ainda que a proposta aprovada tem duas fontes primárias de informação.

A primeira fonte de informação, explicou, representa os distintos relatórios de gestão dos vários órgãos do sistema financeiro do Orçamento Geral do Estado, enquanto a segunda se refere ao sistema integrado de gestão das finanças públicas, na sua plataforma informática.

Esta plataforma, esclareceu o governante, integra perto de 63 órgãos do Governo, 522 unidades orçamentais, mil 544 órgãos dependentes, cujos lançamentos contabilísticos aproximam-se dos 17 milhões e 18 mil e 456 transacções.

"Com todo este esforço, a Conta Geral do Estado permite-nos concluir que há ainda um conjunto de acções necessárias, de forma a determinar o volume integral dos 'stocks' do activo e do passivo", expressou o ministro das Finanças.

Armando Manuel acrescentou que, em termos de números (métricas já demonstra-se que no resultado orçamental há um volume supera-vitório na ordenados 898 mil e 231 milhões de kwanzas.

Esses valores, disse, foram obtidos essencialmente em sede de um desempenho positivo da receita, na ordem de 118 por cento, um resultado financeiro na ordem de 781 mil, 634 milhões e um resultado patrimonial de quase mil 633 milhões de kwanzas.

Armando Manuel adiantou ainda que o inventário dos bens do Estado em 2011 terá registado um crescimento na ordem de 19,6 por cento.

Após a intervenção do ministro, dos debates e da consequente aprovação do projecto de resolução da Conta Geral do Estado 2011, a bancada da CASA-CE emitiu uma declaração de voto para explicar as razões do seu voto contra.

Aquela bancada entende que a CGE ora aprovada peca por não conter uma peça que julga importante: o relatório de execução do Orçamento Geral do Estado 2011.

4.8 Maioria qualificada aprova OGE para próximo ano

Jornal de Angola
13 De Dezembro de 2013

A Assembleia Nacional aprovou ontem o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2014, com votos favoráveis do MPLA e FNLA e votos contra da UNITA, CASA-CE e PRS. O Orçamento Geral do Estado para o próximo ano tem receitas e despesas estimadas em 7,2 triliões de kwanzas. Além da votação, a sessão de ontem teve as declarações políticas dos líderes dos grupos parlamentares do MPLA, UNITA, CASA-CE e PRS.

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, afirmou que com a aprovação do Orçamento Geral do Estado de 2014, "os deputados contribuíram para uma melhor promoção, protecção e defesa dos direitos humanos, tendo em conta a importância que o orçamento dá ao sector social e à administração da Justiça".

Virgílio de Fontes Pereira afirmou que a aprovação do Orçamento Geral do Estado também vai permitir à Assembleia Nacional cumprir com a tarefa de fiscalização política ao Executivo. "O exercício da autorização legislativa e do controlo político do Parlamento ao Executivo continuam a ter resultados incontornáveis", afirmou.

Redução de verbas

O líder da bancada parlamentar da UNITA disse que, comparativamente ao orçamento do ano em curso,

no Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, o sector social sofre uma redução de verbas.

Raul Danda apontou os sectores da Saúde, Educação, Agricultura e Pescas como os mais prejudicados: "continuamos a assistir ainda no Orçamento Geral do Estado às assimetrias regionais, com uma carga incompreensível de centralização orçamental", sustentou.

Princípios violados

O presidente do grupo parlamentar da coligação CASA-CE defendeu que as recomendações feitas ao Executivo devem obedecer o princípio da anualidade, tendo acrescentado que as advertências feitas no documento devem constar no Orçamento de 2014 e não de 2015. André Mendes de Carvalho disse que a proposta de Orçamento Geral do Estado aprovada "continua a violar o princípio da transparência, unidade, universalidade e especificidade".

O PRS defende que as receitas e as despesas orçamentais devam constar num único documento, o OGE. Bendito Danie1 defendeu mais investimento na educação e na saúde e uma grande aposta na agricultura, para a diversificação da economia.

Recomendações dos deputados

Depois da aprovação do orçamento, a porta-voz da Assembleia Nacional, Emília Carlota Dias, considerou o documento importante para a vida económica e social do país. Revelou que os deputados fizeram 141 recomendações ao Titular do Poder Executivo, tendo destacado os domínios das Finanças, Planeamento, Administração Pública e Segurança Social, da Construção, Transportes, Energia e Aguas, Agriculturas, Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Família, Saúde, Urbanismo e Habitação. Os deputados, acrescentou a deputada, recomendaram também melhorias aos sectores da Administração da Justiça, Juventude e Desportos, Educação, Antigos Combatentes, Comunicação Social, Cultura, Ambiente, Ensino Superior, Administração do Território, Defesa Nacional, Interior e Relações Exteriores.

Receitas e desembolsos

As receitas fiscais (excluindo desembolsos de financiamentos e venda de activos) estão projectadas em cerca de 4,7 triliões de kwanzas, sendo 45,6 por cento proveniente das receitas petrolíferas (25,8 por cento do PIB) e 16,9 por cento das não petrolíferas (9,6 por cento do PIB).

O OGE para o próximo ano foi elaborado com base numa produção de 655 milhões de barris de petróleo por ano. O preço do barril está estimado em 98 dólares, superior aos 96,3 dólares de 2013. O Executivo considera o valor de 98 dólares conservador, uma vez que os preços médios reais de 2010 e 2011 ficaram em 110,10 e 111,60 dólares. O OGE vai financiar um total de 141 programas, entre os quais 53 do sector social, 37 para o económico e 25 programas para o sector de infra-estruturas para melhorar a qualidade das instituições públicas.

Críticas ouvidas

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Edeltrudes Costa, garantiu que o Executivo vai ter em consideração as preocupações apresentadas pelos deputados nos próximos orçamentos. Os deputados centraram as suas preocupações nos sectores da Educação, saúde, Agricultura e transportes. "Ouvimos as várias críticas e sugestões feitas ao Orçamento Geral do Estado para 2014, vamos ter em conta essas preocupações", garantiu o ministro.

Satisfação geral

O presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, considerou o debate para aprovação do Orçamento Geral do Estado aceitável e reconheceu que "apesar de os deputados terem pontos de vista diferentes, estamos todos satisfeitos porque temos o OGE para 2014".

O presidente da Assembleia Nacional esclareceu também aos deputados da UNITA e da CASA -CE sobre o pedido para o debate sobre a criminalidade. Fernando da Piedade Dias dos Santos disse que as primeiras e décima comissões de especialidade não apresentaram o relatório que ia servir para agendar o debate proposto. "Vamos fazer este debate no próximo ano", disse o presidente da Assembleia Nacional.

4.9 OGE 2014 passa com votos contra da oposição.

Novo Jornal

13 De Dezembro de 2013

O PARTIDO NO PODER, MPLA, aprovou a proposta de lei produzida pelo Executivo do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2014. Em menos de uma semana, os deputados apreciaram dois diplomas importantes. Em tão curto espaço de tempo, é caso para dizer que provavelmente "viram fumo".

"O MPLA tem responsabilidade perante o povo angolano, a oposição não sente esse peso. Vamos votar o OGE 2014", disse o líder do grupo parlamentar do MPLA, Virgílio Fontes Pereira.

O OGE para o ano 2014 prevê o crescimento económico do país, no domínio não petrolífero, e passou com 145 votos do MPLA, e 33 contra.

A oposição (UNITA, CASA-CE, FNLA e PRS) argumenta, nas suas declarações políticas, haver "inflexibilidade" do MPLA que não aceita as contribuições da oposição para o OGE. A mesma oposição alega que o sector social beneficiou de apenas 30 por cento do OGE, dando primazia a outros sectores.

A bancada da UNITA fundamentou seu voto contra com o facto de este OGE prever mais despesas em relação a 2013, "7.3 triliões de kwanzas", mas, ainda assim, o sector social sofre "uma redução de 2.3 por cento, comparado com a verba alocada no OGE 2013".

A CASA-CE entende que "na sua elaboração, este orçamento "não observou devidamente a aplicação de vários princípios fundamentais, que devem superintender a elaboração de qualquer Orçamento Geral do Estado".

O partido evoca falhas "nos princípios da transparência, da universalidade, unidade e da especificidade, com os quais se poderiam evitar "despesas opacas e pouco detalhadas".

O deputado do MPLA e presidente da quinta comissão ligada à economia e finanças, Salomão Xirimimbi, esclareceu que todas as contribuições da oposição foram consideradas, a 90 por cento.

"Não há má-fé, o MPLA é um partido democrático, não podemos excluir as contribuições da oposição. Todas elas constam no OGE", justificou.

O deputado da CASA-CE, Alexandre Sebastião André, disse que o programa de combate à fome e à pobreza não terá sucesso já que o próprio Executivo prejudicou o sector agrícola.

"Não votamos este Orçamento cheio imprecisões, não votamos porque o MPLA continua a ser arrogante"; justificou Alexandre Sebastião André.

Segundo o Executivo, o exercício de preparação do OGE/2014 procurou reflectir, de forma mais acentuada, os esforços na adopção de melhores práticas de gestão macroeconómica.

A proposta tem subjacente o Plano de Desenvolvimento 2013-2017, fixando o limite de despesas para todos os entes orçamentados e prevê os recursos financeiros necessários para a cobertura destas despesas.

O mesmo reflecte os grandes objectivos nacionais fixados no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2014:

preservação da unidade e coesão nacional, garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida, inserção da juventude na vida activa, desenvolvimento do sector privado e inserção competitiva de Angola no contexto internacional.

Esta proposta do OGE para o ano 2014 foi elaborada tendo ainda como base as projecções macroeconómicas de 8,8% da taxa de crescimento real do PIB Global, preço médio do barril de petróleo bruto de 98,00, produção petrolífera anual de 641,7 milhões de barris e taxa de inflação de 7,0 - 9,0 por cento.

De salientar que a Proposta de Lei do OGE de 2014 foi entregue no dia 30 de Outubro ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Edeltrudes Costa.

O documento apresenta despesas de 7,2 triliões de Kwanzas e propõe beneficiar o sector social em 30%, dando primazia às acções do Programa Nacional de Desenvolvimento.

Aquando da discussão e aprovação da Proposta na generalidade, o texto passou sem consenso, depois de acesos debates, com voto favorável do MPLA (131).

As bancadas parlamentares da UNITA e FNLA optaram pelo voto contra, com 29 votos, enquanto a CASA-CE e o PRS abstiveram-se (10). DAVID FIUPE

4.10 OGE aprovada com o não da oposição

Semanário Agora

13 De Dezembro de 2013

A oposição justificou o voto contra, devido a ausência no documento, das principais empresas públicas, como a SONANGOL, TAAG, e até os serviços presidenciais. "O exercício contabilístico apresentado aqui nesta Conta Geral do Estado é torpe, medíocre e não reflecte, com realismo e verdade, aquilo que foi feito com os recursos do país", disse o presidente da bancada parlamentar da

UNITA, Raul Danda, quando lia a declaração do seu grupo.

A bem da verdade, avançou, todos nós deputados, representantes do povo angolano e não do João, do António ou da Mariana, devíamos, com coragem e honestidade, exigir ao Executivo que volte com este documento para a mesa, faça um trabalho com alguma qualidade e verdade e, aí sim, traga para apreciação e votação.

Danda disse não ter como entender a pressa, sobretudo se é para que as coisas sejam feitas de qualquer maneira.

"Aprovar este documento da forma como veio e está, seria o exercício de uma mera brincadeira e julgo que aqui nesta sala ninguém tem mais idade para essas coisas", disse acrescentando que se a intenção é aprovar o OGE da forma como está, o melhor seria, libertar o Executivo desse exercício.

O político convidou os seus colegas parlamentares a olharem para o parecer emitido pelo Tribunal de Contas (TC) sobre a Conta Geral do Estado relativa ao ano de 2011, tendo referido que aquele órgão de Justiça, apesar de ter reclamado do tempo demasiado curto para a realização de uma análise substancial, fez uma série de constatações e recomendações.

O que mais intrigou a bancada da UNITA, é o facto de o Executivo ter apresentado a OGE com 39 unidades orçamentais, ao nível central, que remeteram relatórios para efeitos dessa conta, mas só 14 apresentaram dados sobre a execução dos Programas de Investimento Público (PIP) e mesmo assim, Tribunal de Contas deu parecer favorável

"Onde é que o Ministério do Planeamento foi buscar os dados que inseriu no seu relatório"? - Questionou o parlamentar para quem há ministérios que não remeteram esse relatório e o Ministério do Planeamento atribui-lhes uma execução do PIP na ordem dos 292.1% como afirma o parecer do Te.

O presidente da Bancada da UNITA revelou ainda que a CGE não integrou o demonstrativo da gestão patrimonial, com destaque para o inventário patrimonial, conforme estabelece a alínea j) do nº 3 do artigo 58º da Lei nº 15/10, de 14 de Julho.

Sublinhou também que todo o rosário de constatações feitas pelo Tribunal de Contas já tinha sido referido pelos deputados da bancada do seu partido, a 17 de Outubro, quando o relatório da Conta Geral do Estado deu entrada na Assembleia Nacional.

"Quem olhar com olhos de ver para as 41 páginas desse parecer, bem como para as 4 páginas do único anexo que contém as suas 33 recomendações, verá facilmente que esta Conta Geral do Estado contém muitas insuficiências, muitas inverdades, muitas omissões. Isso é fruto de desconhecimento, ou simplesmente a impossibilidade de justificar os descaminhos do dinheiro dos angolanos. É fruto de alguma incompetência na prestação de contas, ou simplesmente, a impossibilidade de justificar a total desgovernação e a gritante falta de transparência de que padecem as estruturas governativas do país; é deficiência no agrupamento, análise e apresentação dos dados contabilísticos, ou é fruto da aberrante falta de transparência para a qual parece não haver nem remédio, nem vontade de cura"? - questionou novamente o deputado.

Danda disse não estar a sentir-se bem devido ao 'faz de contas' emitido pelo Tribunal de Contas. " Fico triste quando vejo o Tribunal de Contas emitir a esperança de que as coisas conheçam alguma melhoria no exercício a seguir a este em análise. Devo dizer que, essa esperança pode morrer pois a conta Geral do Estado para 2012 já foi remetida à Assembleia Nacional e as doenças são as mesmas. É verdade que o parecer emitido pelo Tribunal de Contas vale por isso mesmo, é um parecer, não se podendo substituir ao crivo dos deputados, na sua qualidade de representantes do povo angolano. Mesmo assim, ficamos pasmos que depois de ter constatado tanta coisa negativa, tanta coisa mal feita, este órgão de justiça diga aos deputados que a Conta Geral do Estado referente ao ano de 2011 está em condições de ser aprovado pela Assembleia Nacional", concluiu.

ARROGÂNCIA CRÓNICA. Por seu turno o Partido de Renovação Social entende que o Executivo tem sido reincidente, no que se refere a não justificação da aplicação do dinheiro público, e não se percebe como é que, as empresas de importância secundária, pelo seu peso produtivo, e ministérios sejam forçadas a prestar contas e as empresas que jogam um papel preponderante, geradoras de recursos, não só não prestam contas, como até nem sequer se fazem presentes na Assembleia Nacional.

Para esta formação a política de 'enquanto os cães ladram a caravana passa', adoptada pelo Governo, revela uma arrogância crónica e uma desonestidade inadmissível, nas democracias modernas. "A arrogância dos governantes não só serve de cortina para a corrupção como aduba, mina a sã convivência, sufoca a reconciliação nacional, ignora os angolanos e afecta a imagem nacional e internacional de Angola",

disse Benedito Daniel durante a leitura da declaração do seu partido.

A mesma declaração refere que os relatórios que integram esta Conta Geral do Estado são aleatórios devido ao contraste entre a realidade concreta e a realidade laboratorial que nos é servida.

Benedito Daniel, que é o líder da bancada parlamentar do PRS, disse que o seu partido admira a singular capacidade do Executivo de 'domesticar' a própria realidade.

"O PRS entende que o Tribunal de Contas não devia limitar-se a fazer tímidas recomendações. Devia ter uma actuação diferente, se tivermos em conta que o dinheiro em causa é pertença do Estado, do soberano povo e não do Governo". Aliás, disse o deputado, "isso só é possível num país onde tarda a chegar a cultura da auto-demissão, por amor às regalias. De contrário, o TC não assumiria o papel de mero espectador e teria de chumbar este documento".

O PRS aconselha a não chorar pelo leite derramado, mas lembra que a 'paciência também se impacienta'.

No fim da sua declaração Benedito Daniel apresentou uma proposta, segundo a qual, "as futuras CGE sejam apresentadas com a devida transparência para se evitar que os "espertalhões que hoje nos emburram na 'verboite' da mentira, não venham, amanhã responder em juízo por crimes económicos, devido a brincadeira que fizeram com os assuntos do Estado e com os recursos que têm a missão de tirar do sofrimento milhões de angolanos". Referiu o deputado, que sublinhou igualmente que a transparência governativa, se tomada como compromisso, impele que a gestão dos dinheiros públicos se submeta, sem omissões, ao princípio da unidade e da universalidade. Tal significa que, quando se pretende gerir com transparência, ou se comece a exercitá-lo como é o caso, as receitas e as despesas orçamentais devem ser apresentadas num único documento, e, todas as receitas e despesas públicas devem constar do OGE.

É PRECISO CORAGEM. Entretanto os discursos da oposição não tiveram a força bastante para fazer recuar o partido no poder, que apesar dos 31 votos contra, da UNITA e da CASA-CE, e as abstenções do PRS e da FNLA não se coibiu o MPLA de votar, mesmo sozinha a favor da aprovação da Conta Geral do Estado.

Para o ministro das Finanças, Armando Manuel, a introdução do Plano de Contas representa uma evolução do património, tendo como marco os registos dos activos e passivos patrimoniais de 2004.

Informou que a CGE tem duas fontes de informação: a primeira representa os diferentes relatórios de gestão dos vários órgãos do sistema financeiro do Orçamento Geral do Estado e a segunda representa o sistema integrado de gestão das Finanças Públicas, que integra 63 órgãos do Executivo, I 522 unidades orçamentadas e 1.544 órgãos dependentes.

De acordo com o governante, em 2011 registaram lançamentos contabilísticos de 17.018.456 transacções, esforço que, na sua defesa, permite concluir ser necessário determinar o volume integral dos stocks do activo e do passivo.

"A CGE representa o desempenho do sector público e congrega o desempenho dos sectores da Segurança Social e empresarial".

Quanto à questão levantada pela UNITA, CASA-CE e PRS em relação a ausência do relatório de gestão da Conta Geral do Estado das empresas estratégicas, o ministro disse, sem entrar em detalhes, que a falta de um ou de outro relatório no documento "não permite concluir, que os recursos orçamentais disponibilizados não tenham sido contabilizados na Conta Geral do Estado".

No calor dos debates, o presidente da Assembleia Nacional, Fernando Dias dos Santos viu-se obrigado a interromper várias vezes a sessão para pedir calma. "É certo que ainda não fizemos o exercício que gostávamos, mas temos de registar este acto como positivo, porque demos o primeiro passo e traçamos orientações para 'que os próximos sejam mais seguros. Mas é preciso trabalhar na base da confiança e que nos momentos difíceis deve reinar o espírito de tolerância para termos de facto uma nação reconciliada" - disse, acrescentando que sejam quais forem as dificuldades, "vamos atingir os nossos objectivos, sendo preciso coragem, persistência e paciência".

4.11 OGE passa pelo crivo NA

Jornal O País

13 De Dezembro de 2013

De acordo com o presidente do grupo parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, o OGE assegura uma simbiose com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013- 2017.

Como era de esperar a Oposição votou contra, com base nos argumentos apresentados desde o princípio das discussões.

O líder da bancada parlamentar do MPLA disse na sua declaração política ser pela primeira vez na história económica de Angola, e no ano em que a AN aprovou a Lei de Emissão e Gestão da dívida pública directa e indirecta, que "o Executivo consagrou uma significativa verba para a prestação de garantias aos operadores económicos nacionais, cujos projectos sejam relevantes para a concretização do Plano Nacional de Desenvolvimento".

Citado pela Angop, Virgílio de Fontes Pereira mencionou 245 biliões de kwanzas consagrados à gestão do Fundo Soberano, dando assim, o Executivo, "mais um sinal de transparência e submissão à função de controlo e fiscalização da AN, em sede da prestação de contas da Conta Geral do Estado do exercício económico de 2014".

Quanto à atitude da oposição Fontes Pereira destacou que a votação negativa não poderá deixar de reflectir uma contradição básica com as contribuições que foram apresentadas por eles e acolhidas pela maioria, em relação às recomendações ao Executivo.

"Vale também sublinhar o facto de o voto contra o OGE significar um indesmentível voto contra o Orçamento da Assembleia Nacional, o que contrasta com as crescentes reivindicações de aumentos salariais, de condições de trabalho, de melhor qualidade e dos meios rolantes, apresentadas sistematicamente e desmesuradamente pelos deputados da Oposição, numa total demonstração de falta de seriedade", desabafou, a óptica do líder do grupo parlamentar do MPLA, "estamos perante um ambiente propício para, com a aprovação e execução da presente proposta do OGE, o Estado poder contribuir para uma melhor promoção, protecção e defesa dos direitos humanos, dada a importância que consagra não só ao sector social, em geral, como a administração da justiça' em particular.

"E isto não deixa de ser significativo e simbólico numa altura em que celebramos há dois dias, a data consagrada mundialmente aos direitos humanos", completou.

Entretanto a oposição voltou a reiterar os seus argumentos sustentados, basicamente, no facto de, alegadamente, o OGE penalizar o sector social.

UNITA

Na passada semana o deputado e chefe da bancada parlamentar da UNITA, Raul Danda, havia referido que a verba para a educação é fraca e que há mesmo "um virar de costas" para este sector.

"Na educação há mais prioridade para o ensino superior ao invés do de base, que é onde estão os problemas", disse.

O deputado da UNITA precisou que os 30 por cento das verbas destinadas ao sector social referem-se basicamente a subsídios a preços de combustíveis, com cerca de 52 por cento e que "perto de 90 por cento disto são subvenções para os combustíveis, que beneficiam os mais ricos que têm os barcos".

Segundo o líder parlamentar da UNITA, o sector social sofre, em 2014, uma redução de 2,3%, comparado com a verba alocada no OGE de 2013.

No que tange ao sector da Saúde, Raul Danda disse que o mesmo sofreu uma redução em cerca de 53,5 mil milhões de Kwanzas. Raul Danda deu a conhecer também que, na proposta de OGE do Executivo não há diversificação da economia e que esta continua a estar simplesmente posta sobre o petróleo, "ignorando outros sectores como a agricultura que devia proporcionar o desenvolvimento".

O entender do deputado da UNITA, "a Assembleia Nacional está a ficar cada vez mais um órgão auxiliar do poder executivo".

CASA-CE

O porta-voz da CASA-CE, Lindo Bernardo Tito, já tinha admitido o voto contra a aprovação do OGE se não fossem tidas em conta as sugestões feitas pela sua organização.

Ele tinha considerado que o OGE tinha questões muito graves do ponto de vista dos equilíbrios orçamentais e "questões muito graves relativamente à falta de clareza de várias despesas, e tem, fundamentalmente, uma coisa que é aberrante".

Bernardo Tito observou, por outro lado, que a verba orçamental desceu comparativamente a de 2013 havendo uma descida das verbas sociais "muito drástica" o que, no seu entender, "prova que da parte do Governo não há uma visão clara relativamente à área social".

O parlamentar considera que constitui "outro exemplo da manipulação do OGE quando o Governo diz que está equilibrado do ponto de vista de receitas e despesas correntes. À olho nu qualquer um chega à conclusão de que há esse equilíbrio mas o diferencial das receitas correntes que pode ser aplicado nas despesas de capital, há uma sobra.

Este diferencial equivale mais ou menos a 50 biliões de Kwanzas, é o que eles colocam como reserva orçamental e esta reserva pode ser utilizada

aleatoriamente, o que vai aumentar as despesas correntes".

Para o deputado, esta é apenas uma manobra que o governo encontrou para dizer que o OGE está equilibrado para não ter que cair na situação de ilegalidade.

PRS

Por seu turno, o secretário-geral e líder parlamentar do PRS, Benedito Daniel, também disse a O PAÍS que não havia nenhuma diferença entre o OGE para o exercício económico de 2013 e a proposta para 2014, o que podia ser motivo suficiente para o voto contra.

"No OGE de 2013 nós havíamos recomendado ao Governo que corrigisse alguns factores na elaboração do actual OGE, este, nós não vimos respeitadas as recomendações dadas na altura", observou.

"Os pensamos que há municípios, particularmente os que mais oram afectados pela guerra, que deviam ser periodizados em termos de investimentos. Isto podia fazer com que os seus habitantes, que se tinham fixado noutras regiões, se sentissem estimulados a regressar.

Se não tivermos investimentos nestes municípios o seu despovoamento vai permanecer por muito tempo", sustentou.

O que acontece, segundo afirmou, é que tradicionalmente existem zonas administrativas do país que gozam de privilégios em detrimento de outras, o que acentua as assimetrias actuais.

Benedito Daniel disse que não colhe a opinião do Governo segundo a qual muitas zonas são privilegiadas por terem maior densidade populacional e tendência para haver pólos industriais.

"Mas, para isso, é bom ter em conta que outros municípios também precisam de se desenvolver e, a ser assim, o país continuará a ter algumas regiões mais desenvolvidas e outras permanentemente subdesenvolvidas", advertiu.

O secretário-geral do PRS considera que as assimetrias regionais estão, deste modo, a ser cultivadas e alimentadas pelo próprio Governo.

"O Governo não deve desenvolver aquilo que já está desenvolvido, deixando outras zonas do país no subdesenvolvimento", defendeu.

O deputado da Oposição diz estar convicto de que nem todas as sugestões do seu partido serão

atendidas, mas pediu que "pelo menos as mais importantes devem ser consideradas, principalmente as que vão contribuir para o desenvolvimento do país".

Benedito Daniel garantiu o voto favorável na aprovação definitiva do documento se forem tidas em conta as propostas apresentadas.

"Demos o benefício da dúvida e abstivemo-nos na aprovação na generalidade da proposta orçamental, mas poderemos votar contra a aprovação do OGE de 2014.

O responsável partidário manifestou-se também contra o facto de, alegadamente, os orçamentos provinciais serem definidos pelo Governo central.

"É um erro porque as prioridades de cada província alteram-se consoante as necessidades de cada província, pelo que devem ser definidas pelos respectivos executivos", disse.

Para ele, os orçamentos não podem ser uniformizados de forma propositada a partir do Executivo Central.

4.12 Parlamento aprova primeira Conta Geral do Estado da democracia angolana

Jornal Expansão
13 De Dezembro de 2013

A Assembleia Nacional (AN) aprovou segunda-feira, pela primeira vez na história da democracia angolana, a Conta Geral do Estado (CGE) de 2011, um documento essencial para avaliar o uso que o Governo faz dos dinheiros públicos.

Na entrega do documento, o ministro das Finanças, Armando Manuel, ressaltou que 2011 "constitui um marco importante na perspectiva de consolidação das contas públicas", acrescentando que a entrega e aprovação do relatório "constituirá um trampolim para incrementar a qualidade da OGE no futuro, elevando a transparência e produzindo informação que permita uma condução mais acertada da política fiscal mais consistente".

Apesar de ter sido a primeira a ser apresentada e aprovada pela AN, esta não foi a primeira CGE a ser elaborada. O ex-ministro das Finanças Severim de Moraes, que esteve com a pasta entre Fevereiro de 2008 a Outubro de 2010, chegou a elaborar a Conta de 2008, sendo o documento apresentado num seminário destinado a consciencializar os gestores

públicos no sentido de colaborarem no processo de elaboração do documento, que seria apresentado pela primeira vez em 2009 com base no exercício financeiro de 2008.

O ministro das Finanças, quando apresentou o documento na AN, a 15 de Outubro, referiu que desempenho das Finanças do Estado em 2011, quando comparado com o Orçamento Geral do Estado (OGE) do mesmo ano, "mostrou-se positivo" não obstante a um crescimento do PIE em 3,7 pontos percentuais aquém do esperado.

Armando Manuel fez questão de frisar que se alcançou "um saldo equivalente a 10,6% do PIE -10,2 pontos percentuais acima do previsto no OGE-, com uma execução da receita de 118,9% e da despesa de 98,4%". Ou seja, houve um saldo positivo de 898.213,5 milhões Kz em 2011, "não obstante a falta de abrangência dos dados do balanço patrimonial, por não incorporação das situações patrimoniais ocorridas antes de 2004", referiu o ministro.

O responsável pela pasta das Finanças adiantou também que o resultado financeiro se demonstrou positivo no valor de 781.634,9 milhões Kz, havendo "um valor de disponibilidades acumulado de 1.704,8 milhões Kz, representando um aumento de 84,7%".

Já em matéria de resultado patrimonial, a CGE refere um montante em 2011 de 1.633.898 milhões Kz, elevando o resultado acumulado para 3.530.392 milhões Kz.

Perante estes dados, a oposição argumentou com algumas insuficiências no documento, como a não apresentação das contas dos serviços da Presidência e do Ministério da Defesa, considerados essenciais para se ter uma visão mais clara dos dinheiros públicos.

Ainda assim, o líder da bancada parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, disse na sessão da AN, citado pela Angop, ser "com particular satisfação" que se constata "que verba destinada ao sector social foi utilizada para executar acções que elevam directa e efectivamente a qualidade devida da famílias, no âmbito da protecção social, da educação, da habitação e serviços comunitários, da energia e águas, da saúde, da cultura e protecção ambiental",

A CGE, único ponto inscrito na agenda da sessão de segunda-feira orientada pelo presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, foi aprovada com 135 votos a favor, 31 contra e quatro abstenções.

4.13 "Proteccionismo à produção nacional deve ter equilíbrio"

Jornal Expansão

13 De Dezembro de 2013

De um modo geral, qual lhe parece ser o aspecto mais positivo do OGE 2014? Claramente, o aumento das verbas para a área económica. Na minha óptica, o combate à pobreza não se dá apenas através dos serviços sociais, mas também na óptica do acesso aos serviços económicos e, principalmente, com a criação de emprego. Tudo o que possa acontecer durante 2014, em termos de programas que contribuam para a criação de emprego, é bem-vindo. Podemos pensar que este aumento de verbas pode trazer-nos boas notícias se as coisas forem bem geridas.

E qual é o negativo?

Exceptuando o que referi pela positiva, devo dizer que acho que o OGE 2014 constitui, em certa medida, um retrocesso. Digo-o porque estamos a fazer o primeiro orçamento depois das eleições de 2012. Quando se realizaram as eleições de 2012, os cálculos para o orçamento de 2013 de certo modo já estavam definidos. Era muito difícil fazer mudanças. Eu esperava que, com as promessas eleitorais de 2012, e com o que foi dito na altura da investidura do PR de certo modo conformando um programa de acção para o período da presente legislatura, eu esperava que este orçamento explicitasse essas promessas, e viesse ao encontro das aspirações da população para que alguns dos problemas mais complexos desta sociedade fossem resolvidos, com destaque para a questão do emprego. Nós precisamos com urgência de resolver o problema do emprego no nosso País, porque de outro modo criaremos condições para possíveis perturbações de carácter social. Por outro lado, neste discurso à nação, foi dito que haveria de esperar neste quinquénio uma maior preocupação com o homem, isto é, homem no sentido lato.

O investimento público sofre um forte 'empurrão', de quase 50%. É um sinal positivo? Aparentemente, sim. Parece ser uma estratégia positiva aumentar o investimento público, mas há duas questões que gostaria de referir: a primeira é saber se os investimentos periodizados são, de facto, os que são mais necessários. A segunda é se temos capacidade para executá-los.

E serão prioritários?

Por exemplo, pergunto-me se seria mais prioritário gastar dinheiro a construir recintos desportivos para

o Mundial de Hóquei em Patins e em toda a parafernália que envolveu a realização do campeonato, do que no ensino primário. Aqui houve cortes, mas houve dinheiro para o Mundial. Pergunto, ainda, se o Mundial é mais importante e prioritário do que combater a seca ou desenvolver a agricultura. Oficialmente, diz-se que foram gastos cerca de 150 milhões USD no Mundial, mas há quem diga que foi muito mais. Mesmo sendo essa a verba, se fosse gasta com a agricultura, daria um 'empurrão' muito grande na solução dos problemas dos agricultores, permitindo-lhes outras condições para aumentar com mais velocidade a produção.

E há capacidade para executar os investimentos?

A maioria dos investimentos, utilizando a gíria, é no 'betão'. Ou seja, investimos mais no que podemos chamar hardware, quando, e isto é reconhecido por vários governantes, temos sérios problemas de software - ou seja, de capacidade para não só para executar as obras de gestão, mas também para fiscalizá-las. Penso que o investimento público deveria ser canalizado de uma forma equilibrada entre o hardware e o software.

A nova pauta aduaneira vai encarecer a entrada de vários produtos. É positivo que se proteja também por esta via a produção nacional?

Há um grande debate sobre isso. Há uma corrente que defende a protecção da agricultura e da produção nacional, e há quem defenda que isso representa um perigo, pois vai permitir que os nossos empresários se acomodem e não evoluam do ponto de vista tecnológico. Eu defendo o meio-termo, o equilíbrio. Deve haver proteccionismo, como houve na história de outros países desenvolvidos, mas deve ser bem conduzido para que não crie essa situação de estagnação tecnológica.

Olha com esperança para a nova classe de jovens de empresários?

Olho sempre com esperança para aquilo que vem da juventude, pois um jovem é, por definição, um rebelde no bom sentido, ou seja, alguém que quer fazer coisas novas. É verdade que as gerações mais idosas têm a vantagem da experiência, mas também têm a desvantagem da acomodação. Um jovem pode não ter experiência, mas não pode considerar-se acomodado. Estou convencido de que os jovens poderão ser determinantes na introdução de novas ideias, novos métodos, novas tecnologias, e com isso teremos realmente uma nova geração de empreendedores. Contudo, devemos também ter cuidado em não valorizar demasiado aqueles casos

que, supostamente, são de sucessos, mas no fundo resultam de favores.

4.14 Conta Geral do Estado é puro «Lusca e fusca»

Semanário Angolence
14 De Dezembro de 2013

Na primeira vez que a Assembleia Nacional aprovou a Conta Geral do Estado, os deputados passaram em revista o que foi feito no ano financeiro de 2011, com o dinheiro dos contribuintes e, principalmente, os dividendos das riquezas do país.

Depois das discussões em torno do assunto, a bancada parlamentar do MPLA votou pela aprovação do texto final, e como é esmagadoramente maioritária, superou os votos contra da UNITA e da CASA-CE, as duas principais forças da oposição.

Os opositores do governo apresentaram-se mais frágeis ainda com o facto dos deputados do PRS e da FNLA se posicionarem por cima do muro, com a abstenção

Pelo parecer do relatório do Tribunal de Contas, solicitado pela Assembleia Nacional, a Conta Geral do Estado de 2011 tinha os requisitos técnicos fundamentais para ser aprovada.

Para a instituição, a emissão deste parecer «constitui uma etapa fundamental no processo do Controlo Externo da Gestão Pública, pois confere ao Poder Legislativo elementos técnicos de que necessita para emitir o seu julgamento acerca das contas apresentadas pelo Executivo».

Mas, os representantes do Galo Negro e da «CASA» não viram as coisas com a mesma clareza com que enxergaram os «camaradas», dando aval ao Tribunal de Contas.

Um dos maiores pontos de «ataque» das bancadas da oposição foi a omissão de dados referentes a empresas públicas de interesse estratégico, razão por que a UNITA, ÇASA-CE e PRS solicitaram mais rigor na apresentação da Conta Geral de 2012.

O Relatório-Parecer Conjunto, das Comissões de Economia e Finanças e dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional reconhece que a Conta Geral de 2011 tem algumas insuficiências próprias de um documento novo no país, porém insuficientes para inviabilizar a aprovação.

Refere que o facto de o Executivo ter remetido o texto pela primeira vez ao Parlamento, mesmo sem conter todos os elementos necessários e previstos para a sua elaboração, representa um indicador importante do esforço das autoridades na melhoria dos procedimentos de gestão e controlo financeiro.

Ao apresentar o documento, o ministro das Finanças, Armando Manuel, referiu que a Conta Geral do Estado referente a 2011 apresenta uma evolução do património, na ordem de oito mil, 955 por cento.

Foi após a intervenção do ministro, dos debates e da consequente aprovação do Projecto de Resolução da Conta Geral do Estado 2011, que a bancada da CASA-CE emitiu uma declaração de voto, para explicar as razões do seu voto contra: a Conta peca por não conter uma peça que julga importante, o Relatório de Execução do Orçamento Geral do Estado 2011.

A Conta Geral do Estado mostra que o «desempenho das finanças do Estado em 2011, quando comparados com o OGE, apresenta um crescimento do PIB de 3,9%, o que significou 3,7 pontos percentuais aquém do esperado (7,6%).

O Ministério das Finanças, órgão representativo do titular do poder Executivo na feitura da Conta Geral do Estado, deve trabalhar para passar a demonstrar, neste instrumento financeiro, um relatório que especifique o grau de execução dos investimentos públicos, a fim de evidenciar as respectivas fontes de financiamentos.

A recomendação vem expressa no Parecer Prévio do Tribunal de Contas relativo ao ano financeiro de 2011, no qual encoraja as autoridades a criarem condições para o acompanhamento da execução orçamental, no sentido de promoverem o grau de realização compatível com os objectivos fixados no orçamento.

4.15 Enxaquecas no exame inicial

Jornal Acapital
14 De Dezembro de 2013

De um lado, o MPLA. Os 'camaradas', como não poderia deixar de ser, felicitaram o Executivo pela apresentação da Conta Geral do Estado (CGE). Aliás, na declaração política que foi lida pelo líder da bancada parlamentar, Virgílio de Fontes Pereira "Gigi", o partido no governo refere ao exercício financeiro referente ao ano de 2011, aprovado nesta segunda-feira na Assembleia Nacional, como sendo "inérito e difícil que permitiu, pela primeira vez, na história do país, a apreciação e aprovação" do mesmo documento.

Do outro lado, a oposição, superiormente comandada pela UNITA, enquanto segunda maior força política no país, sempre preparada para o beliscão. Ou seja, enquanto Gigi referia-se à O GE "como uma oportunidade para avaliar a correcta utilização dos dinheiros públicos", o seu adversário de bancada, Raul Danda, que chefia a bancada do "galo negro", entende que o documento se apresenta grávido de irregularidades.

"Dissemos, na altura, que o documento remetido à Assembleia Nacional estava mutilado por falta de elementos fundamentais que permitiriam aos deputados concluir se o governo tinha pautado ou não pelas normas básicas da boa governação, da boa gestão e da transparência das contas públicas", justificou Danda.

De argumento em argumento, o MPLA não se fez rogado: "esta acção representa não só o cumprimento de um imperativo constitucional e legal, mas também um gigantesco e histórico na implementação dos procedimentos constantes do Programa de Governo do MPLA para 2012-2017, absorvidos pelo Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, relativos à transparência como garante da boa gestão das finanças públicas", defendeu Fontes Pereira.

A CASA-CE, por sua vez, entrou também na jogada. Desceu do "muro das lamentações" e, à semelhança da UNITA, alinhou igualmente no coro. O seu chefe de bancada, André Mendes de Carvalho "Miau" foi mais incisivo e rotulou o pacote submetido à aprovação dos deputados de "embuste e de um insulto" aos representantes do povo.

Esta é a primeira vez, em 38 anos de vida no país, que se assiste a aprovação de um instrumento financeiro do género. Trata-se de uma iniciativa do titular do poder Executivo, reforçada com importantes contribuições técnicas do Tribunal de

Contas. Recebida com braços abertos pelo "maioritário", no que contou também com um parecer positivo do Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, a OGE acabou aprovado com 135 votos a favor, 31 contra e quatro abstenções, mesmo diante de um olhar bastante crítico dos partidos que conformam os dois maiores partidos na oposição, designadamente a UNITA e a CASA-CE, por esta ordem, sendo que o PRS e a FNLA abstiveram-se (ler caixa).

Porém, num ponto as "partes litigantes" (MPLA, UNITA e CASA-CE) convergem: este início do que se julga ser um novo ciclo no processo de contas das estruturas do Estado, por se tratar, talvez, de um primeiro pacote do género, contém "insuficiências e omissões" nos relatórios relativos às empresas de interesses estratégicos.

Virgílio de Fontes Pereira (VFP), por exemplo, mesmo depois de uma saraivada de críticas à posição da oposição, ainda assim, reconheceu também insuficiências decorrentes do actual estágio da contabilidade pública.

"Aproveitamos esta ocasião para enaltecer o titular do Poder Executivo por ter tomado a decisão de iniciar o ciclo de apresentação da Conta Geral do Estado à Assembleia Nacional e ir melhorando o seu desempenho na matéria com as recomendações que deste órgão sejam produzidas", referiu o chefe da bancada parlamentar do partido no governo.

Como VFP, o Relatório Parecer Conjunto das Comissões de Economia e Finanças e dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos da Assembleia Nacional refere-se também que a CGE do exercício financeiro de 2011 padece de "algumas insuficiências", entretanto insuficiente para inviabilizar a aprovação da mesma.

A UNITA, através de Raul Danda, vê as coisas num prisma diametralmente diferente. Ou seja, "estamos perante contas extremamente mal feitas", sobretudo para a mesma não apresentar relatórios de gestão de unidades orçamentais, aquelas que integram a Administração Central do Estado.

Porém, entre o sim e o não, o Partido de Renovação Social (PRS) e a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) optaram por aquilo que começa a ser a sua imagem de marca nas discussões e aprovação dos vários documentos naquela Casa das Leis: o nim. As duas formações políticas simplesmente fecharam-se em copas, decidindo-se pela abstenção na hora da aprovação da Conta Geral do Estado de 2011.

4.16 OGE prepara o País para a guerra

Jornal Folha 08

14 De Dezembro de 2013

O Orçamento Geral do Estado (OGE) elaborado pelos especialistas do Governo e subscrita pelo MPIA, ou elaborada pelo MPIA e subscrita pelo Governo, mostra que o país deve estar à beira de uma invasão ou, como é a tese do regime, de uma nova guerra. Só assim se compreende que reforce os sectores da defesa e da segurança (16%) em detrimento, por exemplo, da saúde (5%) e da educação (6%).

Em democracia não seria, com certeza, este é um OGE minimamente aceitável.

Mas porque o regime tem medo da própria sombra, o melhor é gastar com os militares e restantes forças de segurança o que, de facto, faz falta ao Povo faminto, doente e iletrado. Convenhamos que, quando as ditaduras começam a ver o fim da picada, uma guerra dá sempre jeito para desviar as atenções e justificar todas as arbitrariedades. É dos livros.

Filomeno Vieira Lapes, secretário-geral do Bloco Democrático, economista de formação, entende que o OGE deveria basear-se em pressupostos válidos mas que, contudo, não se aplicam ao país. Diz ele que a distribuição das verbas orçamentadas ferem algo que, afinal, não existe: democracia.

"O perigo reside no facto do Orçamento Geral do Estado gerar desigualdades, não dar resposta ao fortalecimento das instituições," considera Filomeno Vieira Lapes, acrescentando que "este OGE está concentrado na realização de muitos investimentos de carácter militar, no reforço da repressão, o que pressupõe que este orçamento foi feito numa óptica de gerar descontentamento, reforçado o sector da defesa, segurança e inteligência, para poder conter isso."

Ora aí está. Quando todos os instrumentos governativos, no caso orçamentais, visam reforçar a repressão e cercar todas as "veleidades" de um Povo que quer ser livre e ter direito à dignidade, não se pode falar de democracia ou de Estado de Direito. Pelo contrário. Procura-se blindar ainda mais um regime ditatorial que hoje, como ontem e como amanhã, apenas quer reforçar a razão da força, a única forma que conhece para se manter no poder.

"Estamos perante um orçamento que vai reforçar os laivos de autoritarismo que nós vivemos dia-a-dia e que se traduz de facto num perigo para o

desenvolvimento democrático que todos gostaríamos que tivéssemos," idealiza Filomeno Vieira Lapes, recordando a propósito que a ausência da Conta Geral do Estado abre caminho a duas outras perenes instituições nacionais, a corrupção e o roubo.

"O facto de até hoje Angola não ter uma Conta Geral do Estado faz com que qualquer indivíduo do Governo chegue ali rouba a propriedade do Estado e diz isto agora 'é meu'," afirma Filomeno Vieira Lapes, dizendo que ninguém "sabe exactamente quanto deve e quanto te devem". Por outro lado, o economista e professor universitário José Amaral criticou o Orçamento Geral do Estado em matéria, também ela peculiar nos países que só têm uma vaga ideia do que é uma democracia, da distribuição desigual da riqueza que, sendo nacional, só beneficia alguns. Considerando que, enquanto o OGE não privilegiar o cidadão nacional, o desenvolvimento económico, o país vai ser sucessivamente adiado, José Amaral é da opinião de que "é preciso que de uma vez para sempre se ponha o angolano no centro dos investimentos, porque sem isso nunca vai haver desenvolvimento."

Agostinho Neto dizia que o importante era resolver os problemas do Povo. Eduardo dos Santos diz que o que interessa é o Povo estar submisso, contente quando lhe dão um saco de fuba e, é claro, consciente de que se pensar em refilar lá estarão as forças de segurança para lhe dar porrada.

Para José Amaral, "o país até cresce, mas o nosso crescimento é virado ao betão ao invés de se investir no homem", estranhando que depois de onze anos de paz o regime continue a privilegiar as formas de fazer a guerra.

Com esta metodologia de partido único, compreende-se a fortíssima aposta que o Governo faz a nível do ensino, sobretudo na sua vertente pré-escolar, para a qual reservou em matéria de OGE 0,0% (zero, vírgula, zero por cento). Acresce, diga-se em abono da verdade, que se as crianças mesmo em idade escolar são tratadas como são, por que carga de chuva haveria de haver preocupações orçamentais antes dessa idade?

O Executivo sustenta (sustenta-se) que o OGE aposta na diversificação da economia. Sendo a economia sinónimo de petróleo, não se vê a toca por onde sairá essa aludida diversificação. Não se vê e nem é para ver. Essa é uma função exclusiva do Governo e do partido que o apoia. A Oposição, se quiser ter lugar nesta democracia de faz de conta, tem que se preocupar com outras coisas.

À Oposição não está, por exemplo, reservado o direito de opinar sobre a relevância dos investimentos

que seriam necessários, para diversificar e desenvolver a economia, para a agricultura e para a indústria. E se o Governo entende que, como consta do OGE para 2014, 1,33% são suficientes para o sector agrícola, e 0,66% para a indústria, quem se julgam os senhores deputado da Oposição para contestar tão inequívoca e eficiente estratégia?

Vejam, aliás, se aprendem alguma coisa com o partido que tem o maior número de impolutos cérebros por metro quadro em todo o mundo. Se o Ministro das Finanças, Armando Manuel, diz que este OGE reflecte a reforçada aposta nas melhores práticas de gestão macroeconómica, que ninguém duvide (nem em pensamento) disso.

E para que não restem dúvidas, fiquemos todos a saber que o OGE "reflecte sobre os grandes objectivos nacionais fixados no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013- 2014, consubstanciados na preservação da unidade e coesão nacional, garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida, inserção da juventude na vida activa, desenvolvimento do sector privado e inserção competitiva de Angola no contexto internacional". Descomplicando a linguagem, o OGE abre as portas do paraíso para os mesmos e as do inferno para quase todos.

Diz o Ministro que o OGE para o ano 2014 foi elaborado tendo ainda por base as projecções macro-económicas de 8,8% da taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto, preço médio do barril de petróleo bruto de USD 98.00, produção petrolífera anual de 641,7 milhões de barris e taxa de inflação de 7% a 9%. As despesas foram avaliadas em 7,2 triliões de Kwanzas e, supostamente, propõe-se beneficiar o sector social com 30%, dando especial atenção às acções do Programa Nacional de Desenvolvimento.

4.17 Orçamento Geral do Estado 2014 passa com votos do MPLA e FNLA

Semanário Independente
14 De Dezembro de 2013

A Assembleia Nacional aprovou quinta-feira, 12, o Orçamento Geral do Estado (OGE) com receitas e despesas estimadas em 7,2 triliões de kwanzas para o exercício económico de 2014. Fernando da Piedade Dias dos Santos era um homem satisfeito por ver aprovado o documento com votos favoráveis do MPLA e FNLA, e contra da UNITA, CASA-CE e PRS.

«Apesar de os deputados terem pontos de vista diferentes, estamos todos satisfeitos porque temos o OGE para 2014», declarou o líder parlamentar, avaliando o debate como «aceitável».

Fernando da Piedade Dias dos Santos também falou da pretensão dos deputados da oposição de fazer um debate sobre a criminalidade: «faremos esse debate o próximo ano».

A sessão foi também marcada pelas declarações políticas dos líderes dos grupos parlamentares do MPLA, UNITA, CASA-CE e PRS. O deputado Virgílio de Fontes Pereira (MPLA) salientou o contributo positivo dos deputados para uma melhor promoção, protecção e defesa dos direitos humanos, " tendo em conta a importância que (este orçamento) dá ao sector social e à administração da Justiça".

Para Virgílio de Fontes Pereira, a aprovação do Orçamento Geral do Estado também vai permitir à Assembleia Nacional cumprir com a fiscalização política ao Executivo. «O exercício da autorização legislativas e do controlo político do Parlamento ao Executivo continuam a ter resultados incontornáveis», proferiu.

Já Raul Danda, da bancada parlamentar da UNITA, apenas focou a sua atenção aos números, comparando a proposta de OGE para 2014, que no sector social sofre uma redução de verbas, assim como na Saúde, Educação, Agricultura e nas Pescas. «Continuamos a assistir ainda no OGE as simetrias regionais, com uma carga incompreensível "de centralização orçamental», declarou.

André Mendes de Carvalho entende que a proposta de OGE aprovada viola as regras e princípios elementares da elaboração de um OGE. «Continua a violar o princípio da transparência, unidade, universalidade e especificidade», declarou o deputado, para quem as recomendações feitas no debate na especialidade deviam ser incorporadas no OGE para 2014 e não apenas no de 2015.

A porta-voz da Assembleia Nacional, Emília Carlota Dias, considerou o documento importante para a vida económica e social do país. Emília Carlota Dias disse que os deputados fizeram 141 recomendações do Titular do Poder Executivo, tendo destacado os domínios das Finanças, Planeamento, Administração Pública e Segurança Social, da Construção, Transportes, Energia e Aguas, Agriculturas, Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Família, Saúde, Urbanismo e Habitação.

«Os deputados recomendaram também melhorias aos sectores da Administração da Justiça, Juventude e

Desportos, Educação Antigos combatentes, comunicação social, cultura, ambiente, ensino superior, administração do território, defesa nacional, interior e relações exteriores».

4.18 O que os deputados querem mudar no Orçamento

Jornal Economia e Finanças
20 De Dezembro de 2013

A Assembleia Nacional (AN) aprovou, no final da semana passada, o Orçamento Geral do Estado para 2014 (OGE 2014). Mas, antes, os deputados das comissões de Economia e Finanças, e de Assuntos Constitucionais e Jurídicos, emitiram um relatório conjunto que, apesar de recomendar a aprovação do OGE (com 21 votos a favor, cinco contra e zero abstenções), deixou uma série de alertas e recomendações ao Governo.

A Justiça é uma área crítica, assim como a Saúde e a Educação, mas há também uma 'palavra' para os militares desmobilizados e várias sugestões em relação ao abastecimento de água e energia, passando pela agricultura e novas centralidades, entre outros.

'Em 2013, segundo o documento, o Executivo "deu cumprimento em mais de 90%" às recomendações da AN em matéria de OGE.

Raul Danda, presidente da bancada parlamentar da UNITA, contesta, na declaração de voto do seu partido entregue à AN publicada na sua página do Facebook que assim seja. E faz um ataque feroz ao OGE, que, defende, "não vai ajudar a resolver os problemas dos angolanos" e vota ao "desprezo" sectores como a Educação, a Saúde, a Agricultura ou as Pescas, para além de não combater as "assimetrias regionais".

O debate na AN já terminou, e o OGE - que o Expansão tem vindo a 'escalpelizar' desde que foi apresentado pelo Governo está aprovado. Agora, divulgamos o que pensam os deputados das comissões que o analisaram e que alertas deixam para o futuro.

Verbas na Saúde 'tem' de triplicar

A concretizar-se a sugestão dos deputados, as verbas para a Saúde deveriam triplicar nos próximos anos, atingindo 15% do total, considerando os chamados compromissos de Ouagadougou. No OGE2014, este sector recebe, contudo, apenas 4,4% da despesa total, menos do que em 2013 (5,6%), ano em que tinha havido um ligeiro aumento face ao anterior (5,1%). Entre as propostas dos parlamentares está, por

exemplo, a possibilidade de se ponderar "a possibilidade de subvenção da compra de fármacos".

No Relatório, sugere-se ainda que sejam acauteladas em 2015 verbas para a reabilitação dos hospitais da província de Malanje, para a construção de um novo hospital de queimados em Luanda, e serviços similares em todas as unidades sanitárias públicas.

Pede-se também a certificação da qualidade dos hospitais públicos e a melhoria dos serviços materno-infantis "no sentido da redução dos índices de mortalidade materna".

'Caça' às faltas dos professores

Os deputados lamentam o "constante abandono de professores dos seus postos de trabalho, nas comunas", assinalando que, ainda assim, continuam "a usufruir de salários". Devem tomar-se medidas disciplinares adequadas destinadas a responsabilizar os professores que se furtam a desempenhar as suas funções nas localidades onde são colocados. Sugerem que "se continue a avaliar a eficácia da Reforma Educativa" para "assegurar uma adequada formação de base" aos alunos. Pedem que sejam "potenciados os contratos-programa e convénios com entidades reconhecidas que prestam um contributo" na Educação, e que "seja avaliada a possibilidade" de aumentar as verbas para a construção de escolas do ensino especial e formação de quadros adequados. Os parlamentares sugerem a atribuição "aos professores, de "subsídios de atavio, transporte, alimentação, docência e exposição a agentes biológicos, assim como de isolamento".

A despesa com Educação no OGE 2014 baixa para 6,2% do total contra 8,8% em 2013 e 8,4% em 2012. A pesar na queda estão a redução em 33,3% nas verbas para o ensino primário e em 2,3% no secundário. Para o superior, as verbas crescem 20,9%, mas os deputados alertam para a necessidade de se investir mais nos professores e menos em novas universidades no interior (ver página 26).

TAAG sob escrutínio

O sector é dos que merecem menos recomendações por parte dos deputados: apenas três, sendo que duas envolvem a TAAG. Os parlamentares querem que "seja melhorada a qualidade dos serviços prestados pela companhia aérea de bandeira", ainda que reconheçam, por outro lado, "os progressos registados com o processo da sua refundação". Uma palavra ainda para os habitantes de Cabinda, com a sugestão de que "seja estudada a possibilidade de se subvencionarem os bilhetes de passagem da TAAG para e da província" situada a norte "enquanto

não for possível a ligação por via terrestre". Pede-se, ainda, que seja feito um "maior investimento" no sector dos transportes na província do Zaire, sobretudo nas áreas rodoviárias e aérea.

Também nos Transportes há uma quebra de 26% na despesa em 2014: será de 3,8% do total, depois de ter merecido 5,6% em 2013 e 5,2% em 2012. A redução é mais acentuada no sector rodoviário.

(-34,8%) do que no fluvial (13,8%), e há uma evidente aposta no ferroviário, com as verbas a crescerem 41,4% face a 2013. Quanto ao sector aéreo, vê as verbas subirem 6,9% no próximo ano.

Mais dinheiro para os campos

Perante um OGE onde a verba destinada à Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça cai 20,7%, para 0,8% do total (tinha sido 1,1 % em 2013 e 1,2% em 2012), os deputados pedem mais dinheiro. Propõe-se, no relatório, "que seja reforçada a verba atribuída ao sector agrícola, com vista à expansão das terras aráveis", e que se adoptem "políticas de formação de técnicos e de subvenção de factores de produção". Também a investigação científica, nomeadamente 'na análise dos solos, deve ter mais verbas previstas nos próximos orçamentos. Para 2015, os deputados pedem "verbas destinadas à produção de algodão", que servirá de matéria-prima para a fábrica na província de Malanje cuja construção tem uma dotação prevista no OGE 2013.

Falta luz e água

E um dos temas que merecem mais recomendações - nove dos parlamentares, sendo que muitas delas são localizadas.

Por exemplo: pede-se "que seja identificada uma parceria público-privada que permita dar início, em 2015, à construção do campo eólico da Baía dos Tigres", e que sejam "observados os prazos de execução do projecto da central de ciclo combinado do Soyo", que tira partido, aliás, do gás produzido no Angola LNG.

Há ainda apelos para que as províncias produtoras de energia, e seus municípios, assim como as zonas por passarem linhas de transporte de electricidade, sejam beneficiários "de primeira linha" de fornecimento eléctrico, e pede-se que "sejam acauteladas nos próximos orçamentos verbas para a expansão faseada do fornecimento de energia eléctrica a todos os municípios e bairros do País".

Quanto às Águas, os deputados sugerem que seja "evitada a cobrança de consumo por estimativa", defendendo a instalação de contadores "no interesse da equidade no pagamento pelos consumidores" .

No OGE 2014, as verbas para o abastecimento de água caem 20% face a 2013. Também a função Combustíveis e Energia sofre uma redução de verbas. Merece 4,1 % do total, que compararam com 5,3% em 2013 e apenas 1,8% em 2012.

Uma preocupação chamada Justiça

A Administração da justiça é, a avaliar pelo Relatório, o sector que suscita mais preocupação aos deputados. As dificuldades na universalização do registo civil e ampliação do acesso ao bilhete de identidade e certidão de nascimento são dos aspectos sublinhados pela negativa, assim como o "mau estado de conservação de alguns edifícios dos Tribunais Provinciais e da Procuradoria-Geral da República", que nalguns casos - Bié, Benguela e Moxico - exigem mesmo "intervenção urgente". Também o "excesso de prisão preventiva" em algumas unidades prisionais, que em muitos casos não se encontram em condições condignas, e a "ausência de magistrados" nalguns locais causam preocupação, pelo que se pede ao Governo mais atenção e verbas para este sector. Contas feitas, os deputados fazem 25 recomendações relativamente à Administração da Justiça.

Aparentemente, o Governo também está preocupado com a situação. No OGE 2014, os tribunais verão as verbas aumentar 43,8% face a 2013. Ainda assim, pesam apenas 0,4% no total da despesa. Para as prisões, as verbas sobem expressivos 496%, valendo 0,07% do total. Ambos estão integrados na função Defesa, Segurança e Ordem Pública onde estão também os militares (cujas verbas sobem 15% face a 2013), os polícias

(-87,8%), os bombeiros (aumento de 265,2%) e a protecção civil (+2,3%), entre outros.

Esta função vê, no cômputo geral, as verbas alocadas subirem 14,5% face a 2012.

Obras sem fim à vista

Os atrasos na construção e reabilitação de estradas secundárias e terciárias, alvo de "uma recorrente inscrição de verbas" em sucessivos orçamentos, merecem um alerta dos deputados, que pedem que seja "acelerada a conclusão das obras em curso" para que, no futuro, se possa avançar para a recuperação e lançamento de outras rodovias.

Em relação à habitação, é feito um apelo à inscrição de verbas, nos próximos orçamentos, para a construção de novas centralidades em Malanje e no Bengo, mas pede-se que "sejam melhorados os critérios de acesso e adoptados mecanismos mais céleres que viabilizem a entrega de residências aos cidadãos" nesses locais.

A função Habitação e Serviços Comunitários é fortemente reforçada em 2014, com as verbas a subirem 83,2%, passando a valer 7,9% do total, face a 4,7% em 2013 e 4,1% em 2012. Na origem da subida está o 'disparo' em 120.863% nas verbas para a rubrica 'habitação e serviços comunitários não especificados', porém nas rubricas 'desenvolvimento habitacional', 'abastecimento de água e desenvolvimento comunitário, entre outras, registam-se fortes quebras face a 2013.

Zungueirasna 'mira' dos deputados

A Segurança Social é alvo de poucas referências no Relatório, estando associada aos sectores da Administração Pública e Trabalho. Pede-se, por exemplo, que "se dê continuidade à política de inserção dos jovens recém-formados no mercado de trabalho".

Noutro ponto do documento, dedicado às famílias, apela-se à construção de mais Centros Infantis Comunitários no âmbito do "combate à pobreza e de apoio à mulher em geral e à mulher zungueira em particular". No mesmo capítulo - Família -, os deputados sugerem a redução gradual dos subsídios aos combustíveis, "devendo a poupança daí resultante ser canalizada para o sector social".

A função Protecção Social regista, no OGE 2014, uma quebra de 5,4%, passando a representar 9,6% do total, face a 11,10% em 2013. As verbas de apoio à família e à infância sobem 142,2%, mas pesam apenas 0,34% do total, e as verbas para a velhice caem 29,8%, valendo 1,61% do total. Em contrapartida, há um forte aumento (289,4%) no que diz respeito a despesas de apoio ao desemprego e de 509,8% nas verbas de apoio a situações de doença e incapacidade.

Perigo de incêndios

Estas matérias são tratadas em pontos diferentes do Relatório, constatando-se, em geral, que há reduções de verbas face a 2013. Mas são várias as recomendações dos deputados, que querem, por exemplo, que se aumente, de forma proporcional, a verba para alargar o número de unidades policiais em cada província, e que sejam reforçados os apoios à "aquisição de meios de extinção de incêndios", face à actual "ausência dos meios técnicos necessários em determinados objectivos económicos estratégicos, o que representa um perigo para a sua segurança física".

Na área militar, os deputados pedem que, nos próximos orçamentos, sejam previstas verbas para a criação de "uma indústria militar nacional" e não esquecem os ex-combatentes: recomenda-se que "sejam acauteladas" nos próximos exercícios "verbas

destinadas ao pagamento de pensões aos desmobilizados já inscritos na Caixa de Segurança Social das FAA".

A forte sinistralidade rodoviária também não ficou esquecida, com os deputados a pedirem, "no interesse da preservação da vida humana, os estudos com vista à prevenção" dos acidentes das estradas.

Um 'sorvedouro' chamado Luanda

Nesta área, os deputados reconhecem que a distribuição de despesa não tem tido em conta a realidade do País. Além de pedirem um aumento das dotações alocadas às províncias para 15%, "com vista à redução das assimetrias regionais", sugerem, ainda, que o Governo, no futuro, melhore os "critérios de atribuição de verbas às províncias, tendo em conta o seu nível de desenvolvimento".

O desequilíbrio é conhecido: Luanda concentra a maior parte do dinheiro entregue pelo Estado no âmbito do Programa de Investimentos Públicos, ainda que, nos últimos anos, esta assimetria tenha vindo a ser reduzida.

4.19 Taxa de crescimento do PIB prevista para 2013 não será atingida

Jornal Economia e Finanças
20 De Dezembro de 2013

É ajustada a previsão de crescimento do PIB de 8,8% inscrita no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2014? Uma opinião mais concreta sobre este valor passaria por se conhecerem as hipóteses que o Governo considerou para chegar a esta estimativa. Relativamente ao sector petrolífero, o aumento da produção de 2013 para 2014 é a base essencial para o cálculo da taxa de crescimento do seu PIB. Para os restantes sectores de actividade, as hipóteses não constam do OGE e, por isso, é mais arriscado opinar.

E a taxa de crescimento prevista para este ano poderá ser atingida?

Parece que a taxa prevista no OGE 2013 para o PIB não vai ser atingida, devido à ocorrência de situações menos positivas em alguns sectores de actividade. A economia angolana ainda está sujeita a várias imponderabilidades que influenciam negativamente a sua capacidade de crescimento a taxas muito elevadas. Creio mais acertada, na falta de mais informações, a taxa estimada pelo Fundo Monetário Internacional [5,6%].

O défice será coberto com empréstimos. Faz sentido, na sua opinião, que haja uma previsão de défice? Uma das regras universalmente estabelecidas para a elaboração do orçamento, em qualquer parte, é a do equilíbrio orçamental. Portanto, à partida, a sua não violação significa que se devem ajustar as despesas às disponibilidades de receitas existentes. No entanto, o défice e o seu valor dependerão, como tem acontecido em orçamentos anteriores, do preço real do barril de petróleo no final de 2014. Se for mais elevado do que o que está no OGE, então não existirá défice nem a necessidade de empréstimos para o cobrir.

A fixação no OGE 2014 do preço médio do barril de petróleo bruto nos 98 USD não será arriscada, tendo em conta a tendência de queda do valor do crude no mercado internacional?

O preço do barril do petróleo sempre foi e ainda será por muito tempo o grande factor de risco do OGE. Na verdade, se as tendências no mercado mundial apontarem para uma queda do preço, influenciada, por exemplo, pela entrada do Irão e pela diminuição das importações norte-americanas, a meio de 2014 pode vir a ser necessária uma revisão orçamental, com redução das despesas correntes e de investimento público.

No relatório sobre o OGE 2014 das comissões de Economia e Finanças, e de Assuntos Constitucionais e Jurídicos, os deputados constataam que recorrentemente se inscrevem verbas para obras que, depois, não são concluídas no prazo previsto. Como pode ser melhorado este problema? Melhorando a capacidade de previsão e de programação dessas obras, tornando-as mais realistas, isto é, correspondendo efectivamente a necessidades económicas e sociais, e não a desejos dos políticos, e aumentando as acções de fiscalização efectiva da sua realização, cumprindo-se a legislação em vigor.

No documento, os deputados pedem ainda que sejam reforçadas as verbas para as províncias e que os critérios de alocação tenham em conta os seus diferentes estádios de desenvolvimento.

Não tem havido equilíbrio nesta distribuição?

Nunca houve equilíbrio, nem se conhecem os critérios reais e efectivos para a distribuição das verbas orçamentais pelas províncias, que depende mais da posição e da capacidade política dos governantes provinciais de a influenciarem.

Os deputados pedem ao Governo que crie medidas que estimulam a fixação de médicos e docentes nos seus locais de trabalho. Que medidas poderiam ajudar

a cumprir este objectivo? Diferenciação salarial em função, por exemplo, do local de trabalho?

Creio que existe já esta discriminação salarial positiva a favor das regiões mais recônditas do País, mas que não tem sido suficiente para contrariar a atracção pelos centros urbanos mais desenvolvidos, em especial Luanda, onde as oportunidades de se terem vários empregos são mais evidentes. A questão passa também pelo valor do salário. Ainda que se opere essa discriminação positiva, se o salário de partida for, por exemplo, de 100.000 Kz, uma percentagem de 15% ou 20% de discriminação é insuficiente como factor de atracção.

Tem alertado para o risco de, apesar de aumentar o PIB e a criação de riqueza, não haver distribuição adequada. Vê neste OGE medidas que contrariem esta tendência?

Não. Analisando os sectores sociais - quer no seu conjunto, quer nas suas quatro componentes -, as verbas orçamentais, em percentagem do total, diminuem de 2013 para 2014, mas as despesas com a defesa e segurança interna aumentam numa proporção razoável. Também as despesas orçamentais para a agricultura e a manufactura, potencialmente geradores de emprego e salários, diminuem.

Que medidas concretas deviam ser tomadas ou previstas para se combater as assimetrias regionais?

A redução das assimetrias regionais é um processo longo, que passa pela criação de condições para a instalação de actividade económica privada nas províncias do interior. Os instrumentos existentes de apoio à deslocalização dos investimentos para estas regiões não têm produzido os efeitos de desconcentração e descentralização desejados. São insuficientes e desfocados da realidade. Enquanto a descentralização política (autarquias), administrativa e financeira do Estado se não operacionalizar, o interior sê-lo-á sempre do ponto de vista económico.

4.20 Orçamento mais social

Jornal de Angola

22 De Dezembro de 2013

O Orçamento Geral do Estado (OGE) aprovado na Assembleia Nacional, para o ano de 2014, é mais social e permite a concretização das grandes estratégias do Executivo para o próximo ano. Grande parte das receitas alimentam o Estado Social, sobretudo a educação e saúde, sectores fundamentais para o crescimento sustentável do país e melhoria das condições de vida dos angolanos.

As infra-estruturas, também elas de cariz social, absorvem grande parte do OGE. A construção de mais escolas, desde o ensino primário ao secundário, universidades, hospitais e centros de saúde, redes de abastecimento de água e fornecimento de energia, estradas, pontes, caminhos-de-ferro e aeroportos estão garantidos. E há uma aposta cada vez maior na agricultura, pescas e pecuária.

Estes são os alvos preferenciais deste OGE que materializam as promessas do MPLA nas eleições de 2012. Diminuir a fome e pobreza, fornecer mais e melhores serviços sociais às populações, criar emprego e garantir mais qualidade de vida a todos os angolanos, desenvolvendo cada vez mais o país são, as apostas no manifesto eleitoral e Programa de Governo do MPLA confirmadas no Plano Nacional de Desenvolvimento.

Conseguimos entender facilmente esta aposta do Executivo nos sectores sociais tendo em conta o facto de termos saído de uma guerra que lançou milhões de angolanos na pobreza extrema e criou situações de fome.

Entendemos também facilmente que esta é uma aposta ganha pelo Executivo desde o fim do conflito armado, em 2002. Temos visto o nível espectacular de crescimento que Angola tem tido nos últimos 11 anos e os benefícios directos na vida dos angolanos. Os exemplos são muitos e estão à vista de todos, basta referir a construção de infra-estruturas, desde escolas, hospitais e sistemas de abastecimento de água e luz, barragens, pontes e estruturas aeroportuárias e portuárias.

O OGE tem um cariz mais social todos os anos, servindo de ferramenta para a execução do Plano Nacional de Desenvolvimento, onde estão inscritas as estratégias, projectos e programas concretos do Executivo para governar Angola até ao ano de 2017. Este ano, como foi anunciado pelo Executivo, os vários departamentos ministeriais foram ouvidos e tidos na máxima consideração no âmbito da elaboração do OGE, havendo um alinhamento melhor e mais directo com os grandes programas e projectos inscritos no PND até ao fim da legislatura.

É fundamental que aquilo que está planificado no OGE e no PND seja seguido de forma minuciosa e que o Executivo tenha êxito total porque disso depende directamente a qualidade de vida dos angolanos.

E também importante que nos próximos anos os OGE continuem a ser cada vez mais dirigidos para as questões sociais. Importa também que os angolanos sigam de perto e conheçam o OGE e o PND, as suas

estratégias e os grandes projectos do Governo, acompanhando o trabalho do Executivo. Se pensarmos bem, estes assuntos são da maior importância para todos nós porque têm a ver com a melhoria das nossas condições de vida e o futuro da Nação.

4.21 Números do OGE 2014 e suas perspectivas

Jornal Semanário Económico
23 De Dezembro de 2013

Galvão Branco acredita que o problema das assimetrias regionais poderá ser resolvido com a instituição das eleições autárquicas. Nesta longa entrevista, o consultor aborda as causas que têm estado na base da fraca execução dos orçamentos. Como sempre a lei do OGE para o próximo exercício económico foi aprovada com a maioria do MPLA. Com 145 votos a favor (MPLA, FNLA), 33 contra (UNITA, CASA-CE, PRS) e zero abstenções, os deputados da Assembleia Nacional fizeram aprovar a Proposta de lei do OGE, que comporta receitas estimadas em 7.258.384.559.944,00 kwanzas e despesas fixadas em igual montante.

Neste contexto, cento e 41 recomendações de partidos políticos e parceiros sociais, relativas à Proposta de lei do Orçamento Geral do Estado 2014, foram acolhidas pela Assembleia Nacional, para enriquecer o programa financeiro do Executivo. Ainda no âmbito das actividades parlamentares, a Assembleia Nacional aprovou a Conta Geral do Estado referente ao ano financeiro de 2011, que inicia um novo ciclo no processo de prestação de contas das estruturas do Estado.

A previsão inscrita na proposta apresentada pelo Executivo apresenta um valor quase 2 pontos percentuais acima do estimado pelo Fundo Monetário Internacional num relatório do mês passado (6,3%). De acordo com o ministro das Finanças, Armando Manuel, que apresentou a proposta do Orçamento Geral do Estado 2014, Angola continua fortemente dependente do setor petrolífero, que tem um peso significativo nas receitas do Estado, e com a expectativa de superar os dois milhões de barris diários em 2015, depois de uma desaceleração para 1,78 este ano e 1,76 milhões em 2014. As receitas e despesas da proposta de lei para o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2014 estão estimadas em 7,2 biliões de cuanzas (53,8 mil milhões de euros), Armando Manuel reafirmou que as prioridades vão para o sector social (30% das despesas), corresponde a cerca de 54 % do PIB angolano. Quanto à taxa de inflação prevista para

2014, Armando Manuel disse esperar que se situe entre os 7% e os 9%.

A proposta de orçamento vai agora a ser debatida a nível das comissões, subindo de novo a plenário, para votação final e global em sessão marcada para o próximo dia 28.

4.22 Orçamento Geral do Estado pronto para execução

Jornal de Angola
24 De Dezembro de 2013

A Comissão Económica do Conselho de Ministros apreciou ontem a programação financeira do Orçamento Geral do Estado do primeiro trimestre de 2014, instrumento que vai permitir que às unidades orçamentais o acesso a dotações financeiras logo na primeira semana de Janeiro.

A aprovação da programação financeira do trimestre surge na sequência de uma série de medidas no plano financeiro de modo a fazer com que, diferentemente do exercício de 2013, os operadores económicos possam desenvolver as suas actividades num ambiente de normalidade, sem quaisquer constrangimentos resultantes de atrasos na cabimentação de verbas.

"O documento faz um arrolamento da despesa para o trimestre, assim como da receita para o trimestre, e esperamos que logo na primeira semana de Janeiro, os nossos serviços estejam em condições de disponibilizar as quotas financeiras para as distintas unidades orçamentais de modo a assegurar a execução do OGE", salientou o ministro das Finanças.

Em declarações à imprensa após a reunião orientada pelo Presidente José Eduardo dos Santos, o ministro Armando Manuel falou ainda do Plano Anual de Endividamento para 2014, que corresponde a 4.9 por cento do Produto Interno Bruto, enquanto o stock da dívida governamental situa-se em 23 por cento do PIB. "O plano procura de certo modo assegurar a cobertura do financiamento do OGE 2014, quer fazendo recurso ao mercado externo, especificamente no que tange aos desembolsos de linhas de créditos externas, assim como o recurso ao mercado interno, aonde perspectivamos emitir obrigações e títulos do tesouro", frisou.

A sessão em que foi feita uma avaliação do PIP referente ao terceiro trimestre do corrente ano, apresentada pelo Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, foi dominada por

documentos do Banco Central, nomeadamente o memorando sobre a evolução monetária e cambial do período de 9 a 13 de Dezembro de 2013, e um relatório de balanço da implementação do novo regime cambial do sector petrolífero, no terceiro trimestre do corrente ano.

Do ministério do Comércio, a Comissão Económica apreciou a proposta de política comercial de Angola, e foi informada sobre os primeiros meses de implementação do programa de aquisição de produtos agro-pecuários (PAPAGRO) e o trabalho desenvolvido pela comissão multi-sectorial de levantamento e inventário das infra-estruturas comerciais, industriais e agropecuárias estatais e privadas do município do Cazenga e dos distritos do Rangel e Sambizanga.

Devido a realização das eleições gerais em finais de 2012, o OGE para 2013 foi aprovado apenas em meados de Fevereiro, gerando uma série de constrangimentos, especialmente aos operadores económicos. Para 2014 o Executivo está apostado em começar a executar o OGE ainda no começo do ano, razão pela qual foram feitos esforços no sentido de aperfeiçoar os métodos de elaboração e execução, assim como os mecanismos para assegurar o respeito das regras de transparência e boa governação.

Na sessão do passado dia 18, o Conselho de Ministros aprovou um Decreto Presidencial que estabelece as regras anuais de execução do OGE, diploma legal que vem reforçar as disposições já existentes para a responsabilização dos gestores orçamentais, que tem a ver com o pagamento das despesas, à execução dos contratos, ao planeamento dos recursos humanos e materiais e os procedimentos para solicitação de créditos adicionais.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Demoras na entrega de ai no Nuambo preocupa utentes

Jornal Manchete

13 De Dezembro de 2013

O calvário dos interessados começa logo pela hora de chegada às instalações onde funcionam os Serviços de Identificação, para conseguir uma vaga entre os primeiros na fila, critério usado pelos funcionários para o atendimento.

Para os que conseguem vencer a primeira etapa, ainda lhes resta uma longa jornada, pois, a reclamação estende-se igualmente ao período de entrega do famoso "BI", que varia entre vinte a trinta dias, de acordo com os populares ouvidos pela nossa reportagem no local. A entrega imediata do documento conforme fora largamente publicitado aquando da inauguração do novo sistema de emissão, é uma miragem.

As enchentes no local chegam a provocar filas enormes, facto que tem deixado agastado muitos dos pacatos cidadãos que diariamente se deslocam aquela repartição pública em busca da cidadania.

Os cidadãos por nós ouvidos, lamentaram também a qualidade do serviço prestada aos utentes, por parte dos funcionários que ali labutam em nome do interesse público.

Maria Tavares, por exemplo, disse a nossa equipa, que tratou o seu BI em finais de Outubro, mas até ao momento, ainda não sabe ao certo, quando vai recebê-lo.

«É muito triste, uma pessoa vem todos os dias, mas nunca recebe o bilhete, eu pretendia viajar para o exterior em tratamento médico antes de Novembro, infelizmente, sem o BI não posso renovar o meu passaporte e, estou aqui a espera que aconteça um milagre», desabafou.

A falta de informação é outro elemento constrangedor assinalado pelos nossos interlocutores, como um dos factores que contribui negativamente no desempenho do sector na província. Os funcionários são acusados de se recusarem a prestar informações solicitadas pelos populares. «Ninguém nos diz absolutamente nada, eles ficam lá

dentro e nós aqui como o senhor jornalista pode ver, às vezes saem para fazer a entrega de alguns bilhetes e, assim passa mais um dia», disse outro cidadão no local.

Octávio Figueira, morador do bairro da Calomanda, arredores da cidade, alinha no mesmo diapasão de Maria.

Para ele, os funcionários dos serviços de identificação, são os principais' culpados pela actual situação.

«Eles fazem isso de propósito para conseguirem dinheiro. Há muita gente que fica durante muito tempo mas, o BI nunca sai, mas as pessoas que pagam recebem o documento, assim não pode ser, e como se não bastasse, ninguém faz nada.» Denunciou.

O Manchete tentou ouvir o responsável dos Serviços de Identificação no Huambo, para reagir a situação, tendo este se mostrado indisponível, em falar a nossa reportagem.

Entretanto, uma fonte que preferiu o anonimato, garantiu que as alegadas demoras na emissão do BI, deve-se as constantes quedas que se registam no sistema on-line instalado para o efeito, refutando por outro lado a informação de que a demora chega a duas ou mais semanas.

5.2 Associações querem alterar projecto

Jornal de Angola

14 De Dezembro de 2013

Representantes associativos propuseram ao Ministério da Economia alterações ao Ante-projecto de Lei das Cooperativas, que o Executivo discute com a sociedade civil antes de o submeter à aprovação da Assembleia Nacional.

A Associação Industrial de Angola (AIA) e Acção para o Desenvolvimento Rural (ADRA) pediram a reformulação de pelo menos seis pontos do ante-projecto de lei, embora reconheçam os benefícios de regulação jurídica do assunto.

O presidente da AIA, José Severino, sugeriu na reunião que se tenha em conta as diferenças e especificidades das cooperativas e se estabeleçam limites e competências para cada uma delas.

Fernando Pacheco, da ADRA, reprovou o facto da proposta dar tratamento igual às cooperativas de habitação e construção, colocadas num único artigo com os mesmos direitos e deveres.

O dirigente da ADRA defendeu a inclusão de um artigo que acautele o surgimento de cooperativas de estudos e projectos.

José Severino referiu que as cooperativas servem fundamentalmente para colmatar a ausência de serviços, motivo pelo qual o futuro diploma deve acautelar o surgimento de organismos similares para se evitar confusão nos papéis de cada uma delas.

As cooperativas, salientou, são de utilidade pública e não de interesse público como refere o anteprojecto.

Os autores da Proposta de Lei das Cooperativas, sugeriu, também devem corrigir o artigo que faz alusão à periodicidade das reuniões destes organismos empresariais.

José Severino recusou a ideia que cooperativas se devem reunir mensalmente, mas que o devem fazer em obediência a uma escala trimensal e se necessário convocar.

O responsável do núcleo provincial do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) no Kwanza-Norte, Manuel Jorge, instou na quinta-feira, em Ndalatando, os agentes económicos a absterem-se da especulação de preços durante a quadra festiva, sob pena de se submeterem a sanções decorrentes da lei.

Manuel Jorge afirmou que nesta altura do ano muitos comerciantes aproveitam-se do desconhecimento ou ignorância dos cidadãos para aumentar o preço dos produtos ou pôr no mercado alimentos com prazo de validade vencido.

"O INADEC, no âmbito das suas atribuições, traçou um programa de actividades para todos os municípios da província, direccionado à fiscalização da actividade dos agentes comerciais durante o período de festas, pelo facto de esta fase do ano ser aproveitada pelos comerciantes para colocar no mercado vários produtos impróprios para o consumo humano", referiu.

O responsável assegurou que foram criadas brigadas multisectoriais compostas pelo INADEC, Direcção Provincial do Comércio e da Polícia de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas para acompanhar as tendências do mercado durante as festas.

Anunciou, também, a realização de palestras sobre o consumo, cidadania e direitos do consumidor, assim como sobre as normas de atendimento aos clientes, fornecedores de bens e serviços e estudantes daquela província.

A falta de elaboração de um mapa de cálculo de preços e produtos com o prazo de validade vencidos constituem as principais infracções que a instituição tem constatado durante as actividades de inspecção, com o que tem reagido no quadro de uma combinação de medidas educativas, dissuasivas e também coercivas, reuniões extraordinárias. "As cooperativas angolanas devem ser modernas como acontece em França e na Itália, onde têm uma sede e equipamentos suficientes e sofisticados que lhes permitem realizar as actividades sem depender de apoios do Estado", disse.

Fernando Pacheco salientou que há muito que se aguardava por uma lei do género para se estabelecerem "as devidas balizas na actividade das cooperativas e definir as tarefas da UNACA". Sérgio Calundungo, também líder da ADRA, protestou contra "a tardia notificação das cooperativas para análise e contribuições" ao documento, que "dá pouca atenção a questão de género, tratando em igualdade de circunstância os homens e as mulheres cooperativistas". O vice-presidente da AIA, Eliseu Gaspar, disse que o anteprojecto deve especificar as diferenças entre cooperativas de nível inferior e de nível superior, definir os tipos e categorias de cooperativas e destrinçar as polivalentes das agro-empresariais.

O ante-projecto de Lei das Cooperativas foi elaborado em conjunto pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas Empresas (INAPEM), Instituto de Fomento Empresarial (IFE), Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP) e pela Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas (UNACA).

Já recebeu o contributo de vários departamentos ministeriais, bem como da Casa Civil da Presidência da República e do BNA. Após apresentação às distintas entidades da sociedade civil e recolha e incorporação das contribuições, a proposta será enviada à Assembleia Nacional para apreciação e aprovação.

5.3 Autarquias exigem recursos humanos

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2013

O Executivo está a criar as melhores condições para a efectivação das autarquias em Angola, garantiu o secretário de Estado dos Assuntos Institucionais, Adão de Almeida.

Anunciou que estão a ser realizados trabalhos para a criação de condições mínimas que garantam o sucesso do Poder Local. "O processo de criação de condições para a institucionalização das autarquias deve obedecer a diferentes fases. Há que preparar os recursos humanos necessários para que se efective a descentralização administrativa e há que criar condições para a descentralização como tal", informou.

O secretário de Estado dos Assuntos Institucionais defendeu uma preparação eficiente a todos os níveis, para o sucesso das autarquias. Adão de Almeida disse que esta acção específica exige consciencialização, para dar a conhecer o significado de autarquias e da descentralização administrativa, para que as expectativas estejam alinhadas com a realidade.

"Se esta preparação não for efectiva, a pretensão de levar os serviços administrativos mais perto dos cidadãos pode fracassar", disse, para acrescentar que, entre as acções a serem realizadas, está o desenvolvimento das infra-estruturas. O secretário de Estado dos Assuntos Institucionais considerou imprescindível que seja determinado quais as tarefas que vão ser transferidas do Poder Central para o Poder Local e como as autarquias devem ser formadas para atender qualquer questão que possa ocorrer' de modo activo, igualou mais eficiente do que a actual prestação.

O secretário de Estado Adão de Almeida está optimista com os resultados do processo de preparação e disse ter verificado interesse dos cidadãos, que vão despertando para as questões de descentralização da administração e sobre as alterações que vão ser introduzi das no futuro modelo de gestão. Mas alertou que muitas situações já inventariadas carecem de análise e estão a merecer atenção especial em diferentes sectores da sociedade, de maneira segura e cautelosa.

O Instituto de Formação da Administração Local (IF AL) está desde o ano passado a desenvolver ciclos formativos para gestores da administração pública no sentido de prepará-los para as autarquias e servir bem os cidadãos.

5.4 CM. Branqueamento de capitais com os dias contados

Jornal Agora

20 De Dezembro de 2013

O diploma tem como objectivo conformar o Direito Penal angolano às recomendações internacionais sobre as medidas de combate ao financiamento do terrorismo e outras infracções relacionadas.

Foi igualmente aprovado um conjunto de diplomas legais que estabelecem o regime disciplinar, as normas para avaliação do desempenho, o regime de carreiras e a estrutura indiciária da tabela salarial da Polícia Nacional, dos Serviços Penitenciários, do Serviço de Migração e Estrangeiros e do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, assim como os diplomas legais que versam sobre a revisão do Código do Imposto de Consumo, do Código do Imposto e Selo e do Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

O conjunto de leis vem responder a preocupações apresentadas pelo sector empresarial.

O CM que esteve reunido na sua 7ª sessão orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aprovou também o Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude, a quem foram disponibilizadas 300 casas na Centralidade de Cacuo.

Foi igualmente aprovada a regulamentação da Lei da Marinha Mercante, o Estatuto do Agente de Navegação, a Actividade do Gestor de Navios, a actividade Náutica de Recreio e Desportiva, Mergulho Amador e Actividades Correlacionadas, a Actividade de Transporte Marítimo, bem como a Delegação de Competências em Organizações Reconhecidas. Ainda no domínio dos transportes, o órgão procedeu ontem à revisão do Regulamento sobre a Actividade de Importação, Comércio e Assistência Técnica à Equipamentos Rodoviários, e aprovou as Bases da Concessão de Exploração de Serviços Aeroportuários.

No sector da Energia, foram aprovados os contratos de empreitada para obras de recuperação e de construção de raiz de empreendimentos do Sector da Energia e Águas, onde se prevê a construção de uma Central de Produção de energia eléctrica híbrida e a reabilitação e expansão da rede de distribuição de energia eléctrica da cidade do Kuito Kuanavale, no Kuando Kubango, bem como, a reabilitação e expansão dos sistemas municipais de abastecimento de água na mesma cidade e na vila do Balombo, em Benguela.

Foi também autorizada a realização de um contrato para a revisão, reparação integral, modernização, testes e comissionamento dos turbo-geradores identificados como unidades IV e V, localizados no município do Cazenga, em Luanda.

O comunicado do Conselho de Ministros dá conta ainda da aprovação dos estatutos orgânicos do Instituto Nacional de Segurança Social, do Instituto dos Serviços de Veterinária, do Instituto de Investigação Veterinária, do Instituto de Investigação Agronómica e do Serviço Nacional de Sementes.

5.5 Estamos mal na gestão administrativa local

Jornal Agora

20 De Dezembro de 2013

Mais um ano está a chegar ao fim, ensombrado como os anteriores, por uma romaria de questões que continuam a ser as mesmas e que ficaram por resolver. Mas fazer o quê? A vida tem que continuar e como referimos já aqui, "Roma e Pavia não se fizeram num dia" logo, a solução para os nossos problemas passa pelo trabalho e não por sacar da pasta a varinha mágica e zás...

Todos temos consciência, patriótica particularmente, de que é preciso fazer mais para resolvermos os nossos próprios problemas e que nesse fazer mais, ninguém se deve excluir. Mas, diante de tantas carências e necessidades, se não existem dúvidas de que o país tem rumo, para uma larga percentagem da população que continua expectante sobre o seu futuro, no seu dia-a-dia, continua difícil sentir ou perceber o impacto das decisões tomadas pelo Executivo. Quer para redução da pobreza, quer para gizar o crescimento económico, porque em certa medida, é visível ainda o divórcio entre o poder (ou alguns dos seus representantes) e os reais interesses do povo e da Nação.

O triste cenário que se observa nos nossos mercados informais, principalmente em Luanda, constitui um dos muitos exemplos da anormalidade em que vivemos, da falta de perspectiva de milhões de pessoas que lutam para sobreviver, mas também dos desafios que há pela frente para inversão desse quadro chocante fic falta de civilidade e de autoridade.

Não contrariando a defesa do princípio de que, a solução para esse gravíssimo problema de desestruturação da economia e do tecido social angolano, passa por assegurar maior oferta de bens e serviços para a população, esse exercício deve ser

realizado no entanto, estabelecendo-se como prioridade a regularização ou a normalização da vida no interior, para travar o continuo êxodo de cidadãos das zonas rurais para as periurbanas. É esse fenómeno que tem depois fortes reflexos na pobreza, no crescimento desordenado das cidades, numa multiplicidade de comportamentos de sobrevivência à mistura com práticas criminosas e o comércio precário crescente de tudo, com forte implantação de cidadãos estrangeiros que enriquecem protegidos por um esquema de alta corrupção e fuga ao fisco. A solução passa também por mudarmos a estrutura tradicional de fixação das nossas populações no campo. Em vez da dispersão, devem ser concentradas em novas centralidades (ou novas aldeias) que concomitantemente, facilitarão a realização de investimentos públicos e privados. A dispersão torna difícil a própria administração do Estado. Fica demasiado caro ao país construir e gerir mil centrais de captação de água, chafarizes, linhas de transporte de energia, escolas, postos médicos, estradas, pontes e pontecos para tantas aldeias ou comunas dispersas do que uma centena. Como também fica difícil levar professores, médicos, enfermeiros, serviços administrativos e outros para atender necessidades em pequenos aglomerados populacionais.

Enquanto for esse o modelo, é claro que mesmo com a estrutura autárquica em funcionamento, continuaremos a não ter recursos para tanto. Sem qualquer menosprezo para o interior, as prioridades continuarão a ser definidas em função das pressões sociais. E elas fazem-se sentir mais onde se concentra maior população. Logicamente que, se o êxodo para as cidades não for travado com medidas que estimulem o desenvolvimento nas zonas rurais, é evidente que os grandes centros urbanos serão sempre problemáticos, e as atenções do Executivo estarão sempre voltadas primeiro para conter pressões resultantes de insatisfações, que têm como ponto de partida, exactamente, o interior 'abandonado'.

5.6 Executivo está a preparar eleições autárquicas

Jornal Agora

20 De Dezembro de 2013

Ao falar durante a palestra sobre as autarquias locais, dirigida a milhares do comité nacional da OMA, Adão de Almeida não arriscou datas, mas garantiu que o Executivo está a preparar as condições mínimas, que garantam o sucesso da implementação das autarquias locais.

"O processo de criação de condições para a institucionalização das autarquias locais deve obedecer diferentes fases, há que preparar os recursos humanos necessários, para que se efective a descentralização administrativa e há que criar condições para a descentralização como tal".

Refira-se que no seu discurso de abertura do ano legislativo, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, praticamente atirou toda a responsabilidade a Assembleia Nacional. O PR disse na altura que o Executivo está a fazer a sua parte, faltando a Assembleia Nacional legislar sobre as autarquias.

Por seu turno, os dirigentes da UMTA dizem ter o projecto de Lei já pronto e que o mesmo deverá ser submetido a aprovação da casa das leias nos próximos tempos.

Do MPLA ainda nada veio ao público mas o Agora sabe que já existe uma comissão formada que está a trabalhar na produção da lei que irá regular as autarquias locais.

5.7 Grupos técnicos nos municípios

Jornal de Angola

20 De Dezembro de 2013

O Executivo vai criar mais gabinetes técnicos em cada município e distrito de Luanda para um melhor acompanhamento e solução dos problemas de saneamento básico, falta de energia eléctrica e abastecimento de água potável, revelou o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva.

Os gabinetes técnicos permitem fazer uma abordagem realista dos problemas da população, tal como assistimos hoje relativamente ao Gabinete Técnico do Cazenga e Sambizanga", explicou José da Silva, à margem da cerimónia de entrega de casas a 300 jovens na Centralidade de Cacucaco,

A criação dos gabinetes técnicos, disse o ministro do Urbanismo e Habitação, vai permitir que a requalificação de Luanda seja mais célere e eficaz. Apesar de ainda não terem sido constituídos, acrescentou José Silva, está a ser preparado um pacote de propostas sobre o âmbito de actuação dos gabinetes técnicos, para que no primeiro trimestre do próximo ano possam entrar em funcionamento.

Os bairros de Luanda vão ser urbanizados e requalificados, tal como aconteceu nos bairros Mártires de Kifangondo ou Cassenda. José Silva acrescentou que já existem projectos de requalificação para as zonas de Viana, Kilamba Kiaxi e Morro Bento. "Além destes, existem outros bairros de Luanda com projectos de requalificação, apesar de as obras ainda não terem sido iniciadas", disse.

Os projectos de requalificação do Cazenga e Sambizanga, afirmou, decorrem a bom ritmo, tendo sido já erguidas algumas habitações no município do Cazenga, enquanto no Distrito Urbano do Sambizanga a construção das casas começa em Janeiro de 2014.

5.8 Oposição pode formar coligação para enfrentar autarquias

Jornal Agora

20 De Dezembro de 2013

Samakuva não enumerou quais os passos já dados nesse sentido, mas garantiu que tem trabalhado no sentido de alcançar essa plataforma.

"Até aqui só temos conseguido fazê-lo quando temos um propósito comum a defender mas, nós queremos definitivamente avançar para uma plataforma do tipo que temos procurado constituir. Portanto, o que foi alcançado foi um bom passo, um passo positivo e vamos continuar para ver se conseguimos atingir o nosso objectivo," disse Samakuva referindo-se a três ocasiões em que a oposição actuou em bloco, nomeadamente, por altura da manifestação do dia 23 de Novembro, o abandono em bloco da sessão parlamentar, no dia 27 de do mesmo mês, e ainda na concertação que resultou na produção de uma declaração política sobre os direitos humanos.

Comentando sobre o assunto, o porta-voz do PRS, Joaquim Máfia, disse que o seu partido apoia a iniciativa e que a oposição precisa de facto de uma coligação forte para os próximos desafios.

O porta-voz da Coligação Ampla de Salvação de Angola (CASA-CE), Lindo Bernardo Tito, é igualmente de opinião que a coligação seria uma boa

forma para enfrentar as eleições autárquicas. "Precisamos de facto de uma frente comum para as eleições autárquicas, mas esse desiderato não é novo, pois em várias ocasiões a oposição tem trabalhado unida".

Por seu turno, Ndonga Nzinga da FNLA também é da mesma opinião. "Há muito deveríamos ter pensado nessa possibilidade, porque o nosso país precisa de uma oposição forte e unida"

Em reacção, o deputado João Pinto, do MPLA, disse ao Agora que o seu partido não teme qualquer coligação da oposição. Segundo disse, "a maioria dos angolanos estão com o MPLA e apoiam o seu governo logo, não há que temer a coligação da oposição" "Para o MPLA este tipo de fórum dos partidos na oposição em Angola já não é nenhuma novidade" prosseguiu argumentando

. ainda que na verdade, o que a UNITA pretende é vitimizar-se e vai manipulando quem não tem ideias. "A UNITA fez a guerra e historicamente nunca fica satisfeito com os frutos do país", conclui João Pinto uma voz activa na sua bancada.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Inquilinos ameaçam levar Sonip à barra do tribunal

Semanário Angolense
07 De Dezembro de 2013

Inquilinos do condomínio habitacional «Vida Pacífica», ao Zango, poderão accionar em breve processos judiciais contra a Sonip, por esta empresa não estar a honrar com os seus compromissos contratuais.

Os moradores, que falaram sob anonimato, por razões óbvias, dizem que a empresa afecta ao ramo imobiliário da Sonangol estará a ignorar as suas reclamações quanto à degradação precoce dos apartamentos onde vivem na zona do Zango, no município de Viana.

«Há mais de seis meses que já apresentei a minha reclamação à Sonip, mas ela não moveu uma única "palha"», queixa-se Madalena (nome fictício), inquilina de um dos prédios do Zango, cujo apartamento apresenta fissuras nas paredes e sinais de infiltração de águas residuais.

Ela, que é funcionária da empresa petrolífera estatal, conta que algumas semanas depois de ter apresentado a sua reclamação junto à Sonip, recebeu a visita de funcionários dessa empresa que lá se deslocaram para fazerem um levantamento. «Prometeram que iriam reparar os danos, mas até hoje nunca mais deram o rosto. Desaparecerem, sem dar cavaco», adiciona.

Um outro funcionário ligado à área de Produção e Pesquisa da Sonangol diz que já apresentou, em distintas ocasiões, as suas reclamações à Sonip, mas «sem sucesso».

Revela que negociou no começo deste ano o seu apartamento em regime de renda resolúvel e que todos os meses sofre descontos para a honrar com a sua parte. «Mensalmente, pago renda, por que razão a SONIP não honra com a sua parte?», questiona-se. E sem esperar pela resposta, conclui:

«Isso revela o carácter arrogante dos seus responsáveis no seu relacionamento com os inquilinos».

O jovem funcionário confessa que já esgotou todos os mecanismos persuasivos, a fim de convencer a empresa do ramo imobiliário da Sonangol a cumprir

com as todas as cláusulas do contrato, de «forma pacífica».

Revela que ele e mais alguns moradores decidiram levar em breve o assunto à barra do tribunal para que os seus direitos sejam reparados.

A fonte do *Semanário Angolense* diz estar consciente que não se trata de «batalha fácil», por, segundo ele, ir a tribunal disputar os seus direitos com uma empresa de «grande peso no país». «Temos consciência disso, mas há uma réstia de esperança na Justiça, ainda que ténue», afirma.

Este jornal procurou ouvir a versão da empresa visada, tendo o director do gabinete de Comunicação e Imagem da Sonangol, Mateus Cristóvão, assegurado que a sua empresa iria responder tempestivamente o questionário que lhe havia previamente enviado.

Apesar de uma série de tentativas, este jornal não recebeu as respostas até ao fecho da presente edição nesta quinta-feira, 05.

6.2 Morador revoltado

Semanário Angeolense
07 De Dezembro de 2013

Numa reportagem que este jornal efectuou há cerca de dois meses aos prédios do condomínio «Vida Pacífica» foi possível observar «in situ» o drama de algumas famílias que habitam naquele complexo habitacional.

Uma das fontes deste jornal, que falou sob anonimato, dizia que em Agosto deste ano tinham sido detectados os primeiros sinais de degradação no seu apartamento: paredes da dispensa e do nosso quarto de dormir estavam a escurecer, como se tivessem sido infectadas por fungos.

Revelou que nos períodos de muita humidade, os ocupantes da residência eram obrigados a pernoitar na sala de visitas, sobretudo devido ao facto do filho do casal, de três anos, sofrer de doença de foro respiratório.

Dizia-se também que o apartamento, um T3, de Paulo (nome fictício) estava fixado em oitenta (80) mil dólares norte-americanos, tendo ele já pago 15% desse valor, ou seja, 12 mil.

«Todos os meses, sofro descontos para pagar este apartamento, que, ao invés de me dar conforto, piorou as minhas condições de vida», lamentava, com a voz embargada.

Quando da publicação deste artigo, uma fonte do gabinete de Comunicação e Imagem da Sonangol havia dito que os visados deviam apresentar as suas reclamações junto da Sonip ou a Delta Imobiliária, a fim de serem atendidas.

«Ao abrigo dos contratos entre as partes, aos inquilinos assistiu-lhes direito de apresentar as suas reclamações no prazo de um ano - período de garantia - a fim da empresa construtora reparar as anomalias detectadas», assegurava a fonte do SA.

6.3 Grupo Prado Valladares aplica 9,7 mil milhões Kz em Talatona

Jornal Expansão
13 De Dezembro de 2013

O grupo brasileiro Prado Valladares lançou na última semana os imóveis Mix Center e Espaços Avenida, ambos em Talatona, Luanda, avaliados em mais de 9,7 mil milhões Kz.

Os dois produtos imobiliários foram, de acordo com o director-geral do grupo em Angola, Ricardo Prado Valladares, idealizados para atender à procura actual por espaços comerciais, além de seguir uma tendência cada vez maior da oferta deste tipo de imóveis no mercado nacional.

Ricardo Prado Valladares explica que o Mix Center é uma solução integrada de comércio e hotelaria, com mais de 64 mil metros de área construída e 84 lojas. Este centro multiuso é constituído por três edifícios de cinco pisos, voltados para mais de 100 espaços comerciais, e resulta de um investimento de 5,2 mil milhões Kz (52,7 milhões USD).

Já o Espaço Avenida é constituído por dois blocos (Alpha e Beta), numa área total de ocupação de mais 10 mil metros e 84 lojas, por cada bloco. Na primeira etapa foram investidos perto de 3 mil milhões Kz, ou 29,4 milhões USD.

Estão já inscritos 16910jistas que adquiriam espaços em ambos os blocos, sendo que o 169.º se trata de uma unidade da rede de hipermercados Keroo Alpha e Beta são âncoras de um complexo que terá, além de uma praça alimentar, cinema e outros espaços comerciais interligados.

"Estamos agora mais focados na criação de espaços para o comércio e serviços, apesar de continuarmos a apostar no residencial", justificou o gestor.

No total, o grupo terá investido nesses empreendimentos 82,1 milhões USD e está a comercializá-los ao preço de 4 mil USD o metro

quadrado.

O ano de 2013 é, para o Grupo Prado Valladares, o da consolidação. Segundo Ricardo Prado Valladares, neste ano, entregam cinco empreendimentos.

Contam-se, por exemplo, as entregas da segunda fase dos empreendimentos residenciais Laguna (20 unidades) e o Boulevard (nove unidades), ambos voltados para o segmento médio-alto da população. O Mix Center, por exemplo, foi um dos projectos que mais se atrasaram.

O responsável argumenta que os atrasos se deveram à retracção do mercado imobiliário entre 2008 e 2011. E que a entrada de novos concorrentes deu origem a uma especulação que afectou o avanço das empreitadas do grupo no mercado nacional.

"Dentro dessa bolha imobiliária apareceram players que ou não tinham o know-how ou não eram sérios. O grupo sofreu muito nesse período de carácter especulativo, porque os investidores não conseguiam comprar", justificou.

O que mais terá afectado o grupo foi, entre outras razões, a perda de credibilidade do sector, porque o mercado achou que todas as empresas procuravam nada mais do que a super facturação, e muitas não entregavam o produto que promoviam. "Hoje, Angola tem um leque de compradores que exigem às empresas um nível alto de qualidade, padrão internacional, e quem ainda não notou isto está fora do mercado", frisou.

Se o ano em curso é o da consolidação, 2014 é apontado como o ano da expansão. Numa nota, a organização prevê um salto positivo com três projectos de topo até 2015. Estes empreendimentos deverão render uma facturação estimada em 200 milhões USD.

O Grupo Prado Valladares termina o ano de 2013 com um conjunto de 914 unidades comerciais e residenciais entregues, num percurso de 22 anos de actividade. Estes números cruzam-se pelos 16 empreendimentos concluídos até agora, os quais somam um volume de investimentos de 33,2 mil milhões Kz (340 milhões USD), desde o ano de 1997.

6.4 Huambo. Habitação avança no Lossambo

Semanário Agora
13 De Dezembro de 2013

Pelo menos 500 casas sociais serão erguidas na localidade de Lossambo, a 11 quilómetros da cidade do Huambo, no âmbito do programa do Executivo,

visando a melhoria da qualidade de vida da população.

O acto de consignação da empreitada ocorreu ontem e foi orientado pelo secretário de Estado da Construção, Ilídio Martins.

Cinco empresas nacionais ganharam o concurso público e terão a responsabilidade de construir, cada uma delas, 100 casas do tipo T3 em 18 meses.

6.5 Velhos bairros de Luanda ficam com nova imagem

Jornal de Angola
14 De Dezembro de 2013

O Executivo conclui em 2015 o programa de intervenção imediata, com a requalificação dos bairros Cazenga, Rocha Pinto, Sambizanga, Rangel e Marçal, anunciou ontem, em Luanda, o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Conceição e Silva.

O ministro garantiu que o processo de requalificação urbana destes bairros de Luanda está num bom ritmo. José da Conceição e Silva reconheceu que a requalificação de uma cidade como Luanda é um processo a longo prazo.

O ministro anunciou para 2025 o início de um outro programa mais longo de requalificação de Luanda. O ministério, no quadro do processo de requalificação, pretende criar gabinetes específicos nos bairros a serem seleccionados para dinamizar o trabalho, por orientação do Presidente da República. A intervenção visa criar condições do ponto de vista urbanístico e paisagístico, para renovar a estrutura viária e melhorar a qualidade de vida. José da Conceição e Silva considerou "elemento fundamental", um plano director para a cidade de Luanda. "Enquanto o plano directo: não estiver concluído, vamos lançar algumas acções, porque precisamos de estancar o crescimento desordenado dos bairros e requalificar as zonas que hoje estão degradadas", disse.

Em relação ao Programa Nacional do Urbanismo e Habitação, aprovado pelo Executivo, o ministro disse que está a dinamizar e qualificar o sistema urbano e o parque habitacional para garantir a melhoria do bem-estar da população. A melhoria da rede rodoviária, do fornecimento de energia eléctrica, abastecimento de água e de equipamentos sociais são as metas da requalificação urbana.

6.6 O Plano Director de Luanda

Jornal de Angola
15 De Dezembro de 2013

O projecto do Plano Director de Luanda foi apresentado há dias. Nos próximos 18 meses as empresas e as instituições envolvidas no projecto vão concluir este importante documento para o futuro da capital do país.

Luanda precisa urgentemente de ordenamento e precisa que o urbanismo impere sobre as construções anárquicas que nada resolvem. A habitação feita à pressa e sem regras fica muito longe dos mínimos desejáveis, em termos de conforto e salubridade. As construções que nascem ao arrepio de qualquer plano, muitas vezes nas reservas fundiárias do Estado, acabam até por inviabilizar a urbanização e os equipamentos sociais de que as comunidades realmente carecem.

O projecto de Plano Director apresentado é geral e metropolitano.

Bom sinal. Não interessa gerir Luanda na óptica do seu perímetro urbano tradicional. Também é insuficiente fazer a gestão dos espaços urbanos numa perspectiva fechada. Luanda só pode ser gerida como a grande área metropolitana que é. E isso obriga a adoptar sistemas integrados nas áreas dos transportes urbanos, limpeza, recolha e tratamento de lixo, estações de tratamento de águas residuais, estações de captação de água, redes de saneamento, água e energia eléctrica.

O Plano Director tem de dar resposta a todos os problemas que afectam a capital, numa perspectiva metropolitana. Luanda é uma grande cidade constituída por cidades grandes. A Centralidade do Kilamba já nasceu com planeamento urbanístico, lotes de construção urbanizados e infra-estruturados, áreas verdes, equipamentos sociais e desportivos, como escolas, centros de saúde e pavilhões gimnodesportivos, espaços comerciais, esquadras de polícia, redes técnicas de água, luz e saneamento. Mas na "velha" Luanda temos cidades de grande dimensão sem serviços básicos. Por comodismo, chamamos-lhes bairros. Mas são muito mais do que isso. O Cazenga tem uma população equivalente à de grandes cidades europeias. O mesmo acontece com áreas onde prevalece o caos urbanístico, como o Sambizanga, Rangel, Palanca, Prenda ou Rocha Pinto, para apenas referir os que têm mais anos de existência.

O caos urbanístico que aperta Luanda é antiquíssimo. A cidade expandiu-se por cima de terras pantanosas. Do Kinaxixi ao Rangel, todos nos lembramos das

lagoas e das cacimbas, onde dávamos as nossas "fimbas". Por isso, quando chove essas fontes de água sempre regressam, como a Kianda. O Bairro Operário, o Sambizanga, Rangel, Marçal, Terra Nova ou Catambor cresceram também desmesuradamente com a guerra colonial. Receberam algumas intervenções pontuais, chegou água e luz, mas nunca o saneamento, o problema estrutural.

A Partir de 1974, milhares de pessoas refugiaram-se no porto de abrigo que Luanda sempre foi. O êxodo manteve-se em baixa intensidade até às eleições de 1992. Mas a guerra que se seguiu provocou a maior onda de refugiados em Luanda. Para tomar o poder pela força, a rebelião armada chefiada por Savimbi não hesitou em ocupar os principais centros urbanos. Luanda era o "ponto de chegada". Milhões de angolanos procuraram na capital a segurança perdida.

O objectivo da rebelião era usar depois, eleitoralmente, esta bomba atómica social em risco de explodir, porque não existiam condições para responder às necessidades básicas de multidões de refugiados.

Mas os angolanos não são estúpidos e a solidariedade fez um milagre. A paz venceu e o Governo arregaçou as mangas. Luanda sim, ficou desarticulada, os serviços básicos entraram em colapso, a rede viária deixou de dar resposta às necessidades. As redes de água, Luz e saneamento praticamente implodiram. Escolas, hospitais, centros de saúde, deixaram de responder às necessidades. A rede comercial entrou em crise. Os transportes públicos desapareceram.

Se ninguém pode negar que os problemas actuais na África do Sul têm origem no apartheid, também é impossível negar que a guerra explica a desestruturação urbanística e os níveis de pobreza actuais de Luanda.

É esta Luanda, com o corpo urbano em ferida, que precisa de um Plano Director Geral e Metropolitano. A empresa Broadway vai elaborar o documento, nos próximos 18 meses, com o apoio da Aurecon Engineers na área técnica e de engenharia, a Universidade Nova de Lisboa colabora na do Património e Ambiente. A Deloitte traça a estratégia económica. Podemos dizer que a capital fica em boas mãos.

Luanda é uma cidade com séculos de existência e tem que ser gerida com a sua geografia e demografia. Mas algumas pequenas coisas têm que começarem cada um de nós.

6.7 Plano Director de Luanda garante qualidade de vida

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2013

O responsável pela aplicação do Plano Director Metropolitano de Luanda, James Rayner, considerou-o sustentável, por permitir aos habitantes da capital angolana viverem em comunidades seguras e saudáveis.

James Rayner disse à Angop que Plano permite, também, um rápido crescimento da sua economia, novas oportunidades de emprego, lazer e bem-estar, principalmente para a comunidade juvenil.

"As previsões de novos investimentos estão relacionadas com as novas infra-estruturas de uma cidade do futuro e vão ajudar à sua expansão e à melhoria das condições de vida dos seus habitantes, principalmente da periferia", sublinhou James Rayner.

A cidade pode desenvolver-se através de parceria com financiadores privados, definindo um novo padrão para a região, adaptado a um futuro promissor das comunidades existentes e à criação de novas áreas urbanas.

Para o responsável do Plano Director Metropolitano de Luanda, James Rayner, este projecto pode proporcionar novas rotas urbanas e suburbanas, com maior fluidez no trânsito automóvel para moradores e visitantes da cidade capital.

De acordo com o arquitecto, o plano aponta para uma cidade avançada, capaz de proporcionar orientação e segurança às organizações e entidades interessadas em investir nela.

O responsável pela aplicação do Plano Director Metropolitano de Luanda, o arquitecto James Rayner, referiu que até 2030 vão ser construídos outros parâmetros para as novas comunidades e para as já existentes.

6.8 Plano Director de Luanda aberto a sugestões

Jornal de Angola

17 De Dezembro de 2013

O Plano Director Metropolitano de Luanda fica concluído dentro de 18 meses e está aberto a sugestões dos municípios, informou o vice-governador para a área técnica e Infra-estruturas, Agostinho Fernando da Silva.

O documento, cujos trabalhos de elaboração começaram na quarta-feira, define como a província de Luanda se vai desenvolver até 2030, orienta a construção de áreas residenciais e equipamentos sociais, além de regular a organização territorial e urbanística da capital do país.

"O Governo da Província de Luanda convida a sociedade civil, administradores municipais e distritais, autoridades tradicionais e eclesiásticas a aderirem à realização deste importante instrumento de planeamento com subsídios valiosos", sublinhou o vice-governador.

O Plano Director Metropolitano de Luanda vai abarcar os restantes planos municipais ou sectoriais já concluídos, como da Zona Económica Especial de Viana, da Cidade do Kilamba e do município de Belas. Em fase avançada de elaboração está o Plano Director do município da Quissama e Icolo e Bengo.

James Rayner, responsável pela execução do Plano Director Metropolitano de Luanda, explicou que o documento vai também estabelecer novas rotas urbanas e suburbanas e garantir maior fluidez a trânsito automóvel. Os habitantes da capital vão poder viver em comunidades seguras e saudáveis. O plano director permite um rápido crescimento da economia e novas oportunidades de emprego, lazer e bem-estar, principalmente para a comunidade juvenil, "As previsões de novos investimentos estão ligadas a novas infra-estruturas de uma cidade do futuro e vão ajudar a sua expansão e melhorias das condições de vida dos seus habitantes, principalmente da periferia", sublinhou.

James Rayner é de opinião que a cidade pode ser desenvolvida em parceria com financiadores privados, através da definição de um novo padrão para a região, adaptando, para um futuro promissor, as comunidades existentes e a criação de novas áreas urbanas.

Planos municipais

No plano destaque ainda para a preservação ambiental e social dos sete municípios da província de Luanda, a sua valorização económica e sustentável. "A realização do Plano Director Metropolitano de Luanda vai produzir medidas de impacto eficazes e sustentáveis a médio e longo prazo", disse o arquitecto James Rayner à imprensa

Instituições de prestígio

A elaboração do Plano Director Metropolitano da cidade de Luanda está a cargo de quatro instituições: Broadway Malayan, Aurecon Engineers, Mobility in

Chain, Universidade Nova Lisboa e Deloitte, que têm 18 meses para apresentar documento final.

A Deloitte é uma empresa de auditoria e consultoria fundada em 1845, em Londres e que possui mais de 700 escritórios em 150 países. A Universidade Nova de Lisboa (UNL) é uma instituição universitária de investigação reconhecida internacionalmente e ensino de qualidade. Ocupa o 384.º lugar do ranking mundial de universidades "QS World University Rankings 2010" (1.º de Portugal) e o 181.º lugar (num total de 500) do ranking europeu da "Webometrics Ranking of World Universities", de acordo com dados de 2011.

A Mobility in Chain, ou simplesmente MIC, é especializada em questões de transportes, incluindo mobilidade, tráfego e estacionamento. Participou em trabalhos do género na Itália, México, Rússia, França (cidade de Paris) e Indonésia. A missão é desenhar um projecto que integre estratégias de transporte, a mobilidade e o planeamento urbano.

A Aurecon Engineers resultou da fusão de três consultoras (Africon, que esteve entre as 200 melhores firmas de designer do mundo e a maior da África do Sul, a Connell Wagner e a Ninham Shand).

Do grupo de instituições escolhidas para a elaboração do Plano está ainda a Broadway Malayan, especializada em arquitectura global, urbanismo e designo.

6.9 Funcionários públicos com casas evolutivas

Jornal de Angola

19 De Dezembro de 2013

A Administração Municipal do Sumbe entregou 20 casas evolutivas a quadros da função pública e a autoridades tradicionais da comuna da Gangula. A administradora adjunta disse que a construção das existentes nos bairros abrangidos", disse André Massanga, ao esclarecer que a mesma está a ser assegurada por uma brigada composta por 40 voluntários, entre funcionários do sector e escuteiros da Igreja Católica. O Governo Provincial de Cabinda pretende, com esta desinfeção das cacimbas, garantir a referidas casas se enquadra no plano nacional de habitação do Executivo, em curso no país.

Elsa Lianlunga disse que, de acordo com as verbas a serem atribuídas à Administração Municipal, vão ser construídas as casas do género nas comunas do Quicombo e Gungo.

O Executivo, lembrou a administradora, tem envidado esforços para satisfazer as necessidades

mais prementes da população no que toca à habitação, saúde, educação, fornecimento de energia eléctrica, água potável e reparação das vias rodoviárias.

6.10 Construtora Kora-Angola disponibiliza 15 mil casas

Jornal Economia e Finanças
20 De Dezembro de 2013

A construtora Kora-Angola prevê disponibilizar 15.000 habitações, ainda no decorrer deste ano, no quadro do plano nacional de urbanização e habitação, anunciou em entrevista à Angop o ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição e Silva. Segundo o responsável, as residências não serão habitadas no decurso deste ano, mas o processo comercial poderá ser já desencadeado, faltando apenas a conclusão das infra-estruturas externas, e as pessoas interessadas podem candidatar-se a essas urbanizações.

"Pretendemos, brevemente, começar a comercializar, ainda que elas não estejam habitáveis por força das infra-estruturas externas, mas nós temos já uma parte de cerca de 15 mil habitações do projecto da Kora-Angola. Este ano pretendemos desencadear um processo de contacto directo com o cidadão, no sentido da negociação do interesse por essas habitações. Estamos a falar das províncias do Kwanza-Sul, Uíje e Bié. Pretendemos que as habitações sejam adquiridas através do processo de renda resolúvel. A ideia é que se comece já a partir deste ano", anunciou.

Por outro lado, o ministro -: informou que, ainda este ano, o programa de construção de 200 fogos habitacionais, planificados para cada município, poderá também colocar à disposição algumas residências, estando nesta fase, a ser desenvolvido um estudo do mercado referente ao custo dessas habitações para as podermos pôr ao serviço dos servidores públicos que estão espalhados pelo país e também da população, de uma forma geral.

"Acreditamos que, com o surgimento e com a aplicação no mercado de outras urbanizações que vão ocorrer nos próximos tempos, o custo vai reduzir ainda mais", sublinhou.

Programa de urbanização Quanto à implementação do plano nacional de urbanização e habitação, José António da Conceição e Silva destacou que o mesmo preconiza aspectos ligados ao urbanismo, com realce para ordenamento do território organização espacial

das cidades, além de planos directores para as cidades.

"O nosso plano, de forma muito mais notória, abarca os projectos que estão sendo construídos, quer pela Sonip, que são cerca de 80 mil habitações, quer pela Kora-Angola, que são 40 mil, e também abarca aspectos ligados às agro-vilas, que são a abordagem sobre a construção rural e aquilo que para nós é o ponto fulcral do programa, que é a auto-construção dirigida. A auto-construção dirigida contempla cerca de 68 por cento do programa nacional de urbanismo e habitação", disse.

Em curso, está também a ser desenvolvido o programa de urbanização das reservas fundiárias, que visa a sua urbanização, tratamento de infra-estruturas e permite que a população possa ter acesso a esses espaços, adquirindo terrenos infra-estrutura dos, para que possa construir habitações, a partir de projectos pré-concebidos pelo Estado, com o seu acompanhamento.

Requalificação de Luanda Quanto ao programa de requalificação de algumas zonas da província de Luanda, o titular da pasta do Urbanismo e Habitação esclareceu que o processo será executado a longo prazo.

"Estamos a desenvolver aquilo que chamamos intervenção imediata, que deverá ser conduzida até 2015. É a abordagem sobre bairros como o Cazenga, Sambizanga, Rangel, Marçal e Rocha Pinto. Mas temos depois uma outra abordagem de longo prazo, que irá até 2025, ao longo da qual pensamos que teremos a possibilidade de alargar este leque de intervenções", adiantou.

Actualmente, os trabalhos incidem na criação de gabinetes específicos, que localmente poderão tratar dos problemas urbanos existentes. Na sua óptica, estas instituições vão trabalhar em coordenação com o órgão central.

"É imperioso que, na visão da requalificação da cidade de Luanda, possamos ter esses órgãos técnicos que vão olhando muito especificamente para os vários pontos da cidade. Também não podemos descurar neste processo um elemento fundamental, que é o próprio plano director da cidade de Luanda, um instrumento cuja preparação está em curso. O plano vai ditar as regras e aquilo que é o futuro, a longo prazo, daquilo que nós pretendemos da cidade de Luanda", pontualizou.

6.11 Distribuídas mais habitações nas centralidades

Jornal de Angola

20 De Dezembro de 2013

Mais de cinco mil pessoas receberam habitações nas Centralidades do Kilamba e Cacuaco, em Luanda, através do Fundo de Fomento Habitacional, revelou o presidente da comissão executiva, Edson Vaz em declarações a imprensa, no final do acto de entrega de 300 habitações a jovens.

Edson Vaz explicou que foram adquiridos 3.500 apartamentos na cidade do Kilamba e dois mil no Cacuaco. "Na centralidade de Cacuaco, 311 casas foram vendidas a antigos combatentes, 300 a jovens, 100 a professores do ensino geral, 50 a professores do ensino superior, 100 a enfermeiros e outras 100 a médicos, 100", disse.

Os clientes do Fundo de Fomento Habitacional vão pagar os seus apartamentos através de renda resolúvel, num período de 30 anos. "Na prática, as pessoas são clientes do Fundo. Adquiriram o apartamento, vão pagar mensalmente e passados 30 anos, a titularidade do apartamento passa para eles", explicou o presidente da comissão executiva do Fundo de Fomento Habitacional.

Os apartamentos de tipologia T4 estão a ser vendidos a 65 mil dólares, com renda mensal de 350 dólares, e os T5 ao preço de 80 mil dólares, e 430 dólares como renda mensal. Edson Vaz explicou que o Fundo de Fomento Habitacional, após adquirir as habitações nas centralidades, faz um rastreio de quantos apartamentos devem receber os diferentes organismos do Estado, instituições públicas e organizações da sociedade civil. "Feito isto, enviamos um ofício a cada um deles a informar o número de apartamentos que lhes cabe", referiu, acrescentando que a indicação dos nomes das pessoas a receberem as habitações é da inteira responsabilidade das instituições.

O Fundo de Fomento Habitacional, aprovado pelo Conselho de Ministros em Julho de 2009, foi criado para apoiar pessoas de baixos rendimentos na compra faseada ou directa e arrendamento de residências, apoiar cooperativas de habitação. Financia igualmente projectos imobiliários e de auto-construção dirigida.

O Fundo de Fomento Habitacional funciona como um instrumento da política de habitação, visando a promoção, urbanização de cidades ou bairros, construção e gestão de habitação, em especial social, sendo suportado, nessa primeira fase, pelo Orçamento Geral do Estado.

Casas em Cacuaco

Quarta-feira, 300 jovens receberam em Luanda as suas habitações na Centralidade de Cacuaco, já no âmbito da implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude 2014-2017, aprovado ontem em Conselho de Ministros.

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Silva, explicou que a preocupação de mais casas para a juventude está consagrada quer na Lei de Fomento Habitacional quer no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que atribui 30 por cento das habitações à juventude.

A implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, disse, decorre com normalidade, estando em curso o projecto de a construção de habitações pela Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP).

6.12 Grupos técnicos nos municípios

Jornal de Angola

20 De Dezembro de 2013

O Executivo vai criar mais gabinetes técnicos em cada município e distrito de Luanda para um melhor acompanhamento e solução dos problemas de saneamento básico, falta de energia eléctrica e abastecimento de água potável, revelou o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Silva.

Os gabinetes técnicos permitem fazer uma abordagem realista dos problemas da população, tal como assistimos hoje relativamente ao Gabinete Técnico do Cazenga e Sambizanga", explicou José da Silva, à margem da cerimónia de entrega de casas a 300 jovens na Centralidade de Cacuaco,

A criação dos gabinetes técnicos, disse o ministro do Urbanismo e Habitação, vai permitir que a requalificação de Luanda seja mais célere e eficaz. Apesar de ainda não terem sido constituídos, acrescentou José Silva, está a ser preparado um pacote de propostas sobre o âmbito de actuação dos gabinetes técnicos, para que no primeiro trimestre do próximo ano possam entrar em funcionamento.

Os bairros de Luanda vão ser urbanizados e requalificados, tal como aconteceu nos bairros Mártires de Kifangondo ou Cassenda. José Silva acrescentou que já existem projectos de requalificação para as zonas de Viana, Kilamba Kiaxi e Morro Bento. "Além destes, existem outros bairros de Luanda com projectos de requalificação, apesar de as obras ainda não terem sido iniciadas", disse.

Os projectos de requalificação do Cazenga e Sambizanga, afirmou, decorrem a bom ritmo, tendo sido já erguidas algumas habitações no município do Cazenga, enquanto no Distrito Urbano do Sambizanga a construção das casas começa em Janeiro de 20 14.

6.13 Luanda e os planos "direitores"

Revista Vida

20 De Dezembro de 3013

A cabo de ouvir dizer, ainda sem saber quanto é que nos vai custar, que está na forja dos gabinetes e dos estiradores mais um plano director para a capital, que desta vez tem o bonito nome de "Plano Director Metropolitano".

Permitam-me a alfinetada que por sinal é bem merecida, mas Angola é seguramente no mundo, um dos países que mais gasta dinheiro público em consultores e em consultorias com resultados nada satisfatórios, de acordo com a minha contabilidade.

Por acaso o nome do, novo plano até soa bem. E moderno. E futurista.

Antigamente, quando eram os miúdos e ouvíamos falar da palavra metropolitano, a primeira imagem que nos vinha a cabeça era a de um homem branco, do tipo "besugo", nascido em Portugal e a trocar os "bés" pelos "vés".

Depois, ficamos a saber que eles viviam na metrópole e nós no ultramar deles, quer dizer de Portugal metropolitano. Éramos por isso os ultramarinos.

Hoje já sabemos que a metrópole do tempo colonial afinal também é uma grande cidade do tipo Luanda, daí a justificação da designação para este novo projecto.

Já não sei muito bem quantos planos ou tentativas de planos directores foram feitos para esta minha Luanda que é a única que tenho.

Também não quero mais outra, porque já não sei, nem quero viver fora dela, após todos estes anos a luandar, desde que aqui nasci e me fiz pessoa.

Esta Luanda serve-me perfeitamente, embora nos últimos tempos sinta que alguém quer ficar com ela toda só para si e apenas para os seus, com planos e projectos que me deixam algo preocupado quanto ao nosso futuro, enquanto autóctones da banda, também conhecidos por "calús puros".

Acolhedores e hospitaleiros como nós, só conheço os calús de Nova Yorque.

Em causa está um caudal de informações sobre planos que me têm passado pelos olhos e pelos ouvidos ao longo dos tempos e que estão registados na minha memória, que cada vez me atraiçoa mais. Viva o PC!

Aliás é de vários planos e com muitos "pianistas" que também já nos habituamos a viver desde que este país se fez gente adulta em Novembro de 75.

Na altura, estou recordado, ainda não sabíamos muito bem qual era o plano traçado, para além de sermos orgulhosamente independentes fizesse solou fizesse chuva. Não havia plano B.

Esse plano antigo pelo menos sei que resultou até aos dias de hoje e já se passaram mais de 38 anos desde que o Manguxi disse que não voltávamos mais atrás, pois para frente era o caminho, era o único plano até ordens em contrário.

Apesar de ele ter morrido muito cedo, seu herdeiro, que está connosco até hoje, continuou com o plano e até houve alguém na altura, que em tom muito ameaçador, disse que não se podia mexer nem numa vírgula do plano do Mulaúla.

Pelo que todos sabemos a maior parte das vírgulas até já desapareceu, tendo sobrado apenas algumas palavras de ordem e pouco mais, para além, naturalmente, da própria dipanda.

Desde o tempo da outra senhora que oiço falar do tal plano director para Luanda como sendo uma espécie de varinha mágica para resolver todos o mambos e makas do crescimento da cidade.

Depois da dipanda continuou a guerra e nunca mais se ouviu falar de planos directores.

Terminada a guerra em 2002, os planos directores voltaram e em força, tendo de lá para cá já tido notícias da elaboração de vários em função dos governadores que foram passando pela Ingombota.

Primeiro ainda não sei muito bem se os anteriores planos foram concluídos e estão a ser executados.

Também não sei de quantos planos directores precisa uma cidade.

Em princípio acho que um plano com estas características, desde que seja bem elaborado a pensar no presente e no futuro, sem nunca esquecer o passado histórico e afectivo da cidade, seria suficiente para nos dar todas as respostas de que precisamos,

sem se ignorar nada e sem necessidade de atropelarmos os outros.

Espaço e litoral é o que não nos falta. Diante do novo plano metropolitano para Luanda as minhas interrogações e dúvidas são mais do que muitas, sobretudo em relação ao passado remoto e mais recente desta cidade, numa altura em que são várias as forças ocultas, abertas e atípicas que até parece que estão apostadas em arrasar a cidade que me viu meu pau, a mim aos meus filhos nascer.

Não, definitivamente uma cidade não tem que crescer e se modernizar assim, com a destruição do seu património quer histórico quer arquitectónico, quer afectivo.

Uma cidade é muito mais que um espaço para o investimento, a especulação e ganância do sector imobiliário e de "sus muchachos".

Só o Estado, como pessoa de bem, está em condições de travar a ofensiva que está em curso em Luanda.

6.14 Obras da nova centralidade decorrem a ritmo acelerado

Jornal de Angola
20 De Dezembro de 2013

As primeiras 70 casas, das quatro mil previstas para o projecto habitacional Mwono Waha, que em português significa "nova vida", foram já entregues aos seus proprietários.

O projecto habitacional foi delineado há seis anos pela Sociedade Mineira de Catoca (SMC) e está a ser construído, há um ano, pela empreiteira chinesa CIF, a dez quilómetros de Saurimo.

O presidente do projecto, Flávio Fernandes, garantiu que o ritmo e qualidade das obras, fiscalizadas por uma empresa idónea, "respeitam as cláusulas subscritas no contrato de construção de moradias geminadas do tipo T3 e T4, com reserva de talhões para a edificação de uma escola, campo desportivo multiusos, centro de saúde e estabelecimentos comerciais".

A construção de fogos habitacionais decorre em simultâneo com o arruamento, pavimentação, instalação da rede de saneamento básico, de abastecimento água potável e de energia eléctrica domiciliar e pública. Mwono Waha conta actualmente com 240 sócios, inscritos para as distintas categorias de casas esboçadas no projecto.

Para facilitar o pagamento das mesmas, foi assinado um convénio de financiamento com o Banco Totta, válido por 15 anos.

Em relação à preservação ambiental, Flávio Fernandes garante que o projecto preparou viveiros contendo três mil mudas de plantas diversas.

6.15 Médicos recebem novas residências

Jornal de Angola
31 De Dezembro de 2013

Médicos que trabalham na vila do Bembe, província do Uíge, receberam residências do tipo T-3, entregues pelo governador Paulo Pombolo.

As casas, além de quartos, suites, sala comum, cozinha e dispensa, possuem também um vasto quintal e outros compartimentos.

O governador recordou que o Governo, no âmbito das suas responsabilidades sociais, continua a desenvolver acções nos domínios da Educação, Saúde, melhoria das vias de acesso, habitação, formação académica e profissional, abastecimento alimentar e outras.

Paulo Pombolo visitou também a comuna de Mabaya-Quimaria, acerca 70 quilómetros da vila do Bembe, para constatar as dificuldades da população, onde sobressai o estado acentuado de degradação da via de acesso, que apresenta enormes buracos, inviabilizando o trânsito automóvel no período chuvoso.

Administrador comunal

O administrador da comuna de Quimaria, Silvestre Lucas, disse que o desenvolvimento da localidade passa, necessariamente, pela reabilitação da estrada Bembe-Quimaria e das pontes sobre os rios Lufua e Lucoji, residências para as autoridades administrativas, mais postos de saúde, aumento do número de enfermeiros e médicos.

Quimaria possui apenas um centro de Saúde e dois postos médicos, cujo funcionamento é assegurado por cinco médicos, enquanto os partos têm o concurso de 12 parteiras tradicionais. O administrador disse que a localidade, que possui 6.160 habitantes, conta apenas com oito escolas primárias, das quais só uma é de construção definitiva, enquanto as outras funcionam em estruturas precárias feitas de pau-a-pique ou por baixo de árvores.

No ano lectivo 2013 estiveram matriculados mais de 2.580 alunos da iniciação ao ensino secundário, para apenas 46 professores, disse o administrador, que defende a admissão de mais de 30 docentes e a construção de 35 novas salas para acomodar um maior número de crianças que estudam em salas provisórias ou fora do sistema normal do ensino.

O governador Paulo Pombolo referiu que o Executivo está a desenvolver mecanismos mais adequados para melhorar os serviços de Saúde e da Educação nas comunidades e recomendou à Administração Municipal do Bembe a definir um plano para a construção de mais centros e postos de saúde e salas de aulas, enquanto se aguarda por novos concursos públicos.

Quimaria é tida como a região de maior produção de laranja, tangerina, abacaxi, cana-de-açúcar, mandioca e outros produtos alimentares, segundo o administrador Silvestre Lucas, revelando que mais de 500 camponeses, integrados em sete associações, praticam a agricultura de subsistência.

"Os camponeses locais também estão a produzir muita banana, ginguba, feijão, milho, arroz e batata-doce, mas a falta de máquinas de lavoura, instrumentos de trabalho e créditos bancários criam dificuldades", disse.

6.16 Cidades do país são requalificadas

Jornal de Angola
22 De Dezembro de 2013

O Ministério do Urbanismo e Habitação realiza no próximo ano estudos para a requalificação urbana das cidades de Malange, Dondo e Huambo, anunciou o titular da pasta ao fazer o balanço das actividades do Ministério.

José da Silva disse que estão concluídos 14 planos directores municipais e 158 de urbanização e que 68 por cento do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação "ocorre por conta da autoconstrução dirigida. O ministro salientou, no domínio do ordenamento do território, a existência de 58 planos directores municipais em curso em 15 províncias e 14 projectos de infra-estruturas integradas em 13.

José da Silva realçou entre os projectos com infra-estruturas o dos bairros do Cacucaco, Kilamba Kiaxi, Cacucaco, Benfica, Militar e Morro Bento, todos de Luanda. "Á luz do Plano Nacional de Desenvolvimento vamos disponibilizar terrenos com infra-estruturas para os cidadãos que pretendem construir casa própria", disse.

O ministro José da Silva revelou e tarem fase de conclusão o e tudo de mercado que "deve fornecer os indicadores necessários para estabelecer os preços das habitações construídas no âmbito de programa de 200 fogos por município e os dos terrenos com infra-estruturas para autoconstrução dirigida. O sector do urbanismo e construção, referiu, está em condições para no primeiro semestre de 2014 iniciar os trabalhos nas reservas fundiárias das localidades de Missombo (Kuando Kubango), Chitato (Lunda-Norte), Catapa (Uíge), Mungo (Huambo), Graça (Benguela), Mabubas (Bengo) e da Quissama, em Luanda.

José da Silva afirmou ainda estarem concluídas 65 mil casas das 18 centralidades que estão a ser erguidas em dez províncias no quadro do subprograma dos 120 mil fogos (80 mil unidades a cargo da Sonip e 40 mil da Kora-Angola) e do pro-grama de 200, que decorre em 130 municípios. O ministro disse também que foram comercializadas cerca de 50 por cento das habitações a cargo da Sonip.

Em relação ao programa a cargo da Kora-Angola, declarou estarem concluídos 15 mil fogos habitacionais que devem em breve ser postos no mercado. Apesar de alguns obres saltos, disse, as vendas das casas tiveram impacto na redução dos preços do mercado imobiliário do seguimento de média renda.

6.17 Baixou o preço de casas de renda elevada

Jornal de Angola
26 De Dezembro de 2013

Os preços de venda de casas do segmento de renda alta em Luanda registaram quedas significativas ao longo dos últimos cinco anos devido à elevada oferta no mercado, Indica um estudo sobre o Mercado Imobiliário Angolano relativo a 2013, lançado este ano pela empresa de consultoria do sector Proprime.

Em zonas de Luanda como a Maianga, Ingombota e Talatona, onde os preços estavam acima dos dois milhões de dólares (200 milhões de kwanzas) para um apartamento T2 ou moradia do tipo T4, os valores diminuíram entre 20 a 50 por cento.

Nas zonas antes consideradas as mais cara de Luanda, Talatona e Maianga, onde em 2009 uma moradia ou apartamento de alto padrão do tipo T4 custava mais de dois milhões de dólares, os preços passaram para um milhão de dólares (100 milhões de kwanzas).

Na Ingombota, Viana, Benfica e Camama as reduções situam-se entre dez e 30 por cento. O valor de um apartamento ou moradia de alto padrão do tipo T3, que em 2009 custava, na Ingombota e Benfica, um milhão de dólares, passou para 700 ou 900 mil dólares (70 ou 90 milhões de kwanzas).

Apesar de hoje se registar uma diminuição do ritmo das vendas, a apostas em produtos imobiliário de alto padrão continuam a ser uma realidade em Luanda. O estudo diz que nas zonas da Baixa de Luanda, Talatona e Maianga assiste-se a uma construção "acelerada" de edifícios e moradias que vão atender apenas os segmentos de padrão elevado, onde o preço do metro quadrado ronda os 500 mil kwanzas. "É necessário o empresariado começar a efectuar grandes investimentos no segmento de média e baixa renda, com vista a alterar a focalização no segmento de alto padrão", aponta o estudo, ao mesmo tempo que assinala a predominância de um elevado défice habitacional neste segmento, fazendo com que os preços sejam "relativamente altos".

O Executivo lançou em 2008 o Programa Nacional de Habitação, que prevê a construção de centena de milhares de casas a nível de todo país a serem comercializadas por renda resolúvel. Para atender esta franja do mercado na cidade de Luanda foram construídas cinco novas centralidades, designadamente, Kilamba, Cacuaco, Musseque Capari, Quilómetro 44 e Zango, onde vai residir perto de um milhão de habitantes. As casas são destinadas a todos os segmentos.

6.18 O pagamento anual da taxa de circulação

Jornal Semanário
26 De Dezembro de 2013

O prazo para o pagamento da taxa de circulação termina na próxima terça - feira, 31 de Dezembro deste ano. Findo este prazo, todos os automobilistas que não tiverem regularizado o pagamento serão obrigados a pagar de forma coerciva, adicionado de uma multa de 50 por cento do valor total da taxa correspondente a cilindrada do veículo ou motociclo.

De acordo com o comunicado do Ministério das Finanças que determina o pagamento da taxa' as receitas arrecadadas deste exercício serão revertidos para a melhoria das estradas de todo o país. Entretanto, automobilistas ouvidos pela nossa reportagem julgam que a as receitas arrecadadas do pagamento da taxa de circulação não traduzem na melhoria das estradas, na medida em muitas delas

ainda encontram - se em avançado estado de degradação.

Francisco José de 40 anos de idade residente motorista de profissão dos quais sete ao serviço de táxi, atualmente trabalham como relações públicas, disse à nossa reportagem que as estradas terciárias e secundárias não oferecem condições de transitabilidade o que tem provocado danos avultados aos veículos. "Gastamos muito dinheiro na compra de peças sobressalentes e ainda temos de pagar valores tão altos com a taxa de circulação' se o dinheiro é para se reparar as estradas então não se justifica, há obras que já duram sete anos e nem dão sinal de conclusão", desabafou.

Acrescentou que basta um pequeno estrangulamento numa das vias estruturantes para bloquear o trânsito e deixar os transeuntes sem alternativas e fazes com que se chegue tardiamente nos locais de trabalho ou em certos compromissos.

Ricardo Bunga de 37 anos, engenheiro mecânico residente em Cacuaco, revelou a nossa reportagem que diariamente percorre mais de 20 quilómetros de casa ao serviço e vice-versa, considerando que o trânsito que se regista em Luanda é fruto da má qualidade das estradas, por isso se nega a pagar a taxa de circulação. "Não vou pagar a taxa porque, muitas avarias registadas crateras nas estradas. Imagine quantos carros tem cada série de matrícula? É muito dinheiro que vai ao cofre do Estado e que segundo o Ministério das Finanças serviria para reparação e construção de estradas", deplorou.

O jovem vai mais longe e aponta o Brasil como exemplo no que a gestão de rodovias desrespeito, onde algumas estradas são terceirizadas a empresas privadas que fazem a sua gestão e manutenção, cobrando alguma taxa de portagem aos automobilistas e olha que as estradas estão sempre em perfeitas condições. Por sua vez, Pensamento Dias, de 40 anos de idade, operador de gruas na Sociedade Gestora de Terminais (Sogester), não entende se o valor da taxa é apenas para manutenção das vias estruturantes porque é onde se registam algumas melhorias mesmo sendo de pouca dura. "A via expressa Cacuaco, Cabolombo e Benfica, já tem fissuras, as obras das vias estruturantes do Ngola Kiluanji, Lueje a Nkonde e Deolinda Rodrigues são intermináveis, é onde sentem registado algumas melhor.

6.19 Faltam estudos de impacto ambiental

Jornal de Angola

27 De Dezembro de 2013

Ausência de estudos de impacto ambiental pode resultar em tragédias humanas principalmente na área da construção

A ministra do Ambiente deplorou que muitos projectos nas províncias fora de Luanda sejam elaborados sem um Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental (EIA).

Fátima Jardim anunciou a realização a partir de Março em todas as províncias, excepto Luanda, de inspecções de avaliação de algumas das obras "de grande dimensão" e dos danos causados ao ambiente. "Vamos actuar a partir de Março porque não podemos de forma alguma realizar acções que não sejam integradas no plano nacional de estudo ambiental!", disse.

A ministra afirmou que no caso de Luanda dão entrada diariamente vários projectos a solicitar o licenciamento depois de um estudo de impacto ambiental, o que é exigido pelo Executivo.

Este ano, referiu a ministra Fátima Jardim, entraram na Direcção Nacional de Prevenção e Avaliação de Impactos Ambientais do Ministério do Ambiente 297 estudos, muitos deles complexos e com as medidas de mitigação bem definidas, com vista a serem licenciados.

Fátima Jardim declarou que, no quadro do desenvolvimento socioeconómico que o país regista, vai ser reforçada a capacidade institucional em termos de quadros para se fazer face às necessidades.

O Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental é um relatório técnico no qual se avaliam as consequências para o ambiente decorrentes de um determinado projecto e são apresentadas medidas mitigadoras.

Outra preocupação do Ministério do Ambiente está relacionada com os derrames de petróleo. Fátima Jardim revelou que o Executivo vai prestar maior atenção aos casos de derrames de petróleo resultante das operações de prospecção e exploração deste recurso por parte das empresas petrolíferas. "Angola possui um quadro legal bastante amplo que permite a aplicação de multas nos casos que forem detectados", disse Fátima Jardim, ao fazer o balanço das actividades realizadas este ano.

A ministra do Ambiente referiu que ao longo do ano foram registados 20 casos, cujas averiguações

seguem os trâmites legais, e que na semana passada ocorreu mais um, na província de Cabinda. O caso mais relevante, sublinhou, aconteceu com a empresa ENI durante as actividades de prospecção e que por isso teve de pagar ao Estado 3,5 milhões de dólares a título de indemnização.

"O Estado agora já não se vai limitar a aplicar medidas de educação e consciencialização ambiental, mas dar continuidade ao reforço da sua capacidade para melhorar a fiscalização e sancionar todos os danos para o ambiente", advertiu.

Ainda quanto ao derrame provocado pela ENI, assegurou que já foi retirado o tanque de combustível do local e exige-se agora a remoção da plataforma. "Tudo isto foi cumprido. Como sabem são verbas bastante dispendiosas. Apresentamos a auditoria para a prospecção e estamos satisfeitos e conscientes que a comissão multisectorial de contingência de derrames de petróleo exerceu o seu papel", disse a ministra Fátima Jardim.

A ministra do Ambiente declarou, igualmente, que para a retirada do tanque do local foram precisos dois navios contratados e que o material foi levado com segurança até à base da Sonils, em Luanda.

6.20 Casas concluídas no primeiro semestre

Jornal de Angola

28 De Dezembro de 2013

Mais de nove mil habitações nas centralidades que estão a ser erguidas nos municípios do Huambo, Bailundo e Caála ficam prontas no primeiro semestre do próximo ano, anunciou o vice-governador do Huambo para o sector Económico.

Francisco Fato garantiu que a resolução do problema da habitação para a juventude é uma das prioridades do Governo. No município da Caála, estão a ser construídas quatro mil habitações, no do Bailundo três mil e no do Huambo duas mil.

Os municípios do Londuimbali, Mungo, Ecunha, Chicala Cholohanga, Cachiungo, Longonjo, Ucuma e Chinjenje vão contar, a partir do próximo ano, com 200 casas sociais cada.

Ao longo deste ano, ficaram concluídas e foram distribuídas a pessoas em condições vulneráveis 200 casas, nos municípios da Chicala Cholohanga, Londuimbali e Ucuma,

O delegado da Justiça e dos Direitos Humanos disse que as cidades em construção na província do

Huambo vão ter lojas de Justiça, que vão albergar serviços de cartório notarial, conservatória de registo civil e de identificação civil e criminal. Ernesto Estêvão Pedro explicou que a criação das lojas de Justiça nas centralidades tem como objectivo aproximar os serviços de justiça das pessoas.

"Queremos facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços de Justiça e descongestionar o afluxo de pessoas nas conservatórias, nos serviços de identificação e cartórios", frisou, para depois anunciar a entrada em funcionamento de três novas lojas nas centralidades do Lossambo, Caála e Bailundo, no próximo ano. A centralidade da Caála alberga habitações dos três tipos construídas pela Kora

Angola todas de tipologia T3 com 100 metros quadrados de área útil. A Caála foi desenhada para comportar 4.000 casas. Os arranjos de infra-estruturas e drenagem estão concluídos e as actividades no interior das habitações correm a bom ritmo.

7. TERRA

7.1 Morrer a procura de pedras preciosas

Jornal Agora

06 De Dezembro de 2013

Depois das Lundas Norte e Sul, o Bié, mais precisamente, no município da Nhârea, de acordo com a administradora Maria Chicapa, é a região mais famosa na extracção ilegal da pedra preciosa.

Ali o garimpo é actividade de sobrevivência da população local e de enriquecimento dos estrangeiros.

A localidade de Seteka, no sector de Catacala, tomou-se, desta forma, no ponto nevrálgico do crescimento do fenómeno e dos relatos negros da vida dura dos garimpeiros.

A administração comunal da Lúbia, naquele município, e a população acreditam que cerca de cinco pessoas morrem diariamente na Catacala, um lugar que já foi, no passado, procurado pela UNITA, para financiar as suas actividades em tempos de triste memória e até para a formação dos quadros deste Partido.

Actualmente, segundo os dados avançados pelo comando provincial da Policia Nacional do Bié, Seteka é cobiçada por um sem número de estrangeiros, que em busca de riqueza tudo faz, para chegar à província.

"Todos os dias chegam a esta província estrangeiros", disse Eduardo Cerqueira, comandante provincial da Polícia Nacional que promete medidas seguras para garantir a segurança da região.

Os mesmos, na sua maioria do oeste africano, alguns com estadia ilegal, são acusados de oferecerem dinheiro aos angolanos e forçá-los a permanecerem dias e noites na exploração de diamantes.

Muitas mortes, na Catacala, comuna da Lúbia, 68 quilómetros da sede municipal, conforme as informações, resultam destes acordos.

Os funerais são realizados diariamente, por falta de moergues. Populares autoridades tradicionais, manifestaram a sua preocupação, em função do número de mortes que se assiste na área.

PROTEGER A VIDA. Maria Chicapa, administradora da Nhârea, disse, durante o segundo

encontro de auscultação e concertação social do município que há muito as autoridades locais procuram travar a expansão do fenómeno, por as consequências serem desastrosas.

As mortes aumentaram e as acções do Governo, com relação a este problema, têm sido ainda incipientes, embora exista o lado social de que dezenas de famílias carenciadas dependem do garimpo para a sua sobrevivência.

As histórias estão nas ruas, nas casas, na alma de Catacala, que tem no nome a riqueza e as mortes inculcadas.

Ninguém sabe ao certo, no entanto, calcula-se, que da região tenham saído milhares de milhões de dólares em diamantes. Nem mesmo o próprio Estado tem o registo fiscal da comercialização desminério.

Os nativos carregam na pele o peso de escravos e são capazes de cavar buracos até 20 metros de profundidade, faça solou não. Muitos trocaram a vida da cidade pela mata com objectivo de encontrar o diamante ou mesmo a própria morte.

A região tem o potencial para a praticada actividade artesanal, em termos de riqueza, até porque, durante a nossa estadia, foi possível obter informações de que, lá já saíram outras pedras que se transformaram em riqueza que apaixonaram os estrangeiros que tudo fazem para merecer o apoio da população local.

Esteves Moisés, administrador comunal da Lúbia, disse à nossa reportagem, que a situação é negra nas áreas do Bueto, Sacatuiki, Henriques e Caluela.

E para reduzir o número de mortes e a fuga ao fisco, sugeriu a criação de normas que assegurem o garimpo.

"Torna-se necessário criar um sistema normativo moderno e abrangente, que englobe um conjunto de regras para regular a actividade na região e proporcionar maiores rendimentos à população", disse, apelando também que sejam criados mecanismos de protecção ambiental para evitar o contínuo desmatamento.

A ATRACÇÃO PELO DIAMANTE. Fufuta André, tem 34, e pouco menos de 1,80 metro de altura, contou a este semanário, tudo o que tem vivido num dos maiores campos de batalha de exploração diamantífera do Bié, na localidade de Seteka, no sector da Lúbia. Nascido em Benguela, onde hoje ainda moram os seus pais e a ex-mulher, deixou a vida de vendedor ambulante, no fim de 2011 e foi para o Bié em busca de diamantes e mudar de vida. Hoje é um dos 1000 garimpeiros de Catacala, na

Lúbia, que para além da doença que contraiu, em função do trabalho forçado, clama a Deus para ajudá-lo a regressar a casa mesmo sem a pedra da felicidade.

"Ouvimos falar do diamante do Bié.

Ninguém aqui é comerciante ninguém tem um salário fixo da administração pública, aqui em Seteka, somos todos garimpeiros e são poucos que se dedicam à agricultura e a administração do Estado. Enquanto existir diamante aqui, vamos fazer isso", disse determinado.

Fufuta, acompanhado de outros garimpeiros que não fugiram à presença do governador da província, Boavida Neto e do comandante da Polícia Nacional, Eduardo Cerqueira, gostaria de fazer parte de um grupo de exploração legal, mas a falta de meios para a sobrevivência do grupo adiam o sonho para as calendas gregas.

PREÇO JUSTO. Ainda são muitas as contradições entre os garimpeiros e os compradores. Estes últimos dizem que pagam 120 dólares o quilate, mas o homem do Chibulo, garante que ninguém paga mais de 50.

As informações avançadas no terreno dizem que os garimpeiros de Seteka, onde se encontra o maior jazigo de diamantes da província, têm vendido, em média mensal, 600 mil dólares.

"O diamante aparece, mas aqui as vendas são muito baixas. Os compradores pagam apenas 45 dólares por quilate e isso está a prejudicar estas pessoas que todos os dias estão aqui à procura da pedra preciosa", avançou.

São vários os que se dedicam à compra do minério e patrocinadores, estes últimos, os carrascos, para com aqueles que diariamente cavam a terra a procura da riqueza representada em pedra.

"Eles dão os mantimentos até um mês de logística e quando a sorte bate à porta, encontrámos diamantes, na altura de vender eles têm de contínua na página seguinte»

estar presentes e repartir o valor das vendas e em muitos casos eles ficam com a maior fatia do bolo".

Salim Talib, um dos compradores ligados a Ascorp, e com um português que denuncia ser um libanês, disse que na Seteka tem muito diamante, mas a qualidade não é das melhores, por isso, prefere as lundas.

Questionado sobre a qualidade do produto afirmou: o diamante do Bié é mais industrial.

"Pagamos 120 à ISO dólares o quilate de diamante, mas isto em função da qualidade e utilidade. Na sua maioria as pedras daqui servem mais para a indústria aeronáutica e outras utilidades como na joalheria", explicou, ao mesmo tempo que exhibe o cartão de estrangeiro residente em Angola.

LEGADO DA UNITA. Entre a sede municipal da Nhârea e a localidade onde fica o maior garimpo do Bié, há uma extensa zona rural, onde a principal cultura é a mandioca.

Seteka pertence à Lúbia, que se confunde com as matas do Lucapa, na Lunda Norte, um dos maiores pólos produtores de diamantes do país.

Segundo informações, em 2002, quando terminou a guerra civil, um grupo dos camponeses locais decidiu dar continuidade à actividade que no passado era exerci da pela UNITA. Imediatamente largaram o campo e formaram o garimpo, embora dados da altura apontassem para a existência de diamantes industrialmente viáveis.

O diamante anima muitos habitantes, mas apenas o Celso, o magnata da localidade tem uma frota de meios que lhe garantem a exploração em grande escala.

"Este é um português que deixou a vida da cidade para se instalar nesta mata sem condições nenhuma. Foi ele que reabilitou a estrada até aqui e está a construir a escola para o ensino primário. Faz isto porque tem interesses nesta zona, mas é importante que os filhos da terra não sejam esquecidos, por isso louvamos a iniciativa de legar esta actividade", confidenciou-nos Calombe, um homem de 46 anos, natural do Andulo, 10 quilómetros da Nhârea

"Larguei tudo para vir ao Bié. Fui segurança e, desde que comecei no garimpo, meus problemas de saúde agravaram. Eu não troco isso aqui, mesmo sendo difícil, no final compensa", reconheceu, Matias Calei, natural do Waku Kungu, Kwanza-Sul.

No pequeno sector, de apenas 16 mil habitantes, encravado no meio da floresta e montanhas, o garimpeiro Calombe, se prepara para iniciar a exploração, este ano, da sexta mina de diamantes extraídos directamente do solo.

A SICOMEX, comandada por empresário estrangeiros, já comprou mais de 6 milhões de dólares, em 2013, só em diamantes, e planeia ampliar os negócios ao longo do próximo ano, para acelerar a comercialização do minério. O dinheiro que financiou toda essa operação saiu dos vários negócios da empresa, desde a venda de veículos e ao comércio de produtos alimentares. Os compradores da SICO

MEX estimam em pouco mais de 2 milhões de quilates de diamantes a capacidade total das minas da região, que fazem parte do jazigo de três quilómetros, da Nhârea.

O fluxo de estrangeiros no Bié a procura do diamante é justificado pela pouca profundidade em que os garimpeiros encontram as pedras. Na Nhârea, o diamante está a cerca de 4 metros da superfície. Dada a complexidade da actividade, alguns garimpeiros não encontraram outra saída senão trabalhar para conseguir o dinheiro que possibilite o regresso à terra de origem. Estima-se que ainda existam outras áreas, para além de Seteka, onde os diamantes estejam a ser explorados sem nenhum benefício para a população.

A VOZ DA EXPERIÊNCIA. "No tempo da guerra, andavam aqui muitos estrangeiros brancos, mas hoje são mesmo os negros que aparecem mais. Queremos que o Governo apoie a população para conseguir extrair os diamantes e melhorar as condições de vida da população", sublinhou o sob a Catraio, que no seu longo currículo de autoridade tradicional, reconheceu ser urgente a adopção de métodos de exploração mais modernizados e avançar com a legalização da actividade do garimpo em exploração artesanal.

"Não sabemos quantas pessoas morrem por dia, mas é verdade que todos os dias aqui nos cemitérios de Catacala e de Seteka, são enterrados corpos de garimpeiros. Alguns mores são provocados nos negócios que fazem. Muitas vezes não se entendem na repartição do dinheiro da venda e quando assim acontece o lesado parte para a agressão. Estamos numa terra em que impera a lei do mais forte", lembrou o soberano, que ao lado de mais três anciãos, manifestou o desejo de esperar pela iniciativa da ENDIAMA que pretende legalizar a actividade e reduzir o fluxo de estrangeiros ilegais que fazem de Catacala o seu quartel.

Na comuna do Dando, ainda no município da Nhârea, onde a exploração predominante é a pluvial, uma vez que os jazigos terrestres para a produção artesanal encontram-se esgotados, os relatos não envolvem mortes a granel de garimpeiros, embora não se descarta a realidade.

As áreas com potencial diamantífero explorável impõem aos exploradores dificuldades de extracção.

Grande parte dos terrenos do Dando são pedregosos e requerem escavações profundas, dificultando o desenvolvimento do fenómeno naquela localidade.

7.2 Ocupação ilegal de reservas do Estado

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2013

O ministro do Urbanismo e Habitação anunciou para breve o arranque da venda das casas construídas pela construtora Kora nas províncias do Kwanza-Sul, Uíge e Bié, ao mesmo tempo que vai avançar o processo de venda das casas das diversas centralidades.

"Temos já uma parte de 15 mil habitações do projecto da Kora Angola, que este ano pretendemos desencadear um processo de contacto directo com o cidadão, no sentido da negociação do interesse por essas habitações", disse o ministro José da Silva em entrevista à Angop. Cerca de 65 mil habitações do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação foram construídas durante este ano.

O ministro disse que foi possível chegar àquele número com o concurso da empresa Kora Angola, da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) e do programa traçado para a construção de 200 fogos habitacionais nos municípios, do qual já resultou a conclusão de sete mil casas. O ministro José da Silva disse que a estratégia de construção de casas tem como base o défice habitacional identificado no ano passado de 1,7 milhões de habitações. "O défice é considerável, mas está a ser reduzido", disse o ministro. E acrescentou que a auto-construção dirigida, que responde por 68 por cento do programa, vai constituir a chave para a inversão da realidade.

Constrangimentos

o ministro do Urbanismo e Habitação afirmou que um dos grandes constrangimentos ao surgimento de muitos projectos habitacionais é a dificuldade de acesso aos terrenos. José da Silva disse que vai atrair agentes privados ao sector, mas o acesso aos espaços é dificultado.

"O Estado é o dono desses espaços e as pessoas, quando os ocupam, sabem que estão a incorrer numa ilegalidade. O tratamento para isso é à luz da ilegalidade que está a ser cometida. Portanto, é um caso de polícia. É necessário que a autoridade se faça sentir nesse aspecto", disse o ministro.

José da Silva disse que há terrenos ocupados ilegalmente e existem parcelas legalmente ocupadas, mas que não são aproveitadas. "Estamos a reflectir sobre isso, no sentido de encontrarmos os mecanismos necessários. As pessoas que têm os

espaços legalmente, têm de cumprir a Lei de Terras", disse o ministro do Urbanismo e Habitação, durante a entrevista.

7.3 Combate a construções anárquicas

Jornal de Angola
20 De Dezembro de 2013

O vice-governador provincial de Luanda para o sector técnico e infra-estruturas, Agostinho da Silva, mandou a Administração Municipal do Cacuaco reforçar o combate às construções anárquicas.

Agostinho da Silva fez esta afirmação à imprensa durante a visita de campo que efectuou a Cacuaco, Quicolo e Funda.

Para a sede municipal, o vice-governador Agostinho Silva disse que a administração e a fiscalização municipal do Cacuaco devem chamar à razão os proprietários das construções erguidas por cima da conduta da água que abastece a Refinaria de Petróleos de Luanda e proceder à sua demolição.

Na comuna do Quicolo, o vice-governador afirmou que o Executivo, através do Ministério da Construção e da Direcção Nacional de Pontes, vai construir as pontes que ligam os bairros do Paraíso, Augusto Ngangula e da Pedreira.

De igual modo, Agostinho Silva visitou as zonas de urbanização da Vila das Ideias e de realojamento da zona da Caop - Velha, na comuna da Funda.

O vice-governador terminou a visita de campo no local onde vai ser construída a ponte metálica de 42 metros, destinada a ligar as localidades da Quilunda (comuna da Funda) e Muzondo, município do Dande, província do Bengo.

7.4 O grito dos camponeses da Caop

Jornal Agora
20 De Dezembro de 2013

A cintura verde de Luanda produziu e ainda produz hortaliças e tubérculos sem o oneroso recurso aos adubos, paradoxalmente muito procurados no interior do país.

No Futungo 11, o proprietário de um vasto terreno, nas imediações do Centro de Conferências de Belas tem cultivado milho, tomate, couve e alface de boa qualidade sem a utilização de fertilizantes químicos.

Adelino Sachilombo, conhecido no bairro por 'Tio Jaime' diz que pratica agricultura natural que é saudável, e por isso mesmo, os seus produtos têm sido muito procurados pelos moradores. O segredo do êxito, diz, é que estes terrenos, na sua maioria, são virgens e basta um regular fornecimento de água para as culturas reagirem favoravelmente.

Além da agricultura, 'Tio Jaime' dedica-se também a capríni-cultura e avicultura. Nesta última vertente há quem diga que "o homem tem uma boa mão". Razões: De um casal de galinhas do mato, domesticadas, hoje perdeu a conta do número de aves desta espécie que ao cair da tarde cobrem os embondeiros do seu 'quintalão' de cerca de cinco hectares.

Se para este agricultor o fertilizante é o capim, na Caop-Funda, os camponeses recorrem não só ao comum adubo 12-24-12, ao amónio e aos excrementos de animais, mas também a pesticidas, para aumentar a produção e proteger as plantas das pragas.

Por isso acaba por ser frustrante quando com muito sacrifício produzem e depois da colheita ficam embaraçados para vender a sua produção.

Num acidental passeio a Caop-Funda, no pretérito sábado, encontramos elevadas quantidades de cebola amontoadas pelos camponeses que aguardavam impacientes pelos agentes do Programa de Aquisição de Produtos Agrícolas (PAPAGRO). Mais desgastante ainda é o facto de saberem que o quilograma de cebola 'caiu' de 90 para 70 kwanzas sem uma explicação plausível dos homens do PAPAGRO.

"Perdemos tempo e dinheiro.

Cultivamos com muito suor e este seria o momento da comercialização da colheita. Se o PAPAGRO diz que os preços baixaram, ficamos com a ideia de que este programa não veio para ajudar, mas sim para atrapalhar ainda mais a nossa vida", reclamou um homem de meia-idade que vive do campo na Caop, onde cultivava além de cebola, beringela, cenoura, batata-doce, entre outros 'quitutes' da terra.

Esta maca da Caop reedita a situação vivida na comuna da Canjala, em Benguela, onde o PAPAGRO também não é bem visto.

Mas a diferença é que na Canjala os camponeses cultivam à vontade. Na Caop, os terrenos agrícolas estão a ser assaltados por obras de betão. As lavras e hortas estão a ceder ao intenso esforço imobiliário. A cintura verde está a desaparecer.

7.5 Administração municipal retirou os ocupantes ilegais

Jornal de Angola
27 De Dezembro de 2013

A Administração Municipal do Cuanhama está a trabalhar com a população dos bairros de Okapale, Caculvale e Cafito, arredores da cidade de Ondjiva para instalar as famílias na localidade de Omwongo, três quilómetros a sul.

O administrador do Cuanhama, Gonçalves Namweya, vai transferir as pessoas que ocuparam ilegalmente lotes para construção de habitações para outras zonas também urbanizadas. A administração vai continuar a alertar as populações para a necessidade de construir apenas com a autorização das entidades competentes e lembrou que muitas pessoas que vivem em zonas de risco sofrem muito no tempo das inundações.

Numa reunião realizada na comuna do Evale, os membros da Administração Municipal do Cuanhama foram informados que já foram seleccionadas algumas áreas, faltando apenas o cumprimento das formalidades legais para a construção de novas habitações.

7.6 Cidadãos reclamam posse de terreno

Jornal Folha 8
28 De Dezembro de 2013

OS herdeiros de Rui Victor Machados Cardoso reclamam a posse legítima do prédio rústico (terreno), localizado na rua direita do Patriota, bairro Benfica, província de Luanda, em litígio com Diakumpuna Sita José, actual embaixador angolano acreditado na UNESCO que antes foi ministro do Urbanismo e construção. A família Cardoso está em posse do terreno, também cobçado pelo diplomata angolano, desde 1980, mas a legalização efetiva do mesmo ocorreu no ano 2010, como reza a escritura de atribuição de direito de superfície, emitido a favor de Rui Victor Machado Cardoso, exarado por Augusto Domingos Inglês, diretor do Gabinete Jurídico do Governo Provincial de Luanda, na altura sob gestão de Francisca do Espírito Santos. Na escritura de atribuição de direito de superfície, Francisca de Fátima do Espírito Santos Carvalho, então governadora da província de Luanda, aparece como primeiro outorgante, enquanto Rui Victor Machado Cardoso segundo. Assim, a posse do prédio rústico, hoje pretendido por Diakumpuna Sita José, é de legítima propriedade da família Cardoso por

herança o que contraria o suposto desejo de usurpação do citado terreno.

Para testificar os argumentos acima descritos, é exposto um dos trechos contidos na escritura passada pelo Gabinete Jurídico, na pessoa de Augusto Domingos Inglês a fim de melhor esclarecer o "bicudo" processo.

"Governo da Província de Luanda é dono e legítimo possuidor de um préclio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial da Comarca de Luanda, sob o nº4460 a fls.159 do livro B-17, sito no bairro Benfica, município da Samba, do qual desanexa uma parcela de terreno, com a área de trinta e quatro mil e trezentos metros quadrados, atribuído a favor do segundo outorgante e este aceita o direito de superfície". O prédio rústico foi cedido com as seguintes limitações: Norte - com o terreno de Gomes & Irmãos Limitada, partindo do ponto de coordenadas (8° 55' 45,9"; e 13°10'03,2"), ao ponto de coordenadas (8° 55' 46, 2" e 13° 10' 09, 3"), na expansão de quarenta e um metros. Sul - com rua do Quenguela Norte, partindo do ponto de coordenadas (8° 55' 46, 2" e 13° 10' 05, 3"), na extensão de cento e noventa metros. Este - com rua projetada, segundo uma linha quebrada por 2 segmentos, partindo de ponto de coordenadas (8° 55'53.8" e 13°10'05.3"), ao ponto de coordenadas (8° 55'46, 2" e 13° 10' 04.5"), na extensão de duzentos e oitenta e cinco metros. Oeste - com terreno de Gomes & Irmão Limitada, partindo de ponto de coordenadas (8° 55'53.8" 13° 10'03,2"), na extensão de duzentos e setenta metros. "O diplomata deve estar em sentido". O respectivo préclio rústico veio ao domínio do Estado por haver sido confiscado à firma Gomes & Irmão Limitada nos termos do Decreto nº95m, publicado no DR nº308, I Série, de 31 de Dezembro e o Governo da Província de Luanda e concedido a Rui Victor Machado Cardoso que se submeteu às cláusulas constantes no direito de superfície. Desta forma, o diplomata de Angola na UNESCO jamais conseguirá subtrair a terra.

7.7 Terrenos devolutos na Huíla são confiscados pelo governo

Jornal de Angola
28 De Dezembro de 2013

O Governo Provincial da Huíla vai reaver todos os terrenos cedidos para auto-construção que, até ao momento, não tenham sido utilizados, incluindo os edifícios antigos abandonados, alertou ontem governador provincial.

Marcelino Typinge afirmou que as autoridades vão confiscar os edifícios por darem uma péssima imagem à cidade. Ao discursar na cerimónia de cumprimentos de fim de ano aos funcionários do Governo Provincial, disse já ter dado ordens à Administração do Lubango para catalogar todos os edifícios abandonados, na perspectiva de serem reparados ou alienados.

Em relação aos terrenos, informou que muitos solicitaram parcelas nas áreas adjacentes às novas centralidades e, até ao momento, ainda não construíram nada. "Durante a distribuição dos terrenos foram determinados prazos para a construção das moradias. Vamos retirar os espaços aos incumpridores e entregar a quem queira construir", afirmou.

As acções do Governo Provincial da Huíla este ano incidiram principalmente na construção de escolas, hospitais, estradas e sistemas de energia eléctrica e água.

João Marcelino Typinge disse que o plano do Governo Provincial da Huíla foi cumprido a 90 por cento. O governador fez menção à construção de inúmeras infra-estruturas escolares, hospitais, centros e postos médicos, reabilitação de sistemas de fornecimento de água e energia.

No âmbito do Programa Integral de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza, o governador disse que foi possível requalificar alguns municípios com abertura de novas estradas, o que permitiu as transacções comerciais entre o campo e a cidade. "São várias as acções que o Governo produziu este ano, o que tem melhorado as condições de vida da população nas rurais, pois já se assiste a deslocações de negociantes de um lado para outro, fruto da paz e do desenvolvimento que a província está a registar", realçou.

7.8 Reservas fundiárias estão livres de minas

Jornal de3 Angola

30 De Dezembro de 2013

O Instituto Nacional de Desminagem (INAD) entregou, em Cambaxi, ao Governo Provincial de Malange, 483 mil metros quadrados da reserva fundiária local, após um trabalho de recolha de engenhos explosivos não detonados implantados durante a guerra.

Os operadores removeram num ano 23 minas anti-pessoal, 52 engenhos de morteiros de diversos

calibres, 21 engenhos de RPG- 7, 11 granadas de mão, 26 engenhos de castor, projecteis de canhão e 1.065 munições.

O trabalho esteve a cargo da brigada do Instituto Nacional de Desminagem (INAD). O vice-governador para o sector Político e Social, Manuel Campo, realçou a importância de acções do género no desenvolvimento da província. A desminagem das reservas fundiárias facilita a circulação de pessoas e bens, além dos terrenos poderem ser utilizados para a construção de casas, no âmbito do Programa Nacional de Habitação.

O vice-governador elogiou o trabalho das operadoras e realçou que muitas áreas anteriormente minadas foram já devolvidas à população para prática da agricultura e construção de residências. Manuel Campo reafirmou que a desminagem é prioridade do Executivo, porque facilita o desenvolvimento de programas para a melhoria das condições de vida da população.

Marcos dos Santos, do Instituto Nacional de Desminagem (INAD), afirmaram que a limpeza dos campos foi feita com base em desminagem mecânica e manual. A instituição promete entregar outros terrenos livres de minas na província de Malange, onde trabalha desde 2002, a província do Bié, equipas de desminagem limparam este ano pelo menos 150 quilómetros de estradas, entre os municípios do Cuito e Chitembo para permitir a construção de pontes, anunciou o administrador do Chitembo, Daniel Mucanda. A acção estendeu-se aos troços rodoviários que ligam Cuito, Chicala e Chicala Mutumbo, no município de Chitembo. Após a limpeza das áreas, as autoridades administrativas do Chitembo iniciaram a reabilitação das estradas secundárias que ligam a sede municipal à localidade de Chambia Nganzi para estimular o desenvolvimento social e económico da região.

O município do Chitembo, que fica 150 quilómetros a sul do Cuito, com mais de 60 mil habitantes, é constituído pelas comunas de Cachingues, Mutumbo, Soma Kwanza, Mumbwé e Malengue.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Empreendedor á moda do Kilamba

Jornal o País

06 De Dezembro de 2013

A cidade do Kilamba transformou-se numa zona fértil para aqueles que pretendem investir ou prestar serviços, independentemente do ramo, para além de ter resolvido o problema habitacional de milhares de jovens. As ruas desta centralidade registam, diariamente, uma presença de senhoras de várias idades, à procura de empre.s-0 como domésticas babás.

O PAIS percorreu algumas das suas principais avenidas, atrás de jovens que fazem daquele local a fonte de sustento para as suas famílias. Dormindo por cima de 15 botijas com gás butano armazenado na carroçaria, coberta por lona verde, de uma motorizada (vulgarmente chamadas de avó veio) de cor vermelha, estacionada num dos parques do Quarteirão A, o jovem José Vieira Mulemba tentava recompor as energias. Enquanto aguardava pelo seu colega, deslocou-se ao edifício ALS para fazer mais uma entrega.

À semelhança dos funcionários públicos, a rotina de trabalho dos transportadores de gás começa às 8h30 da manhã e termina às 15h30. Ele circula pelas ruas da Cidade na motorizada acima descrita e o seu colega movimenta -se com maior facilidade num motociclo de duas rodas, com um cesto de ferro adaptado para transportar apenas duas botijas de 12 quilos.

O jovem contou que, para além dos clientes que solicitam os seus serviços por telefone, com quem já têm certa proximidade (que ainda são uma minoria), eles realizam a venda-ambulante ao mesmo tempo que desenvolvem uma campanha de marketing. "As pessoas solicitam os nossos serviços por telefone e procuramos atender-lhes prontamente. Naqueles dias em que não recebemos nenhum pedido, não desistimos e deslocamo-nos à Cidade, com o intuito de fazer novos clientes e realizar a venda-ambulante", disse, acrescentando, de seguida, "caso não conseguirmos vender nenhuma garrafa até por Volta das 13 horas, optamos por nos deslocarmos ao condomínio Cajueiro, por ser um sítio cujos moradores também enfrentam muitas dificuldades para conseguir este produto"

De acordo com o nosso interlocutor, que exerce esta atividade há dois meses, a ideia de criar este negócio partiu do seu patrão que viveu um tempo na cidade do Kilamba e trocou a vida no prédio por uma vivenda algures do Benfica, em função da ausência de um posto fixo de venda deste produto naquele local.

O que existia até então era simplesmente alguns indivíduos que se deslocam de vez em quando à Cidade te carrinhas Dina com várias garrafas no seu interior, anunciando a venda das mesmas por intermédio de um megafone. Este facto tem obrigado a maioria dos moradores.

8.2 Nova rede melhora distribuição de água

Jornal de Angola

07 De Dezembro de 2013

Nos últimos dias, a partir das seis horas da manhã, homens e máquinas empenham-se na abertura de valas sobre o asfalto e calçadas de passeios para colocarem tubos que serão Interligados e vão formar uma nova rede de partilha pública e domiciliária de água, sob o olhar atento de adultos, jovens e crianças.

A reportagem do Jornal de Angola no local deu com várias pessoas a apreciarem os trabalhos dos técnicos. "Tio é quando que vamos ter já água", perguntou a um dos técnicos uma criança que aparentava ter 12 anos. Como pai e conhecedor das dificuldades para se obter água potável, o técnico respondeu: "Fiquem calmos, meus filhos. O Executivo e o governo provincial estão a trabalhar para melhorar a vida das populações em todos os aspectos".

A falta de água potável em muitos bairros da cidade do Uíge, reconheceu, obriga que milhares de crianças, adolescentes e adultos, principalmente do sexo feminino, acorram aos rios, cacimbas ou fontanários em busca do líquido precioso.

Os populares percorrem distâncias curtas e longas com bidões, baldes e banheiras à cabeça. Se os de baixa renda desembolsam diariamente algum valor monetário para que não falte água em casa nos pequenos e grandes reservatórios plásticos, os cidadãos de média renda e os que vivem de boa "saúde" financeira construíram tanques nos quintais e celebraram contratos mensais com as poucas empresas privadas de transporte e distribuição de água por meio de camiões cisternas.

Mas se por um lado a população enfrenta a carência de água potável, por outro o governo provincial implementa acções para melhorar o processo de

captação e distribuição de água aos diversos aglomerados populacionais.

O chefe do departamento de Águas da Direcção Provincial de Energia e Aguas, Dinis Júlio Martins, disse que nesta primeira fase está a ser aplicada uma nova rede de distribuição com cerca de 120 quilómetros, para abranger os bairros da Bangola, Bem-vindo, Mbemba Ngango, Candombe, Caquiúia, Cemitério, Dunga, Ilha, Quilala, Quixicongo, Papelão e o casco urbano da cidade Uíge. Dinis Martins avançou que o objectivo é permitir que surjam mais de 150 mil novos consumidores depois da conclusão dos trabalhos. "Está tudo a correr bem.

Já foram aplicadas as tubagens e outros componentes da rede de distribuição nos bairros Candombe, Cemitério, Dunga, Mbemba Ngango e no perímetro urbano da cidade, numa extensão de cerca de 19.187 metros, que corresponde aproximadamente a 16 por cento das tarefas estimadas", salientou. Quando o projecto for implementado na sua totalidade, a cidade do Uíge vai possuir uma rede de distribuição de cerca de 250 quilómetros, que vai fazer subir o número de consumidores de 250 mil para 440 mil. Para além da aplicação da nova rede de distribuição, Dinis Martins disse que o projecto prevê, também, a aplicação de contadores domiciliários na zona urbana da cidade e em quintais das residências das circunscrições suburbanas, para facilitar o controlo e gestão do consumo de água. O projecto está a ser executado pela empresa TSE.

, O chefe do departamento das Aguas garantiu que até ao primeiro trimestre de 2014 vão ser efectuadas na cidade do Uíge e arredores nove mil conexões a igual número de residências. "Neste momento podemos controlar um total de 221 habitações onde os trabalhos já foram realizados", disse.

Antiga rede

Dinis Martins avançou que depois de concluída a instalação dos primeiros 120 quilómetros da nova rede de distribuição nos bairros atrás referidos, estão previstas acções de alargamento da rede para mais 100 mil metros. O objectivo é abranger os bairros Cacole, Pedreira, Bungo, a zona suburbana do Bairro Mbemba Ngango, Paco Benze, Condo Benze e Candande.

A antiga rede de distribuição de água à cidade do Uíge foi construída nos anos 60. Os tubos são de ferro e enferrujaram com o passar do tempo. A água deixou de ser límpida. Ao longo da extensão da antiga rede de distribuição de água surgiram várias rupturas. O sistema está obsoleto e já não oferece condições

técnicas e sanitárias para continuar a fornecer o precioso líquido à população. Dinis Martins lembrou que há cerca de quatro anos foram instalados alguns equipamentos para a melhoria da distribuição, trabalhos que foram efectuados por uma empresa chinesa e que abrangeu apenas algumas ruas do centro da cidade e outras do bairro Popular 1, Dunga e Caquiúia.

"Esse circuito tem permitido até agora fornecer mais de 300 metros cúbicos de água às populações locais. A maior parte da população da cidade do Uíge ainda não tem água a correr nas torneiras das suas residências" explicou.

A população, realçou, continua a consumir água fornecida pela antiga rede que está completamente obsoleta, e da outra instalada há quatro anos. Mesmo assim, prosseguiu, esses sistemas não abrangem todos os bairros. Daí a necessidade da construção de uma nova, que vai permitir maior abrangência dos cidadãos aos serviços de fornecimento e distribuição de água potável.

Furos artesianos e fontanários

Na falta de uma rede de distribuição de água potável, na maioria dos bairros periféricos o governo provincial do Uíge construiu alguns furos artesianos e fontanários como alternativa para permitir que as populações destas localidades consumam água tratada e deixem de percorrer longas distâncias em busca deste recurso.

Nos bairros Papelão, Catapa, Caquiúia, Mbemba Ngango, Candombe Velho e Pedreira foram abertos furos artesianos, enquanto os bairros Candombe Novo, na parte suburbana do Mbemba Ngango e noutras localidades circundantes à cidade beneficiaram da instalação de vários fontanários. A medida visa permitir que as populações destes bairros consumam água tratada. Mas grande parte dos furos artesianos construídos nestes bairros não funciona. Nalguns casos a falha é atribuída a uma possível má gestão da população.

"Eles alegam falta de combustível para colocar o gerador de corrente eléctrica a funcionar, porque no bairro da Pedreira, por exemplo, onde já existe energia da rede pública, este problema está ultrapassado. Acredito que com o alargamento da rede de distribuição de energia a todos os bairros do município do Uíge os fontanários vão estar em pleno funcionamento", disse.

Empresa de águas

Os municípios da cidade do Uíge e arredores consomem água fornecida gratuitamente a partir da antiga rede de distribuição.

Dinis Martins anunciou que depois de concluída a instalação da nova rede, o governo provincial vai criar uma empresa de águas que se encarregará da gestão, manutenção dos equipamentos e comercialização da água fornecida à população, mediante uma tarifa a ser estipulada.

"Até agora fornecemos água à população de forma gratuita. Não conseguimos arrecadar receitas para intervirnos em casos de avarias na rede ou nos equipamentos instalados. Por isso, quando estiverem concluídos os trabalhos de aplicação da nova rede vai ser criada uma empresa para a gestão de todo o processo ligado à captação, tratamento, distribuição e comercialização da água no Uíge", concluiu.

8.3 População de Cambamba já consome água potável

Jornal de Angola
07 De Dezembro de 2013

O sistema de captação, tratamento e distribuição de água instalado na comuna de Cambamba, município do Dange Quitexe, província do Uíge, está a permitir que milhares de habitantes da sede comunal e periferia beneficiem de água potável.

O equipamento funciona com um reservatório de 20 mil metros cúbicos de água potável e seis chafarizes que garantem maior e melhor distribuição à população de Cambamba.

O governador do Uíge, Paulo Pombo lo, disse que o Executivo está preocupado com as condições sociais das populações, sobretudo das localidades onde os serviços sociais são escassos.

"Cambamba passa a ter um sistema de abastecimento de água potável que vai permitir às populações evitar doenças", referiu o governador. O Executivo vai continuar a trabalhar no sentido de recuperar os bens públicos destruídos pela guerra e construir novas infra-estruturas económicas e sociais. Paulo Pombolo lembrou que as coisas não são feitas de um momento para outro, porque tudo requer tempo e recursos financeiros.

Engrácia Domingos, agricultora, manifestou a sua satisfação pela instalação do sistema de água na comuna, referindo que a partir de agora a população já não tem necessidade de beber água não tratada.

"Acabou o sofrimento e estamos todos felizes. Isso é motivo de muita alegria, porque há muito esperávamos por este momento. Agora posso chegar tarde da lavra e já não me preocupo em pensar onde vou buscar água", disse.

Ambulância para a comuna

Na deslocação à comuna de Cambamba, o Governador Provincial do Uíge, Paulo Pombolo, entregou uma ambulância ao posto médico para a transferência de doentes em estado grave das aldeias para a sede comunal e desta para a sede municipal ou provincial. O chefe da Repartição Municipal da Saúde no Dange Quitexe, Koavota Gabriel, disse que a ambulância vai ajudar no processo de salvamento de vidas humanas, acrescentando que no passado os doentes graves eram transportados em tipóias e chegavam ao posto médico muito debilitados e, por vezes, à beira da morte. No posto médico de Cambamba trabalham cinco enfermeiros e existem serviços de pediatria, banco de urgência, maternidade, farmácia e uma enfermaria com 80 camas. De Janeiro a Novembro deste ano, a unidade sanitária realizou 4.549 consultas e 275 partos. O governador Paulo Pombolo inaugurou uma escola com seis salas na aldeia Mbaza Mufuque, comuna de Cambamba para acolher mais de 400 crianças do ensino primário.

O novo estabelecimento escolar vai receber alunos da iniciação até à sexta classe. Diogo Domingos, em nome dos colegas, disse que as crianças de Mbaza Mufuque agradecem os esforços do Governo Provincial em proporcionar melhores condições com a construção de escolas.

Para manter o ritmo das aulas, solicitou ao Governo Provincial para rever o problema habitacional dos professores, de modo a melhorar o seu desempenho e que deixem de faltar às aulas, pois os principais prejudicados acabam por ser os alunos.

Equipamentos informáticos

Na localidade de Cambamba, o governador fez a entrega de equipamentos informáticos à Administração Comunal e também de uma moagem que vai facilitar às mulheres da aldeia transformarem o milho e a mandioca em farinha.

Também foram entregues materiais desportivos, roupa usada, chapas de zinco e bens de primeira necessidade às populações mais carenciadas.

Paulo Pombo lo prometeu resolver rapidamente o problema da falta residências dos professores. A comuna de Cambamba dista 124 quilómetros da

cidade do Uíge. A população é de 8.763 habitantes e dedica-se à agricultura.

8.4 Casos de cólera causam mortes

Jornal de Angola
09 De Dezembro de 2013

N o bairro do Benfica Frederico, cidade do Huambo, foram diagnosticados, na semana finda, 46 casos de cólera, seis dos quais resultaram em mortes, disse ao Jornal de Angola (J) responsável da secção de informação da Direcção Provincial da Saúde.

Isaac Cassenje, que afirmou rezear a propagação da doença a outros bairros da periferia da cidade devido à chuva constantes, referiu que nos municípios do Bailundo, Mungo, Longonjo e Ukuma se registaram vários casos de diarreia.

Os casos que resultaram em mortes, declarou, foram registados fora do hospital.

Falta de saneamento básico nos bairros onde se verificaram os casos de cólera e a utilização de água imprópria para o consumo, disse, são as causas principais da doença.

NATAL ANTECIPADO - Mais de 250 crianças do município do Dande, província do Bengo, conviveram na sexta-feira, em Caxito, com o administrador municipal Mateus Domingos Manuel, numa festa de Natal antecipado. Durante o convívio houve música, interpretação de canções, declamação de poesias, concurso de perguntas e respostas, jogos de cadeiras e distribuição de merendas e brinquedos. O administrador manifestou a sua satisfação por confraternizar com as crianças do município e valorizou a importância do convívio. Garantiu, ainda, a realização de actividades deste género sempre que houver disponibilidade..

8.5 Saneamento básico abordado em seminário

Jornal de Angola
09 De Dezembro de 2013

A Unidade Técnica Nacional de Saneamento Ambiental promoveu, na semana finda, na cidade do Sumbe, um seminário de capacitação para o lançamento do programa de expansão do saneamento total, com a participação das comunidades e escolas.

O seminário, em que participaram igualmente membros da sociedade civil, instituições religiosas, académicos, autoridades tradicionais e vários actores

sociais dos municípios, constatou que as práticas higiénicas inadequadas são a causa do surgimento de doenças nas comunidades e, conseqüentemente, da morbilidade e mortalidade infantil.

Para a inversão do quadro foi defendido um programa de acções para despertar a sociedade em relação a boas práticas sobre a preservação ambiental e a criação de estratégias para a redução dos índices de mortalidade infantil.

O seminário, enquadrado no programa de combate à pobreza, decorreu sob o lema "Saneamento ambiental, um compromisso de todos" e abordou temas como a importância do saneamento e higiene, o programa de expansão de saneamento total, liderado pela comunidade e escolas, assim como a importância do saneamento e higiene.

A redução dos índices de mortalidade em crianças menores de cinco anos e de mulheres em idade activa, causadas por doenças ligadas ao limitado acesso ao saneamento básico nas zonas rurais, urbanas e peri-urbanas, é um dos desafios do

Governo Provincial do Kwanza-Sul. O director do Ordenamento do Território e Ambiente, Manuel Mérito, referiu que as questões ambientais constituem hoje uma preocupação à escala mundial, cujo impacto negativo afecta significativamente as comunidades e defendeu acções para a melhoria da qualidade ambiental das populações, como garantia do desenvolvimento sustentável.

Manuel Mérito indicou que a abordagem do "saneamento total", liderado pela comunidade e escolas constitui uma ferramenta chave para a mobilização e sensibilização social das comunidades, para a tomada de acções concretas sobre o saneamento do meio, entre outros factores.

"Temos que envolver diversos actores públicos, associativos e privados para que a preservação do ambiente, nos mais variados domínios, seja consistente e produza resultados esperados", disse, notando que o programa de expansão do "saneamento total" está intrinsecamente ligado aos programas de desenvolvimento, como "água para todos", "cuidados primários de saúde", com vista à melhoria da qualidade de vida das populações.

A aplicação do programa "saneamento total" começou em 2008, no âmbito de um acordo entre o Executivo e parceiros internacionais e resultou num programa denominado "Huila, província sem defecação ao ar livre". O programa abrange na actualidade 11 províncias: Cunene, Benguela, Bié,

Huíla, Malange, Moxico, Namibe, Luanda, Uíge, Kwanza-Norte e Kwanza-Sul.

8.6 Cólera volta a mata

Novo Jornal

13 De Dezembro de 2013

A EPIDEMIA DE CÓLERA em Angola, que ainda não tinha sido registada no Huambo, provocou seis mortos em duas semanas.

De acordo com o boletim semanal da Direcção Nacional de Saúde Pública, os seis óbitos no Huambo foram referenciados entre 69 casos notificados.

A província do Huambo, no planalto central de Angola, integrava juntamente com o Bengo, Bié, Cuanza Sul, Cuando Cubango, Lunda-Sul e Zaire, as regiões sem casos de cólera até à 48ª semana epidemiológica.

Esta segunda-feira, 9, o porta-voz da direcção da saúde no Huambo, Isaac Cassange, disse que o surto se regista em alguns bairros periféricos da cidade, com realce para o do Benfica, onde foram diagnosticados até ao momento 55 casos.

As autoridades sanitárias locais já reforçaram as medidas de sensibilização nos bairros mais afectados, no sentido de ferverem a água para beber e cumprirem as regras de higiene, como a lavagem de mãos antes das refeições e depois da utilização de instalações sanitárias.

Na base do surgimento deste surto, Isaac Cassange disse que está o problema de acesso à água potável, além da falta de saneamento básico.

No Cunene, a província mais atingida pelo surto de cólera, com um total cumulativo de 3.847 casos, dos 6.017 registados de Dezembro de 2012 até à data, foram notificados 96 casos na última semana, sem mortes registadas.

Comparativamente à semana passada houve uma redução significativa no número de casos naquela província do sul de Angola, onde na 48ª semana epidemiológica se verificaram 428 casos de cólera.

A situação vigente no Cunene levou o representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Angola, Francisco Songane, a deslocar-se ao município de Ombandja, um dos principais atingidos pela epidemia.

Francisco Songane vai visitar centros de tratamento da cólera, estando prevista deslocações às localidades do Tchiulo, Mucope e Maengue.

Do total de 195 mortes por cólera, o Cunene contribui com 133 óbitos, seguido da província da Huíla, a segunda mais afectada pelo surto de cólera a persistir desde finais de Dezembro de 2012.

REGISTO DE NASCIMENTO PRIORIDADE PARA 2014

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) vai dedicar em 2014, maior atenção ao registo de nascimento, uma vez que um relatório publicado na quarta-feira, conclui que uma em cada três crianças no mundo não tem existência legal porque não foi registada à nascença.

O representante da Unicef em Angola, Francisco Songane, esteve em Ondjiva, Cunene e na passada quarta-feira, 11, no mesmo dia em que se assinalou o 67º aniversário desta organização das Nações Unidas.

Nesta ocasião, Songane anunciou que a Unicef e o governo angolano estão a preparar um plano para os próximos cinco anos. O projecto tem como tema central "O registo de nascimento".

"O registo de nascimento é um documento crucial e o primeiro passo para garantir que todos os segmentos da sociedade possam assegurar a protecção da criança, dando a confirmação do seu direito à existência como ser humano dentro da sociedade", defendeu.

Há 230 milhões sem registo Cifram-se em quase 230 milhões as crianças com menos de cinco anos que não têm certidão de nascimento, o que as afasta de alguns direitos essenciais e expõe aos abusos.

"A certidão de nascimento é mais do que um direito, 'é uma forma de a sociedade reconhecer a existência de uma criança", disse o director-geral-adjunto da Unicef, Geeta Rao Gupta.

"Isso garante que as crianças não sejam esquecidas ou discriminadas", frisou.

Sem certidão, é impossível a certos países inscreverem as crianças na escola ou mais tarde inclui-los nas listas eleitorais. A inexistência de documentos dificulta também o acesso na obtenção de cuidados de saúde, de passaporte ou de carta de condução.

A inexistência de certidão de nascimento causa ainda dificuldades na luta contra o recrutamento de crianças-soldado assim como no rastreio das crianças

que são separadas dos pais na sequência de catástrofes naturais ou de conflitos.

Segundo o relatório da Unicef, apenas 60% do universo das crianças foi recenseado no ano passado.

A taxa de registo de crianças é particularmente baixa em países da Ásia e África subsaariana. Na Somália ronda os 3%, na Libéria 4%, na Zâmbia cifra-se nos 14%, no Chade e na Tanzânia é de 16%, no Iémen ronda os 17%, na Guiné-Bissau atinge os 24%, no Paquistão os 27% e na República Democrática do Congo é de 28 por cento.

O relatório, que compilou estatísticas de 161 países, refere que, mesmo quando as crianças são registadas, muitas vezes os pais não conseguem comprovativos devido ao elevado custo dos documentos.

Na África austral e oriental, apenas metade das crianças recenseadas recebe um certificado.

Segundo a Unicef, as crianças não registadas são, muitas vezes, as que já são vítimas de desigualdades e discriminações: crianças oriundas de determinadas comunidades ou etnias, crianças residentes em zonas rurais remotas ou na pobreza, assim como crianças nascidas fora do casamento, que têm maior probabilidade de não serem registadas.

"Recomendamos um sistema de registo universal, gratuito e confidencial", sublinhou Geeta Rao Gupta.

A Unicef lançou várias iniciativas para aumentar a taxa de registo de crianças em países como o Kosovo ou Uganda, utilizando, nomeadamente, programas acessíveis por telemóvel.

8.7 Em ano eleitoral, consumidor pagara mais pela energia

Jornal Manchete

13 De Dezembro de 2013

Em pleno ano eleitoral, 'as tarifas de energia eléctrica vão ficar mais caras ao consumidor. a rombo que a queda forçada nos preços de energia, em 2012, provocou no caixa das empresas do sector começará a ser coberto pelas contas de luz em 2014.

O impacto é certo, mas o seu tamanho e o momento exacto em que ele ocorrerá dependerão das chuvas no próximo ano e da região onde o está o consumidor.

O reflexo será determinado também pelo resultado do leilão de energia já existente (A-1), marcado para terça-feira. Nele, as distribuidoras precisam contratar

6.000 MW médios, o equivalente a 15% do mercado regulado.

Há dúvidas sobre se haverá oferta suficiente para atender completamente à demanda.

Para atrair o interesse das geradoras, o governo impôs um preço-teto mais alto do que o praticado em outras tentativas de leilões de energia existente promovidas neste ano e que não tiveram oferta por parte das geradoras. Para o leilão da próxima semana. O preço teto para contratos de um ano é de R\$ 192 por MWh, ante cerca de R\$ 120 por MWh dos contratos vigentes, em média. Assim, mesmo que o leilão seja um sucesso, o preço da energia para uma parcela significativa do mercado -o volume a ser contratado equivale a até 40% do abastecimento das residências do país será mais alto em 2014. Já na hipótese de o leilão ser parcialmente bem-sucedido ou fracassado, a conta de luz ficaria ainda mais cara. Quanto ela encareceria é difícil prever, pois o volume que precisa ser contratado varia entre as distribuidoras

A Eletropaulo, por exemplo, precisa comprar cerca de 3,5% da carga que tem que entregar em 2014. Já a Copel, cerca de 30%, segundo estimativas do mercado. Dependendo da data de reajuste da distribuidora, o impacto pode ser sentido só em 2015.

RISCOS

Caso as distribuidoras não consigam contratar tudo o que precisam, elas terão de comprar energia no mercado de curto prazo a preços desconhecidos, elevando o risco de alta nas tarifas.

Nesse mercado, o preço varia de acordo com a demanda, o volume de chuvas, o nível dos reservatórios das hidroeléctricas e o número de térmicas ligadas.

Hoje, o MWh nesse mercado está perto de R\$ 300. O valor bem mais alto do que o praticado no leilão pode reduzir o apetite das companhias pelo certame, que conta ainda com um considerável risco político.

Por terem se recusado a renovar suas concessões. a estatal nau lista Cesn e a mineira Cemig têm cerca de 2.000 MW médios disponíveis, segundo João Carlos Mello, presidente da Thyos Energia.

Esse volume equivale a um terço do que precisa ser contratado na terça e, portanto, têm um peso importante no resultado do leilão. Comandadas por governos tucanos, as empresas fazem mistério sobre a sua participação.

META FRUSTRADA

As incertezas que pairam sobre o sector de energia eléctrica têm origem na medida provisória 579, de 2012, que tinha o objectivo de reduzir as tarifas em 20%, em média.

Mas alguns imprevistos minaram a promessa do governo. Além de algumas empresas não terem aceitado renovar suas concessões, a falta de chuvas levou ao accionamento das térmicas. "A redução de 20% prometida pelo governo virou 14% no final deste ano", diz Ricardo Savoia, director da Thyos. Nos próximos anos, esse percentual deve cair ainda mais.

8.8 Novo modelo de limpeza pública

Jornal de Angola
13 De Dezembro de 2013

O governador provincial de Luanda, Bento Bento, reuniu ontem com vice-governadores, representantes da Polícia Nacional, directores provinciais e administradores municipais com o objectivo de analisar o Orçamento Geral do Estado para 2014, o novo modelo de limpeza pública e o relatório estratégico de desenvolvimento urbano do município de Belas.

O encontro serviu também para analisar a construção de passagens aéreas para peões, circulação de transportes públicos para as centralidades do Kilamba, Cacucaco e Zango, os preparativos do Natal para crianças e idosos e a Corrida de São Silvestre.

O vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas, Agostinho Silva, informou que o novo modelo de limpeza é bom porque os seus encarregados são pagos consoante as áreas que limpam.

Agostinho Silva disse que as operadoras de transporte público já estão a funcionar nas centralidades do Kilamba, Cacucaco e Zango. "Desejamos até final do primeiro trimestre de 2014 concluir a construção de pontes aéreas", realçou.

O segundo comandante provincial de Luanda, Dias do Nascimento, disse que a Polícia Nacional criou várias medidas para a segurança antes e depois da quadra festiva e Corrida de São Silvestre.

Dias do Nascimento referiu que Polícia Nacional tem desenvolvido acções para o combate e prevenção da criminalidade a fim de garantir maior segurança às populações nas zonas suburbanas.

8.9 Redes de distribuição de água estão em obras

Jornal de Angola
13 De Dezembro de 2013

A renovação e alargamento da rede de distribuição de água potável à cidade do Uíge e arredores permitiu efectuar 400 novas ligações domiciliárias e Instalar 22 quilómetros de tubagens dos 103 previstos. As obras foram visitadas pelo Secretário de Estado das Águas.

Luís Filipe da Silva, que permaneceu 24 horas na província do Uíge, com o objectivo de avaliar o sector, lembrou que o projecto iniciado em Agosto deste ano vai permitir a instalação de 9.400 ligações domiciliárias.

"O projecto tem a duração de 24 meses e dentro deste período é possível recuperar e concluir o projecto nos prazos indicados. Analisamos com a empresa executora e o governo da província algumas dificuldades que existem, mas que estão a ser ultrapassadas de forma gradual, de acordo com os indicadores de cumprimento verificados", disse o secretário de Estado.

Luís Filipe da Silva apontou a normal movimentação da cidade, as condições climáticas, a existência de outras redes técnicas de energia, telecomunicações e saneamento básico como obstáculos que 'estão na base dos atrasos registados, exigindo dos trabalhadores, no terreno, muitas precauções para não provocarem danos que possam perturbar o normal funcionamento dos restantes serviços.

"Todas as situações que vão aparecendo no decorrer das obras são corrigidas. A fiscalização está a desempenhar o seu papel e até ao momento não temos razões de queixa", afirmou.

Luís Filipe da Silva explicou que a segunda fase do projecto aumenta a capacidade de produção de água mas o arranque das obras está dependente da aprovação do Plano Director da Cidade do Uíge, apresentado às autoridades da província. E este plano, disse, que vai indicar a futura fonte de abastecimento de água. O secretário de Estado das Águas revelou que as novas captações apontam para uma área no rio Lucunga ou no Luquixi.

"Estamos a estudar várias possibilidades para encontrarmos os locais onde vamos construir a nova fonte de captação e abastecimento de água à cidade do Uíge e que corresponda às necessidades de crescimento da cidade", alargando cada vez mais a rede de distribuição", esclareceu. Mais de 190 trabalhadores asseguram a execução da empreitada

que tem como objectivo a substituição da antiga rede de distribuição que se encontra em estado obsoleto, por uma nova, e alargar a rede para novas áreas.

"Já foram colocados 22 quilómetros de tubagens e realizadas 400 ligações caseiras, mas isso não se traduz ainda em água para a população. É preciso esperar pelo menos mais seis meses para serem concluídos os trabalhos nos bairros que também estão contemplados no projecto, para se poder começar com o fornecimento ao domicílio", explicou José Cruz, responsável da empresa fiscalizadora da obra.

Água para Todos

Durante a sua estada no Uíge, Luís Filipe da Silva deslocou-se ao município do Negage, onde se inteirou do andamento das obras de construção de sistemas de água nas aldeias de Cangundo e Quindando, no âmbito do Programa Água para Todos.

"Acompanhamos um, projecto no âmbito do Programa Água para Todos. Nesta fase, vamos atender 24 povoações dos diferentes municípios da província do Uíge. As obras estão no bom caminho, mas analisamos alguns pormenores da especificação do projecto, para adaptá-lo à realidade actual", disse.

No Cangundo, a oito quilómetros da cidade do Negage, o sistema de captação, tratamento e distribuição de água em construção vai funcionar com três reservatórios, um de 647 metros cúbicos e dois tanques de 244 metros cúbicos cada, 25 chafarizes e oito balneários públicos para atender dez mil habitantes. A conclusão dos trabalhos está prevista para o mês de Julho de 20 14.

Na povoação de Quindando vai ser instalado um sistema de distribuição de água que vai funcionar com um tanque com capacidade para 305 metros cúbicos.

8.10 Diário da cidade dos leilões de escravos

Jornal Folha 08

14 De Dezembro de 2013

10 DE NOVEMBRO

Rui Ramos. BENGUELA - "O governador provincial Issac dos Anjos acaba de exortar a comunidade de portugueses residentes em Benguela a estar presente amanhã no estádio de Ombaka no acto central da comemoração da Independência, a fim de mostrarem inequivocamente que não apoiam os actos

de alguns lobbys que pretendem desestabilizar a relação estratégica Angola-Portugal." No Facebook Na república dos desaparecidos: Isto vai aquecendo, aquecendo, aquecendo, até que o calor se toma insuportável e há que dele nos libertarmos, antes que ele nos queime, e nos leve para a fomalha dos desaparecidos. Esta pátria está libertada, mortificada.

O problema do MPLA é que ainda tem alguns elementos que nos tratam como se fossemos súbditos de Idi Amin Dada. Por exemplo, até nos usurpam o direito mais elementar da sobrevivência das pessoas, o dormir, como se ainda vivêssemos sob a constante tortura dos gulagui, dos campos de trabalhos forçados para prisioneiros políticos e outros no tempo de Estaline. Uma barulheira infernal que faz estremecer prédios. Isto já acontece há mais de dez anos, ali nas traseiras da Pomobel, imediações do Zé Pirão. Já várias vezes denunciaram e condenaram, mas nada. Quando uma cidade vive sem lei, ao sabor de algozes, tudo é possível acontecer... e já acontece. Neste momento a situação apresenta-se já muito tensa devido ao caso do jovem Nito Alves e da execução sumária -à vinte e sete de Maio - dos jovens Cassule e Kamulingue, cujos corpos foram lançados ao rio infestado - para festim - de jacarés.

11 DE NOVEMBRO

Pelo barulho estão a lançar fogo-de-artifício - só faltava mais esta - ouve-se em vários locais, estão a festejar as mortes de Kamulingue e Cassule? Não me admira absolutamente nada, porque esta gente só prima pela vulgaridade. Este tiroteio não me está a cheirar nada bem, está muito esquisito, parece haver uns sons a mais que nada têm a ver com fogo-de-artifício.

As crianças já estão cheias de medo. Estes tipos só sabem fazer tiroteio. A esta hora não devia ser permitido o tal fogo-de-artifício para comemorar a independência do petróleo deles. A selva, cada vez mais selvagem.

12 DE NOVEMBRO

Agora nas manifestações já não vão mais utilizar os habituais métodos, agora lançam jacarés. A cidade vive aterrorizada pois por jacarés está sitiada.

Quem é que disciplina um general indisciplinado? "Temos cada vez menos crianças de 5 anos a irem para a escola", Nelson Pestana Bonavena, na dissertação do tema "A dignidade da pessoa humana, seus direitos, pobreza e exclusão social.

13 DE NOVEMBRO

Na Rádio Ecclesia: No município de Marimba, província de Malanje, as crianças atravessam a fronteira para estudarem na RDC - República Democrática do Congo. É difícil recrutar professores angolanos porque eles ficam alojados em habitações sem água e sem luz e fogem.

Em Moçambique o reino de Gueus e em Angola o reino de Jeus.

Notícia a aguardar confirmação e mais desenvolvimento. Algures em Luanda: uma mãe atirou-se com os seus três filhos para debaixo do comboio em movimento. Um filho escapou ileso porque um senhor que estava próximo conseguiu salvá-lo. O desespero devido à miséria avança que só resta a morte como salvação. Os estrangeiros que nos governam e os outros que nos invadem piores que vampiros, é tanta a judiação que não tem nada do outro mundo, o culminar de uma revolução. O terreno está a ser bem preparado.

Reginaldo Silva e o comboio que ampara suicídios:

"Em Luanda, uma senhora atirou-se hoje com três filhos para debaixo de um comboio que passava em alta velocidade. Apesar dos esforços dissuasores da população que se encontrava no local do crime, a malograda consumou o suicídio, tendo provocado em simultâneo a morte de um dos filhos e ferimentos graves aos outros dois. Quando se chega a este ponto de ruptura, a explicação só pode ser uma..."

14 DE NOVEMBRO

E assim se enriquece facilmente em Angola.

Kwanza-Norte: empresa de segurança não paga aos seus funcionários. Eles reivindicaram três meses de salários em atraso, subsídio de férias, 13º mês e foram... despedidos. In Rádio Ecclesia.

Erik Charas, Facebook Por Américo Uamusse no FB do Jomal@Verdade.

"Não é a política que faz o candidato virar ladrão. É o teu voto que faz ladrão virar político..."

Caramba! Porquê que apenas os proprietários da nossa liberdade e do petróleo e os estrangeiros agora angolanos têm direito às riquezas de Angola, e os agora estrangeiros angolanos só têm direito a lágrimas? PORQUÊ?!

Quando os bispos e cardeais andarem de porta em porta a pregar o Evangelho e lutarem contra a escravidão imposta ao povo que dizem ser de Deus,

alimentarem-se e viverem da caridade de cada um, então sim, talvez acredite na Igreja e em Deus.

E a mãe com os seus três filhos lançou-se para debaixo do comboio de alta velocidade para se libertar das infindáveis torturas dos carrascos?

E sabem que mais? Quase quarenta anos depois, faz um mês que tenho água - posso dizer - 24/24 horas. E a energia eléctrica também há um mês que está aceitável. O lixo continua a ser recolhido com normalidade, sem lugar a reclamações. Será que o mano Zé Du ouviu as minhas súplicas? Mas ainda há muito, muito para fazer. Mas não deixa de ser surpreendente.

15 DE NOVEMBRO

E tudo continua na mesma, mais um apagão das 08.49 às 09.38, para pouco depois às 09.44 outra vez a energia eléctrico bazar.

E no cumprimento da palavra de ordem, vamos invadir Angola, os tugas exemplarmente invadiram-na, roubaram-me o emprego com as suas empresas piratas de contabilidade, pois até uma empresa do ramo automóvel também executa contabilidade e eu não posso lamentar-me, tenho que aceitar isto como absolutamente natural. Em Angola tudo é possível, pois até existe uma igreja do fogo de Deus, só não sei para incendiar o quê. Quem é que desestabiliza Angola? Qual será a solução final para jovens licenciados que não conseguem emprego pois estão todos colonialmente usurpados? E os outros milhares de jovens desocupados a venderem qualquer coisa para sobreviverem? Que bomba este rastilho incendiará?

Por quanto mais tempo esta situação se manterá, pois que a miséria está generalizada, e a instabilidade cresce. Só não vê quem não quer, porque estão todos direccionados para a cegueira petrolífera.

16 DE NOVEMBRO

A energia eléctrica chegou às 00.51 horas.

Uma boa notícia: a Rádio FM STÉREO já chega a Benguela e ao Namibe. A Rádio Ecclesia não.

O terrorismo de estado não é terrorismo?

Os jacarés devoraram-nos a energia eléctrica: outra vez sem conseguir assumir compromissos. Porque é que falei, devia estar calado. Convenci-me de que a energia eléctrica estava aceitável, afinal está outra vez inaceitável. Quem me manda ser parvo? E com a fábrica do fumo dos geradores, a vós ávidos pelo dinheiro espera-os e às crianças, o cangalheiro.

Isto está como um dique: primeiro tem uma pequena fenda à qual ninguém liga, depois a fenda alastra como uma ferida infectada. Depois a fenda origina outras que ficam incontrolláveis, e finalmente é enxurrada por todos os lados.

Porque será que continuo apócrifo no Club-knet? Alguém me pode explicar - já que o Club não o consegue - o porquê de tal proibição? Será que o Club recebeu instruções para me banirem?

17 DE NOVEMBRO

E disto não saímos, este navio está inavegável. Mais outro apagão das 14.19 às 20.19 horas. Logo depois outro, das 20.29 às 21.28 horas.

18 DE NOVEMBRO

A tortura dos apagões prossegue. Mais outro das 00.21 às 00.57 horas.

Mas, o ministro da energia e águas, João Baptista Borges, garantiu-nos que o abastecimento de energia eléctrica à cidade de Luanda seria normalizado. Vamos viver eternamente na mentira? Na destruição das nossas vidas? Pois é, já sei! As torres, os condomínios, os prédios e a cidade do Kilamba consomem tudo, e para nós zero, como sempre, porque nós não somos pessoas.

Qual é a diferença entre um psicólogo cristão e um psicólogo não cristão? Sinceramente que não vejo o futuro de África. Moçambique: Valentina Guebuza (filha do presidente de Moçambique, Armando Guebuza) inaugura jacto especial do Estado para ir assistir a um desfile de moda. (Canalmoz).

8.11 Energia eléctrica e água potável continuam a ser prioridade do Executivo

Semanário Factual

14 De Dezembro de 2013

A energia eléctrica é importante socialmente, porque, através dela, as pessoas podem se comunicar, se interagirem e utilizá-la domesticamente.

O estudante do II Cicio, Mateus Luvu destaca que "economicamente falando, a energia eléctrica permitiu a elevação da produção industrial, a geração de novas tecnologias e a criação de novos empregos".

"A necessidade de energia é cada vez mais importante. As nossas vidas são, literalmente, movidas por diferentes energias. Poderíamos falar de sonhos, esperanças, coragem, ousadia e outros

sentimentos e atitudes que nos fazem superar adversidades e buscar um mundo melhor", exemplificou estudante.

A dona de casa, Domingas Paulo, opinou que "com a energia eléctrica na cidade do Uíge obtemos a luz, a manutenção dos alimentos em geleiras, ar condicionado, banho quente e o uso, cada vez maior, de aparelhos electrodomésticos e electrónicos.

"A energia eléctrica é, sem dúvida, um dos bens essenciais de que actualmente podemos dispor", acrescentou, salientando que "a electricidade é um dos bens que deve ser utilizado sempre que é preciso".

Subestação de Quijima fornece 220 quilowatts

A subestação da Quijima, nos arredores da cidade do Uíge, com capacidade de 220 quilowatts, garante o fornecimento de energia eléctrica à capital da província e a outras localidades.

Já a subestação de transformação de Maquela do Zombo, com capacidade de 220 quilowatts, além de fornecer energia eléctrica à sede municipal, vai, também, nos próximos dias, beneficiar os municípios do Bungo, do Bembe e da Damba, e a localidade de Tetembo, por onde passou a linha de transporte, informou ao Factual o administrador municipal de Maquela do Zombo, João Mazenzele.

"Maquela do Zombo só consome 0.1 quilowatt. A referida subestação tem capacidade de abastecer os restantes municípios, como da Damba, Bembe, Mucaba, Kibocolo e Bungo, e tem alguma reserva", informou a fonte.

A infra-estrutura é totalmente automatizada e é suportada por um sistema digital de supervisão e controlo operacional, denominado Microscada, o que promove o desenvolvimento socioeconómico da região, beneficiando mais de 200 mil pessoas.

O empreendimento conta, igualmente, com um sistema de telecomunicações que interliga a subestação da sede capital da província, através de cabos de fibra óptica instalados ao longo da linha de transmissão.

Bairros da periferia da cidade do Uíge bem iluminados

O fornecimento de energia eléctrica abrange já os bairros da periferia da cidade Uíge, nomeadamente Gai, Papelão, Candombe ovo e Quilala, na periferia da cidade do Uíge.

A ENE está a realizar trabalhos de manutenção da rede de baixa tensão, nas linhas de distribuição doméstica em vários bairros da cidade do Uíge.

Na subestação do Uíge II, a ENE substituiu o transformador de 15 MVA (Mil Volts Amperes) por um outro de 20, para elevar a capacidade de produção energética e melhorar o fornecimento do produto aos bairros.

Neste momento, decorrem trabalhos de colocação de mais um transformador de 20 MVA na subestação, para permitir que mais bairros beneficiem da energia eléctrica, proveniente da barragem de Capanda, sita na província de Malange.

Na província do Uíge, a ENE tem 20 mil e 672 consumidores de energia, dos quais 17 mil e 714 estão registados no município do Uíge, dois mil e 13, no Negage, e 945, em Maquela do Zombo, localidades que já contam com os serviços de pagamento automático.

Lançado programa de distribuição de água

O programa de abastecimento de água à cidade do Uíge foi lançado, recentemente, pelo Governo Provincial. O programa prevê cerca de nove mil ligações domiciliárias.

A nova rede de distribuição de água vai ser implementada em bairros com maior necessidade, nomeadamente o Bem-vindo, o Cemitério, Mbemba Ngango, Kichikongo, Candombe Velho, Papelão, Katuía, Popular 1, partes dos bairros Gai e centro da cidade, enquanto os demais bairros vão ser contemplados, nos próximos tempos.

Nesta altura, já decorrem trabalhos de colocação de novas condutas, em substituição das antigas que remontam à década de 60, num percurso de 120 quilómetros.

Água potável vai melhorar em toda a província

O Factual tomou conhecimento que o abastecimento de água potável às populações da província do Uíge vai melhorar, nos próximos tempos.

O governo do Uíge, através da direcção de energia e águas, trabalha num projecto de construção de chafarizes nas comunidades rurais, com vista a melhorar o abastecimento do precioso líquido às populações.

Numa primeira fase, serão executadas onze acções em todas as comunidades, para reduzir o sofrimento que elas passam para adquirir a água.

"São empreitadas que estão programadas para este ano nas comunas do Béu, Culufuta, Sacandica, Quimbele e o bairro Tange, e vão fornecer água para as comunidades do Uíge, bem como às novas instalações da Universidade "Kimpa Vita", fez saber fonte do governo da província.

Maquela do Zombo tem sistema de captação de água

O administrador municipal de Maquela do Zombo, Benji Moco Henrique, inaugurou, há dias, um sistema de captação de água.

Com capacidade para bombear 12 metros cúbicos de água por hora, o sistema possui um reservatório de 38 metros cúbicos e foi construído por uma empresa angolana de construção civil, custando aos cofres do Estado 17 milhões de Kwanzas (170 mil dólares norte-americanos).

As obras duraram 10 meses, tendo Benji Moco Henrique enaltecido os esforços do Executivo e aconselhado aos beneficiários a cuidarem do sistema, com vista a servir futuras gerações.

Geografia da terra do bago vermelho

A província do Uíge tem uma área de 58 mil e 698 quilómetros quadrados e a sua população aproximada é de dois milhões de habitantes. A capital da província também tem, a designação de Uíge.

E constituída por 16 municípios, sendo a província de Angola com o maior número de unidades administrativas. Os municípios são: Ambuíla, Bembe, Buengas, Bungo, Damba, Alto Cauale, Maquela do Zombo, Milunga, Mucaba, Negage, Puri, Quimbele, Quitexe, Sanza Pombo, Songo e Uíge.

Fica localizada no extremo norte do país e as suas fronteiras são: ao Norte e a Leste, a RD Congo, a Sudeste, a província de Malanje, a Sul, as províncias de Kwanza Norte e do Bengo, e a Oeste, a província do Zaire.

O clima do Uíge é quente, por isso propício ao cultivo de café, mandioca, dendém, amendoim, batata-doce, feijão, cacau, sisal e outros, em menor escala. Quanto a estações, só é possível distinguir duas: o tempo quente, chuvoso, que vai de Setembro a Maio, e de Junho a Agosto, um período de estio, que é denominado cacimba, durante o qual é feita a colheita do café. O Uíge tem uma bacia hidrográfica a que se pode chamar de médio porte, por haver rios de grandes caudais.

8.12 Nem o Huambo escapou à cólera

Jornal Folha 08
14 De Dezembro de 2013

Como sempre e mais uma vez o Governo mostrou que os factos acabam por lhe dar razão. No Orçamento geral do Estado para 2014 o Executivo reservou para a saúde 5%. A Oposição parlamentar e não só, em unísono, barafustou dizendo que era pouco, muito pouco. Enganou-se. Uma epidemia de cólera, que ainda não tinha sido registada no Huambo, provocou seis mortos em duas semanas naquela província. Portanto...

A província do Huambo integrava juntamente com o Bengo, Bié, Kuanza Sul, Kuando Kubango, Lunda Sul e Zaire, as regiões sem casos de cólera até à 48ª semana epidemiológica. Em declarações à Angop, o porta-voz da Direcção da Saúde do Huambo, Isaac Cassenge, disse que o surto se regista em alguns bairros periféricos da cidade, com realce para o do Benfica, onde foram diagnosticados até ao momento 55 casos.

As autoridades sanitárias locais já reforçaram as medidas de sensibilização nos bairros mais afectados, no sentido de ferverem a água para beber e cumprirem com as regras de higiene, como a lavagem de mãos antes das refeições e depois da utilização de instalações sanitárias. Conselhos úteis, sem dúvida, mau grado se saber que muita gente não lava as mãos antes das refeições, não por não terem mãos mas porque, mas porque raramente têm refeições. Mas isso é um problema de somenos importância. Na base do surgimento deste surto, Isaac Cassange disse que está o problema de acesso à água potável, além da falta de saneamento básico. Por outras palavras, quase 40 anos depois da independência, onze de paz total, o Huambo está na pré-história, mas mesmo muito pré, até porque nos tempos coloniais tinha água potável e saneamento básico.

No Kunene, a província mais atingida pelo surto de cólera, com um total acumulado de 3.847 casos, dos 6.017 registados de Dezembro de 2012 até agora, foram notificados 96 casos na última semana, sem mortes registadas. Comparativamente à semana anterior houve uma redução significativa no número de casos naquela província, onde na 48ª semana epidemiológica se verificaram 428 casos de cólera.

A situação vigente no Kunene levou o representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em Angola, Francisco Songane, a deslocar-se ao município de Ombandja, um dos principais atingidos pela epidemia.

Do total de 195 mortes por cólera, o Kunene contribui com 133 óbitos, seguido da província da Huíla, a segunda mais afectada pelo surto de cólera a persistir desde finais de Dezembro de 2012.

8.13 Talvez acaba a imundície

Jornal Acapital
14 De Dezembro de 2013

Já lá vão os tempos em que havia ordem social assegurada por cidadãos com mais ou menos algumas normas de conduta. Hoje, porém, as coisas parecem caminhar para o pior.

Um dos indicadores desta triste realidade é o que já se vai tornando um vício triste. Urinar e defecar na rua, ao ponto de a cidade estar cheia de sítios nauseabundos em consequência de estarem a ser usados como se de latrina tratasse.

Adalberto Sebastião embarcou no autocarro ido de Viana, em Luanda, em direcção à paragem do Largo das Escolas. Só que fez o percurso todo apertado, com vontade de fazer necessidade menor. Como se sabe, os autocarros não param em qualquer sítio.

Teve que aguentar até ao ponto d chegada. Aflito, foi dos primeiros descer do autocarro, correndo em busca de um lugar escondido para se desenvencilhar. Só que, mal chegou ao beco que escolheu para urina dona Marta que comercializa "magoga" jus mente ali, despertou-lhe indicando-lhe que havia sido construído no largo, novos balneários públicos.

"Que grande alívio exclamou, Sebastião.

Há alguns ano clamava-se pela falta de balneários públicos como forma para colmatar a situação. Entretanto, os poucos existentes acabaram vandalizados ficaram, outros tantos obsoletos. Num gesto que pode parecer um regresso ao começo, e que as autoridades administrativas de alguns municípios de Luanda, tal é o caso da Maianga, puseram mão na obra e estão a edificar novos balneários públicos para o agrado dos munícipes que no entanto, apelam para a construção de mais balneários noutros pontos da cidade.

Manuel de Jesus João Dias Brandão, 25 anos, mostrou-se contente com os novos balneários públicos e realçou que a existência dos mesmos contribui muito para a preservação da higiene da cidade, eliminando os maus cheiros que dominam alguns pontos da cidade, provocado pela urina e fezes.

Cobram-se 20 kwanzas pelo uso, o que para Brandão facilita qualquer um, pois "há muita gente que, mesmo vendo esses espaços, não se prezam em usá-los, só por ambição de gastar 20 Kwanzas.

"Preferem urinar na rua", constatou, para depois pedir que as pessoas mudem de consciência em prol do engrandecimento da sociedade.

"Devemos usar os balneários, para evitar sujar a cidade com urinas e fezes. Mas isso passa, também, pela criação de uma nova mentalidade", observou.

Quem também considerou vantajoso o reaparecimento dos balneários públicos é Afonso da Piedade André, 35 anos. De acordo com o funcionário público, os balneários têm inúmeras vantagens, tendo criticado os concidadãos que desavergonhadamente urinam ou defecam em lugares impróprios, sob pretexto da falta de balneários ou latrinas.

Prosseguindo, Afonso André reforça que sejam construídos mais balneários públicos, principalmente em locais de maior fluxo e circulação de pessoas, pois os que até agora existem, são insuficientes.

"Que se façam mais balneários, principalmente, em mercados, praças públicas e em sítios de lazer", sugeriu o munícipe, que no entanto questiona a necessidade da cobrança para o acesso ao local.

"Gostaria de saber, porque é que se cobra pelo uso dos balneários públicos, se foram feitos para ajudar a sanidade da cidade?", e nota que, se o fim dos valores arrecadados é pagar as pessoas que os mantêm limpos, então, também não percebe, porque razão às vezes, os balneários são encontrados em mau estado.

A estudante de contabilidade, Sayonara António, de 20 anos, já fez uso deste bem público.

"Já fiz o uso e o que usei tinha as condições mínimas, água e papel higiénico", reconheceu, a jovem estudante da 11ª classe, para quem há que se apostar mais na construção deste tipo de estabelecimentos, nos mais variados locais da cidade.

"Devem-se aumentar mais balneários públicos, sobretudo, naquelas zonas onde existem largos de lazer, nas paragens de autocarros e não só", atestou, para quem o preço aplicado para o acesso aos balneários é justo.

"É justo o preço que se paga. O que preciso saber é se todos estarão em condições de pagar esse montante", manifestou, quando apelava para que as pessoas deixem de fazer necessidades na rua.

"Sendo que já temos balneários públicos, seria bom que se fizesse o uso dos mesmos, do que, continuarmos a fazer nas ruas, deixando a cidade impura, com fezes", concluiu.

8.14 Venda de água imprópria perto do fim

Jornal de Angola

15 De Dezembro de 2013

Efectivos da Polícia Económica encerraram vários poços de abastecimento de água imprópria para o consumo humano e apreenderam vários camiões cisternas e diversas motobombas nos bairros Kandembe, Kamahundu, Nbama e Kalussaze, arredores da cidade de Saurimo.

A operação resultou de denúncias de populares, preocupados com a venda de água em diferentes bairros suburbanos de Saurimo, a partir de poços construídos ilegalmente e cisternas.

O director da Polícia Económica, António Martins Chilala, chefou a operação realizada em parceria com o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) e direcções da Saúde e Energia e Aguas.

António Martins Chilala disse que os prevaricadores revendem água de qualidade duvidosa, obtida a partir de reservatórios improvisados, sem as mínimas condições de higiene, apenas preocupados com o lucro fácil.

Testes laboratoriais, realizados em vários pontos visitados por elementos ligados ao departamento de Energia e Aguas, revelaram a existência de elevado potencial de hidrogénio, condutividade e acidez.

A comissão detectou em vários pontos de abastecimento de água insectos de várias espécies, rãs e sapos no interior dos tanques de água, largamente consumida por populares que vivem nas comunidades suburbanas onde o sistema de abastecimento público tem uma cobertura deficitária. A incursão, segundo o inspector provincial da Saúde, João Sekuma, serviu também para um trabalho pedagógico, traduzido no apelo à construção de retretes para criar um ambiente saudável, que reduza a propagação de doenças, como diarreias, malária e vómitos, provocadas pela exposição de dejectos e outros resíduos que concorrem para a poluição da água, sobretudo em tanques a céu aberto.

A responsável do INADEC, Delfina Mazau, ressaltou a coragem dos populares que denunciaram a venda de água imprópria para o consumo humano,

notando que isto desencoraja a prática de actos que atentam contra a saúde humana.

A cidadã Napassa Cristina, habitual cliente de água das cisternas, referiu que a compra do produto resulta da falta de possibilidade de conseguir água de boa qualidade.

8.15 Aumentam os casos de cólera no Huambo

Jornal de Angola
16 De Dezembro de 2013

O Director provincial da Saúde do Huambo, Frederico Juliana, informou que foram diagnosticados pelas autoridades sanitárias 95 novos casos de cólera, dos quais oito resultaram em óbitos, em alguns bairros periféricos da cidade.

Frederico Juliana disse aos jornalistas que a maioria dos novos casos de cólera registados está distribuída em nove bairros da sede municipal do Huambo, com destaque para os bairros da Chiva, Macolocolo, Calomanda, Santo António, Calundo, Benfica Frederico, Quilombo, Funileiro e Catchindondo. Os primeiros casos do surto de cólera na província foram registados no dia 23 de Novembro, no bairro Benfica.

Frederico Juliana caracterizou a situação como preocupante, tendo garantido que a Direcção Provincial da Saúde no Huambo vai realizar todas as sextas-feiras serviços de feiras de saúde nos locais onde se registam casos de propagação da doença.

O director provincial da Saúde referiu que o número de casos diagnosticados preocupa as autoridades governamentais da província, que temem o alastramento da doença a outros bairros da cidade e demais municípios, devido às chuvas constantes que se abatem sobre a região. "Nos municípios do Bailundo, Mungo, Longonjo e Ukuma houve ocorrência de casos semelhantes, facto que nos deixa preocupados", afirmou, acrescentando que os casos resultantes em óbitos estão a ser registados fora dos recintos hospitalares.

Na maioria dos casos verificados e que resultaram em óbitos, os familiares das vítimas não levaram a tempo os doentes a uma unidade sanitária a fim de receberem assistência médica. Frederico Juliana garantiu espaço para tratamento da cólera com capacidade de internamento de 60 camas no Hospital do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) que vai cuidar somente de casos que aparecerem nos bairros.

A falta de saneamento básico no meio em que ocorrem os casos de cólera, a utilização de água não tratada para o consumo humano e a falta de higiene foram apontadas como os factores principais e causas que deram origem à epidemia, segundo o vice-governador do Huambo para o sector político e social, Guilherme Tuluca.

"Os especialistas da Direcção Provincial da Saúde no Huambo têm estado nos locais onde ocorre a epidemia e concluíram que o local onde a população tira água para o seu consumo diário não reúne as mínimas condições para o efeito", disse o governante.

8.16 Maquela do Zombo com mais água potável

Jornal de Angola
16 De Dezembro de 2013

A construção de um centro de captação, tratamento e distribuição de água em Maquela do Zombo, cujas obras estão em fase avançada de execução, vai permitir que mais de 65 mil habitantes da vila deixem de recorrer aos rios e cacimbas, disse o administrador Benji Moco Henriques.

A instalação do novo sistema de distribuição de água está enquadrada no Programa de Combate à Pobreza. Benji Moco Henriques disse que neste momento decorrem os trabalhos de instalação das condutas da rede domiciliária e vão ser feitas 500 ligações domiciliárias e construídos 20 fontanários para beneficiar mais de 65 mil habitantes.

"No período colonial havia aqui um sistema de abastecimento de água que foi destruído durante a guerra logo após a Independência Nacional. De lá para cá a população de Maquela do Zombo ficou privada de água potável", afirmou.

Benji Henriques informou que projectos semelhantes estão a ser executados nas comunas e regedorias do município, através da instalação de furos artesianos, P9 que a população deixe de percorrer grandes distâncias à procura de água. Quanto à energia eléctrica proveniente da barragem de Capanda, o administrador municipal garantiu que está em curso um estudo para a distribuição da corrente eléctrica às principais comunidades vizinhas da vila e a colocação do tapete asfáltico nas principais artérias de Maquela do Zombo.

Benji Moco Henriques informou que os projectos vão ser executados no princípio do próximo ano e quando concluídos vão melhorar as condições de vida dos munícipes. Ainda no próximo ano,

acrescentou o administrador municipal de Maquela do Zombo, está previsto o arranque das obras de construção de um novo hospital.

"O município tem 500 mil habitantes, mas não possui estruturas sanitárias capazes de responder ao elevado número de pessoas que procuram assistência médica e medicamentosa", disse, acrescentando que "isso provoca a saída dos munícipes para a vizinha República Democrática do Congo em busca de melhores serviços de assistência médica",

O administrador revelou que o município tem boas perspectivas de desenvolvimento, uma vez que estão em curso projectos integrados e de desenvolvimento rural, que passam pela construção de um entreposto aduaneiro, escolas e unidades de saúde nos grandes centros de concentração populacional.

Estão também previstas, para o próximo ano acções de melhoramento dos serviços aduaneiros e da Polícia de Guarda Fronteira, para controlar o fluxo migratório, urbanizar a actividade comercial e fomentara agricultura. Benji Moco Henriques salientou que a realização dos projectos vai atrair mais investimentos e catapultar o desenvolvimento de Maquela do Zombo, melhorando o nível de vida das famílias.

8.17 Quilengues com mais água potável

Jornal de Angola
18 De Dezembro de 2013

A rede de distribuição de água potável à sede municipal de Quilengues, na Huíla, está a ser ampliada desde Outubro para abastecer mais consumidores.

O administrador municipal de Quilengues, Manuel Vieira, explicou ao Jornal de Angola que as obras estão a ser executadas no quadro do Programa Aguas para Todos com fundos do Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Armando Vieira esclareceu que a obra, que tem a duração de seis meses, está orçada em 45 milhões de kwanzas. A captação de água debita com 40 metros cúbicos por hora e existe um reservatório com 80 metros cúbicos. As obras incluem a montagem de um grupo gerador com 60 leva, para alimentar o sistema de captação, bombagem e distribuição.

O administrador de Quilengues informou que várias famílias que habitam na sede municipal de Quilengues consomem já água potável.

O governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyipinge, visitou o projecto e pediu à empresa executora o cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato.

João Marcelino Tyipinge disse que o abastecimento de água potável às populações é uma das preocupações do Executivo.

Telefonia móvel

Habitantes da comuna do Dinde, município de Quilengues, vão, a partir do primeiro trimestre do próximo ano, comunicar com o resto do mundo, na sequência da instalação da antena da telefonia móvel Unitel, em fase avançada.

A administradora comunal do Dinde, Ana Natchamba, disse ao Jornal de Angola que a instalação da antena e outros equipamentos para que as comunicações sejam feitas com êxito, decorrem a bom ritmo.

Ana Natchamba informou que na comuna foram admitidos, por intermédio de concursos públicos, nos sectores da Educação e Saúde, funcionários oriundos da província de Benguela e outros da província da Huíla, que tinham dificuldades nas comunicações. "A efectivação da instalação da rede de telefonia móvel vai tirar a comuna do isolamento, relativamente às comunicações", disse a administradora.

A comuna do Dinde, referiu, já foi um grande centro de produção de tabaco, algodão e gado. Com as comunicações, os negócios ganham outra dinâmica, acrescentou a administradora.

Os projectos executados na comuna alegram a população. As crianças podem estudar nas escolas locais e todos os habitantes têm assistência médica sem a necessidade de percorrer 60 quilómetros até Quilengues.

Afirmou que a par da escola situada na sede comunal, que abriu em 20 11, uma nova escola entra em funcionamento no próximo ano lectivo, na localidade de Hoje.

O funcionamento, desde 2011, do primeiro posto de saúde, está a proporcionar melhorias significativas na qualidade de vida das populações da comuna do Dinde, assegurou a administradora.

A sede comunal do Dinde recebe energia a partir de um gerador de 600 leva. A reabilitação do sistema de abastecimento de água potável é outro melhoramento mencionado pela administradora comunal.

8.18 Cacimbas dos bairros são desinfectadas

Jornal de Angola

19 De Dezembro de 2013

A Secretaria provincial de Energia e Aguas em Cabinda está a desenvolver uma campanha de desinfecção das cacimbas em diversos bairros, tendo em conta a contaminação da água, resultante das chuvas.

O programa, aberto oficialmente pela governadora Aldina da Lomba, no bairro Resistência, arredores da cidade de Cabinda, contempla, na primeira fase, o centro urbano, incluindo os bairros Deolinda Rodrigues, Marien Ngouabi, Amílcar Cabral e Resistência, devendo posteriormente estender-se a todos os municípios da província.

O secretário provincial de Energia e Águas, André Massanga, afirmou que a instituição que dirige está a promover a referida campanha devido à época chuvosa, período de maior probabilidade de contaminação das cacimbas, com o escoamento das águas pluviais infectadas com micróbios, fontes de disseminação de muitas doenças entre a população. "A campanha destina-se a desinfectar todas as cacimbas qualidade da água proveniente dessas fontes, prevenir focos de doença proporcionados pela água e, por fim, aconselhar o bom uso da água das cacimbas.

À margem da campanha de desinfecção das cacimbas, o sector leva, ainda, a cabo uma campanha de levantamento dos utentes de torneiras, cuja água provém da rede pública. André Massanga esclareceu que o sector pretende, com esta campanha, conhecer a realidade do serviço de fornecimento de água às populações da região, saber que tem água e em que condições, tipo de consumidor, sua localização e a origem da água consumida pela população.

Ao descrever a importância das duas campanhas, a governadora Aldina da Lomba disse que a desinfecção das cacimbas vai permitir a redução de doenças e o levantamento do número exacto da população beneficiária de água potável, que é produzida nos sistemas de captação e furos artesanais construídos pelo Governo de Cabinda, no âmbito do programa "Água para Todos".

8.19 Ruas da Terra Nova ficam intransitáveis quando chove

Jornal de Angola

19 De Dezembro de 2013

As ruas da Terra Nova e do Rangel já tiveram dias melhores. Hoje o cenário é desolador e os moradores clamam pela reparação das ruas dia após dias ficam mais degradadas. A Rua do Alentejo é considerada a "mais podre" da Terra Nova, devido ao mau estado em que se encontra.

A rua foi tomada por grandes buracos e lamaçais, resultado de escavações e das águas da chuva que a deixam intransitável.

Os problemas do saneamento básico nas ruas da Terra Nova começaram quando o tapete de asfalto desapareceu e deu lugar aos buracos. Todos os anos aparecem empreiteiras que tentam minimizar o problema, mas só pioram a situação que já dura há muitos anos.

As ruas da Terra Nova precisam de um trabalho de profundidade. E sem esgotos, o problema das águas paradas persiste.

A moradora Maria Cristóvão disse que este ano tentaram arranjar novamente a Rua do Alentejo. Cavaram o chão e destruíram os passeios, mas o trabalho parou por aí. Agora quando chove, os moradores do Bairro da Terra Nova até têm dificuldades para sair de casa.

Maria Cristóvão contou que em tempos, a rua parecia um rio. Face à situação, um jovem construiu uma canoa com a chaparia de uma viatura abandonada. Atravessava as pessoas de uma rua para outra e ganhou dinheiro com essa actividade.

Cantinas e salões de beleza fecharam por causa do mau estado das ruas da Terra Nova.

O posto policial que está para ser inaugurado na Rua do Alentejo já foi pintado três vezes. Os carros quando passam, projectam lama nas paredes.

A Rua da Estremadura também é caracterizada por enormes buracos e águas paradas que deixam um mau cheiro no ar. Mas não resultam apenas das chuvas. Há uma avaria nas condutas do saneamento que dura há mais de um mês. A Empresa de para A abastecimento de Luanda (EPAL) foi informada mas não apareceram os seus técnicos para reparar a avaria. Circular na Rua da Estremadura de Baixo tem de ser aos pulos. As reclamações junto da Administração do Rangel para um trabalho de profundidade e melhorar o estado das ruas da Terra Nova que são incontáveis,

disse Conceição Manuel, moradora. O saneamento é um problema sério que deve ser resolvido pelas autoridades.

8.20 Dívidas à EPAL ascendem 100 milhões de dólares

Novo Jornal

20 De Dezembro de 2013

O PRESIDENTE da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) E.P. revelou nesta quarta-feira, 18, em Luanda que as dívidas contraídas no consumo de água pelos habitantes da capital ascendem os 100 milhões de dólares, o que leva a apelar aos "bom senso" dos consumidores a liquidá-las, de forma a contribuir para a concretização dos objectivos da empresa.

Leonildo de Ceita falava durante uma cerimónia de confraternização dos trabalhadores reformados da EPAL, por ocasião das festas de Natal. Na ocasião o responsável acusou a existência de numerosos municípios que não pagam o precioso líquido, tendo provocado o encerramento do fornecimento a alguns bairros, por resistência ao pagamento por estimativa.

Ainda assim anunciou que as receitas da empresa têm estado a aumentar de tal forma que em 2001, situava-se em 400 mil dólares por mês, tendo nos anos seguintes subido para 500 mil dólares e actualmente cifram-se em 1,2 milhões de dólares.

Revelou que o mês mais produtivo deste ano foi o de Agosto com o montante arrecadado de 4 milhões de dólares, a que Leonildo de Ceita justifica com o empenho dos funcionários, no recadastramento e distribuição de facturas aos clientes. "Foi uma actividade que levou muito tempo e fez com que a maior parte dos trabalhadores conhecessem os problemas que temos para chegar aos nossos clientes e convencê-los a fazer os seus pagamentos, embora infelizmente ainda não somos compreendidos", salientou.

Relativamente às acções desenvolvidas durante o ano em curso o PCA da EPAL, destacou a concretização de 200 mil ligações domiciliárias nos diferentes bairros de Luanda, uma tarefa que conta prosseguir no próximo ano, a par da construção de um centro de formação profissional, tendo em vista a especialização dos colaboradores efectivos.

Dois outros projectos de produção, tratamento e abastecimento de água potável nomeadamente do Bitá e Quilonga, entrarão em execução em 2014, prevendo-se dentro de quatro anos estejam

concluídos para solucionar o problema do défice de água ainda existente em Luanda.

"São dois grandes projectos em carteira, por sinal os maiores na África subsariana que nos levarão a resolver o problema de água para durante alguns tempos. Até 2030 pensamos ter o abastecimento de água em Luanda em condições, sem grandes necessidades", notou.

8.21 EPAL com desempenho positivo em 2013

Jornal Agora

20 De Dezembro de 2013

Na hora do balanço das realizações de 2013, o presidente do conselho de administração da EPAL, assegurou que foi um período de conquistas e desafios.

Leonídio Ceita disse que um dos grandes objectivos era estabilizar o abastecimento de água 24 hora/dia nas zonas urbanas consolidadas e de forma variável na periferia, mesmo que não se tenha alcançado esta meta, a empresa está bem posicionada no mercado.

Exemplificando que a EPAL arrecadou, em Agosto último, mais de 4 milhões de dólares, um valor que representa o "melhor desempenho de sempre" da empresa, desde que a actual administração tomou posse, há 12 anos.

O responsável que falava durante um encontro que juntou a velha guarda da empresa e a nova geração de funcionários revelou ainda ter conseguido aumentar os resultados brutos de exploração com a mudança nos critérios de gestão, "o que permitiu obter uma factura de mais de 4 milhões de dólares mês, em Agosto, contra os 400 mil dólares arrecadados mensalmente quando assumiu as rédeas da empresa.

A EPAL destaca a importância destes indicadores perante o aumento de consumos de água verificada nos últimos anos com a expansão das centralidades urbanas e os trabalhos de ampliação da rede de abastecimento de água.

Sem revelar as vendas, por algumas insuficiências que se prendem com a colocação de contadores domiciliários, garantiu que as bombas actuais conseguem bombear, no máximo, 160 mil metros cúbicos de água, mas a capacidade instalada é de 300 mil.

Quanto aos constrangimentos registados nalgumas zonas, Leonídio Ceita avançou que "lá onde não existem os contadores, os clientes continuarão a

pagar o seu consumo do precioso líquido, por estimativa."

Este mecanismo, segundo disse, é alternativa mais viável, para uma sociedade em que ainda a população furta-se ao pagamento das suas dívidas.

Quanto a este cenário, disse que, "temos uma factura de 100 milhões de dólares dos clientes em dívida, daqueles que não pagam o consumo de água nas zonas urbanas tudo porque abandonaram as respectivas residências."

Este valor, segundo explicou, faz falta a empresa, em função da carteira de projectos apresentada, para 2014, avaliada em 70 milhões de dólares

A EPAL é uma das empresas públicas que não está contemplada no Orçamento Geral do Estado (OGE), mas tem uma verba atribuída, pelo Estado, de 3 milhões de dólares.

Com as receitas arrecadadas em 2013, a EPAL pretende, para o próximo ano, consolidar a estabilidade do abastecimento de água nalgumas zonas da cidade de Luanda, "com os equipamentos que temos e as peças que vamos mandar fabricar."

Em termos de realizações, afirmou: "temos 200 mil ligações novas feitas este ano e no mil não estão a jorrar água devido as constrangimentos relativos ao ordenamento e urbanização dos bairros da capital."

Apelou, por isso, às administrações para trabalharem na requalificação dos bairros, para facilitar as operações da EPAL.

Acrescentando que tudo será feito para o reforço da capacidade técnica.

E mais, "vamos trabalhar no sentido de que todos os investimentos feitos pela empresa tenham o devido retorno financeiro, fazendo da EPAL uma empresa forte.

Quanto à responsabilidade social da empresa, Leonídio Ceita, afirmou que a empresa começou a beneficiar os antigos trabalhadores com residências e está a pagar, pela primeira vez, o subsídio de reforma.

A empresa já anunciou que não haverá aumento dos preços de venda de água, assim tão cedo. A EPAL gere um sistema de abastecimento desde a captação de Kifangondo, uma infra-estrutura que também será reabilitada, para aumentar a capacidade de produção e abastecimento de água e chegar a mais de 2 milhões de clientes. Martins Chambassuco.

8.22 Huíla combate a propagação da Cólera

Jornal de Angola

20 De Dezembro de 2013

Médicos, enfermeiros e quadros da Direcção Provincial da Saúde estão, desde segunda-feira, a sensibilizar a população da região sobre os cuidados a ter para se evitar a propagação da cólera na Huíla.

A campanha, com a participação de 600 mobilizadores, atingiu famílias que habitam nos bairros Santo António, Comandante Cowboy, Dr. António Agostinho Neto, Chioco, Eywa, Tchavola, Favorita e Lalula.

Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Mandume Ya Ndemufayo e da Escola Técnica de Saúde do Lubango também participam na campanha. O director provincial da Saúde, Altino Matias, informou que mais de seis mil famílias que habitam nos bairros periféricos da cidade do Lubango foram sensibilizadas sobre os cuidados a ter com a doença, que registou, até às últimas 24 horas, a entrada de 75 casos no centro de tratamento da cólera.

Medidas para se evitar a cólera e diarreia, forma de transmissão da cólera, o que fazer se alguém tiver diarreia e vômitos foram temas abordados com as famílias do Lubango. O director provincial da Saúde disse que a cólera transmite-se quando se bebe água não tratada e pode ser evitada se cada um seguir as medidas estabelecidas.

A água deve ser tratada com lixívia, as verduras e frutas bem lavadas em água tratada ou desinfectada, os alimentos devem ser bem cozinhados. Estas medidas ajudam a evitar a cólera. "É importante continuar a sensibilizar as populações de que a água deve ser usada de forma segura", disse.

Altino Matias informou que muitos doentes que acorrem ao centro de cólera do Lubango são provenientes dos bairros periféricos.

O uso da língua local para melhor compreensão é imperioso nas acções de sensibilização das famílias, segundo Altino Matias.

O representante da UNICEF na Huíla, Paulo Mendes, disse que todos têm que estar unidos, Governo Provincial, Agências das Nações Unidas e sociedade civil para se travar a propagação da cólera, através da sensibilização das comunidades para as práticas saudáveis, principalmente a lavagem das mãos e o tratamento da água consumida. Paulo

Mendes disse que a UNICEF na Huíla está a colaborar com o Governo Provincial no sentido de assegurar que a província tenha o hipocloreto de cálcio, para ajudar no tratamento da água consumida pelas comunidades.

"Estamos a entrar numa fase de replanificação do programa da UNICEF, que é um novo ciclo que vai de 2015 a 2019, onde há mais subsídios na componente de água."

8.23 Lixo. O mundo dos resíduos sólidos nos Mulenvos

Jornal Agora

20 De Dezembro de 2013

Inaugurado em Dezembro de 2007, o aterro sanitário dos Mulenvos passou a ser o local onde são depositados os resíduos sólidos recolhidos em Luanda.

No decurso dos últimos seis anos, desde que entrou em funcionamento, depois de ter sido desactivado o aterro do bairro da Lixeira, nas imediações do projecto Nova Vida, já foi encerrada a primeira célula (grande depósito) de lixo, estado a decorrer a preparação do segundo módulo.

É ali onde dia e noite os camiões descarregam os detritos produzidos na urbe e nos arredores.

"Recebemos perto de seis a sete mil toneladas de lixo em 24 horas de trabalho ininterrupto. Mas por esta altura da Quadra Festiva geralmente podemos atingir oito mil toneladas", explica Luís Domingos, supervisor da área de pesagem que fica no portão do aterro e equipada com duas potentes balanças, sendo uma na entrada e outra na saída dos camiões.

As viaturas das operadoras de limpeza são cadastradas no sistema informático antes de entrarem em acção. Luís Domingos diz que trata-se de um sistema especialmente desenvolvido para a ELISAL para o controlo de todo o funcionamento do aterro sanitário.

Trata-se de uma tecnologia de ponta que também pode ser adaptada a outros aterros que podem ser erguidos no interior do país. O 'génio' é o brasileiro Marcos Santos, disposto a montar o mesmo equipamento noutros pontos de Angola, havendo os interesses das autoridades.

"Aqui não há poluição do meio ambiente. O sistema é fechado, impedindo a proliferação de pequenos roedores e baratas", avança o também brasileiro Yuri Conselvan, gerente do meio ambiente, qualidade e

segurança da Best African Solutions (BAS) empresa de direito angolano que entra na gestão do aterro sanitário dos Mulenvos.

Todo o processo de funcionamento desta grande lixeira inicia à porta com a entrada dos camiões carregados que descem a encosta da nova célula e descarregam os detritos que posteriormente são compactados com cilindros e pás carregadoras. O lixo é depositado por camadas separadas por terra. Na base, está montada uma enorme membrana de polietileno de grande densidade (PAD) para impermeabilização do solo.

Isto quer dizer que as águas resultantes do lixo não afectam o lençol freático, acabando por ser depositadas em tanques de betão devidamente preparados para reduzir a sua toxicidade.

O aterro gera gases, como o metano, depositado em grandes quantidades, e que pode um dia vir a ser utilizado para produzir energia eléctrica, a exemplo de outros países do mundo que já dominam o aproveitamento deste importante recurso inerente ao desenvolvimento sócio-económico. Aliás, no Brasil, de acordo com as fontes do Agora, além da comercialização do dióxido de carbono, as lixeiras já são utilizadas para produzir electricidade para iluminação pública e domiciliar em duas grandes cidades como São Paulo e Rio Grande do Sul.

Como dissemos, no aterro, o trabalho é ininterrupto. As máquinas e os operários não param à guisa da indústria mineira.

"Isto é um espectáculo. Até parece que estamos numa mina de diamantes", diz Tom Carlos, repórter fotográfico do Agora.

Na verdade, Mulenvos remete-nos a mina da preciosa pedra em Catoca, na Lunda-Sul. A diferença, porém, é que em Catoca remove-se o cascalho para a escolha da pedra brilhante, ao passo que nos Mulenvos, a movimentação de terras ocorre para compactar o lixo, tornando-o inofensivo à saúde da população, podendo, ainda, os gases daí resultantes receberem o aproveitamento industrial.

"O mundo do lixo é uma grande indústria que deve ser bem gerida para benefício da comunidade", ressalta Yuri Conselvan, sugerindo o treinamento e aperfeiçoamento dos quadros angolanos para que em breve sejam eles a 'manejar' os equipamentos e a gestão sem o concurso de estrangeiros.

O aterro dos Mulenvos conta com um total de 200 trabalhadores, sendo 17 expatriados. "A nossa missão é capacitar cada vez mais os nacionais para que consigam gerir uma empresa desta natureza.

Consumado este objectivo, reduzem substancialmente os custos operacionais do aterro", sublinha ainda o gestor do ambiente e segurança do empreendimento.

O aterro ocupa uma área vedada de sete quilómetros, com uma cortina vegetal de eucaliptos e a sua área de serviço é de 270 hectares. O edifício administrativo estende-se por 175 metros quadrados.

Dos equipamentos em uso o destaque vai 'para 12 bulldozers, 16 camiões basculantes, duas pás carregadoras e igual número de camiões cisternas, duas niveladoras, cinco escavadoras, três computadores que monitoram a entrada e saída de cerca de 800 camiões diários de lixo das operadoras, entre outros.

Situado no bairro dos Mulenvos, na confluência dos municípios de Viana e Cacucaco, a construção deste empreendimento obedeceu a todos os cuidados inerentes ao impacto ambiental com sistemas de tratamento de águas que resultam do lixo, por via da evaporação.

Os especialistas afirmam que o aterro poderá ser explorado durante 22 anos, ou seja até 2034.

O aterro recebe os resíduos sólidos não só idos directamente dos municípios, mas também das estações de transferência que a ELISAL tem vindo a criar nos bairros periféricos da capital.

Com o funcionamento do aterro sanitário dos Mulenvos parece ter sido equacionado o acondicionamento dos resíduos sólidos produzidos em Luanda, estimados em média em pouco mais de sete mil toneladas/dia, que eram depositados de forma anárquica na lixeira do Golfe 11, próximo do projecto Nova Vida.

A sua inauguração, naquela altura, coincidiu com o novo modelo de recolha de resíduos sólidos na maior cidade do país, então dividida em zonas operacionais, adoptando como período de recolha das 21h00 às 04h00.

Para além das estações de transferência, foi instalado o GPS - sistema de monitorização de todo o processo à distância (a partir da sede da ELISAL), através de meios informáticos.

O PAPEL DA RECOLIX. Bem próximo do aterro sanitário dos Mulenvos funciona, a incineradora de lixo hospitalar da RECOLIX. Dados recolhidos no local indicam que esta empresa trabalha a meio gás, sendo necessário, avançar com um plano urgente de modernização dos seus equipamentos.

Além dos métodos de gestão arcaicos, a RECOLIX utiliza equipamentos obsoletos, não podendo, por isso responder cabalmente aos objectivos imediatos.

O lixo orgânico dos hospitais é queimado quase a céu aberto e o fumo paira no ar, com todos os perigos daí resultantes.

"É urgente encontrar-se uma saída para esta situação que pode ser muito prejudicial para as pessoas à volta", defende a nossa fonte.

MODELOS DE LIMPEZA. No ano passado Luanda gastava cerca de 20 milhões de dólares por mês com as 16 operadoras de recolha de lixo existentes, um valor hoje praticamente reduzido para menos de metade, ou seja, cerca de sete milhões de dólares.

O Executivo por orientação do Presidente da República decidiu reduzir este orçamento, tendo sido avançada para tal a necessidade da implementação de uma nova modalidade, visando a atribuição de territórios específicos para cada operadora.

A partir daí cada operadora passou a ter uma zona territorial de actuação. A sua responsabilidade devia ser a mais completa possível quanto ao saneamento, ou seja, varrer, recolher, lavar os passeios, limpar os colectores, cortar o capim e podar as árvores. Mas este mecanismo, praticamente, não andou.

PLANO DA ELISAL. A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), agora sob o comando de uma comissão de gestão, liderada pelo economista Manuel Loth, não quer deixar os seus créditos em mãos alheias e vai daí ter tomado a iniciativa de arrancar, no próximo ano, com uma nova modalidade de 'recolha de lixo em que os operadores serão pagos pela área limpa e não pela quantidade de lixo recolhido.

Esta medida já foi saudada até mesmo pelos gestores do aterro sanitário dos Mulenvos que acham que desta forma acabará também a 'batota', já que muitos camiões, em vez de lixo propriamente dito, acabavam por carregar e depositar terra acabando por pesar mais e facturar à grande.

O grupo dirigido por Manuel Loth entende que até 2011 a ELISAL actuou de forma isolada na gestão de todos os serviços inerentes à limpeza pública, sendo necessário alterar o formato, o que passará também pela atribuição de responsabilidades às administrações municipais e distritais quanto a fiscalização e validação dos serviços executados.

Quanto a recolha no interior dos bairros, por exemplo, pensa-se que entrem em acção brigadas de

limpeza e micro-empresas, cuja contratação deverá ser feita pelas autoridades locais para serem pagas pela ELISAL.

8.24 Trabalhadores da EPAL cruzam os braços a partir de segunda-feira

Jornal O PAÍS

20 De Dezembro de 2013

A POPULAÇÃO de Luanda poderá passar o Natal sem água. Os trabalhadores da EPAL entram em greve, às 8h00, de segunda-feira, dia 23. O porta-voz da instituição, Domingos Paciência, pede calma e garante que o problema será ultrapassado.

As águas estão novamente agitadas na Empresa de Distribuição de Água de Luanda (EPAL). Alegado incumprimento de acordos por parte da entidade patronal obrigou a comissão sindical da empresa a convocar uma nova greve para a próxima semana.

O primeiro secretário da comissão sindical da EPAL, Raimundo João «Dibondala», disse ao Novo Jornal que a entidade patronal tem estado a ignorar as reivindicações dos trabalhadores, apresentadas num caderno reivindicativo de três pontos e 23 alíneas.

"Até ao momento não foram cumpridas várias reclamações apresentadas.

Não temos condições de trabalho. Há falta de tudo, até de transporte. Não há promoções na empresa. Temos ainda a questão da saúde, que nos foi retirada, para além de outros pontos constantes do caderno", explicou resumidamente o sindicalista, que afirma ter havido cumprimento do aumento salarial.

"Viemos de muitos acordos desde 2011. No dia 20 de Agosto deste ano, apresentámos novamente o nosso caderno reivindicativo e, até hoje, lutamos para que todas as nossas inquietações sejam resolvidas para o bem do trabalhador e da empresa", frisou Raimundo Dibondala, que se mostrou igualmente preocupado com a onda de despedimentos "anárquicos" na empresa.

"Despedem trabalhadores e depois admitem outros. A empresa alega falta de dinheiro para custear as nossas despesas de saúde, mas volta e meia faz novas admissões. Isto significa que temos dinheiro. Então, resolvam os nossos problemas", apelou o sindicalista, acrescentando que a direcção da EPAL foi notificada no dia 17 de Dezembro sobre a intenção da greve de segunda-feira, mas "até ao momento não há nenhuma reacção da empresa".

Por sua vez, o porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, pediu calma aos sindicalistas, salientando que o problema está a ser resolvido. "Ao indicar a data da greve, é preciso ver que as partes estão em diálogo e a empresa está a fazer tudo para que o assunto seja ultrapassado. Somos todos trabalhadores da empresa e devemos velar pelos esforços que estão a ser feitos. Os problemas não se resolvem de uma só vez", afirmou.

Domingos Paciência garantiu ainda que a direcção da empresa está a analisar o documento dos sindicalistas para uma breve solução dos problemas expostos. "Já houve situações semelhantes e tudo ficou ultrapassado", exclamou, confiante na interpolação da greve.

Desde 2011 que a EPAL tem sido afectada por cíclicas greves. Os trabalhadores reivindicam, para além do aumento salarial, subsídios de alimentação, transporte, condições de trabalho, promoção e tratamento digno aos operários.

8.25 Comunidades sensibilizadas sobre a doença

Jornal de Angola

23 De Dezembro de 2013

A direcção da Saúde do Huambo desenvolve uma campanha de sensibilização nas comunidades e palestras nos bairros periféricos sobre a importância da prevenção da cólera no combate à doença que atinge algumas zonas da cidade.

Os casos têm-se registado com mais frequência na periferia da capital da província, principalmente nos bairros Calomanda, Macolocolo, Funileiro, Calundo, Santo António, Chiva e Benfica Frederico.

Nas campanhas e palestras é salientada a importância de usar lixívia na água, bem como de a ferver, e evitar a compra de gelados e doces na rua e evitar pessoas contaminadas sem qualquer protecção. A lavagem constantes das mãos e a higiene e a limpeza das casas são outras recomendações feitas como forma de evitar a doença. O director provincial da Saúde, Frederico Juliana, recordou que a cólera é um problema grave de saúde pública, com alto grau de propagação e elevado risco de morte.

8.26 Construídos chafarizes no bairro de Capalanga

Jornal de Angola

26 De Dezembro de 2013

O bairro Capalanga, município de Viana, beneficiou há dias de dois chafarizes que vão ser utilizados por centenas de famílias que enfrentavam problemas na aquisição de água potável.

o administrador José Moreno, que inaugurou os chafarizes, agradeceu a "grande iniciativa" da empresa Maersk Oil Angola e as suas associadas do Bloco 16 por terem construído os fontanários num bairro periférico que enfrenta dificuldades para o consumo de água potável.

"Esta é uma grande prenda de Natal que está a ser proporcionada à população do bairro Capalanga e queremos que iniciativas do género sejam concretizadas noutros bairros", salientou José Moreno, para quem o Executivo não pode fazer tudo, uma vez que os projectos precisam sempre de ser

complementados pela iniciativa privada e comunidade. a director-geral adjunto da Maersk Oil Angola, André da Costa, considerou importante a iniciativa da empresa, do ponto de vista social, por permitir o acesso à água potável a cerca de 3.600 pessoas, no âmbito do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Comunidade do Bairro Capalanga.

População satisfeita

O director dos programas da World Vision, Roberto Bulten, considerou uma satisfação ver as famílias terem água potável mais próximo das suas casas, evitando comprar água em locais que não oferecem confiança e percorrer longas distâncias.

Roberto Bulten informou que um dos chafarizes inaugurados vai servir a mais de 1.800 pessoas, um número expressivo que, em sua opinião, é uma demonstração do êxito do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Comunidade do bairro Capalanga, um dos novos bairros do município de Viana.

8.27 Plano de abastecimento de água de Luanda "derrapa" este ano

Jorna Expressão

27 De Dezembro de 2013

A implementação do plano de estabilização do abastecimento de água de Luanda, que vai implicar um investimento de 6,8 milhões Kz (cerca de 70 milhões USD), atrasou-se este ano, revelou o presidente do conselho de administração (PCA) da EPAL. O atraso no projeto que se prolonga pelos próximos quatro anos deveu-se, disse Leonídio de Ceita, a dificuldades na compra de equipamento para uma estação elevatória.

"Infelizmente, só agora estão a ser adquiridas as bombas para a estação elevatória", explicou o gestor, que falava numa cerimónia de confraternização com colaboradores da empresa pública. O plano integra a construção e a reestruturação das estações de abastecimentos de água do Quionga e do Bitá. A primeira deverá ter uma produção de 580 mil metros cúbicos (m³) de água por dia, enquanto a segunda terá capacidade para produzir 6 metros cúbicos por segundo, abastecendo toda a parte sul da capital.

O projeto contempla a entrada em funcionamento em Janeiro de 2014 de uma estação no Kikuxi, que conta com uma capacidade de produção de 300 litros/segundo. Mais reservas no Cazenga e na Maianga Segundo o gestor, os municípios do Cazenga e da Maianga contarão com um aumento na capacidade de distribuição e reservas. Na Maianga, por exemplo, as reservas passarão dos actuais 25 mil m³ para 45 mil m³.

Leonídio de Ceita lamentou, entretanto, o elevado número de clientes que não pagam a água que consomem. O resultado é a existência de uma dívida na ordem dos 9,7 mil milhões Kz (100 milhões USD). "Ainda há muita gente em Luanda que não paga e, infelizmente, em alguns bairros tivemos de suspender o abastecimento", disse o PCA da empresa.

A EPAL produz atualmente 150 mil m³ de água por dia, mas, segundo Ceita, está preparada para produzir cerca de 300 mil m³.

Presentemente, a empresa conta com 200 mil ligações domiciliárias, das quais cerca de 110 mil não estão a 'jorrar' água, porque, segundo o gestor, têm existido dificuldades de abastecimento no terreno, nomeadamente ao nível da passagem de condutas. Em 2014, a EPAL prevê realizar 400 mil ligações.

"Temos as tomadas feitas e estão instalados os contadores nas residências, mas falta fazer passar as condutas devido a constrangimentos", como a existência de estabelecimentos, nomeadamente "pequenas cantinas", em percursos. Em Agosto, a EP AL teve uma receita de 390,3 milhões Kz (4 milhões USD) e prevê manter o montante no próximo ano.

8.28 Executivo acaba com o garimpo da água

Jornal de Angola
28 De Dezembro de 2013

O Executivo prevê pôr fim ao garimpo de água no país a médio prazo, através de medidas já em curso, destinadas a uma comercialização da mesma a preços oficiais e acessíveis.

"O garimpo tem os dias contados.

Há uma preocupação do Executivo em alargar rapidamente o acesso de água potável à população e o garimpo pode com isso perder expressão e a médio prazo desaparecer", afirmou o ministro da Energia e Águas, que apontou a capital do país como a localidade onde a situação é mais crítica nesta matéria.

Ao basear-se em dados recentes divulgados pela Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), Baptista Borges disse que o Estado perde dois mil milhões de kwanzas por mês com o garimpo de água e salientou que este fenómeno preocupa o sector, por ser uma actividade ilegal e punível, à luz da legislação actual.

O ministro falou à imprensa no final da décima sessão da Comissão para Economia Real do Conselho de Ministros, dirigida pelo Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, que avaliou os Projectos de Regulamentos de Abastecimento Público de Água e Saneamento de Águas Residuais, e de Utilização Geral dos Recursos Hídricos.

Baptista Borges sublinhou que o garimpo de água tem muito a ver com o défice de abastecimento de água que ainda se regista. Por essa razão, a situação tem de ser combatida com investimentos, que permitam o aumento da disponibilidade do produto. Para isso, defendeu uma maior capacidade institucional das empresas que estão agora a ser criadas e a adopção de tarifas que garantam uma melhor prestação dos serviços. Os Regulamentos de Utilização Geral dos Recursos Hídricos e de Abastecimento Público de Água e Saneamento de

Águas Residuais destinam-se a conformar o quadro jurídico criado com a aprovação da Lei de Águas.

Baptista Borges explicou que o regulamento de gestão dos recursos hídricos pretende regular a atribuição de concessões e licenças para a exploração da água, rios, lagos e todos os recursos que fazem parte do património hídrico do país. O diploma também estabelece a actividade dos agentes, as responsabilidades, e tudo aquilo que tem a ver com o planeamento de utilização dos recursos hídricos, incluindo das entidades que administram as bacias hidrográficas.

Introduz, ainda, normas e critérios da gestão de todos os sistemas de água e saneamento do país. Para o ministro não basta fazer grandes investimentos na expansão dos sistemas de abastecimento de água.

"O que faz falta são regulamentos que estabeleçam as normas e os critérios, as responsabilidades na gestão e utilização desses sistemas, da qualidade da água que é fornecida à população e a definição das tarifas", afirmou.

O ministro informou que, além dos regulamentos estabelecerem responsabilidades das entidades públicas que vão gerir os sistemas de abastecimento de água, devem garantir a participação do sector privado na actividade. A reunião de ontem avaliou documentos do Ministério da Economia, designadamente, os anteprojectos de Decretos Presidenciais sobre os Regimes Jurídicos das Zonas Económicas Especiais.

Na anterior sessão, realizada em finais de Novembro, a comissão aprovou também o ante-projecto de lei de desburocratização do processo de constituição de sociedades comerciais, que passa pela remoção de algumas obrigações que antes existiam.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros é o órgão técnico de apoio ao Titular do Poder Executivo e de assistência directa ao funcionamento do Conselho de Ministros. Tem a incumbência de tratar da agenda macroeconómica do Executivo e assegurar a condução da gestão macroeconómica, em harmonia com os objectivos e as prioridades económicas do programa de governação do Presidente da República.

8.29 Abastecimento de água

Jornal de Angola
30 De Dezembro de 2013

O abastecimento de água potável às populações constitui uma das grandes prioridades do Executivo,

que prevê pôr fim ao que é vulgarmente conhecido por "garimpo", fenómeno que ocorre sobretudo em Luanda.

Os "garimpeiros" de água potável aproveitam-se do facto de não estar ainda suficientemente alargada a rede de abastecimento às populações. Como os serviços públicos e particularmente as Administrações Municipais não abastecem as comunidades com camiões cisterna, elas têm de comprar a água a vendedores não autorizados e a elevados preços.

A água é dos produtos mais procurados pelas populações e não há capacidade de resposta para satisfazer a sua crescente procura. A empresa de distribuição podia criar uma rede própria de cisternas para abastecer as zonas onde ainda não existe rede pública ou o abastecimento é deficiente. As Administrações Municipais deviam ter também um papel importante neste aspecto. Se existem no seu território comunidades onde a água potável não chega ou o abastecimento é insuficiente, deviam tomar medidas concretas para minorar essas deficiências. Uma delas é adquirirem cisternas. A outra é contratarem particulares para fazerem o abastecimento ao mesmo preço da empresa pública. A administração da empresa pública de abastecimento de água a Luanda e os administradores municipais não podem deixar as comunidades nas mãos de candongueiros que fazem preços proibitivos, autênticos roubos, e vendem água de duvidosa qualidade, o que põe em risco a saúde pública

O Executivo demonstrou estar atento à situação e já tomou medidas para superar as carências de água que existem. As autoridades têm urgência em resolver esse problema e as medidas já em curso destinam-se a garantir que os cidadãos tenham acesso à água a preços oficiais. Se assim acontecer, é dado um grande passo em frente na promoção da qualidade de vida das populações que vivem em áreas onde não existe ou é in-suficiente, a rede pública de abastecimento.

As autoridades estão preocupadas com o facto de muitas famílias não estarem em condições, com os rendimentos que auferem, de fazer face aos preços praticados pelos "garimpeiros", que não se importam com as dificuldades que causam às populações, estando exclusivamente concentrados na busca do lucro fácil e rápido.

Uma forma de acabar com a especulação nos preços da água é criar uma rede de cisternas que abasteça as comunidades carenciadas, ao serviço da empresa pública ou das administrações municipais. O próprio Governo Provincial tem uma palavra a dizer no fornecimento de um serviço que é vital para a vida

das pessoas e, por isso, não pode ficar nas mãos de particulares que apenas estão preocupados com o lucro fácil. Estando identificadas as causas do "garimpo" de água, as autoridades locais e provinciais têm o dever de actuar, colocando o problema ao nível que tem de estar: um casq de polícia.

O ministro da Energia e Aguas, Baptista Borges, prometeu um aumento da disponibilidade do produto. Mas isso só não chega. E preciso levar água a todos os lares e muito especialmente nas zonas onde não existe rede pública de abastecimento. Produzir mais água potável para enriquecer ainda mais os "garimpeiros", não adianta. E preciso produzir mais e levar água com fatura às casas das pessoas, nas torneiras ou em cisternas autorizadas e nas melhores condições de higiene.

Pretende o Executivo que a médio prazo haja uma maior oferta de água potável, para o que vão contribuir os investimentos do Estado e um quadro jurídico (já discutido ao nível da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros) com normas claras que definam competências e responsabilidades do sector público e privado na gestão e utilização dos recursos hídricos e critérios de aplicação de tarifas.

Cornos investimentos públicos e com um quadro jurídico completo (lei e regulamentos) para o sector das águas, abrem-se boas perspectivas para que daqui a pouco tempo muito mais famílias possam ter acesso à água potável. O ministro Baptista Borges está optimista nos resultados das acções para pôr fim à venda de água a preços especulativos: "o garimpo tem os dias contados. Há uma preocupação do Executivo em alargar rapidamente o acesso de água potável à população e o garimpo pode com isso perder expressão e a médio prazo desaparecer."

As autoridades estão a responder a esta questão fundamental que é assegurar o abastecimento às populações, não permitindo que privados estejam a fazer utilização ilegal de um bem público como é a água.

As instituições encarregadas de aplicar a legislação devem estar dotadas de capacidades que lhes permitam uma actuação que desencoraje práticas ilegais, no interesse da comunidade. Tem de haver tolerância zero em relação aos garimpeiros da água, que causam ao Estado prejuízos na ordem dos dois mil milhões de kwanzas por mês.

Reclamações dos cidadãos Vamos entrar no ano de 2014 e gostava que todas as instituições do Estado, em particular os departamentos ministeriais, estivessem abertas a críticas dos cidadãos, para

saberem até que ponto o seu trabalho tem sido ou não do agrado dos beneficiários,

Sei que há organismos que já instalaram guichés de reclamações para permitir que os cidadãos possam depositar neles as suas críticas. Mas era conveniente que esses guichés existissem em mais organismos públicos, como por exemplo nas Administrações Municipais. Os senhores administradores iam ter uma grande surpresa. Muitos precisavam de meses para ler todas as reclamações.

Penso que as pessoas que assumem cargos de responsabilidade devem acompanhar a execução das tarefas programadas. Não se deve permitir que não se executem as tarefas por negligência. Para isso as pessoas certas têm que estar nos lugares certos para fazerem isto ou aquilo. A selecção de quadros para executar esta ou aquela tarefa deve obedecer a critérios objectivos, como o da competência.

Muitas tarefas são mal executadas ou nem sequer são executadas porque as pessoas para as realizar são mal escolhidas.

ALFREDO JOÃO I Maianga

Merenda escolar

Ouçó falar de distribuição de merenda escolar e tenho conhecimento de que chega a centenas de crianças em diferentes pontos do nosso país. É positivo dar às nossas crianças das escolas primárias públicas a merenda escolar, para que o seu aproveitamento escolar seja elevado. Espero que a distribuição da merenda escolar seja alargada a todas as crianças de Angola.

As direcções das escolas primárias devem ser chamadas a desempenhar um papel importante na distribuição da merenda, para que não haja desvios. O que todos pretendemos é que a criança que vai à escola possa comer alguma coisa, sobretudo nos casos de alunos cujos pais têm baixos rendimentos.

Há crianças que ficam muitas horas na escola a estudar. É preciso assegurar que elas tenham pelo menos uma refeição enquanto estiverem na escola. A inspecção do Ministério da Educação devia controlar o sistema de distribuição da merenda. As nossas crianças devem estar saudáveis para terem bom aproveitamento escolar.

EMILIA PANZO /Uíge

Valas de drenagem

As valas de drenagem estão quase sempre cheias de lixo, que é colocado por pessoas que moram perto.

É preciso dizer às pessoas que as valas de drenagem não são depósitos de lixo. Foram feitas para dar curso às águas, sobretudo na época de chuvas. Se as valas ficam bloqueadas, surgem inúmeros problemas que já conhecemos. Era conveniente que as comissões de moradores explicassem aos cidadãos a importância das valas de drenagem.

As comissões de moradores podiam fazer-se acompanhar de especialistas para alertar as pessoas para muitas situações relacionadas com o sistema de drenagem, em particular para os perigos que podem advir dos bloqueios causados pelo lixo que é depositado nessas valas.

AFONSO JANUÁRIO/Marçal

Depois do Natal

Passei o Natal coma família e devo dizer que tudo correu bem. No meu bairro, apesar de alguns exageros de uns e outros, tudo acabou bem. Houve quem tivesse exagerado um pouco mais na ingestão de bebidas alcoólicas. No meu bairro, um vizinho teve intoxicação alimentar e passou mal teve de ser levado ao hospital e foi socorrido, tendo voltado para casa, duas horas depois, sinal de que os hospitais estiveram à altura das necessidades de emergências.

8.30 Abastecimento de energia e água supera expectativas

Jornal de Angola

31 De Dezembro de 2013

A materialização de projectos vultos na província da Huíla no domínio da energia e água, no ano prestes a terminar, favoreceu o aumento da capacidade de produção e distribuição às populações. Incluindo as que residem nas zonas mais recônditas.

As sedes municipais e comunais da província estão com nova imagem fruto da instalação de grupos geradores eléctricos, painéis solares e redes de iluminação pública. A construção dos sistemas de captação, produção e distribuição de água potável, além de encurtar as distâncias, reduziu os casos de doenças.

Os habitantes dos bairros do Lubango consideram ser agora mais seguro e confortável circular à noite com a entrada em funcionamento, pela primeira vez, de iluminação pública e a ligação da corrente eléctrica a mais de mil casas.

Calumbiro, Comandante Cow Boy, Ferrovia, Tchico, Nambambi, Vila Paula e Mitcha foram os primeiros bairros a serem contemplados com iluminação pública no Lubango. Chibia e Humpata

também estão mais iluminadas. Duas centrais termoeléctricas com capacidade para gerar cada uma 40 mega watts foram montadas na subestação do Lubango e na comuna de Arimba. As duas centrais juntam-se aos 40 grupos geradores da Greco que produzem 25 mega watts e do único gerador da barragem da Matala paralisado neste momento devido as obras.

Conduta de água

As obras de reabilitação e ampliação do sistema de distribuição e tratamento de água da cidade do Lubango, estão na fase de conclusão com a instalação da tubagem de fornecimento domiciliari.

O projecto Águas do Lubango, financiado pelo governo alemão, já tem concluída a captação da Tundavala e de Nossa Senhora do Monte. A antiga tubagem foi substituída por uma dupla com material moderno. O director provincial de Energia e Água na Huíla, Abel Costa, informou que a nova conduta tem uma capacidade aproximada de 220 metros cúbicos hora, durante o dia.

O programa prevê a construção de sete reservatórios capazes de armazenar 60 mil e 750 metros cúbicos de água potável.

Ao todo, 1.500 novas ligações domiciliaries vão ser feitas na zona periférica da cidade. O director disse que os consumidores vão sentir diferenças na pressão da água que vai correr nas torneiras.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Moradores de bairros da cidade capital mostram-se preocupados com a elevada onda de delinquência nos últimos dias.

Jornal Continente
06 De Dezembro de 2013

Alguns populares com quem tivemos oportunidade de conversar entendem que tal situação se deve ao facto de estarem nos últimos dias do ano, tendo em conta também a aproximação das festas. Segundo os mesmos, em todos os fins do ano este é um cenário, chamam de uma "epidemia dos meliantes", que aos olhos dos moradores parecia estar distante, mas afinal se aproxima sempre nesta época do ano.

Evaristo Armando, um dos moradores do bairro Boa Esperança, na comuna de Kicolo, município de Cacucaco, revelou que as ruas do Wad Adames e da Compuessa, ambos do mesmo bairro, são apontadas como as mais frequentadas pelos meliantes, onde pessoas que circulam nelas, têm sido alvos de assaltos, principalmente de manhã cedo e, de tarde, se estiver a andar sozinho.

A mesma fonte apontou as entradas, do mercado de Kicolo, a rua do bairro Compão, e a das Madres como principais locais onde à luz do dia, o cenário tem tomado proporções pavorosas. Nestas, segundo a fonte, quem tentar intervir é alvo de agressão, ferimentos ou mesmo de morte, o público só assiste.

Mateus Soares, do bairro Katiton, distrito da Maianga, referiu que ao contrário de outros, na sua localidade, os assaltos acontecem mais de noite, tudo porque de dia tem-se registado o policiamento.

Por sua vez Armanda Silvestre, moradora do bairro Nguanhã, distrito do Sambizanga, revelou que o seu bairro também não foge à regra. Segundo a mesma, de noite é preciso limitar-se às horas de circular, uma vez que os meliantes actuam em relação àquelas pessoas que andam sozinhas.

A mesma fonte apontou a linha férrea que dá acesso ao outro lado do bairro, como o local onde de manhã cedo os meliantes aproveitam-se das pessoas que por ali passam retirando-as tudo que tenham levado.

9.2 Comunidades debatem sobre Segurança Pública

Semanário Factual
De 07 a 14 de 2013

As reuniões tiveram ainda como propósito auscultar e esclarecer a Comissão de moradores sobre as medidas de segurança que se devem criar perante uma acção criminal, bem como as medidas para a prevenção de qualquer tentativa de actos criminais.

Segundo o Comandante de Divisão do Kilamba Kiaxi, superintendente Alberto Paulo, a manutenção da segurança pública não é uma responsabilidade restringida apenas à Polícia, mas, sim, um dever de toda a sociedade em geral.

Os moradores do distrito do Kilamba-Kiaxi mostraram-se satisfeitos com a iniciativa do comando de divisão e aproveitaram o encontro para

A apresentarem as suas inquietações, como a proximidade entre cidadão e a Polícia, a ausência de esquadras móveis em locais tidos como conflituosos e a situação do patrulhamento.

Para o comandante de divisão, o ciclo de encontros, tanto com as comunidades, como com os empresários locais, foi positivo, tendo em conta que foram discutidos vários aspectos inerentes à segurança pública.

O superintendente-chefe Alberto Paulo apelou, ainda, aos moradores do distrito do Kilamba Kiaxi para que não agissem de forma isoladamente, sem o apoio da Polícia, para não porem em risco a sua integridade física. O comandante alertou a população a comunicar à Polícia todos os actos praticados por marginais.

Segundo especialistas, processo de segurança pública inicia-se pela prevenção e finda na reparação dos danos, no tratamento das causas e na inclusão social do autor do ilícito.

Os Cidadãos são responsáveis pela segurança de toda a sociedade. Portanto, mais do que uma atitude cidadã, zelar pela integridade física e -moral dos indivíduos, bem como pela manutenção da ordem pública, é um dever.

Um exemplo a seguir

Tendo em conta a situação da segurança pública que se regista a nível nacional e, em particular na província de Luanda, existe a necessidade da criação de Conselhos Comunitários de Segurança (CON-

SEGS), um projecto adoptado pelo estado de São Paulo (Brasil).

Estas instituições são os órgãos de execução do programa de policiamento comunitário e possuem a pretensão de exercer um papel de articulador da sociedade.

Seguem à risca a filosofia de participação da comunidade na segurança pública, tanto por esta ser a maior conhecedora dos factos criminosos que acontecem ao seu redor, como por acreditar na força da acção conjunta.

Já na realidade angolana e, particularmente, de Luanda, estes Conselhos podem trabalhar paralelamente com a polícia, sendo responsáveis por fazer levantamentos das áreas de riscos, sugerindo metas preventivas.

Tais Conselhos ainda podem trabalhar no desenvolvimento de programas especiais para atendimento às vítimas da violência, para a divulgação de acções educativas de medidas, visando a prevenção de crimes.

9.3 Casos de violência doméstica estão a diminuir na província

Jornal de Angola
11 De Dezembro de 2013

Os casos de violência doméstica diminuíram consideravelmente entre Janeiro e Novembro deste ano, fruto das campanhas de sensibilização nas comunidades do Kwanza-Sul, anunciou a responsável municipal de Cassongue da secção da Promoção da Mulher.

Lida Graça Paulo disse ao Jornal de Angola que, em relação a igual período do ano passado, os casos de violência conheceram uma redução na ordem dos 23 casos durante o primeiro trimestre, 14 no segundo trimestre, oito no terceiro e, no quarto trimestre, foram registados apenas três casos, um facto que considerou satisfatório, em termos de tomada de consciência dos municípios da região.

"Estamos satisfeitos porque os casos de violência estão a diminuir de forma drástica e nós vamos continuar com as sessões de esclarecimento nas comunidades sobre a necessidade da convivência harmoniosa nos lares", frisou.

Lida Graça Paulo acrescentou que as palestras sobre o Código de Família e outros instrumentos que regulam o sistema no seio das famílias estão a surtir os efeitos desejados, mas não deixou de manifestar

preocupação sobre o fenómeno da poligamia, um dos factores que propicia os casos de fuga à paternidade e incumprimento da mesada.

"Nos últimos tempos, a grande preocupação é a poligamia que, em nosso entender, tem criado embaraço aos homens implicados, devido ao fraco poder financeiro, que os impossibilita de apoiar os filhos de outros relacionamentos", disse Lida Paulo.

Outra preocupação tem a ver com a situação habitacional dos homens que têm mais de uma relação conjugal, o que origina o desamparo de filhos extra-conjugais.

9.4 A falta de mecanismos de controlo social

Jornal O País
13 De Dezembro de 2013

A constatação é do delegado do Ministério do Interior e comandante provincial da Polícia Nacional da Lunda-Norte, comissário Gil Famoso da Silva, quando dissertava, na passada semana, na cidade do Dundo, sobre "As Causas e Consequências da Criminalidade em Angola".

O comissário Gil Famoso revelou que mais de nove mil jovens, entre os 16 e os 21 anos de idade, cumprem, actualmente, penas de prisão no país.

O comandante defendeu que os níveis de criminalidade em Angola só vão baixar quando reduzir o sentimento de impunidade e forem criadas as medidas de prevenção deste mal social, bem como a educação, o emprego e a melhoria das condições de vida para a juventude, em particular.

Gil Famoso afirmou que, enquanto existirem no país leis desactualizadas, tribunais insuficientes e não houver centros de reabilitação de delinquentes, bem como uma melhor organização urbanística, será difícil reduzir os actuais níveis de criminalidade.

Defendeu, igualmente, melhores políticas sociais viradas para a protecção especial das crianças em situação de risco, o acesso à escola, bem como outros actos que desencorajem o uso de drogas e inibam a ingestão desregrada de bebidas alcoólicas, ilustrou que, no país, ocorrem em média 25 crimes por dia, com principal incidência para os homicídios voluntários, na prática dos quais constam jovens entre os 20 e os 35 anos que têm por alvos preferenciais cidadão com idades dos 16 aos 35 anos.

Em 2013, ocorreu um total de 971 crimes motivados por desavenças, sentimentos passionais e assaltos a

residências, mercados, via pública e estabelecimentos comerciais.

"O tipo de crimes mais comuns no nosso país são os homicídios voluntários' com o uso de armas de fogo, ofensas corporais, contrabando e tráfico de drogas, roubo de gado e ocupação ilegal de terrenos", afirmou. O comissário revelou que outros factores que favorecem a prática de crimes têm ainda a ver com a prostituição e o uso de drogas.

Na Lunda-Norte, segundo o entrevistado, o município do Chitato lidera a lista de crimes com três ocorrências em média por dia a que se juntam os delitos motivados por factores ligados ao feiticismo.

A fonte disse não haver no país a produção de drogas pesadas, mas salientou que o seu uso é uma prática corrente, por haver facilidades na sua introdução dentro das fronteiras de Angola, por via terrestre ou aérea, em forma de cápsulas ou disfarçadas em peças de viaturas de ocasião.

Imigração ilegal.

Reconheceu que não há força policial ou legal que possa travar a imigração ilegal enquanto persistir a procura, em Angola, de melhores condições de vida de cidadãos estrangeiros, particularmente da República Democrática do Congo (RDC).

Quanto às referências que fez ao assunto, Gil Famoso destacou que a imigração ilegal tem naquela circunscrição administrativa "uma das portas de entrada".

Acrescentou que os prevaricadores insistem, particularmente, na estada ilegal na região, no tráfico de combustível, de madeira, na fuga ao fisco e falsificação da moeda, no tráfico ilícito de diamantes e na contrafacção de medicamentos, sendo 94 por cento deles com proveniência na RDC.

O delegado provincial do Ministério do Interior denunciou a existência' fora e dentro do país, de "comités de recepção" de estrangeiros para serem introduzidos em Angola, havendo também uma tendência para a entrada de cidadãos europeus e asiáticos a partir do litoral.

A fonte identificou um total de 19 rotas de imigração ilegal que passam por Bamako, capital do Mali, Costa do Marfim, República Centro Africana, terminando na RDC.

Revelou esta imigração ser estimulada pelo facto de existir entre aqueles países pactos de fácil mobilidade dos seus cidadãos.

A globalização, a circulação entre Estados, a descontextualização das relações sociais e a crise económica são, para o palestrante, factores que contribuem para o fenómeno da imigração ilegal no mundo, em geral, e em África, em particular.

Acidentes de viação

O nosso interlocutor declarou que, de Janeiro a Setembro deste ano, morreram mais de três mil pessoas e ficaram feridas 11 mil, "mais do que por doença" , em resultado de cerca de 14 mil acidentes de viação, motivados por condução em estado de embriaguez, excesso de velocidade e o não uso de capacetes.

"Os acidentes que envolvem motociclos lideram as mortes na Lunda-Norte", disse.

9.5 Moradores fartos com da criminalidade

Novo Jornal

13 De Dezembro de 2013

A ONDA DE CRIMINALIDADE que está a atingir os três bairros do distrito da Maianga tornou-se insuportável. Almeida João, morador da zona do Gamek, disse ao Novo Jornal que a criminalidade aumenta a cada dia que passa, porque há pouco patrulhamento na zona.

"O patrulhamento dos agentes da ordem só é feito na estrada principal. A polícia esquece que os problemas estão no interior dos bairros. Aqui há assaltos todos os dias e a polícia nunca aparece. Muitas vezes, fico sem saber qual é o trabalho que a nossa polícia faz", acusa, acrescentando que só se vêem os agentes da polícia quando se anuncia "uma manifestação" .

A fonte acredita ainda que outra razão que faz com que os crimes no bairro aumentem são as constantes falhas de energia eléctrica.

"Aqui a energia falha muito. Também entendo que os agentes da polícia são seres humanos e é difícil entrar numa zona que não tem luz. Acho que o governo deve melhorar as situações básicas dos munícipes deste bairro, porque estamos a sofrer. A água potável é outro dos problemas que estamos a viver", regista.

Maria Teresa, moradora do bairro Morro da Luz há mais de 13 anos, nota que a maior parte dos jovens do bairro optam por práticas ilícitas, devido à falta de oportunidades de emprego. E os pais não contribuem para corrigir a trajectória.

"Os jovens aqui têm sido o nosso grande problema, porque alguns preferem roubar porque não têm nada para fazer. Muitos começam a beber e a usar drogas, logo nas primeiras horas da manhã. Fazem isso porque não estudam e não têm nada para fazer. Não sei que futuro vai ter este país, se o governo não resolver algumas situações que afligem a juventude", evidência.

DE CAMIÃO A ROUBAR

A mulher, de 43 anos, diz que os conflitos começam a partir das 19h00 e que chegam a dificultar a circulação das pessoas no bairro.

"Normalmente, eles não têm hora para atacar, mas é durante o período nocturno que fazem mais confusão.

A semana passada foram assaltadas várias residências. A casa da minha irmã, que vive aqui ao lado, é uma das que foi assaltada. Os marginais andavam de camião, onde depositavam todas as coisas que roubavam. Ligámos para a polícia, mas só chegaram passado uma hora", relata.

Ana Ngueve, moradora do bairro Huambo, aponta a falta de energia eléctrica como um dos factores que tem contribuído para o aumento da criminalidade, tal como a falta de patrulhamento.

"Só temos uma esquadra da polícia junto ao campo de futebol do Belenenses. Praticamente é a única esquadra aqui e a falta de esquadras tem facilitado a actuação dos marginais. Também não existe uma colaboração entre moradores e a polícia, porque os mesmos não facilitam as coisas".

De acordo ainda com Ana Ngueve, alguns pais são culpados pela situação que as pessoas vivem no bairro por não saberem pôr limites aos filhos.

"Muitos pais sabem que os filhos são marginais, mas mesmo assim ainda os defendem. Os que roubam aqui não vêm de outros bairros, são mesmo daqui, são adolescentes dos 13 aos 16 anos", afirma a moradora.

Os adolescentes vão presos, mas "depois de alguns dias estão na rua".

A polícia, segundo Ana, justifica dizendo que não têm idade para estar na cadeia. "Acho que o centro de reeducação para menores deve funcionar. Só assim é que a situação da criminalidade no país poderá ter solução".

ASSALTADOS À PORTA DA ESCOLA

Ana Ngueve assegura ainda que as principais vítimas dos marginais são os estudantes que frequentam o ensino pós-laboral que são constantemente assaltados.

"Não sabemos se existe a Brigada Escolar do Comando Provincial de Luanda porque nunca a vi. Eu vivo aqui junto à escola, já vi muitos alunos serem assaltados e os seguranças da escola não fazem nada, porque se tentarem ajudar também são espancados. É muito triste o que vimos aqui. Ainda bem que o ano lectivo está a terminar", acentua.

Marta André, outra moradora, conta ao Novo Jornal que os alunos têm sido os principais alvos dos marginais, porque todos os dias, quando saem da escola, são atacados e algumas mulheres são abusadas sexualmente.

Segundo os moradores, o comandante da Divisão da Maianga tem conhecimento das dificuldades por que os moradores passam e do índice de criminalidade que se regista naqueles três bairros.

POLÍCIA GARANTE REFORÇO DE PATRULHAMENTO

O Novo Jornal tentou ouvir o comandante da Divisão da Maianga, mas sem êxito. Todavia, conseguiu, por via de uma chamada telefónica, interpelar a porta-voz do Comando Provincial da Polícia de Luanda, Engrácia Costa.

A oficial da corporação garantiu que o patrulhamento nas referidas zonas foi já reforçado, estando ainda previstas, no quadro das operações, buscas dirigidas e encontros com as comunidades residentes.

"O trabalho é contínuo", salientou Engrácia Costa, acrescentando que a polícia pretende com estas novas medidas encontrar no seio da comunidade parcerias para a busca de informações sobre indivíduos que estejam a perturbar a ordem e a segurança dos municípios.

Por outro lado, os residentes reportaram que a energia que consomem é proveniente da central térmica, localizada no morro da Luz, nas imediações do antigo acantonamento das tropas cubanas, mas tem falhado muito após a mudança de gestores da central térmica, que aconteceu logo após as eleições de 2012.

Na mesma zona, o Novo Jornal notou que os moradores lidam com um saneamento péssimo, o que propicia o surgimento de focos de mosquitos.

Nos vários sectores daquele bairro, constata-se resíduos sólidos em abundância e, em todos os lugares.

9.6 Acções de prevenção e combate à criminalidade foram positivas

Semanário Factual

14 De Dezembro de 2013

Em entrevista ao Factual, na terça-feira, 10, o inspector-chefe Mateus Rodrigues falou que o Comando Provincial de Luanda, no âmbito das acções do combate à criminalidade, garantiu a tranquilidade e a segurança à população, tendo realizado inúmeras actividades, com realce para os encontros de auscultação com as comunidades, o policiamento de proximidade ou porta à porta, e a distribuição de cartilhas com os números de telefones dos comandantes de divisões e outros efectivos.

o périplo realizado pelo Semanário Factual, a alguns municípios e distritos da capital do país, foi possível constatar várias preocupações por parte da população, face ao crescendo da criminalidade.

No município de Viana, o Factual visitou' os bairros do Ka Uíge, Boa Fé, Maria Luísa, Sapú, Fofoca, Regedoria, Cajueiros, Zangos, Mirú e KM 30, onde, segundo os moradores, a situação da criminalidade é muito acentuada.

Em reacção aos factos, 2º comandante da divisão de Viana, Intendente Gonçalo da Costa, afirmou que a situação da criminalidade no município satélite de Luanda é razoável, pese a existência de alguns focos criminais nos bairros acima citados.

Para fazer face a esta situação o Comando de divisão do município de Viana levou a cabo trabalhos de sensibilização e distribuição de cartilhas com números de telefones do comandante de divisão, dos comandantes de esquadras e das viaturas que patrulham os vários bairros do município.

Surgimento anárquico de bairros e crescimento demográfico em Viana causa aumento da criminalidade

O surgimento anárquico de bairros e o crescimento demográfico em grande escala, a nível do município de Viana, é apontado pelo 2º comandante Gonçalo da Costa como causas do aumento da criminalidade naquele território.

Já no município do Cazenga, a situação não foge à regra, pois o índice da criminalidade é uma questão que inspira maior atenção, tendo em conta a existência de vários focos conflituosos, com destaque para as zonas do Calawenda, Sucupira, Ruas das Conduas, Curtume, Kanivete, Angolano Vala, bem

como as zonas da lagoa do São Pedro; Mercado Tira Pistola, Cayaya, rua do Funchal e a área do Capredio.

Para o Comandante de divisão do Cazenga, superintendente Clemente Pontes, o patrulhamento com maior incidência nas zonas de grande conflitualidade e o diálogo com as comunidades têm sido feitos, com vista a garantir a segurança e a tranquilidade dos municípios.

Tendo em conta a aproximação da época festiva, o Comando da terceira divisão do município do Cazenga afirmou estarem prontos os mecanismos para uma quadra festiva segura.

Segundo o superintendente Clemente Pontes, uma série de actividades serão levadas a cabo, no sentido de prevenir e reduzir a criminalidade a nível do município.

9.7 O excesso de ousadia dos bandidos

Jornal Acapital

14 De Dezembro de 2013

É Sábado, 21 horas. Num conhecido salão de festas localizado numa não menos conhecida rua do bairro Gamek, no município de Belas, em Luanda, decorre uma festa de aniversário. Quase cem pessoas convivem animadas. Mas a alegria dá lugar ao pânico quando um grupo de jovens munidos de metralhadoras e pistolas invade o local. Rendem os presentes e de lá saem com vários bens de elevado valor: telefones, tabletes e jóias.

"Foi um autêntico terror", conta David Rosário, proprietário do salão de festas que foi, no passado Sábado, 07, vítima da acção de um grupo de meliantes até agora não identificado. Mas aquele, segundo explicou, não foi a primeira vez que o seu estabelecimento foi alvo de uma acção similar.

Justamente uma semana antes, um jovem armado irrompeu por uma festa de aniversário, que aí decorria, e exigiu dinheiro à funcionária que, naquela altura, se preparava para fechar o caixa. "Foi tão rápido que ninguém se apercebeu", lembra.

A aflição patente no rosto de David Rosário, enquanto conta as suas histórias ao repórter, constitui apenas uma pequena mostra do ambiente de medo e terror que se instalou entre os moradores dos bairros Morro Bento e Gamek, afectos ao município de Belas, na província de Luanda.

As histórias colhidas pelo semanário A Capital têm o denominador comum de revelar o sentimento de

impotência dos cidadãos ante a onda de crimes que cresce e que, numa frequência quase diária, não pára de fazer vítimas. Uma delas não quis ser identificada ao falar para o semanário *A Capital*, tão traumatizada que está desde que viu elementos armados levarem a sua viatura que comprou a custa de muito esforço.

Era uma Hyundai Accent e tudo aconteceu há cerca de dois meses. A cidadã regressava do serviço. Por volta das 21 horas, ao estacionar o carro no quintal da sua residência no bairro. Gamek, foi abordada por cinco jovens que se faziam transportar numa carrinha Toyota, modelo Hylux. "Eram todos mestiços", diz, lembrando-se dos rostos, da vestimenta e dos meios bélicos usados pelos ladrões que levaram o seu carro. Naqueles bairros, conforme revelaram moradores com os quais falamos, histórias como essas se repetem todos os dias e quase sempre a partir das 18 horas. São jovens, ou pelo menos assim aparentam, aqueles que estão dedicados à vida de crime.

Na verdade, os moradores explicaram que os marginais, por ali, começam a actuar a partir das 18 horas. Grande parte deles são jovens, ou pelo menos assim aparentam, da faixa dos 15 aos 27 anos. A idade reduzida, no entanto, não os inibe de andar armados e de fazer parte de gangs violentas cujos nomes são conhecidos pelos cidadãos daqueles bairros.

O cidadão Lourenço de Oliveira, de 32 anos, é morador do Morro Bento. Ainda guarda na sua memória dois assaltos recentes que presenciou. Do primeiro, segundo disse, foi vítima a sua própria esposa.

"No princípio do mês passado, a minha esposa vinha do serviço quando cruzou com dois moços numa rua antes da nossa: eles exigiram as pastas e tudo quanto ela transportava", conta.

Um outro assalto aconteceu uma semana depois, quando regressava do serviço, por volta das 18 horas. Dois jovens armados agrediram uma cidadã e ficaram-lhe com os respectivos bens. À vítima, segundo o cidadão, "os bandidos disseram que ela estava a chorar muito e que faria com que eles fossem apanhados".

Numa cantina, a reportagem do semanário encontrou-se com Oussain Ndoye, 33, um cidadão de nacionalidade senegalesa que conta na primeira pessoa o calvário porque passou. Ou melhor, os calvários por que tem passado. Em apenas um mês, já foi vítima de quatro assaltos. Para além dos meliantes levarem parte da mercadoria que ali se encontrava, também levaram, da última vez que o assaltaram, um total de 475 mil kwanzas.

Oussain disse ainda que, da última vez que a cantina foi assaltada, os bandidos fingiram-se de clientes. "Nesse dia eram por aí 18 horas e estava a chover muito. Então apareceram dois moços, até bem vestidos, eu pensei que queriam sacos para amarrar nas pernas mas, afinal, eram bandidos", contou.

O jovem disse também que os mesmos depois de consumarem o assalto, obrigaram-no, sob ameaça de morte, a manter-se em silêncio e a não contar sobre o que tinha acontecido. "Quando entraram, mandaram-me entregar tudo como se já soubessem que aí havia dinheiro e, depois, mandaram-me ficar calado e não dizer nada. Acho que são mesmo moços daqui do bairro", acrescenta.

9.8 Polícia. Criadas novas esquadram na periferia

Jornal Agora

20 De Dezembro de 2013

"Luanda recebeu mais de mil homens para reforçar esta quadra festiva. A nossa estratégia é dar à população o que ela precisa: tranquilidade. Por isso, haverá operações de fustigamento nas zonas que consideramos negras, de modo que se reduza a tendência de crimes a ser cometidos nestas áreas".

Estas foram algumas das informações prestadas por Ambrósio de Lemos, comandante-geral da Polícia Nacional, na esteira da conferência de imprensa promovida pelo gabinete de Comunicação e Imagem do Ministério do Interior (MININT), no início desta semana, após uma série de 11 inaugurações de postos policiais em cinco localidades distintas de Luanda.

A actividade visou também dar o ponto de situação do estado de segurança no país, as medidas para a quadra festiva e as perspectivas para o ano 2014, tendo sido convidados a inaugurar algumas das unidades, José Carvalho da Rocha, ministro das Telecomunicações; José Tavares, presidente da Comissão Administrativa de Luanda e alguns administradores municipais.

A inauguração massiva de esquadras na periferia, deveu-se aos apelos da população, visto que não havia "unidades policiais e o crime estava à deriva" naquelas localidades, salientou Ambrósio de Lemos.

Neste sentido, na terça-feira, em Viana, com uma população estimada em três milhões de habitantes, foram abertas três unidades policiais, nomeadamente os postos do Zango, Bita Progresso e "6"; no Cazenga, com cerca de dois milhões de habitantes foram inaugurados os postos policiais da Vila da

Mata, da Terra Vermelha, do condomínio Villa e a esquadra do Kala Wenda.

Em Cacuaco foram inauguradas as esquadras da Pedreira e do Belo Monte, ao passo que nos distritos do Rangel e Samba, ambos no município-sede (Luanda), foram inauguradas as esquadras da Terra Nova e Tanque Serra, respectivamente.

PAÍS REGISTA 108 CRIMES POR DIA

Durante a sua alocução, Ambrósio de Lemos revelou ter havido um decréscimo de 789 crimes comparativamente a 2012.

No entanto, a situação operativa no país é preocupante mas não assustadora, "porque temos o domínio, entramos em qualquer bairro e vamos reforçar a nossa capacidade operativa";

"Ocorreram 35.636 crimes de natureza diversa, dos quais 80% foram esclarecidos, quer dizer que ainda temos que trabalhar no esclarecimento neste percentual remanescente (20). A média de crimes por dia foi de 108 em todo país, numa redução de menos dois delitos que em 2012".

Estima-se que Luanda tenha perto de 8 milhões de habitantes e "foi 'palco' de 19 crimes por dia, perfazendo um total de 6.384 delitos. Seguem-se em ordem mediata as províncias de Benguela, Huíla, Bié e Huambo, com 15, 13, 11 e sete violações graves", respectivamente.

"É necessário reflectir no estado de sentimento das pessoas", porque só "em ofensas corporais graves, resultantes do desentendimento entre pessoas resultaram 551 crimes, entretanto, ocorreram 4.038 espancamentos que resvalaram em homicídios. A estatística do Comando Geral da Polícia Nacional (CGPN) aponta que em 1.183 casos fez-se recurso as armas de fogo.

RECOLHIDAS CERCA DE 90 MIL ARMAS

A Polícia Nacional tem procedido a recolha de armas de fogo desde Março de 2008, altura em que arrancou o processo de desarmamento da população, pelo que até o mês que corre foram recolhidas cerca de 90 mil armas.

"Temos um trabalho muito árduo neste domínio, por serem armas de calibre de guerra e não servirem para os objectivos da defesa da integridade territorial como anteriormente", afirmou Ambrósio de Lemos, quando abordado sobre um eventual desvio de armamento dos armazéns da Polícia e das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Aquele oficial comissário refutou que "ainda não é possível fazer um balanço de quantas armas se proliferaram pelo país. Aliás, "as que recolhemos são catalogadas, aquelas que têm serventia são armazenadas pelas FAA a quem temos entregue as armas, as obsoletas têm sido destruídas."

INSTITUTO DE MEDICINA FORENSE

A acção da Polícia Nacional é determinada por factores como a extensão territorial, o índice populacional e a importância estratégica e económica da localidade, mas nada inibe a sua actuação "lá onde há a violação da lei", segundo o responsável deste órgão que vela pela ordem pública de Angola, Ambrósio de Lemos.

A mesma fonte avançou que, os grandes objectivos para 2014, passam pelo reforço de meios e homens no combate à imigração ilegal e uma aposta no sector de investigação criminal, tendo revelado igualmente que "o Governo disponibilizou verbas avultadas" para este desiderato.

Perspectiva-se a criação de um Instituto de Medicina Forense, mas o MININT não perde de vista a construção das novas instalações da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), órgão cujo edifício derrocou em 2008.

9.9 Criminalidade diminuiu este ano em todo país

Jornal de Angola

21 De Dezembro de 2013

A Polícia Nacional registou este ano, até ao dia 17 de Dezembro, 35.636 crimes de natureza diversa, menos 789 que no ano passado. O comissário-geral Ambrósio de Lemos garantiu que existe uma tendência de redução da criminalidade em Angola. Entre os crimes cometidos, 6.384 ocorreram em Luanda. Benguela, Huíla, Bié e Huambo são as outras províncias onde também se regista um elevado número de delitos. "Já existe um plano operativo montado e o efectivo vai entrar em prevenção para ter uma maior presença das Forças Policiais nas zonas onde ocorrem crimes", garantiu.

MN é um dos indivíduos que faz parte deste número. Encontra-se detido pela prática de roubo à mão armada e aguarda julgamento na Cadeia Central de Luanda. Quando foi apresentado à imprensa, "confessou a prática do crime" e disse estar arrependido.

Tal como MN, muitos outros se encontram em prisão preventiva ou condenados nas cadeias do país,

que estão a abrir oficinas de artes e oficioso O comandante-geral pediu calma à comunidade e salientou que muitos homicídios voluntários e ofensas corporais graves são praticados por desentendimentos familiares. "Devemos saber resolver os problemas familiares, através da conversa e não da pancadaria, que pode levar à morte do ente querido", disse, apelando a que nesta quadra festiva os familiares, amigos, vizinhos, colegas convivam em harmonia.

Ofensas corporais

Em relação às ofensas corporais graves, a corporação registou 4.380 casos de espancamentos, alguns dos quais provocaram a morte e lesões graves. Sobre o caso, Ambrósio de Lemos chamou a atenção da sociedade para a necessidade de haver uma reflexão profunda, porque se deve "ter respeito pelo próximo, para uma convivência salutar".

Das ofensas corporais graves registadas durante este período, 1.183 foram cometidas com recurso a armas de fogo. "Isso leva-nos a reflectir que ainda existe um árduo trabalho a fazer em termos de recolha de armas de fogo junto da população civil, apesar de, até ao momento, termos recolhido perto de 90 mil", disse.

Na sua maioria, as armas recolhidas são consideradas de guerra, com calibres específicos usados pelas Forças Armadas Angolanas (F AA) e Forças Especiais. Em relação às de defesa pessoal, garantiu que a situação está sob controlo da Polícia Nacional e qualquer pessoa que pretenda obter licença de porte de arma deve contactar os órgãos afins, que dispõem de um gabinete específico para o tratamento desses assuntos.

Aposta do Executivo

O Executivo quer criar melhores condições de trabalho para a Polícia Nacional e já disponibilizou verbas ao Comando-Geral, destinadas a potenciar tecnicamente os efectivos da Guarda Fronteira e ao efectivo afecto à Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC).

Para o comissário-geral é evidente a necessidade de se potenciar técnica e profissionalmente os efectivos da DNIC, em termos de investigação e esclarecimento dos crimes. A disponibilização das verbas, explicou, vai permitir ter uma Polícia de Investigação Criminal capaz em todas as esferas de investigação, no próximo ano, embora já disponha de um laboratório de criminalista, equipado com tecnologia de ponta e médicos legistas formados no estrangeiro.

Ambrósio de Lemos pensa mesmo em avançar, em breve, na criação de um Instituto de Medicina Legal,

para que muitas situações criminais sejam comprovadas laboratorialmente, antes de serem lavadas a Tribunal. Além disso, a Polícia Nacional dispõe de médicos forenses competentes, alguns dos quais estão a trabalhar na identificação dos corpos dos nove angolanos que faleceram no avião das Linhas Aéreas de Moçambique que se despenhou.

Juventude e delinquência A Polícia Nacional registou 563 crimes que envolveram 663 jovens, pelo que é necessário chamar a atenção dos pais para um maior diálogo com os filhos, para se evitar que eles caiam no mundo da marginalidade.

Ambrósio de Lemos lembrou que a sinistralidade rodoviária constitui a segunda causa de morte em Angola, depois da malária, razão pela qual o Executivo assumiu a responsabilidade de a reduzir, na pessoa do Vice-Presidente da República.

"Há uma comissão de ordenamento do trânsito de que fazem parte várias direcções multi-sectoriais de alguns ministérios e, tendo em conta a dimensão que assumiu a sinistralidade rodoviária, foi necessário elevar o nível de responsabilidade, passando a ser coordenado pelo Vice-Presidente da República", disse.

O país registou, até à presente data, mais de 3.859 mortos em acidentes de viação e 14.404 feridos, o que constitui uma preocupação para a corporação.

O comandante-geral Ambrósio de Lemos garantiu que a Polícia Nacional tem dado resposta às questões ligadas à criminalidade, para transmitir um maior sentimento de segurança às populações. As esquadras inauguradas recentemente na periferia de Luanda são disso um reflexo e têm por objectivo garantir uma maior segurança à população e melhor acomodação dos efectivos.

"A Polícia Nacional está presente em qualquer parte de Luanda e vamos continuar a reforçar a capacidade operativa das forças para garantir mais segurança", assegurou.

Luanda hoje e ontem

Apesar de Luanda ser a província onde se registam mais crimes, eles diminuíram consideravelmente, em relação há alguns meses. De acordo com Ambrósio de Lemos, esta redução deve-se ao aumento do número de unidades policiais, meios técnicos e humanos para o trabalho operativo. "A criminalidade em Luanda não é assustadora, mas crimes como homicídios, assaltos à mão armada e violações preocupam a corporação", disse.

Em relação a estes últimos, salientou ser uma situação difícil de ser resolvida através das acções policiais, porque muito ocorrem na própria família, com boa parte de vítimas conhecidas dos prevaricadores, que podem ser vizinhos ou familiares.

Quadra festiva

Durante a quadra festiva, há tendência para aumentar o número de crimes de furto e roubo, mas Ambrósio de Lemos garante que a Polícia Nacional está atenta ao crime. A corporação está reforçada em termos de efectivos, uma vez que recebeu mais de mil homens, que foram distribuídos por várias divisões.

"Luanda e demais províncias já têm um plano operativo montado e vão entrar de prevenção, para dar maior presença das forças policiais nas zonas onde ocorrem mais crimes. A Polícia Nacional vai usar todas as forças disponíveis para garantir uma quadra festiva tranquila".

9.10 Marginais burlam vários cidadãos

Jornal de Angola
22 De Dezembro de 2013

O director de Investigação Criminal no Uíge denunciou na quarta-feira a presença de marginais que burlam dinheiro a pessoas incautas, com promessas de envolvimento em negócios de mercúrio e vacinas para o gado.

O superintendente Manuel Frede Rico Constantino, que falava no encerramento do primeiro Conselho Consultivo Alargado da Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC), que decorreu segunda e terça-feira, pediu aos efectivos do órgão especializado da Polícia Nacional para estarem atentos aos novos fenómenos criminais, para que os burladores sejam responsabilizados criminalmente.

"Vamos também combater os crimes de violência doméstica", declarou, acrescentando que nas comunidades acontecem muitos casos que não chegam ao conhecimento da Polícia. Por essa razão, pediu à população que colabore com a Polícia Nacional através da denúncia de casos.

Os participantes no Conselho Consultivo recomendaram mais rigor e celeridade na instrução dos processos-crime.

A Direcção Provincial de Investigação Criminal no Uíge registou a entrada, de Janeiro a Outubro, de 2.046 processos, que resultaram na detenção de 1.556 indivíduos, nacionais e estrangeiros. Dos processos-crime instaurados, 1.054 já foram remetidos ao

Tribunal. Entre o rol de crimes estão o uso e posse ilegal de armas de fogo, homicídios voluntários e involuntários, roubos, ofensas corporais, condução ilegal e violação sexual.

Os municípios do Uíge, com 1.345 casos, e Negage, com 188, são aqueles que registaram o maior índice de criminalidade, enquanto o de Buengas, com oito casos, aparece como a localidade com menos casos. Um comunicado, distribuído no Conselho Consultivo, refere que a actividade policial desenvolvida permitiu a apreensão de 17 armas de fogo de diversos calibres, 315 quilos de liamba, 13 viaturas roubadas e motorizadas, além do desmantelamento de sete grupos de marginais, integrados por 21 elementos.

Relativamente à delinquência infanto-juvenil, o órgão policial registou 17 casos praticados por menores inimputáveis..

9.11 Crimes brutais, motins e agressões

Jornal Novo Jornal
27 De Dezembro de 2013

Mistério sobre a morte dos três agentes da Polícia Nacional. Assassinados no dia 1 de Junho deste ano, continua no ar. Passados seis meses, o comando da polícia não sabe do paradeiro dos executores do crime. A morte dos três agentes resultou na exoneração da antiga comandante de Luanda, Elizabety Ramos Frank. Os agentes Finda Pedro João, Augusto Gomes Neto e Dário dos Santos Faria foram mortos no bairro do Paraíso, município de Cacuaco, quando faziam um intervalo de descanso em dois dias de piquete.

A forma bárbara como os três polícias foram assassinados deixou indignada e chocada toda a sociedade angolana. Muitos não acreditavam que homens que tinham a obrigação de proteger os cidadãos tivessem sido assassinados daquela forma: executados à queima-roupa, quando dormiam, sem possibilidade de reação. A verdade é que até hoje não se sabe quem é que cometeu o crime. As pistas da investigação não levam a ninguém e o crime contínuo impune.

As condições de trabalho precárias que os três agentes enfrentavam no local o eram visíveis e foram testemunhas pelo Novo Jornal. O gerador que estava naquele posto improvisado, segundo os moradores não funcionava; as velas eram a única iluminação disponível.

O cenário que encontrámos era desumano. Não havia condições mínimas para os três agentes passarem duas noites. A casa de chapa onde descansavam tinha apenas um colchão. Os agentes não tinham casacos para se protegerem do frio e não havia água para consumo, o que revoltou alguns familiares que se deslocaram ao local. Os que falaram ao Novo Jornal disseram que não tinham noção que os seus parentes trabalhavam naquelas condições. No local permanecia o colchão cheio de sangue, testemunho vivo da noite de violência. Nada foi levado do local, o que descarta o roubo como móbil do crime.

Augusto Gomes Neto tinha 29 anos. Quadro da Polícia Nacional desde 2007, o agente deixa uma filha e viúva. O funeral realizou-se na província do Bengo, sua terra natal. Dário Faria trabalhava na polícia há mais de 15 anos e ostentava a patente de agente de segunda. Deixa 10 filhos menores. O funeral foi realizado na sua terra natal, na província do Uíge.

O ano de 2013 ficou também marcado a negro para os militantes da UNITA que, num ápice, perderam dois companheiros. António Zola Kamuzu, secretário comunal do Kikolo, e Filipe Sachova Chakussanga, inspetor municipal da UNITA, em Cacuo, foram mortos no dia 2 de Junho, no espaço de menos de uma hora. Os dois foram assassinados nas suas residências por elementos até agora não identificados. Passados seis meses, não há informações sobre quem os assassinou. A polícia diz que continua a investigar, mas não é conhecida nenhuma pista que ajude a chegar aos assassinos.

O crime que vitimou António Zola Kamuzu ocorreu nas imediações do local onde, um dia antes, foram executados os três agentes da Polícia Nacional. Os familiares dizem que o crime ocorreu por volta das 02h30, quando elementos não identificados bateram à porta, dizendo que eram agentes da autoridade. António Zola foi atingido com um disparo no peito.

No mesmo dia também foi morto um outro militante do partido do galo negro. Filipe Chakussanga, inspetor municipal da UNITA em Cacuo, perdeu a vida a escassos metros da sua residência, também por elementos desconhecidos, no bairro do Kikolo. Os familiares da vítima disseram que apareceu uma viatura com oito.

9.12 A prioridade no combate aos crimes violentos

Jornal de Angola

28 De Dezembro de 2013

O crime, particularmente na sociedade luandense tem nos últimos tempos tomado proporções preocupantes e chamado a atenção da população e dos meios de comunicação social. É visível nas redes sociais que os luandenses estão preocupados com os níveis de violência, os homicídios, muitas vezes caracterizados como bárbaros, roubos, violações e outros crimes são postos a circular em forma de imagens nas redes sociais acabando por alarmar ainda mais a população, inibindo muita gente de ter uma vida social normal.

Estes dados são preocupantes. Do ponto de vista social, a violência pode vir a ter, no futuro, se não for rapidamente combatida, repercussões alarmantes como já tivemos no passado. Alguns de nós devem recordar-se que a população dos bairros nos anos 90, quando os índices de violência, assassinatos e roubos registavam números altos, começou a fazer justiça pelas próprias mãos. Nessa altura, os bandidos eram mortos. Ultimamente, quando vemos os diversos noticiários e igualmente notícias e reportagens nos jornais, são raras as vezes que não no em julgamentos populares e execuções sumárias por parte das suas vítimas. Foi muito difícil combater esses actos bárbaros e fazer impor o primado da Lei. Só os Tribunais podem julgar e só os magistrados judiciais podem condenar.

a que se passa nas redes sociais é muito perigoso porque instiga à justiça pelas próprias mãos. E também causa alarme social. Muita gente acredita em tudo o que vê nas redes sociais. Mas a maior parte do que circula é lixo ou pura manipulação. Todos sabemos qual foi o papel das redes sociais na chamada "Primavera Árabe" que hoje é um Inverno gelado e sangrento.

Nas redes sociais somos bombardeados com "notícias" de assassinatos, crimes por vingança, violações, roubos de viaturas, espancamentos, raptos e outras barbaridades. Isto é perigoso e um círculo vicioso que pode descambar em situações que põem em perigo a paz social que é preciosa para os angolanos e que foi alcançada com custos humanos e materiais elevadíssimos. Tentando entender as causas da violência em Luanda, olhando para os diversos fóruns, palestras e notícias sobre o assunto, concluímos que os níveis de pobreza, frustração e desemprego, principalmente no seio da juventude, são os maiores factores que levam ao aumento dos níveis de criminalidade. É um facto, existem

frustrações, muitas delas ligadas ao desemprego. No entanto, a sociedade, no geral, embora vários quadrantes possam entender essas preocupações, não pode admitir que a paz social seja abalada por essas frustrações, em detrimento do bem comum. Muito menos se podem homicídios, violações ou roubos porque essa criminalidade violenta dá aos angolanos uma sensação perigosa de insegurança. Isto não pode e nem deve ser permitido.

As preocupações com o emprego ou com a obtenção de casa própria devem ser encaradas e tratadas através de projectos e programas concretos e estratégias de fomento do empreendedorismo e créditos a Governo tem tomado medidas nesse sentido, com a construção de novas centralidades, com facilidades de pagamento, com a oferta de mais emprego, oferta de mais escolas e universidades e a juventude tem que aderir, ter paciência e saber esperar pelas oportunidades.

Não é desculpável que pela frustração de alguns a maioria pague. É necessário um debate nacional neste sentido, tendo em mente que a situação deve ser a todos os níveis revertida e estes crimes imediatamente contidos.

A Polícia Nacional garante que a situação está controlada e que os seus efectivos têm meios capazes de diminuir os níveis de criminalidade, principalmente em Luanda. É notório o número elevado de agentes da Polícia nas ruas, em praticamente toda a cidade, nos últimos tempos o que, ao fim ao cabo, devolve aos cidadãos a sensação de segurança, com sucesso, a combate ao crime deve ser, evidentemente, de cariz nacional. No entanto o caso de Luanda é o mais preocupante, sendo uma cidade de vários milhões de habitantes o que, em última análise, faz com que os índices de criminalidade atinjam proporções mais preocupantes. Nota-se também a existência de tentativas de aproveitamento político através de meios menos ortodoxos. Há políticos que provocam situações de violência, principalmente entre a juventude. Isto é reprovável e tem de ser desencorajado rapidamente, sendo que com situações perigosas de violência e outras que podem advir daí, é a segurança pública, a paz de todos e a vida dos angolanos que ficam em risco, independentemente da sua ideologia política ou religiosa.

A segurança deve ser encarada como questão de Estado e os políticos devem ter como máxima prioridade a sua preservação. É necessário que os cidadãos apoiem, igualmente, através de denúncias, a Polícia Nacional, para que se evitem males maiores na sua própria segurança e, em última análise, para a segurança do Estado. Em outros países o terrorismo

urbano também começou de uma forma silenciosa e só uma acção eficaz por parte das autoridades policiais e do próprio Estado pode por fim a este fenómeno perigoso e destrutivo que é a criminalidade.

10. AMBIENTE

10.1 Huambo com elevado nível de despovoamento florestal

Jornal de Angola
06 De Dezembro de 2013

A província do Huambo apresenta um elevado nível de devastação florestal, revelou ontem a representante local da Organização Não-Governamental Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA).

Maria Natália disse, durante a apresentação da segunda fase dos resultados do projeto de apoio ao repovoamento florestal e comunitário, que ele beneficiou diretamente 568 famílias e indiretamente 3.290, e foi desenvolvido no município da Caála, nas aldeias de Calue e Cambongue, uma região caracterizada por um elevado grau de degradação dos solos, baixa fertilidade e quase ausência de mata natural.

Com este projeto, a ADRA pretende ajudar, com o esforço de parceiros, na tarefa de recuperação das áreas completamente devastadas, introduzindo um modelo de produção com o qual a agricultura e a floresta podem coabitar, produzindo benefícios para o homem. Os resultados apresentados constituem apenas uma pequena parte do trabalho, referiu Maria Natália, que considera ser urgente a recuperação florestal, o que passa, também, pela educação das futuras gerações sobre a preservação ambiental,

"As árvores e as florestas são, para o ambiente, uma fonte de produtos e serviços de carácter social económico de extrema importância. Servem para a manutenção da biodiversidade, captação e absorção do carbono, atenuação dos efeitos de estufa, conservação das águas no solo, criação de emprego e lazer, assim como para melhorar o sistema de produção agrícola e as condições da vida humana", disse.

Depois de condenar o abate indiscriminado de árvores, queima-das e práticas agrícolas incorretas, considerou que elas têm contribuído para a degradação das zonas verdes, razão pela qual a ADRA defende, na sua missão, a criação de um modelo de desenvolvimento democrático sustentável e ambientalmente justo.

"A dimensão ambiental é trabalhada através do apoio às populações desfavorecidas, na reabilitação dos seus sistemas de produção, no acesso ao crédito, organização comunitária, exercício da cidadania e

alcança da sua autonomia, para que se tomem actores do processo de desenvolvimento das suas localidades, protegendo o ecossistema e a preservação do ambiente", salientou a responsável,

Maria Natália agradeceu à Petrobras, que financiou o referido projeto, e pediu às populações de Cambongue e Calue para redobram esforços na preservação do pedaço de floresta que foi instalada, para que sirvam de exemplo a outras comunidades. Participaram na palestra representantes das administrações municipais do Huambo e Caála, Associações de Camponeses, Instituto de Desenvolvimento Florestal, Estação de Desenvolvimento Agrário da Caála, representantes do Centro Ecológico Tropical e de Alterações Climáticas, Ecovisão, UNACA, DWe estudantes da Faculdade de Ciências Agrárias.

10.2 Seca e programas improvisados maltrataram os angolanos

Semanário Factual
De 07 a 14 de Dezembro de 2013

A Posição foi manifestada pelo Director Executivo da ONG nacional, "Rede Terra", Bernardo Castro, na hora do balanço da situação social dos angolanos no exercício 2013 e as perspectivas para o porvir.

Com tristeza, a fonte considerou que o fenómeno castiga, com maiores incidências, cinco ou seis províncias e, lamentavelmente, os órgãos do Estado despertaram tardiamente, em boa verdade, forçados pela penúria.

Importa referir que, nestas alturas, respeitando a pluralidade de opiniões, o Factual privilegia ouvir quem trabalha com as comunidades, até porque, segundo a máxima, "quem mora à beira do rio é quem sabe se os bagres comem milho.

Então, para a fonte, é importante referir que os eventos climáticos extremos na região sul de Angola não são recentes, mas, ainda assim, o Estado não actuou com base no princípio da prevenção.

"A estratégia de apoio tomada não foi participativa nem integrada, pelo que muitos produtos têm sido desviados, enquanto, noutros casos, são subtraídos para servirem de pagamento aos serviços de carga e descarga, transportação e armazenagem, por falta de cobertura financeira para as despesas complementares", criticou.

As quantidades planificadas de apoios às comunidades nunca foram as mesmas que chegaram aos destinatários

Para o director executivo da associação da sociedade civil angolana, em resultado destes e outros constrangimentos, as quantidades planificadas de apoios às comunidades nunca foram as mesmas que chegaram aos destinatários.

De acordo com Bernardo Castro, os apoios têm sido canalizados. O Executivo faz um enorme esforço nesse sentido, mas a prevenção seria mais providencial e menos onerosa e objectiva, por isso reclamações não têm faltado por parte das comunidades.

Para o activista social, mestrando em adaptação às alterações climáticas, as projecções sobre a seca no conjunto dos cinco continentes têm maior expressão em África, o que desencadeará migrações forçadas e lutas pelos espaços e recursos.

"O Estado angolano tem de aceitar o risco ambiental, como instrumento processual e de decisão na produção e implementação de políticas públicas, sob pena de condenar o desenvolvimento a um desastre que multiplicará mais custos com os danos. O país precisa de investir em instrumentos de monitoria dos riscos ambientais, implementar as estratégias de HIOGO (estratégia ligada aos riscos decorrentes das alterações climáticas) e apostar na adaptação às alterações climáticas", alertou.

No interior a situação ainda é penalizante

Para a fonte, outro elemento de destaque na hora do balanço tem que ver com o desenvolvimento desigual do país.

"Apesar de esforços tímidos, mas dignos de reconhecimento, em matéria de investimentos, sobretudo, no sector habitacional, a verdade, porém, é que Luanda continua a capitalizar, chamando a si, a maior parte do orçamento geral do Estado, o que impõe disfunções e assimetrias regionais no país, com todas as implicações daí resultantes", opinou.

Segundo afirmou acreditar, no interior do país, a falta de proximidade dos serviços públicos às populações é gritante e, hoje, é mais uma questão de má distribuição da riqueza do que da guerra que o país conheceu.

"Milhares de cidadãos são obrigados a percorrer enormes distâncias e, vejam, 70 quilómetros ou mais para ter acesso a uma Cédula Pessoal. A pobreza e o desemprego no interior do país são muito expressivos. Há que convir que a pobreza, hoje, não

é, apenas, uma questão de ter ou não ter rendimentos, mas do acesso a estruturas de oportunidades e recursos", defendeu.

Bernardo Castro reconhece os esforços que o Executivo tem estado a empreender mas, ainda assim, julga que as comunidades deviam ser mais ouvidas, para que se não lhe sejam impostos programas ou objectivos que, se calhar, estão desajustados às suas reais necessidades.

Por outro lado, se calhar, puxando a brasa à sua sardinha, como diz o provérbio, Bernardo Castro revelou que outro factor de balanço se prende, "como é óbvio, com o seu objecto de trabalho: o direito à terra. Trata-se de um direito com dignidade constitucional e faz 22 anos desde a existência da primeira lei, 21-C/91, que confere ao cidadão o direito à terra e, dez anos desde que foram consagrados os cinco direitos fundiários, actualmente, vigentes".

"Do ponto de vista formal, é um ganho, mas a distância entre o formal e a prática legal é maior e atravessada por enormes violações", vincou.

O activista considerou, em boa verdade, que, quanto ao exercício do direito à terra, essencialmente, pelas comunidades cujas parcelas integram o domínio consuetudinário, não houve evolução.

"Ou seja, a questão terra em Angola não foi objecto de tratamento, tanto pelo Executivo como pela Assembleia Nacional, numa conjuntura internacional, em que as terras africanas são assaltadas por corporações internacionais, através de contratos subterrâneos, tudo isso, limitando, cada vez mais, as possibilidades dos mais desfavorecidos", afirmou.

Defende que o pronunciamento pretendido aos órgãos do Estado, para o efeito competente, tem a ver, também, com a questão da transparência na gestão do negócio da terra, numa altura em que a posição de Angola em matéria de transparência é incómoda.

N o último Relatório sobre Transparência Angola ocupa a posição 153

Lembrou que, segundo o último Relatório sobre a Transparência Internacional, Angola ocupa a posição 153, num universo de 177 países avaliados.

Só em 27 anos, as terras exploradas em África por corporações internacionais, segundo alguns relatórios internacionais, são três vezes maiores que o território holandês, através de contratos subterrâneos.

O grande problema é a exclusão das populações nos processos de formação e tomada de decisões sobre essas questões que as afectam.

Criação das reservas fundiárias não foi participativa

A fonte é de opinião que, em Angola, o processo de constituição de reservas fundiárias não foi participativo.

"No Waku Kungu, província do Kwanza Sul, por exemplo, as terras comunitárias ocupadas pelo projecto "Aldeia Nova", de um fim de interesse nacional, em sede da Reconciliação Nacional, servem, agora, interesses, meramente, privados, sem que as populações participassem nos processos que conduziram o projecto à uma Sociedade Anónima", denunciou.

Acredita que, nas comunidades protegidas pelo domínio consuetudinário, prevalecem os conflitos de terras, amplamente silenciados, dando lugar à destruição da memória colectiva das populações, cuja história ou referentes históricos estão inscritos no património natural e cultural, que é de todas as formas, subtraído das comunidades.

"O que, na verdade, preocupa é a forma como se vai apagando a história de um povo. Portanto, está em causa, não a terra em si, mas o património natural e cultural de um povo. Existem muitos diplomas legais previstos na actual lei 9/04, que não foram publicados, com implicações sérias no desenvolvimento comunitário e no preço que continua a ditar a segregação dos espaços e humana", assinalou.

Bernardo Castro alertou que as zonas costeiras descritas na literatura científica são frágeis, de elevado stress ambiental e irreconstituíveis à escala humana, sobretudo as urbanas que conhecem pressões antrópicas que não causam, apenas, como intensificam os riscos e vulnerabilidades sócio-ambientais.

"Os assentamentos desordenados e em áreas de riscos são uma realidade. As inundações, cheias e movimentos de massa destroem e matam famílias, sobretudo, em Luanda, por falta de uma política de gestão costeira ou sustentável. Nisso, muitas praias foram privatizadas e o que é grave a transformações dos trechos costeiros sem estudos prévios multidisciplinares, o que está a pôr em causa a integridade dos mangais e a riqueza das zonas húmidas. Angola é dos países que não apresentou o seu Relatório sobre as Zonas Costeiras, na Cimeira de Joanesburgo, África do Sul," lamentou.

A terminar, reconheceu haver desenvolvimento no País, mas que, infelizmente, ainda não se reflecte na vida do cidadão comum.

"Entretanto, as perspectivas são promissoras", concluiu.

10.3 Corte ilegal de madeira atinge níveis alarmantes

Jornal de Angola
09 De Dezembro de 2013

O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Kwanza-Norte, Guilherme da Costa, manifestou-se sexta-feira em Ndalatando preocupado com o aumento significativo de pessoas envolvidas na exploração ilegal de madeira, provocando sérios danos ecológicos, sobretudo nos municípios do norte da província. Em declarações prestadas à imprensa em Ndalatando, Guilherme da Costa alertou sobre as consequências provocadas pela acção dos exploradores ilegais de madeira para o ambiente e a economia da província.

10.4 Vítimas da chuva recebem apoios

Jornal de Angola
11 De Dezembro de 2013

As famílias desabrigadas por causa das chuvas começam a receber apoios diversos nos próximos dias, a nível da província, anunciou o comandante dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

Em declarações à Angop, José Pinto sublinhou que o Governo Provincial, por via daquela instituição está a criar todas as condições com vista a possibilitar que a assistência em bens de primeira necessidade e não só aos sinistrados decorram sem sobressaltos.

Sem adiantar as quantidades, o responsável sublinhou que as famílias vão receber chapas de zinco, roupa usada, utensílios de cozinha e alimentação diversa.

Aquela instituição controla 1.650 casas destruídas este ano pelas chuvas, acompanhadas de fortes ventos que assolaram a província, de Agosto a Novembro e que deixaram desabrigadas igual número de famílias.

As tempestades ocorreram nas municipalidades do Cuito, Catabola, Cunhinga, Chinguar, Chitembo, Camacupa, Kuemba e Nharêa, tendo deixado igualmente imensos prejuízos materiais no seio das populações. O responsável aproveitou a ocasião para apelar à população no sentido de evitar a construção

e outras actividades em zonas tidas de risco, de forma a prevenir-se dos danos humanos e materiais.

10.5 'Gastaram dinheiro à toa'

Jornal OPaís

13 De Dezembro de 2013

Face a esta situação, a equipa de reportagem de O PAÍS procurou ouvir também cidadãos desta urbe. Muitos dos contactados não quiseram falar, uns por não terem noção do assunto, outros porque ainda temem dar a sua opinião à imprensa.

Os cidadãos mostraram-se consternados com a situação e muitos deles acreditam que deve haver negligência por parte dos governantes da cidade de Luanda, pois, não é possível, depois de muito dinheiro gasto na compra daquelas palmeiras, não terem reunido as condições todas para mantê-las vivas.

O jovem Emerson Hugo, de 31 anos de idade, disse não estar admirado que o GPL tenha gasto quantias avultadas na aquisição daquelas palmeiras, aliás "em Angola acontecem coisas inimagináveis e isto é mais uma prova de que estes governantes gastam dinheiro à toa. Não se pode embelezar uma cidade se não vamos conseguir fazer a manutenção desta beleza", reforça.

Aquele cidadão acredita que o projecto, que deu origem à plantação daquelas palmeiras, é louvável, "já que Luanda ficou muito mais bonita", mas é de opinião que deviam ter comprado árvores mais económicas e, além disso, ter assegurado a manutenção das mesmas.

"Embora não entenda muito de árvores, mas acho que deve existir algumas que custam menos. Por outro lado, o governo devia ter parceria com as empresas ambientais, os agrónomos ou os floristas, por exemplo, para cuidarem dessas plantas, de modo com que não desperdicem tanto dinheiro enquanto os nossos irmãos, nas outras províncias, precisam de ajuda", apontou ele, como solução.

"São coisas do género", acrescentou o nosso interlocutor, "que também tem levado a juventude a se manifestar" e depois "vêm dizer que somos frustrados". "Então um governo que compra coisas caras para depois deixar estragar, o povo vai ficar só a olhar?", deixou a pergunta no ar, Emerson Hugo, funcionário público.

Ninguém presta contas

Quem também defende o gasto racional do erário público é o cidadão Paulo Dadinho, 35 anos, engenheiro de construção civil, interpelado pela nossa equipa de reportagem na Rua Comandante Jika, enquanto se dirigia ao seu local de trabalho. Disse que "devia haver maior controlo do dinheiro que é dado para financiar certos projectos, principalmente de construção civil, por existir, nesta área, mais desvios".

Para o engenheiro, a "teoria do deixa andar" tem de ser controlada, de modo geral, para se evitar estes gastos desnecessários. "Lembro-me que este projecto que inclui estas palmeiras foi da governadora Francisca do Espírito Santo", fez a retrospecção.

"É óbvio", continuou, "que aquela governadora tinha a responsabilidade, por exemplo, de pagar a empresa que iria fazer o tratamento das árvores, mas parece que as coisas ficaram paradas depois da sua exoneração. E como as pessoas se acostumaram a deixar as pastas sem prestar contas nenhuma, somos obrigados a presenciar esta desgraça ambiental".

Enquanto falava connosco, Paulo Dadinho mostrou-se defensor da ideia de que os governantes deviam ser responsabilizados pelas suas faltas e/ou prestar contas à população por todos os gastos feitos durante o seu mandato. "O cidadão tem de saber onde vai o dinheiro em que ficam avaliados os projectos (todos) apresentados ao Executivo", ressaltou.

Para finalizar, mostrando o sentimento de tristeza, aquele cidadão disse que o GPL deve reconhecer "que errou na compra de palmeiras sem antes ter garantida a sua manutenção, mas nem tudo está perdido, pois algumas delas sobreviveram". Neste sentido, aconselhou que se recupere, pelo menos, as palmeiras que ainda não secaram, já que "custaram, ao cofre do Estado muita massa," disse.

De 40 anos de idade, Cardoso João Neto, o único entrevistado que aceitou tirar uma foto, é florista há 20 anos e vende os seus produtos na Rua Marien Ngouabi - onde também tem palmeiras secas. Aquele indivíduo apontou a falta de água como causa número 1 da degradação daquelas plantas, pois faz tempo que não vê alguém a regá-las.

"Eu, às vezes, é que faço a poda de alguns ramos, mas como não tenho condições de regar todas estas palmeiras, não vou mais além. Acho que o contrato que o governo tinha com a empresa que fazia isto acabou, porque há muito tempo que não tenho visto os homens a fazerem este tipo de trabalho", disse ele, que já não recorda o nome da empresa.

Cardoso Neto criticou também, como florista, o que considera de "péssimo trabalho" do governo e disse que sente-se mal vendo uma árvore tão valiosa a secar daquele jeito.

Mostrou-se disposto a colaborar com o GPL, mas "para conseguir um contrato de manutenção é preciso ter padrinho na cozinha", indica.

"A planta precisa de água, isto é fundamental. Pelo menos, estas palmeiras deviam ser regadas 3 vezes por semana, pôr estrume, para que estejam desenvolvidas. Vendo plantas há muito tempo nesta zona e não tenho visto mais ninguém a fazer isto", indicou ele, que quando foi interpelado, estava precisamente a regar as plantas que lhe têm garantido o sustento.

10.6 Palmeiras de 7 mil dólares secam por falta de manutenção

Jornal O País

13 Dd Dezembro de 2013

As palmeiras que ganharam notoriedade na implementação do programa de urbanização e crescimento

urbanístico da cidade de Luanda, aquando do mandato de Francisca do Espírito Santo, antiga governadora desta urbe, estão hoje (quase) todas secas e maltratadas.

Na Rua Comandante Jika, por exemplo, onde se encontram cerca de 300 palmeiras, contando a partir do largo localizado ao pé da Clínica Girassol até ao da Sagrada Família, apenas 109 estão vivas. Já na Rua Marien Ngouabi, a contar do restaurante Panela de Barro até ao Suíte Hotel Maianga, são 71 palmeiras e apenas 18 continuam em bom estado.

Aquelas ruas são as em que podemos encontrar o maior número de palmeiras em mau estado de conservação' em relação às demais que constam no Programa de Urbanização e Crescimento Urbanístico desta cidade. As palmeiras implantadas são do tipo Bismarck, Rabo-de-raposa, Imperial e Real e cada uma delas pode custar cerca de sete mil dólares norte-americanos, em função das condições (altura, quantidade, etc.) em que foram compradas.

A quantidade de plantas, a tipologia, a forma como vão ser plantadas e o trabalho que estas exigirão depois de vendidas são invocados pelos especialistas como factores decisivos na estipulação do custo das palmeiras.

Suspeitando que a manutenção daquelas plantas estivesse a cargo da empresa Tecno-carro (que

intervém na Marginal de Luanda), procuramos ouvir esta empresa, uma vez que em edições passadas de O PAÍS, a sua administradora, Maria de Medeiros, explicou que teve a responsabilidade de fornecer, por recomendação dos arquitectos, ao projecto paisagístico Baía, quase quatro mil árvores, a entrevista, a responsável destacou as avenidas HoChi Min, Comandante Gika e Marien Ngouabi, como as primeiras contempladas com os serviços da Tecno-carro. Quando contactada pela segunda vez pelo nosso jornal, Maria de Medeiros disse que neste momento, "não tenho nenhum contrato de manutenção para nenhuma palmeira plantada em espaços públicos, que sejam competência do GPL'.

Reconheceu que a sua empresa fez trabalhos de paisagismo na Baía de Luanda e que quando vende as palmeiras, o cliente é quem decide se vai contratar a manutenção. Caso não queira, aquela instituição normalmente oferece um ano de manutenção.

"Quando vendemos uma palmeira, esta vem acompanhada de uma série de serviços como o transplante, transporte, a plantação e manutenção. Mas posso lhe garantir que, neste momento, não tenho nenhum contrato de manutenção do governo provincial", voltou a frisar.

"São árvores muito sensíveis à poluição"

Quando se faz o plantio de árvores é preciso ter em atenção os aspectos ligados ao local de inserção (do ponto de vista do solo e da água) de um modo geral, para que esta planta venha a gozar de boa saúde. Questões históricas também vêm ao caso, pois é deveras importante, segundo o ambientalista Vladimiro Russo, saber o que existia no local onde será feita a recuperação paisagista.

De acordo com o especialista, existem plantas que requerem mais água que as outras, que estão mais acostumadas a um tipo de solo e que são mais sensíveis do que as outras. E só o facto de as palmeiras serem trasladadas, uma vez que a possibilidade das árvores grandes vingarem é menor, já que têm várias ramificações e a sua estrutura acabou por ser afectada, denota-se ali um problema de adaptação.

. "Aquelas plantas não se adaptaram ao local de plantio devido ao solo, a água e ao facto de serem, também, árvores muito sensíveis à poluição. As palmeiras não têm o mesmo poder de absorção de carbono que têm as neems ou as acácias, por exemplo", disse ele.

Diariamente, as palmeiras que se encontram nas ruas Comandante Jika e Marien Ngouabi, devido ao

elevado número de automóveis em circulação e ao engarrafamento, estão sujeitas à poluição. Este é um dos principais motivos que contribui para aquele aspecto (ficar, sem a copa, apenas com o tronco).

Vladimiro Russo reforçou ainda que quando se faz um plano paisagístico, a questão da protecção dos passeios, manutenção e também os factores ambientais devem ser cuidadosamente analisados, para que se decida que tipo de arborização é aconselhável para a área.

"As árvores que ali estavam são aconselháveis", fez menção o ambientalista, adicionando ainda que "é preciso, também, não esquecer o passado, embora algumas plantas que Luanda teve não pareçam muito bonitas, como é o caso dos cactus e treculias, mas, a meu ver, as acácias, as neems e as buganvílias que tínhamos no Palácio dos Congressos, são árvores que melhor se adequam àquele sítio" indicou.

10.7 Huambo está a formar engenheiros florestais

Jornal de Angola

14 De Dezembro de 2013

A Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), da Universidade José Eduardo dos Santos, com sede na cidade do Huambo, forma este ano os primeiros seis engenheiros florestais.

No ano académico de 2010 inscreveram-se 26 estudantes e seis terminam o primeiro curso florestal naquela instituição com resultados satisfatórios, segundo o decano da Faculdade, o engenheiro Guilherme Pereira.

O reitor da Universidade José Eduardo dos Santos, Cristóvão Simões, considerou o número como satisfatório, por ser o início de um percurso que está a ganhar corpo com a adesão de mais jovens ao curso todos os anos.

Este curso é uma inovação no país e foi instituído para formar engenheiros florestais que são uma componente importante na manutenção das florestas.

O especialista florestal deve também velar pelo combate às queimadas anárquicas, manutenção das bacias hidrográficas, reflorestação e repovoação de algumas espécies ameaçadas e criar equilíbrio no planeta.

Neste ano lectivo o curso conta com 170 alunos do primeiro ao terceiro ano, podendo muitos beneficiar de bolsas em Cuba. "A Universidade José Eduardo dos Santos está num bom caminho porque nunca

neste país se formaram engenheiros florestais e agora aí estão os primeiros e daqui para a frente não vamos parar", sublinhou o reitor.

Até 2017, segundo o programa traçado pela Universidade, o país pode contar com os primeiros mestres nos cursos florestais, que vão garantir a formação de mais jovens neste ramo, na esteira da aposta na investigação, inovação e desenvolvimento, tendo como base as potencialidades sociais, económicas e produtivas da região.

Cristóvão Simões disse que todas as unidades orgânicas da Universidade devem estimular os seus quadros para uma maior diferenciação e capacitação académica e profissional. A coordenadora do curso de Engenharia Florestal da Faculdade de Ciências Agrárias,

Virgínia Quartim, disse que o mesmo foi patrocinado pela Agência Espanhola para Cooperação e Desenvolvimento Internacional e a sua criação surgiu em 2002, no final de um seminário sobre "gestão do estudo das florestas de Angola como parte integrante da economia do país e das ciências agrárias numa visão globalizada", no qual se fez um diagnóstico do estado das florestas angolanas depois da guerra.

O curso de Engenharia Florestal é ministrado por 19 docentes nacionais e estrangeiros e conta") com o apoio do Instituto de Desenvolvimento Florestal, da Faculdade de Ciências Agrárias do Huambo, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento' e da Escola Técnica Superior de Engenheiros Florestais da Universidade de Córdova de Espanha.

O professor Abílio Santos Malengue reconheceu a criação do curso de Engenharia Florestal como um ganho para a província e para a região que tem todas as potencialidades para desenvolver a agro-pecuária. "Com esta formação de nível superior os funcionários públicos vão desempenhar as suas funções nos diferentes postos de trabalho com mais profissionalismo, qualidade e rigor científico", sublinhou.

A grande dificuldade no curso de Engenharia Florestal foi sempre a insuficiência de docentes para cobrir o elevado número de cadeiras, num total de 70 até à licenciatura, associada à falta de biblioteca, laboratórios, salas específicas, meios de transporte, verbas para a instalação de viveiros florestais e outros equipamentos indispensáveis aos docentes e estudantes. A Universidade José Eduardo dos Santos foi criada em 2009 e cobre as províncias do Huambo, Bié e Moxico.

10.8 Seca afecta famílias em Porto Amboim

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2013

A seca que assola diversas localidades do município de Porto Amboim, no Kwaza-Sul, está a prejudicar mais de 33 mil famílias espalhadas pelas comunidades dos Quilómetros 28, 35 e 40, Hipombo, Campo Experimental, Makulungos e Choba.

A represa que abastecia as comunidades, situada na comunidade do Quilómetro 28, ficou sem água, devido à falta de chuvas há mais de cinco anos consecutivos e as consequências começam a atingir proporções alarmantes.

A administração municipal de Porto Amboim colocou à disposição um camião cisterna que está a minimizar a carência, mas o estado da via de acesso dificulta o transporte de água com regularidade para as localidades. Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros na região, tinham disponibilizado outro camião cisterna para o abastecimento de água, mas a estrutura da viatura não suporta terrenos acidentados e já apresenta cansaço, agravando ainda mais o sofrimento das pessoas.

O grupo técnico de apoio à Comissão para a Política Social constatou esta realidade durante a visita efectuada à região e foram anotadas as preocupações apresentadas pelos líderes das comunidades.

O soba da comunidade do Quilómetro 28, Monteiro Feliciano, considerou "crítica a situação", sublinhando que põe em risco a vida de muitas famílias e o gado, que constitui a principal fonte de rendimento das populações. "Aqui não chove há mais de cinco anos e muitas pessoas estão a abandonar a área para outras localidades", disse o soba, acrescentando que "o gado está a morrer por falta de água e pasto".

O soba alertou que as autoridades locais e centrais devem intervir para evitar epidemias como a cólera, infecções da pele e outras doenças causadas por consumo de água imprópria. "Neste momento, pessoas e gado estão a consumir água de pequenos charcos que sobraram da represa que também vai se esgotando e não sabemos o que vai acontecer no futuro", lamentou. O administrador do município de Porto Amboim, Domingos Cruz Sabalo, reconheceu a crítica situação em que vivem as comunidades e anunciou estratégias para inverter o actual quadro.

Essa estratégia, disse, passa pela construção de uma conduta de água a partir do rio Mugige. Domingos

Cruz Sabalo adiantou que, por enquanto, a alternativa encontrada é abastecer a água com o único camião cisterna, mas reconhece que isto não resolve o problema no seu todo. O responsável pediu aos organismos públicos e privados que se juntem aos esforços da Administração e do Governo Provincial para acudir às populações afectadas pela seca.

"Um facto como o que está a ocorrer nessas localidades requer uma intervenção urgente e o Estado não consegue, por si só, atender as cerca de 33 mil famílias afectadas pela seca", lembrou o administrador

Domingos Cruz Sabalo.

10.9 Ruas da Terra Nova ficam intransitáveis quando chove

Jornal de Angola

19 De Dezembro de 2013

As ruas da Terra Nova e do Rangel já tiveram dias melhores. Hoje o cenário é desolador e os moradores clamam pela reparação das ruas dia após dia ficam mais degradadas. A Rua do Alentejo é considerada a "mais podre" da Terra Nova, devido ao mau estado em que se encontra.

A rua foi tomada por grandes buracos e lamaçais, resultado de escavações e das águas da chuva que a deixam intransitável.

Os problemas do saneamento básico nas ruas da Terra Nova começaram quando o tapete de asfalto desapareceu e deu lugar aos buracos. Todos os anos aparecem empreiteiras que tentam minimizar o problema, mas só pioram a situação que já dura há muitos anos.

As ruas da Terra Nova precisam de um trabalho de profundidade. E sem esgotos, o problema das águas paradas persiste.

A moradora Maria Cristóvão disse que este ano tentaram arranjar novamente a Rua do Alentejo. Cavaram o chão e destruíram os passeios, mas o trabalho parou por aí. Agora quando chove, os moradores do Bairro da Terra Nova até têm dificuldades para sair de casa.

Maria Cristóvão contou que em tempos, a rua parecia um rio. Face à situação, um jovem construiu uma canoa com a chaparia de uma viatura abandonada. Atravessava as pessoas de uma rua para outra e ganhou dinheiro com essa actividade.

Cantinas e salões de beleza fecharam por causa do mau estado das ruas da Terra Nova.

O posto policial que está para ser inaugurado na Rua do Alentejo já foi pintado três vezes. Os carros quando passam, projectam lama nas paredes.

A Rua da Estremadura também é caracterizada por enormes buracos e águas paradas que deixam um mau cheiro no ar. Mas não resultam apenas das chuvas. Há uma avaria nas condutas do saneamento que dura há mais de um mês. A Empresa de para A abastecimento de Luanda (EPAL) foi informada mas não apareceram os seus técnicos para reparar a avaria. Circular na Rua da Estremadura de Baixo tem de ser aos pulos. As reclamações junto da Administração do Rangel para um trabalho de profundidade e melhorar o estado das ruas da Terra Nova que são incontáveis, disse Conceição Manuel, moradora. O saneamento é um problema sério que deve ser resolvido pelas autoridades.

10.10 Derrames de petróleo merecem mais atenção

Jornal de Angola

22 De Dezembro de 2013

O Executivo vai prestar maior atenção aos casos de derrames de petróleo resultantes das operações de prospecção e exploração deste recurso por parte das empresas petrolíferas, anunciou a ministra do Ambiente.

"Angola possui um quadro legal bastante amplo que permite a aplicação de multas nos casos que forem detectados", disse Fátima Jardim, ao fazer o balanço das actividades realizadas este ano.

A ministra referiu que ao longo do ano foram registados 20 casos, rujas averiguações seguem os trâmites legais, e que na semana passada ocorreu mais um, na província de Cabinda.

O caso mais relevante, sublinhou, aconteceu com a empresa ENI durante as actividades de prospecção que por isso teve de pagar ao Estado 3,5 milhões de dólares a título e indemnização.

"O Estado agora já não se vai limitar a aplicar medidas de educação e consciencialização ambiental, mas dar continuidade ao reforço da sua capacidade para melhorar a fiscalização e sancionar todos os danos para o ambiente", advertiu.

Ainda quanto ao derrame provocado pela ENI, assegurou que já foi retirado o tanque de combustível do local e exige-se agora a remoção da plataforma. "Tudo isto foi cumprido. Como sabem são verbas bastante dispendiosas. Apresentamos a auditoria para a prospecção e estamos satisfeitos e conscientes que

a comissão multisectorial de contingência de derrames de petróleo exerceu o seu papel", disse.

A ministra declarou que para a retirada do tanque do local foram precisos dois navios contratados e que o material foi levado com segurança até à base da Sonils, em Luanda.

10.11 Chuvas fortes na província deixam famílias ao relento

Jornal de Angola

26 De Dezembro de 2013

As chuvas acompanhadas por fortes ventos que se abateram sobre Caxito, Bengo, na quarta-feira, deixaram mais de cem famílias ao relento. Além da destruição de casas, nos bairros Kitonhi, Kimaria, Mubungo, Mufuma, Kijoão Mendes, Riceno, Kitogola, Kingombe e Cauango, as chuvas também derrubaram inúmeras árvores. Branca João Pedro, moradora do bairro Kingongo, que viu a sua casa a desabar, disse ao Jornal de Angola que a chuva, que começou às 5h00, criou muitos estragos nas ruas e inúmeras árvores foram derrubadas, devido à força do vento.

"Fiquei sem a casa e, como eu, muitas outras pessoas também se encontram na mesma situação", disse, pedindo apoio ao Governo Provincial para que as vítimas sejam abrigadas.

Adriano Sebastião, que vive há mais de dez anos no Kigongo, disse à nossa reportagem que o seu bairro foi muito afectado e que muitas famílias ficaram sem casa. O governador João Miranda já se reuniu com os responsáveis locais do Ministério do Interior, Protecção Civil e Bombeiros e da administração municipal do Dande para traçar estratégias destinadas a apoiar as famílias afectadas.

Ao Jornal de Angola, João Miranda considerou a situação "muito grave" e garantiu apoio para o realojamento das mais de cem famílias afectadas. "Estas famílias habitavam ao longo das valas, que transbordaram, atingindo muitas habitações precárias", disse o governador, acrescentando que "mesmo aquelas famílias que não estão ao longo da vala vão ser concentradas temporariamente numa zona de trânsito, por poucos dias, até serem transferidas para uma área definitiva, que vai ser preparada".

Foi criada uma comissão, chefiada pelo vice-governador para a área técnica e infra-estruturas e integrada por responsáveis do Ministério do Interior, Protecção Civil e Bombeiros, Assistência e

Reinserção Social e administrador municipal do Dande, para fazer o levantamento dos estragos e garantir apoio às vítimas das chuvas.

10.12 Faltam estudos de impacto ambiental

Jornal de Angola
27 De Dezembro de 2013

Ausência de estudos de impacto ambiental pode resultar em tragédias humanas principalmente na área da construção

A ministra do Ambiente deplorou que muitos projectos nas províncias fora de Luanda sejam elaborados sem um Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental (ELA).

Fátima Jardim anunciou a realização a partir de Março em todas as províncias, excepto Luanda, de inspecções de avaliação de algumas das obras "de grande dimensão" e dos danos causados ao ambiente. "Vamos actuar a partir de Março porque não podemos de forma alguma realizar acções que não sejam integradas no plano nacional de estudo ambiental", disse.

A ministra afirmou que no caso de Luanda dão entrada diariamente vários projectos a solicitar o licenciamento depois de um estudo de impacto ambiental, o que é exigido pelo Executivo.

Este ano, referiu a ministra Fátima Jardim, entraram na Direcção Nacional de Prevenção e Avaliação de Impactos Ambientais do Ministério do Ambiente 297 estudos, muitos deles complexos e com as medidas de mitigação bem definidas, com vista a serem licenciados.

Fátima Jardim declarou que, no quadro do desenvolvimento socioeconómico que o país regista, vai ser reforçada a capacidade institucional em termos de quadros para se fazer face às necessidades.

O Estudo de Avaliação de Impacto Ambiental é um relatório técnico no qual se avaliam as consequências para o ambiente decorrentes de um determinado projecto e são apresentadas medidas mitigadoras.

Outra preocupação do Ministério do Ambiente está relacionada com os derrames de petróleo. Fátima Jardim revelou que o Executivo vai prestar maior atenção aos casos de derrames de petróleo resultante das operações de prospecção e exploração deste recurso por parte das empresas petrolíferas. "Angola possui um quadro legal bastante amplo que permite a aplicação de multas nos casos que forem detectados",

disse Fátima Jardim, ao fazer o balanço das actividades realizadas este ano.

A ministra do Ambiente referiu que ao longo do ano foram registados 20 casos, cujas averiguações seguem os trâmites legais, e que na semana passada ocorreu mais um, na província de Cabinda. O caso mais relevante, sublinhou, aconteceu com a empresa ENI durante as actividades de prospecção e que por isso teve de pagar ao Estado 3,5 milhões de dólares a título de indemnização.

"O Estado agora já não se vai limitar a aplicar medidas de educação e consciencialização ambiental, mas dar continuidade ao reforço da sua capacidade para melhorar a fiscalização e sancionar todos os danos para o ambiente", advertiu.

Ainda quanto ao derrame provocado pela ENI, assegurou que já foi retirado o tanque de combustível do local e exige-se agora a remoção da plataforma. "Tudo isto foi cumprido. Como sabem são verbas bastante dispendiosas. Apresentamos a auditoria para a prospecção e estamos satisfeitos e conscientes que a comissão multisectorial de contingência de derrames de petróleo exerceu o seu papel", disse a ministra Fátima Jardim.

A ministra do Ambiente declarou, igualmente, que para a retirada do tanque do local foram precisos dois navios contratados e que o material foi levado com segurança até à base da Sonils, em Luanda.

10.13 O drama do Cunene

Jornal O País
27 De Dezembro de 2013

A gravidade da situação foi denunciada pelo bispo da diocese de Ondjiva, Dom Pio Hipunyati, que apesar de reconhecer as ajudas que têm sido direccionadas para a região, fruto da mobilização da sociedade civil, afirmava que o drama estava longe de ser resolvido.

O sacerdote descreveu um cenário dramático de famílias que estavam sem nada para comer e revelou que a avaliar pelo quadro actual, Cunene iria precisar de assistência até pelo menos Maio de 2014.

"Há mesmo gente que não tem nada, nada, nada," disse acrescentando que "a situação que vai se prolongar porque a assistência que precisamos é até meados de Maio do próximo ano".

"Por isso, todas as ajudas neste momento são necessárias e apelamos por isso à contribuição de todos, à sensibilidade de todas as pessoas de boa vontade para que de facto possam acudir aquelas

peças que vivem numa situação difícil e que na verdade ninguém venha a morrer pela falta de chuva," disse.

A falta de água como consequência da seca prolongada que grassa toda a região das terras do rei Mandume, levou a que famílias criadoras de gado procurem por zonas de pastos. A busca desenfreada de água para o gado trouxe consigo outras consequências como os casos de abandono escolar entre as crianças, situação que preocupou o sacerdote católico.

"Nós temos aquelas zonas nas margens do rio Cubango, Cunene e Cuvelai onde ainda se pode encontrar algum alimento para o gado e alguma água e então as pessoas transferem-se para aquelas zonas, sobretudo os homens para que o gado não morra," disse

"Isto faz com que os jovens, sobretudo, os rapazes em idade escolar também abandonem as zonas tradicionais de residência e isto cria um estrangulamento social," acrescentou. Perante a dura realidade, Dom Pio Hipunyati, reiterou o apelo para as ajudas as populações carenciadas do Cunene.

" Voltamos a apelar a boa vontade de todos para que nos ajudem a lutar contra este flagelo que é a seca. Nos ajudem com bens alimentares nos ajudem com viaturas cisternas que possam levar água para as populações," disse.

10.14 Criada Associação da Indústria de Rochas

Jornal de Angola

30 De Dezembro de 2013

A Associação Angolana da Indústria de Rochas (ANIROCHAS) foi formalmente criada na sexta-feira, em Luanda, com o objectivo de apoiar o organismo de tutela no estudo e diagnóstico do subsector da construção.

A associação tem como presidente de mesa da assembleia-geral Ventura de Azevedo e como presidente da direcção Luísa de Almeida. Fazem ainda parte os membros do conselho fiscal e vogais.

Na cerimónia de constituição a Associação, o ministro da Geologia e Minas (MGM), Francisco Queiroz, referiu que o Executivo atribui uma grande importância à constituição da associação, por se tratar de um passo decisivo para a criação de condições de diálogo entre o Ministério e empresários que operam na exploração de minerais para a construção civil.

O subsector tem grande impacto no programa de reconstrução nacional e de construção de infra-estruturas económicas e sociais do país, sublinhou, acrescentando que o Plano Nacional de Desenvolvimento tem metas precisas que não estão a ser executadas em relação ao mercado de rochas ornamentais.

O ministro referiu dados apresentados na sexta-feira pela Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, que indicam que, até ao mês de Novembro, a produção de mármore, granito e outras rochas atingiu apenas 62 por cento do preconizado, 29.337 metros cúbicos contra os 47.472 previstos.

No domínio das exportações, declarou o ministro, foi possível ultrapassar a meta anual de 28.483 metros cúbicos, uma vez que Angola exportou mais de 29 mil metros cúbicos por um valor total de 8,6 milhões de dólares (860 milhões de kwanzas). A estratégia definida pelo Executivo para aumentar a produção de rochas ornamentais consiste em tomar medidas de fomento e protecção do mercado interno, estando em estudo a aprovação de um diploma legal que obriga ao uso, nas obras do Estado ou financiadas pelo Estado, de rochas ornamentais de produção nacional, salientou o ministro da Geologia e Minas.

Além disso, estão em curso acções institucionais de fomento e apoio à exploração de rochas ornamentais, como a criação de uma instituição de apoio tecnológico e a definição de políticas de acesso a financiamento para projectos de exploração e tratamento de rochas. Por seu lado, o coordenador da comissão instaladora da Associação, António Prata, referiu que vai apoiar o Ministério no estudo e diagnóstico do subsector da construção no que respeita às actividades de licenciamento e formação de pólos e, desse modo, contribuir para o aumento do PIB.

10.15 Devastação das florestas é preocupante

Jornal de Angola

30 De Dezembro de 2013

O deputado José Pedro Kachiungo afirmou em Luanda a sua preocupação com os índices de devastação das principais zonas verdes que cobrem parte de algumas províncias do interior de Angola. O parlamentar, que falava ontem à agência de notícias Angop, apontou as províncias do Huambo, Cunene, Huíla e Bié como aquelas onde as queimadas atingem proporções mais alarmantes, pelo que devem ser travadas o mais cedo possível, devido ao impacto

negativo que causam ao ambiente e às espécies de animais e vegetais.

Para o deputado, a pobreza que ainda assola a maior parte das famílias do interior do país, que vêem no negócio do carvão uma forma de encontrar recursos para o seu sustento, está também na base da devastação das zonas verdes.

Em sua opinião, além do combate à pobreza, é preciso que os deputados, independentemente das suas filiações partidárias, olhem para o país como um património que tem de ser preservado das agressões humanas.

"Precisamos, também, de olhar mais para a nossa juventude, o garante do futuro do país, que deve ser cada vez mais sensibilizada em relação à cultura ecológica, uma vez que a ecologia é o nosso comportamento, a nossa maneira de cuidar dos resíduos e da natureza", declarou o deputado.

José Pedro Kachiungo recordou que ainda não se sabe ao certo a quantidade de carvão que se comercializa no país, resultante da devastação das florestas.

II. IMIGRAÇÃO

II.1 Fluxos migratórios

Semanário Economia e Finanças
06 De Dezembro de 2013

Livro aborda temas de grande interesse para a percepção do fenómeno migração sob vários ângulos

Os fluxos migratórios moldam, indelevelmente, a realidade dos países mais e menos desenvolvidos, bem como a vida daqueles que perseguem o caminho da prosperidade. Reconhecendo a importância da temática, em particular nos contextos de África e de Angola, os autores, Simão Milagre e Lutina Santos, apresentam o resultado de uma investigação que pode ser bastante útil para compreensão das dinâmicas migratórias.

Como perspectiva de abordagem, eles escolheram um caminho multidisciplinar e ideal para explorar a riqueza temática analisada. A problemática da actividade migratória, a gestão das migrações, enquanto ferramenta, e os instrumentos jurídicos de suporte à actividade migratória em Angola marcam também presença nesta primeira obra dos dois autores angolanos que se estreiam neste processo.

Os autores enveredam pelo caminho da realidade histórica e social do fenómeno, sendo de grande interesse do objecto de investigação da obra a forma abrangente e o panorama relativo ao posicionamento dos fluxos migratórios de e para o período entre 2007 a 2010.

A obra, prefaciada por Freitas Neto, antigo director do Serviço e Migração e Estrangeiros, tem 40 páginas, foi lançada no dia 9 de Novembro do corrente ano a União dos Escritores Angolanos, editada pela Mayamba Editora e comercializada a dois mil kwanzas. Quer Simão Milagre, quer Lutina Santos são quadros seniores do Serviço de Migração e Estrangeiros.

II.2 Quem trava esta invasão ilegal

Semanário Angolense
07 De Dezembro de 2013

Desde o tempo da outra senhora, Luanda sempre foi uma cidade cosmopolita, pois aqui aportavam estrangeiros de todas as latitudes, desde os nossos irmãos então também portugueses, nomeadamente «budiurras» - estes predominantemente -, «santolas»,

«guíguís», «moças», a congolezes, americanos (entre esses, destacava-se o velho do falecido Artur Nunes).

Também vinham e assentavam arraiais, outros africanos e europeus - os colonos tucas em maioria, claro -, que entravam legalmente e para quem os angolanos sempre foram hospitaleiros.

Creio que a chinesa mais famosa de Luanda era uma que, aos domingos, vendia tremoço junto ao cine São Domingos, afecto àquela igreja. Aos chineses e «jamponês», só víamos nos filmes de karatê.

Muitos dos expatriados envolveram com angolanos e constituíram famílias, outros nem por isso. Nos dias que correm, a emigração tomou proporções assustadoras, Angola virou o EI Dorado, todos vêm atrás das kamangas, fazer todo tipo de negócios, trazem drogas, hábitos e costumes que nos são estranhos.

São chinocas, tucas, brazukas, oeste africanos, que, também, zungam, abrem armazéns e pequenas cantinas em qualquer esquina. Jovens oeste africanos vendem nas ruas, calçado, geralmente usados, chineses, medicamentos, enquanto congolezes despacham relógios, «funkens» (telefones), vestuário e outros artigos..

Lugares de angolanos

Passeiam-se num grande à vontade e, não obstante as nossas fronteiras estarem a ser guarnecidas, aumenta o número de estrangeiros ilegais no país, de todas as idades, sendo urgente que se ponha termo a essa invasão, sob pena de virmos a ter consequências desagradáveis.

No Mártires de Kifangondo, é vê-los a exhibir, impunemente, dinheiro, como se isso fosse a terra de ninguém, uma república das bananas. Agora, andam por aí igualmente cidadãos italianos que, muito discretamente, transportam e vendem fatos e sapatos. Se as autoridades competentes estivessem mais atentas, tais redes ilícitas seriam desmanteladas.

Em qualquer país organizado, a entrada, permanência, actividade e comportamentos de estrangeiros são acompanhados, particularmente quando os indivíduos são turistas e excedem o tempo de permanência. Chamo para aqui o exemplo de um país próximo, a Namíbia, que o forasteiro não usa nem abusa como os expatriados fazem no nosso país.

Desconfio mesmo que alguma mão invisível (ou visível?) esteja a ajudar os expatriados, que aqui chegam, empregam-se, muitos deles à margem da lei, ocupando lugares que seriam, por direito, para quadros angolanos. É o que ocorre na Clínica

Girassol, onde enfermeiras portuguesas foram empregadas, quando jovens nacionais ali solicitam enquadramento e não são admitidas.

No Banco Millennium, o problema já se arrasta há algum tempo, tendo já sido denunciado no *Semanário Angolense*. Nessa instituição bancária, cidadãos portugueses, muitos em situação migratória irregular, trabalham nas calmas, ocupando a maior parte deles cargos de chefia. Segundo funcionários autóctones, aos angolanos é vedada a promoção a essa condição.

Neocolonialismo?

E mesmo até os que têm formação superior ou equivalente à dos tucas ou trabalham mais, os salários dos muangolês nunca são superiores ou iguais aos desses expatriados. Regra geral, são inferiores. Por outro lado, portugueses que, no seu país, já são reformados, estão a ser enviados para o Millennium Angola, sob o olhar impávido, sereno e indiferente do Banco Nacional de Angola e do Serviço de Migração e Estrangeiros.

Há pois que repor a legalidade, não defendemos aqui que se corra com os tucas, somente que se exija a aplicação da lei e justiça, até porque antes do fim do conflito armado em Angola, numerosos filhos desta terra emigraram para Portugal, apesar de que não lhes foram dadas as oportunidades de promoção social que aos portugueses aqui são oferecidas.

Os angolanos «prietos» eram até vítimas de xenofobia e insultos rácicos, às vezes agredidos e até assassinados. Pelo contrário, os tucas são bem tratados, sem revanchismos nem retaliações.

Há dias estive com um conhecido empresário angolano, pediu que não o identificássemos, que afirmou: «Isto é um autêntico neocolonialismo, os estrangeiros estão a ocupar tudo, muitos desses prédios que estão a nascer em Luanda são deles. E quando um angolano pretende investir, suscita logo inveja.»

Ele defendeu a criação de uma «forte burguesia nacional, pois se o país é potencialmente rico, tais riquezas devem beneficiar, em primeiro lugar, os cidadãos angolanos, não os expatriados.» Há que inverter a tendência e periodizar os nacionais.

11.3 Angolanos refugiados no Botswana com prazo expirado

Semanário Factual

De 07 a 14 de Dezembro de 2013

Em sequência da recomendação da Agência da ONU para os Refugiados (ACNUR), o governo do Botswana fixou o dia 31 de Outubro de 2013, como prazo limite para os angolanos (que usufruíam de estatuto de refugiado) regressarem a Angola.

.. A um de Julho deste ano, o governo do Botswana invocou o fim do estatuto de refugiado para os angolanos a viver no país, muitos deles há mais de duas décadas.

O ACNUR está a apoiar o regresso a casa destas pessoas, com segurança e dignidade, providenciando autocarros e camiões para o transporte dos ex-refugiados, das suas famílias e dos seus bens.

Com o objectivo de amparar a sua reintegração em Angola, a agência doou, ainda, 100 dólares por cada adulto e 50 dólares por cada criança. Desde Agosto de 2013, mais de 350 dos 450 angolanos no Botswana apresentaram-se voluntariamente para repatriação.

Sobre o assunto, a representante regional do ACNUR para a África Austral, Clementine kweta, declarou que "o conflito que levou os angolanos a fugir do seu país terminou há mais de uma década.

Não há nenhuma razão para os angolanos permanecerem em campos de refugiados, quando podem regressar a casa e desfrutar dos seus direitos enquanto cidadãos angolanos", referiu.

Em África, a RD Congo abriga o maior número de refugiados angolanos (74,5 mil), seguida pela Zâmbia (23 mil), a África do Sul (5,7 mil), a Namíbia (2,1 mil) e o Congo (800).

A maioria dos refugiados angolanos já regressou ao seu país (520 mil), mas ainda se mantém em exílio cerca de 100 mil.

11.4 Polícia aperta cerco à imigração ilegal

Semanário Factual

De 07 a 14 de Dezembro de 2013

As autoridades governamentais na província de Cabinda manifestam-se preocupadas com a onda dos imigrantes ilegais africanos e asiáticos que, provenientes da RD Congo, cruzam e se instalam no enclave.

"Há um aumento dos imigrantes que entram ilegalmente na província de Cabinda, através da fronteira norte. A província fica cheia, com imigrantes ilegais africanos e asiáticos", queixou-se um soba de Cabinda André Futi.

"O fenómeno é preocupante e as autoridades da nossa província estão preocupadas", acrescentou o soba.

De acordo com a fonte, "essas pessoas não precisam de vistos - nem de passaportes, apenas colocar no bolso uma soma para pagar os traficantes que os distribuem entre pessoas de confiança nas passagens fronteiriças desses países", lamentou o comerciante Domingos José, salientando que "a Polícia está no encalço dessa gente".

A maioria dos imigrantes são homens, mas também há mulheres e crianças que cruzam os postos de fronteira com documentos falsos, com a permissão de alguns cidadãos corruptos.

Outros, os mais fortes, vão escondidos em veículos de transporte e uma terceira categoria arrisca a vida ao atravessar a pé as trilhas nos montes e nas florestas que dividem as fronteiras.

"Onda de imigrantes ameaça afundar-nos"

"Esta onda de imigrantes provenientes da RD Congo ameaça afundar-nos", advertiu, recentemente, um agente da Polícia.

Esses imigrantes que fogem dos seus países afundados em conflitos armados para buscar uma vida melhor em Angola, às vezes se transformam em vítimas dos saqueadores.

A província de Cabinda partilha uma vasta fronteira com a RD Congo e o Congo Brazzaville, que tem sido diariamente invadida por cidadãos estrangeiros em situação ilegal, que procuram, em Angola, as melhores condições de vida.

Os imigrantes em situação ilegal utilizam a província de Cabinda como trampolim para atingirem outras zonas do país, como Luanda e as regiões diamantíferas das Lundas. Outros assentam arraiais na província, promovendo todo o tipo de actividades ilícitas. Com isso aumenta a criminalidade.

O actual quadro migratório da região é preocupante, tanto que o Factual tomou conhecimentos que já residem no território da província de Cabinda centenas de milhares de estrangeiros em situação ilegal.

Muitos dedicam-se ao comércio ambulante e a actividades religiosas. Mas há também traficantes de drogas, e alguns fazem assaltos à mão armada. Entre as mulheres em situação ilegal, um número elevado de jovens dedica-se à prostituição.

A imigração ilegal altera o quadro demográfico, o que cria grandes dificuldades na aplicação de programas sociais, que implicam uma definição, ainda que aleatória, da população.

Quando as autoridades vão para o terreno, encontram sempre muito mais gente. São os imigrantes em situação ilegal que provocam esses desequilíbrios.

O idioma "Lingala" é muito comum em Cabinda

O problema tem uma dimensão cultural, este momento, o "lingala" é uma língua comum na província. E há cada vez mais práticas de feitiçaria que afectam, sobretudo, as crianças. A proliferação de seitas religiosas com origem na RD Congo está a causar sérios problemas.

Pastores religiosos afirmam que têm artes mágicas e fazem desse "poder" um negócio, em que corre muito dinheiro. As camadas mais pobres da população são as principais vítimas do charlatanismo.

O comandante provincial da Polícia Nacional, comissário Eusébio Domingos Costa, afirma que, "devido aos problemas de ordem económica nos seus países de origem, milhares de imigrantes entram ilegalmente em Angola pelas fronteiras de Cabinda".

A governadora de Cabinda teve um encontro com as autoridades tradicionais para analisar o "fenómeno de imigração ilegal".

A província é propensa à imigração ilegal, devido às facilidades que os cidadãos estrangeiros encontram para entrar no país através dos caminhos existentes ao longo da linha de fronteira e a utilização de passes de travessia, violando o acordo migratório tripartido existente entre Angola (Cabinda), RD Congo (Baixo Congo) e Congo Brazzaville (ponta Negra).

Aperto mais eficaz à imigração ilegal

A imigração ilegal, o contrabando de combustíveis e de outros produtos ilegais, como estupefacientes, praticados por cidadãos estrangeiros ilegais que violam as fronteiras terrestres, fluviais e marítimas da província de Cabinda, vão conhecer um "aperto mais eficaz", tendo em conta as novas medidas conjuntas a serem aplicadas no combate a estes males entre as polícias angolanas e da RD Congo.

Haverá, a partir dos próximos dias, um patrulhamento de forças conjuntas (Angola/RD Congo), cujo objectivo é reforçar o sistema de combate à imigração ilegal no país.

Quanto à fronteira terrestre, foram accionados alguns mecanismos em termos de protecção e, com a ajuda das populações ao longo da fronteira, são denunciados aqueles que, a qualquer custo, nos períodos nocturnos, violam as fronteiras nacionais em localidades de alto risco, caso se tenha em conta algumas áreas pantanosas.

Segundo dados da Polícia de Fronteira. 896 Violações de natureza diversa junto das fronteiras terrestres, fluviais e marítimas da província, foram registadas em 2012.

A Polícia de Guarda Fronteira em Cabinda continua firme nas suas acções, visando a inviolabilidade das fronteiras da região, combatendo a imigração ilegal, o tráfico ilegal de mercadorias e o contrabando de combustíveis.

Dos casos de violações registadas neste período, 34 são de fronteira fluvial, três de marítima, 35 de tráfico de combustíveis, seis de tráfico de droga (liamba), 11 de auxílio à imigração ilegal e 10 de fuga ao fisco.

Durante as operações realizadas, neste mesmo período, foram detidos dois mil e 57 cidadãos de nacionalidade diversa, com destaque para os da RDCongo, para além de terem sido apreendidos 270 mil e 395 litros de combustíveis diversos.

Efectivos da PGFA têm-se empenhado no combate à emigração ilegal

No combate à imigração ilegal, os efectivos da PGFA têm vindo a realizar serviços operativos de natureza diversa, com vista a desencorajar os intentos dos agentes delituosos e outros, concretamente nos teatros de operações afectos aos postos de guarda de fronteira das zonas Leste e Sul da província, dadas às características que o terreno apresenta, associadas à existência de aldeias em ambos os lados.

"A par disso, estudos têm sido feitos com profundidade, tendo em atenção o modus operandi que os emigrantes ilegais utilizam para cumprir com os seus planos", afirmou ao Factual uma fonte de corporação.

A Polícia indicou que as operações são dificultadas pela falta de picadas para permitir a passagem das patrulhas auto e apeedas em toda a faixa da fronteira, bem como a falta de botes para o patrulhamento fluvial, tendo em conta os 100 quilómetros de fronteira, através do rio Chiloango, assim como a Lagoa de Manenga, na comuna de Massabi.

Os meios técnicos para o patrulhamento dos 103 quilómetros da costa marítima da província, para a

cobertura dos 12 milhas náuticas, sob responsabilidade da PGFA, no âmbito da "Operação Tubarão", são, igualmente, preocupações que inquietam o comando da corporação no combate, não só à imigração ilegal, como também ao contrabando de mercadorias.

11.5 Policia no encalço dos que auxiliam a imigração ilegal

Novo Jornal

13 De Dezembro de 2012

O COMANDANTE-GERAL da Policia Nacional, Ambrósio de Lemos, pediu esta semana à população das regiões fronteiriças na província do Uíje para denunciarem às autoridades os estrangeiros que entram ilegalmente no país.

Ambrósio de Lemos, que trabalhou durante 48 horas na província do Uíje para avaliar o grau de desempenho das forças policiais, foi informado que o combate à imigração ilegal está a ser dificultado por cidadãos nacionais, que auxiliam e facilitam a obtenção de documentos a indivíduos estrangeiros.

No final da sua visita, Ambrósio de Lemos reconheceu haver poucos meios e efectivos para o controlo eficaz, particularmente na fronteira com a República Democrática do Congo e para o apetrechamento dos comandos municipais.

"A nossa visita foi positiva. Quanto às constatações e às preocupações, levámo-las para ver, se dentro das disponibilidades, quer financeiras ou do meios existentes, podemos acudir a província do Uíje", prometeu.

O comandante Geral da Policia Nacional apurou que os imigrantes ilegais na fronteira de Kimbata, município de Maquela do Zombo, 300 quilómetros a norte da cidade do Uíje, aliciam camponeses, jovens e outras pessoas para os ajudar a atravessar a fronteira por vias não oficiais. Esta prática, já identificada pela policia, é comum entre populações em zonas fronteiriças, receberem dinheiro (entre 2.000 a 10.000 kwanzas) ou produtos alimentares para facilitar a entrada de estrangeiros. Por outro lado, a população alega que em muitas ocasiões a imigração também é facilitada por alguns agentes da policia de fronteira.

O comandante da policia na província do Uíje, Leitão Ribeiro, explicou que tem sido dada atenção especial à imigração ilegal, através do reforço de policiamento da quarta Unidade da Polícia de Guarda Fronteira.

"A fronteira da província é vasta, mas a comunidade tem estado a ajudar a Polícia na denúncia de imigrantes clandestinos que, a todo o custo, tentam entrar ilegalmente no país", acrescentou.

O comandante referiu que muitas vezes os imigrantes entram pela fronteira de Maquela do Zombo, mais concretamente na fronteira de Kuimbata, e depois percorrem cerca de 300 quilómetros para entrar na província do Uíje.

Durante o percurso, encontram muitas barreiras criadas pela Polícia, que tem dificultado o movimento dos estrangeiros ilegais, explicou.

Os imigrantes ilegais são oriundos do Congo Democrático, Senegal, Nigéria, Mali, Guiné-Bissau e Costa do Marfim e tudo fazem para ludibriar as forças da ordem.

O comandante garantiu que a corporação está preparada para uma possível situação de emergência, do ponto de vista da intervenção policial, e conta com efectivos da especialidade de Intervenção Rápida e com o concurso das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Apesar das dificuldades, os Serviços de Migração e Estrangeiros (SME) locais e a Polícia de Guarda Fronteira não têm dado tréguas aos imigrantes ilegais.

Neste quadro, 43 imigrantes ilegais da República Democrática do Congo (RDC) foram repatriados, segunda-feira, para o país de origem, pelo Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), por via do posto fronteiriço de Kimbata.

A informação foi prestada pelo chefe em exercício do SME, em Maquela do Zombo, José Júnior, tendo realçado que do número total de cidadãos da RDC detidos entre os dias 2 a 9 do mês em curso (Dezembro), 19 deles saíram da cidade do Uíje, enquanto 24 outros foram recolhidos na vila de Maquela do Zombo.

Afirmou que, no período em referência, foi recusada a entrada em território angolano de três outros cidadãos da RDC por falta de documentos.

11.6 Polícia recambia imigrantes ilegais

Jornal O País

20 De Dezembro de 2013

O carro celular a bordo do qual viajaram os detidos deixou o centro provisório de detenção do Conduege ao fim da manhã desta terça-feira, com destino ao

posto número um da fronteira do Cassai Ocidental, na Lunda-Norte.

A pequena caravana de escolta, que era composta maioritariamente por oficiais do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) e da Polícia de Protecção de Fronteira, chegou ao posto fronteiriço ao fim da manhã, depois de pouco menos de meia hora de viagem.

Para trás ficava um percurso de pouco menos de 20 quilómetros cobertos por uma fresca e verdejante floresta tropical que acabava de se libertar dos minúsculos pingos de chuva remanescente da noite precedente.

Estava um dia calmo como, de resto, acontece sempre que não há o habitual frenesim que resulta da venda e permuta de mercadorias entre cidadãos dos dois países, segundo o relato do oficial que acompanha a reportagem de O PAÍS.

Na parede do pequeno edifício de construção recente está a patente a identificação do posto angolano e do outro lado da linha divisória o posto de Kamaku, na região de Tshikapa, com sinais de alguma improvisação.

A cerca de um quilómetro atrás duas viaturas com mercadoria diversa procediam, entretanto, o registo para a permuta do dia seguinte.

"As segundas e sextas-feiras estão reservadas à comercialização e permuta das mercadorias entre cidadãos dos dois países", revelou o oficial acompanhante deste jornal.

O comércio entre angolanos e congolezes foi estabelecido logo após a abertura, em Agosto, do posto fronteiriço de Chissanda para permitir as trocas comerciais entre cidadãos residentes de um e do outro lado da fronteira.

Às ordens do chefe de fiscalização, O carro celular é aberto e, em ma indiana, os detidos são contados e confirmados os seus nomes e de seguida encaminhados para a chamada "zona neutra".

A cerimónia de repatriamento não carece de muitas formalidades mas é notória a preocupação dos oficiais angolanos para prevenir qualquer tentativa de fuga ou falsificação dos dados de identificação pessoal.

Do lado congolês, o cuidado de que algum detido tenha sido alvo de maus tratos também visível.

Aconteceu com um nono detido que, não tendo estado presente por se encontrar doente, segundo alegações da parte angolana, foi motivo de várias

interrogações dos oficiais congolese por suspeita de que possa ter sido alvo de maus tratos, conforme iam sugerindo alguns repatriados.

Os entendimentos entre os dois países, segundo os angolanos, estipulam que nenhum cidadão deve ser repatriado doente por suspeita de que possa não ser assistido antes de chegar ao destino. Do lado dos detidos não faltam os pedidos reiterados para não serem recambiados e, pelo meio, também as promessas de que podem voltar nas semanas seguintes.

"O avô é soba aqui em Angola e eu posso voltar na próxima semana", garante um dos visados, bastante jovem, expressando - se primeiro em português e depois na língua nacional angolana, tchokwe. Alguns lamentavam o facto de, do lado angolano, terem estado a viver melhor do que no seu próprio país e outros ainda diziam que tinham mais parentes cá do que lá.

A conferência dos nomes pelos oficiais da Migração congolese (DGM) registaram-se também tentativas de falsificação de identidade de alguns repatriados.

"Aqui podemos expulsar duzentos hoje, mas no dia seguinte entra o dobro. Todas as semanas mandamos centenas de volta", segredou-nos um oficial presente deixando a entender, nas entrelinhas, a dificuldade que existe no controlo da entrada ilegal de cidadãos estrangeiros.

A cerimónia continuou com a entrega oficial dos repatriados e a assinatura das guias de entrega, em cinco vias, entre as duas autoridades presentes. Depois os abraços da praxe e as despedidas dos intervenientes ora em lingala ora em tchokwe.

Os governadores das províncias da Lunda-Norte, Angola, e de Bandundu, RDC, continuam em negociação visando um melhor controlo das fronteiras dos dois países e na altura da operação estava em visita ao Dundo uma delegação congolese.

Em declarações a O PAÍS, o chefe da secção de fiscalização do Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), Anselmo Clemenciana Maia, disse que nenhum cidadão repatriado naquelas condições manifesta disposição para retornar ao seu país.

"Neste momento, ao que tudo indica, as melhores condições de vida para eles está aqui no Dundo", disse.

Ele sustentou que devido à extensão do território da Lunda-Norte nada garantia que alguns dos repatriados possam retomar a Angola na primeira oportunidade.

Relativamente ao comércio transfronteiriço, Anselmo Maia disse que os acordos existentes entre os dois países permitem a entrada de estrangeiros em território da Lunda-Norte para efeitos de negócio, bastando para tal que exibam um "laisé passé", algo como salvo-conduto para o efeito às autoridades dos dois países. O mesmo acontece no caso inverso.

Igual procedimento deve ser respeitado também por cidadãos com familiares nos dois países.

Quanto aos estrangeiros ilegais, mas com negócios implantados no território, o oficial do SME disse que o seu repatriamento deve ser precedido de procedimentos administrativo.

Um provável retorno a Angola, já em situação legal, segundo explicou, este só pode acontecer passados cinco anos sob pena de ser repatriado judicialmente.

11.7 Detido grupo de auxílio à imigração ilegal

Jornal de Angola

28 De Dezembro de 2013

A Polícia Nacional no Zaire deteve 17 angolanos acusados de auxiliarem a imigração ilegal, anunciou ontem em conferência em conferência de imprensa o seu segundo comandante provincial para a Ordem Pública.

Manuel de Sousa disse que durante este ano foram detidos na província 448 estrangeiros, 288 dos quais da República Democrática do Congo por falta de documentação.

O subcomissário, que falava sobre a situação operativa de segurança durante a quadra festiva, revelou que este ano foram desmantelados 14 grupos de indivíduos por vários delitos em Mbanza Congo e no Soyo.

N a sequência de operações, a Polícia Nacional deteve na terça-feira, no município do Tomboco, 16 pessoas da República Democrática do Congo que viajavam ilegalmente num camião que se dirigia para Luanda. No camião também seguiam três pessoas com documentos de cidadão nacional, cuja autenticidade está a ser apurada pelas autoridades, disse Manuel de Sousa que fez um balanço positivo das acções deste ano.

Este ano registaram-se no Zaire 67 mortes e 588 feridos em 575 acidentes de viação, mais 84 que em 2012. O subcomissário referiu que este ano foram registados na província 1.531 crimes de natureza diversa. Entre eles, salientou 284 de ofensas corporais

voluntária graves, 265 furtos, 104 roubos, 86 de violação de menores, 66 de uso e posse de estupefaciente e 39 de auxílio à imigração ilegal. Mbanza Congo foi o município onde foram registados mais crimes, 613, seguido do Soyo, 508.

Imigração irregular -

A Polícia de Guarda de Fronteira na província do Cunene registou 296 casos de violações fronteiriças entre Angola e a Namíbia durante o ano em curso. Os números, segundo o porta-voz do comando provincial da Polícia Nacional no Cunene, intendente Piedade Pombal, representam um aumento de 34 casos em relação ao ano anterior. O oficial indicou que a corporação registou ainda violações nos postos de guarda fronteira em vários pontos que resultaram na interpelação de 383 violadores, dos quais 36 são cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades.

Segundo Piedade Pombal, dos emigrantes ilegais constam 27 namibianos, três chineses, dois quenianos e igual número de somalis e ugandeses, encaminhados para os Serviços de Migração e Estrangeiros. Piedade Pombal indicou que foram apreendidas 23 viaturas de diversas marcas por tentativa de fuga ao fisco e contrabando, 1.500 litros de combustível, 31 quilos de droga, 26 cabeças de gado.

A imigração clandestina, fuga ao fisco e a introdução ilegal de viaturas proibidas, o contrabando de combustível e o roubo de gado são os principais delitos na região. A província do Cunene partilha 460 quilómetros de fronteira com a República da Namíbia. Os dois países criaram 55 postos operacionais fronteiriços e têm realizado acções comuns.

